

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
HISTÓRIA SOCIAL**

**VIVÊNCIAS FEMININAS NO MOVIMENTO DE SAÚDE DA CIDADE DE
SÃO PAULO**

LUCIRENE APARECIDA CARIGNATO

**São Paulo – SP
2007**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
HISTÓRIA SOCIAL**

**VIVÊNCIAS FEMININAS NO MOVIMENTO DE SAÚDE DA CIDADE DE
SÃO PAULO**

LUCIRENE APARECIDA CARIGNATO

Dissertação apresentada à banca examinadora para obtenção do título de **Mestre em História Social** da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Prof^a. Dr^a Maria Angélica Victória Miguela Careaga Soler.

**São Paulo – SP
2007**

VIVÊNCIAS FEMININAS NO MOVIMENTO DE SAÚDE DA CIDADE DE SÃO PAULO

LUCIRENE APARECIDA CARIGNATO

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

1. Prof^a. Dr^a. Yara Aun Houry _____

2. Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Pascal _____

3. Prof^a. Dr^a. Mirtes de Moraes _____

Conceito Final: _____

Dedico esta pesquisa a todos os que me incentivaram no trabalho de construção de um saber social e humano. Especialmente às mulheres aqui retratadas, cujas experiências carregam a riqueza e a sabedoria da vida compartilhada. E a todos os integrantes do Movimento de Saúde, pela lição de vida.

Uma revolução que não comece e não acabe
transformando o cotidiano não merece nosso empenho

Ecléa Bosi

SUMÁRIO

Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
Considerações Iniciais.....	9
Capítulo I – Saindo de Casa – Um olhar para fora.....	26
Capítulo II – Na Rua – Aprendendo e Ensinando.....	82
Capítulo III – Voltando pra Casa – Um olhar para si mesma.....	159
Considerações Finais.....	226
Bibliografia.....	232
Fontes.....	239

RESUMO

Este trabalho representa a tentativa de recuperar a experiência vivida de algumas mulheres integrantes ou ex-integrantes do Movimento de Saúde, através de suas narrativas de Histórias de vida.

O objetivo maior é compreender através da vivência de cada uma delas na experiência social compartilhada do Movimento de Saúde principalmente, como se dá o fazer-se da consciência nesse processo e como elas se constroem como sujeitos históricos.

Buscamos apreender, no processo, as transformações vivenciadas por essas mulheres no seu cotidiano, na sua visão de mundo, na forma como se relacionam com as pessoas, com a família, com o poder público.

Buscamos, também, verificar as transformações ocorridas na realidade social do bairro e da cidade, através da atuação dessas mulheres no Movimento de Saúde, visíveis na obtenção de recursos de infraestrutura para os bairros da zona leste, na construção de inúmeras unidades de saúde ou na criação de instâncias de participação nos meandros do poder, como é o caso do Conselho Popular de Saúde e do Conselho Gestor de Saúde, estruturas instituídas nesse processo não apenas na cidade de São Paulo, mas também em todo o Brasil.

Lançar um olhar para as experiências femininas aqui retratadas tem a pretensão de buscar a historicidade do cotidiano nessas vivências que, de forma compartilhada num movimento social, se debruçam na construção de caminhos alternativos diante do enfrentamento de problemas sociais, a partir de uma realidade concreta da periferia da zona leste de São Paulo nos últimos quarenta anos. Nesta construção, essas vivências transitam por diversos meios, se deparam com diversos agentes e se constroem (e se descobrem) como sujeitos históricos da sociedade em que vivem.

Palavras chaves: Sujeito histórico. Consciência. Experiência Social. Movimento de Saúde. Mulheres.

ABSTRACT

This work wants to recover the life experience of some participating women of the health movement behind their own histories.

The objective is to exchange comprehend under this process of exchange social experience, the beginning of the consciousness and the historical subject.

Key words: Historical subject. Consciousness. Social experience. Health' moviment. Women.

Considerações Iniciais

Para esclarecer os objetivos desta pesquisa devo tatear um pouco o percurso de minha própria trajetória de vida. Em 1978 ingressei na Pastoral de Juventude de São Paulo e passei a freqüentar o que se chamava na época de “grupo de base”, um pequeno grupo de jovens que buscava através da reflexão/ação unir os pressupostos teológicos e filosóficos do cristianismo a uma prática real no cotidiano de cada um. Sempre numa perspectiva de solidariedade coletiva, esses grupos que se espalhavam pela cidade foram se “engajando” (termo vastamente utilizado na época) em ações concretas de transformação da realidade. Vivíamos o auge da Teologia da Libertação e as comunidades de base seguiam os mesmos preceitos acima descritos.

Nos próximos anos minha prática se estendeu à militância estudantil (reestruturação da UNE, da UMES), sindical (Oposição Metalúrgica de São Paulo) e partidária (com o surgimento do PT em 1982), embora que, em todos estes casos, minha atuação era mais de apoio solidário em algumas atividades apenas.

Alguns anos mais tarde, já casada e com dois filhos, fui morar na região de Sapopemba, Zona Leste de São Paulo. Nessa região, então no início dos anos 80, se respirava um ar de contestação, com os vários núcleos do PT e com o fervilhar de movimentos populares que se proliferavam no intuito de reivindicar melhorias numa região tão carente de recursos e de estrutura urbana. Vimos surgir ali movimentos de transporte, movimentos por asfalto, movimentos de canalização de córregos, movimentos de moradia etc.

O Movimento de Saúde surgiu a partir de pequenos e dispersos grupos, quase sempre inseridos nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), espalhados pela zona leste da cidade que vão refletir sobre os problemas relacionados à saúde. Dois desses grupos, um em São Mateus (J. IV Centenário) e outro em Itaquera (J. Nordeste), vão se destacar desde 1976 com pequenas ações de reivindicação junto à Secretaria de Saúde pedindo atendimento médico na região. Com o crescimento desses dois grupos e sua posterior junção, se estrutura o Movimento de Saúde da Zona Leste (MSZL), assim chamado desde inícios dos anos 80.

É bom esclarecer que, ao longo da década de 1970 e, mesmo antes disso, segundo alguns relatos, esses vários grupos se reuniam em torno das carências da periferia de São Paulo, seja da zona leste ou de outras regiões, sempre ligados à igreja católica, reivindicando melhorias em diversas áreas. Portanto, embora a estruturação do movimento tenha ocorrido no final dessa década, a reflexão acerca da saúde e da falta de equipamentos médicos nesta área está presente desde muito tempo, ainda que de forma dispersa, estabelecendo as bases para o seu posterior desdobramento numa ação concreta, contínua e abrangente, através da formação das primeiras comissões de saúde.

Parece consenso que esses grupos ganharam melhor estruturação a partir da chegada na zona leste de jovens médicos sanitaristas que, através de concursos públicos da Secretaria da Saúde do Governo do Estado, assumiram as direções dos poucos postos de saúde da região, iniciando uma ação de prevenção social das doenças que afligiam os moradores da região. A maioria deles com uma postura crítica diante das condições sociais da periferia, se dispuseram a realizar um trabalho social de esclarecimento perante a população. Converteram-se, com o tempo, num canal a serviço da organização popular, cumprindo um papel importante para a solidificação do movimento, papel este reconhecido até hoje por seus integrantes. Alguns destes jovens estudantes se destacariam mais tarde na formação do Partido dos Trabalhadores, tornando-se, inclusive, parlamentares atuantes deste mesmo partido.

O Movimento Popular de Saúde da Zona Leste (MSZL), como tantos outros surgidos nesta conjuntura brasileira de final da ditadura militar ao longo da década de 1970, surgiu, assim, na esteira da atuação da Igreja Católica, através de suas comunidades de base que encontraram terreno propício na periferia leste da cidade. As carências dessas regiões, interpretadas à luz da fé, foram vistas como situações de injustiça e como direitos negados, provocando um movimento de luta que concretizava os ideais professados de justiça, solidariedade e fraternidade (SADER, 1995).

No J. Nordeste (Itaquera), o grupo de mães surgido dentro da Igreja Católica desde 1975 (e que vai dar origem à primeira Comissão de Saúde dessa região) foi, com o tempo e a reflexão suscitada pela prática, desvinculando-se da paróquia, ganhando autonomia e permitindo a participação de outras pessoas. Constituído desde 1977 como Comissão de Saúde do bairro aberto à participação de todos, o movimento passou a lutar por instalações de vários equipamentos de saúde, pressionando as autoridades através de Atos Públicos, passeatas reuniões

agendadas e caravanas até as Secretarias de Saúde Estadual e Municipal. Outras comissões vão se formar mais tarde nos bairros vizinhos, originando uma organização maior, a União de Bairros da zona leste.

Em 1979, como primeira grande vitória do movimento, foi inaugurado o Centro de Saúde (CS) do Jardim Nordeste. Entretanto, logo se percebeu que apenas a instalação do equipamento não bastava para garantir um bom atendimento de saúde à população, o que levou as mulheres do movimento a reivindicar a oficialização de um **Conselho Popular de Saúde**, eleito pelos moradores e que tivesse o papel de fiscalizar o trabalho desenvolvido pelo CS. Tal reivindicação foi possível devido a um decreto que havia na Secretaria da Saúde autorizando a criação de conselhos comunitários para atuar junto aos Centros de Saúde, cuja formação deveria contar com a participação dos “notáveis” do bairro (delegado de polícia, diretores de escola etc.). A comissão de saúde do J. Nordeste propôs à Secretaria da Saúde que, ao invés disso, ele fosse formado por usuários do centro de saúde e que fosse representativo dos moradores do bairro, portanto, eleito por voto direto (BAVA, 1984: 33, 34). E conseguiram.

Assim, em 1979, foi eleito o primeiro Conselho no bairro do Jardim Nordeste, com 8146 votos. Já em 1981, foram eleitos 18 Conselhos de Saúde nos CS dos bairros vizinhos que receberam, no total, 95000 votos (BAVA, 1984: 40, 41). Esses conselhos se reuniam no posto de saúde com o diretor da unidade, com médicos e funcionários, fiscalizavam o atendimento, as irregularidades e as reclamações da população. Constituíram-se, assim, num canal oficial para a fiscalização do serviço médico por parte da população, mas sua atuação era pautada pela Comissão de Saúde que representava todos os moradores do bairro e direcionava as prioridades para o Conselho.

Enquanto isso, em São Mateus, uma comissão de saúde criada também dentro da igreja, sob a orientação de uma freira, a irmã Teresa, desde princípios da década de 1970, fazia o papel de discutir junto com a população os problemas de saúde da região. O marco maior desse grupo foi uma grande assembléia popular em praça pública, realizada no dia 27/05/1979, já no final da década, reunindo quase 1000 pessoas, com a presença do recém-empossado Secretário Estadual de Saúde, Dr. Adib Jatene (JACOBI, 1989: 101).

Esses dois focos de movimento vão se integrando e em meados de 1983, se fundem num só movimento através do I Encontro dos Movimentos e Conselhos de Saúde da zona leste,

reunindo 37 bairros (JACOBI, 1989:111), o que demonstra o crescimento em número e em consciência do movimento que, doravante se chamará Movimento de Saúde da Zona Leste de São Paulo (MSZL). Para facilitar, no decorrer do trabalho nos limitaremos a chamá-lo de Movimento de Saúde (MS).

Nesse momento, em minha trajetória de vida, tendo cursado a faculdade de História e vendo os movimentos atuarem na região, comecei a participar mais intensamente do PT e ingressei no Movimento de Saúde em Sapopemba, que tinha ligação com todo o Movimento de Saúde da Zona Leste.

Deparei-me, então, com a grandiosidade deste movimento que reunia em seus encontros anuais centenas de pessoas, que tinha uma coordenação com representantes de todos os bairros, que realizava eleições de conselhos populares de saúde em toda a Zona Leste com uma votação expressiva, que chegou a alugar 60 ônibus em 1983 para ir, em caravana, à Secretaria Estadual de Saúde, reunindo ali cerca de 3000 pessoas. Deparei-me com mulheres¹, na maioria donas de casa que organizavam passeatas pelas ruas de diversos bairros, falando palavras de ordem sobre a saúde e cantando músicas de protesto, que subiam em caminhões como palcos improvisados e falavam em nome do povo das dificuldades e carências dos bairros às autoridades de saúde presentes, entre perplexas e assustadas.

Nessa altura, ao meu interesse pelos movimentos sociais já haviam se somado outros, como as questões de gênero, muito exploradas no curso de Lato Sensu em História pela PUC de São Paulo (História, Cultura e Sociedade) que frequentei entre 1996 e 1997, além dos temas associados à cidade.

Dessa forma, por meus interesses e por minha trajetória de militância no Movimento de Saúde da cidade de São Paulo ao longo das décadas de 1980 e parte da de 1990 e da minha crescente preocupação e interesse pelas questões de gênero associadas às questões urbanas, nasceu o projeto deste trabalho que ora desenvolvo.

Meu objetivo, portanto, com essa pesquisa é refletir sobre a atuação das mulheres militantes do Movimento de Saúde da Zona Leste de São Paulo nas décadas de 1970, 1980, 1990 e atualmente, a forma como vivenciaram este processo, como se constituíram como sujeitos

históricos e os significados que atribuíram a essa experiência, através de representações e valores.

Não se trata aqui de fazer uma história do Movimento de Saúde, mas sim de buscar através dos relatos e narrativas das mulheres integrantes do movimento como elas vivenciaram essa experiência, compreendendo a partir do seu próprio universo as transformações que se operaram em seus modos de viver, de ver o mundo, em seus valores, em suas formas de atuar na sociedade e na família; enfim, as representações sociais que construíram ao longo desse processo de participação política tendo sempre como referência à questão de gênero. A partir de suas experiências, busca-se compreender como se forjou a consciência destas mulheres e como se constituíram como sujeitos históricos ao vivenciarem essa experiência no movimento. Interessante saber como fizeram suas escolhas e como enfrentaram os conflitos e ambigüidades advindos destas escolhas, interferindo nas suas formas de “ser mulher”, de “ser esposa”, de “ser mãe” e como se descobriram como cidadãs num determinado momento dessa trajetória.

Para problematizar todas estas questões, utilizamos, de maneira privilegiada, a metodologia da História Oral, seguindo em grande parte os pressupostos teóricos de Alessandro Portelli², com o intuito de buscar nas narrativas das mulheres do Movimento de Saúde, a sua experiência rememorada e ressignificada no processo de contá-la.

Optar pela História Oral significa crer que através dela podemos nos aproximar dos sujeitos sociais de forma muito singular e buscar ver, através deles, o contexto de sua própria vida, atingindo assim não apenas o material, sempre primordial, diga-se de passagem, mas também suas crenças, valores, sentimentos e práticas sociais.

Ao narrar sob sua ótica a realidade vivida, esses sujeitos sociais nos revelam, acreditamos, toda a trama do real, vista sob uma ótica própria, mas construída, forjada e, inclusive, questionada, no emaranhado social do seu cotidiano. Ainda que sejam pessoais, não podemos perder de vista que as narrativas se constroem na *experiência social* e são constitutivas dela (KHOURY, 2004, p.123).

¹ Em cursos de formação realizados ao longo da década de 1980 e 1990, a participação das mulheres era de 98% contra 2% dos homens (BÓGUS, 1998: 86).

² PORTELLI, Alessandro – O que faz a história oral diferente Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, Educ-SP, nº 14, 25-39, Fev, 1997.

A riqueza das narrativas nos fornece nuances da realidade que, de outro modo, talvez não nos fosse possível contemplar.

Nesse processo, além da experiência que as narrativas trazem, vale considerar o trabalho da própria formulação desta narrativa, como também um trabalho da consciência destas mulheres, na medida em que, ao narrar, vão construindo uma interpretação da dinâmica social e se constituindo como sujeitos históricos. Ainda segundo Alessandro Portelli³, a narrativa se constitui num texto criado pelo narrador, com enredo e interpretações do sujeito. A palavra, portanto, como um texto em construção, põe em evidência um trabalho de memória e de consciência do narrador, denotando inclusive uma prática social através da qual os sujeitos se constituem historicamente.

Em primeiro lugar, através das narrativas dessas mulheres, vamos percebendo uma constante reflexão delas sobre sua própria ação no movimento e fora dele, saindo de uma consciência prática que era a busca de solução para o problema da não existência de equipamentos médicos no seu bairro e atingindo uma consciência política de compreensão de seus direitos. Passam a exigir junto ao poder público a criação de um instrumento de participação popular, participam de sua idealização e elaboração de seu regimento. Chegam, nesse processo, a um repensar mais complexo de sua própria vida, de suas possibilidades enquanto pessoas e enquanto mulheres, seus limites e contradições, mas também, sua afirmação mais profunda como sujeito que se constitui de forma autônoma, porém não sem conflitos.

Nas narrativas destas mulheres saltam de forma imbricada suas experiências pessoais e coletivas, numa relação intrínseca e confusa, indicando o quanto elas se percebem integrantes de uma historicidade que as ultrapassa, ao mesmo tempo em elas mesmas a detêm. Sua atuação num espaço público põe em evidência seu papel enquanto indivíduo que se constitui como sujeito histórico e lhe dá a visibilidade social que o espaço privado não confere. No entanto, esta relação entre público e privado, entre pessoal e coletivo é absolutamente interligada, ficando talvez mais no *entre*, do que num ou noutro, como já disse Portelli⁴

Além da feição feminina do movimento, com a ampla e esmagadora participação das mulheres, outro aspecto importante deste trabalho é o viés urbano e geográfico que caracteriza a

³ PORTELLI, Alessandro. História Oral como Gênero. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. Educ-SP, nº 14, 25-39. Fev., 1997.

⁴ PORTELLI, Alessandro – *ibidem*, *idem*.

atuação destas mulheres. Moradoras da periferia leste da cidade, imprimem suas marcas nesta região, disputando espaços e significando-os. Exemplo disso é a luta manifesta em alguns bairros para que determinados equipamentos de saúde tivessem o nome de uma pessoa escolhida pelo movimento, quase sempre um lutador do bairro, dando, dessa forma, uma configuração quase pessoal a um prédio público, num ato de apropriação significativa do espaço público. Neste processo de “ocupação” do bairro, vão constituindo seus próprios espaços a partir de sua constituição mesma como sujeitos históricos, como na análise de Michelle Perrot⁵ sobre a presença das mulheres na rua na França do século XVIII. Não há espaço predefinido em público/político e/ou privado/apolítico; há uma constante reelaboração e reconfiguração (ROLNIK, 1997) destes mesmos espaços construídos historicamente, de acordo com os circuitos de poder que se estabelecem a partir da experiência socialmente compartilhada num determinado lugar.

As transformações no meio social e no espaço físico da zona leste de São Paulo provocadas pela atuação dessas mulheres do Movimento de Saúde são visíveis: as conquistas de equipamentos de saúde e a participação popular até hoje manifestada na continuidade dos Conselhos de Saúde da região atestam isso. Outrossim, sabemos, como nos lembra Marcos Reigota⁶ em seu livro *Meio Ambiente e Representação Social* que “*em transformando o espaço, os meios natural e social, o homem também é transformado por eles. Assim, o processo criativo é externo e interno (no sentido subjetivo). As transformações interna e externa caracterizam a história social e a história individual onde se visualizam e manifestam as necessidades, a distribuição, a exploração e o acesso aos recursos naturais, culturais e sociais de um povo.*”

Considero que as carências sociais não são apenas condições objetivas dadas a priori, mas são vividas, pensadas e sentidas pelos sujeitos históricos no processo da experiência. Vale aqui evocar um conceito que me tem sido caro nesta pesquisa, a partir de Thompson⁷. Trata-se do conceito de *consciência afetiva e moral*, cuja base supõe que a experiência vivida pelas pessoas não lhes marca apenas como idéias, no âmbito do pensamento, mas também no campo do sentimento, e tais sentimentos são interpretados à luz de um campo cultural que prevê normas, regras, expectativas, valores, campo este não pensado, mas aprendido na vivência mesma do sujeito, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Assim, “toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse; em cada ‘necessidade’ há um afeto,

⁵ PERROT, Michele – *Os Excluídos da História*, São Paulo: Paz e Terra, 1988.

⁶ REIGOTA, Marcos - *Meio Ambiente e Representação Social*, São Paulo, Cortez Editora, 2001, p 15.

⁷ THOMPSON, Edward P. – *A Miséria da Teoria; ou, um Planetário de Erros*, RJ: Zahar, 1981

ou ‘vontade’, a caminho de se transformar num ‘dever’ (e vice-versa); toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores”.⁸ A luta para superar as necessidades resultantes das carências urbanas na zona leste de São Paulo também significou escolha de valores e contradições para aquelas mulheres, possíveis e existentes dentro da experiência vivida de cada uma delas, além da realidade social.

Analisar, portanto, a atuação dessas mulheres no movimento de saúde no contexto dado, tem o objetivo de compreender como a experiência socialmente compartilhada trouxe transformações em vários níveis, no que se refere não apenas às mudanças de caráter instrumental que o movimento obviamente fornece, como saber falar em público, redigir um documento reivindicatório etc, mas também as mudanças na sua visão de mundo, nas relações familiares, na consciência de seu mundo e de si mesmas, além de mudanças na própria realidade social.

Assim, o presente trabalho tem a intenção de discutir os vários aspectos dessa vivência, buscando no cotidiano dessas mulheres as contradições enfrentadas por elas, não apenas ao se engajar num movimento popular, mas também, no seu próprio modo de vida, antes, durante e depois desse engajamento, buscando no seu cotidiano, no seu dia a dia, as razões que as levaram a fazer as escolhas que fizeram. Cada uma delas, a seu modo, buscou um caminho de consciência tornando-se sujeito histórico. Privilegiamos aqui a análise desse processo através de um movimento popular; mas as raízes deste caminho estão situadas para além do movimento, antes mesmo dele, nas histórias de vida de cada uma delas, que num determinado momento se encontram e compartilham essa experiência.

É importante lembrar que o conceito de cotidiano aqui trabalhado tem um caráter politizado, na medida em que é visto como lugar onde também se forja a constituição histórica e cultural do sujeito, sugerindo mudanças, rupturas, possibilidades de novos modos de ser, através de processos históricos diferentes e simultâneos, de agentes históricos diferenciados, num jogo de lutas e resistências Voltando ao conceito de experiência de Thompson, entendo que não apenas nas estruturas econômicas de uma sociedade é que se estabelecem disputas e pressões, mas também no cotidiano, na família, no trabalho, na comunidade imediata, no “habitus de viver”, na experiência, enfim, da vida humana⁹. Nesse sentido, não há um poder predeterminado e/ou localizado em um lugar privilegiado, mas sim uma disputa que permeia todas as dimensões

⁸ *ibidem*, *idem*.

da vida social e a maneira como os diferentes sujeitos lidam com isso fogem a quaisquer previsões. Assim, o cotidiano surge revalorizado como lugar de disputa social também, ao invés da noção mais comum que lhe é atribuída de continuidade e de repetição.

Por tudo isso, esta pesquisa enfoca de maneira insistente as dimensões subjetivas e culturais do cotidiano das mulheres militantes do Movimento de Saúde, porque acredito que toda mudança deve ser pensada nos diversos níveis que compõem a realidade social.

Outros documentos foram analisados, sempre privilegiando os pressupostos teóricos e metodológicos aqui descritos: atas de reuniões do movimento, agendas pessoais contendo anotações sobre as atividades do movimento e do dia-a-dia destas mulheres, poesias várias, panfletos elaborados para determinadas ações do movimento, panfletos contendo canções de protesto adaptadas a determinados momentos, reflexões espontâneas por escrito suscitadas a partir das entrevistas e depoimentos orais e/ou escritos de diversas pessoas acerca destas mulheres.

Quanto a esse último aspecto, dos depoimentos de algumas pessoas convidadas a se pronunciarem sobre as mulheres do movimento, devo esclarecer seus objetivos e critérios de seleção. Quanto aos primeiros, trata-se de buscar no processo vivido, os conflitos e vínculos advindos das relações interpessoais que se estabeleceram, sob óticas diferentes, sob outros vieses, para uma melhor compreensão da complexidade dos fatos narrados. Quanto aos segundos, tentamos elencar pessoas que tiveram papel relevante na vida dessas mulheres durante todo o processo em questão. Os representantes da Igreja, que tiveram essa vinculação com o movimento, os médicos sanitaristas, os técnicos da área da saúde que acompanharam o movimento e ex-secretários de saúde, tanto municipais, quanto estaduais. No entanto, pela indisponibilidade de algumas pessoas, pelas dificuldades de agenda e pelo pouco tempo disponível para a pesquisa, nem todos esses setores foram contemplados. Ao final, foram entrevistados um ex-padre, três médicos sanitaristas, sendo dois deles também ex-secretários municipais e um ex-secretário estadual.

Os critérios para a seleção das mulheres entrevistadas mudaram com o desenrolar da pesquisa. Inicialmente, eu pretendia abranger apenas o perfil típico da dona de casa com pouca escolaridade que, rompendo com as expectativas, resolveu sair de casa para compor um

⁹ *ibidem*, *idem*.

movimento social tornando-se uma liderança neste movimento. Depois, resolvi abrir um leque um pouco maior, não no sentido numérico da expressão, mas sim no que diz respeito a buscar uma diversidade que pudesse fornecer uma visão mais abrangente do movimento, através de vivências diferenciadas em termos de escolaridade, idade e vivência no movimento. Essa mudança de enfoque se deu em função da compreensão de que as experiências diferentes ou não hegemônicas num dado contexto devem aparecer como elemento constitutivo da dinâmica social, não como desvios, mas sim presentes no embate entre tantas possibilidades e alternativas de uma dada realidade. Excluir as diferenças significaria tentar generalizar ou tomar pela média a complexidade da dinâmica social, sem apreender-lhe todas as suas faces, incluindo-se aí, as resistências que tornam a realidade tão heterogênea¹⁰.

Dessa forma, tentei atingir várias temporalidades dessa vivência coletiva, buscando nela a multiplicidade e não a média que exclui a complexidade da experiência real. Optei por quatro mulheres que fazem parte do movimento desde o início (década de 1970), e quatro que iniciaram sua militância na década de 1980, totalizando um universo de oito narrativas de vida. Também procurei recolher depoimentos de pessoas que tivessem vivido sua experiência em diversos lugares da Zona Leste, a fim de ter uma visão diferenciada dos vários bairros que empreenderam a luta por saúde¹¹. A idade de nossas depoentes varia entre a faixa dos quarenta e dos oitenta anos. Três delas já não militam mais no Movimento de Saúde, enquanto que as outras cinco ainda são atuantes. Todas acabaram tendo alguma inserção no Partido dos Trabalhadores (PT), às vezes participando de sua própria formação, outras vezes, como simpatizantes ativas; todas se filiaram ao PT. Duas delas têm nível superior, três completaram o Ensino Fundamental e outras três fizeram até a 2ª série do Ensino Fundamental. Com isso, busca-se acompanhar trajetórias diferenciadas, em momentos diferenciados para uma visão mais plural do processo.

As entrevistadas foram as seguintes:

Francisca Ivaneide de Carvalho, de 47 anos, nascida em 05/02/1959, em Tataíra, Ceará. Veio para Diadema em 1972 com apenas a 2ª série do Ensino Fundamental, casou-se em 1978 e foi morar em Sapopemba, zona leste de São Paulo. Começou a participar do Movimento de Saúde em 1988 e milita até hoje. Ivoneide, como é mais conhecida no Movimento de Saúde, tem

¹⁰ KHOURY, Yara Aun – Narrativas Oraís na Investigação da História Social Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados e do Departamento de História PUC- SP, nº 22, 79-103, Jun, 2001

¹¹ O mapa da Zona Leste que se encontra no início do 1º Capítulo dá uma noção da territorialização considerada na pesquisa

dois filhos e um neto, é casada e completou seus estudos até a 8ª série do Ensino Fundamental. Trabalha atualmente como assessora de um vereador e faz planos de seguir seus estudos. Foi conselheira popular da UBS Humberto Gastão Bodra (J. Elba), conselheira gestora pela mesma unidade e pertenceu ao Conselho Municipal de São Paulo por duas gestões. Hoje é conselheira gestora da Supervisão de Saúde da Região de Vila Prudente e Sapopemba.

Orlanda da Conceição de Paula Maíra, de 69 anos, nascida em 24/06/1937, em Bariri, interior de São Paulo onde cursou até a 2ª série do Ensino Fundamental. Viveu no Paraná entre 1959 e 1969, quando veio morar em Santo André com o marido e três filhos. Em 1971, mudou-se para São Paulo, no bairro de Parque São Rafael (São Mateus), zona leste da cidade, onde vive até hoje. Começou a militar no Movimento de Saúde em 1979 e parou em 1996. Orlanda tem quatro filhos e cinco netos. Foi conselheira popular por quatro vezes do Centro de Saúde do Parque São Rafael, conselheira gestora do Hospital São Mateus e integrou o Conselho Municipal de São Paulo à época da prefeita Luiza Erundina.

Maria das Graças da Silva, ou Graça, como é mais conhecida, de 71 anos, nascida em 28/09/1935, em Três Corações, Minas Gerais. Em 1950 veio para Santo André, depois para São Caetano, casou-se em 1955, vindo morar em São Paulo a seguir, na região de Sapopemba. Graça iniciou sua participação no Movimento de Saúde em 1975 e militou até 1990. Tinha feito até a 4ª série do Ensino Fundamental e quando começou a participar da comunidade, fez o Supletivo e completou os estudos até a 8ª série. É poetisa e publicou dois livros de poesia, um em 1992 e outro em 1994. Quando começou a militar já estava separada do marido. Graça hoje é viúva, tem três filhos, seis netos e quatro bisnetos.

Cláudia Maria Fontes Castro, de 47 anos, nascida em 01/10/1959, em Araxá, Minas Gerais. Viveu em Uberlândia dos 8 aos 23 anos, onde cursou a faculdade de Psicologia e veio para São Paulo (São Miguel Paulista, zona leste da cidade) em 1983, para fazer pós-graduação. Começou sua militância no movimento em 1983, inicialmente como diretora de uma creche que apoiava o movimento e depois como integrante mesma e assessora do Movimento de Saúde pelo SOF (Serviço de Orientação à Família naquela época e hoje Sempre Viva Organização Feminista). Atualmente trabalha como psicóloga em um Centro de Testagem e Aconselhamento em DST/AIDS (CTA DST/AIDS) de Guarulhos, mas foi assessora de um deputado federal pelo PT até o ano passado. É casada e tem três filhos. É participante ainda do Movimento de Saúde. Foi conselheira popular da UBS do J. das Camélias, foi conselheira gestora do Hospital

Municipal Tide Setúbal, da Supervisão de Saúde da Região de São Miguel e da UBS J. das Camélias. Hoje é conselheira popular do Distrito de V. Jacuí.

Justelita dos Santos, de 67 anos, nascida em 08/08/1939, em Salvador, Bahia. Casou-se aos 13 anos de idade, veio para São Paulo em 1968, indo morar na Aclimação de aluguel até comprar um lote na Cidade A E Carvalho (zona leste da cidade), onde construiu sua casa e vive até hoje com sua família. Iniciou sua militância no Movimento de Saúde em 1976 e está até hoje. Cursa atualmente a 8ª série do Ensino Fundamental num curso supletivo, pretende seguir os estudos, tem cinco filhos, 12 netos e 2 bisnetos. Trabalha como assessora de um deputado estadual. Já foi conselheira popular diversas vezes da unidade básica de seu bairro, Cidade AE Carvalho, foi conselheira gestora da Supervisão de Saúde da Região da Penha e atualmente é conselheira gestora do Hospital Dr. Alexandre Zaio, ligado à Autarquia do Tatuapé.

Fermina Silva Lopes, de 55 anos, nascida em 12/10/1951, em Euclides da Cunha, Bahia. Veio para São Paulo (Itaim Paulista, zona leste) em 1970 para passear na casa de uma irmã que já morava aqui e acabou ficando. Praticamente analfabeta quando chegou, desenvolveu seus estudos já depois de casada e hoje concluiu o curso de História na Unicid. Entrou para o movimento em 1983 e está até hoje. Fermina é casada, tem duas filhas e trabalha atualmente como assessora de um deputado estadual. Foi conselheira Popular do Antigo Centro de Saúde 1 (CS1) de São Miguel e conselheira gestora do Hospital Municipal Tide Setúbal, da UBS de V. Jacuí e do Ambulatório de Especialidade Tito Lopes. Hoje é conselheira gestora da Supervisão de Saúde da Região de São Miguel e do Condef, da Autarquia de Ermelino Matarazzo

Zuleide Angélica Sotto, de 83 anos, nascida em 11/01/1924, viúva há 50 anos, tem sete filhos, 17 netos e 11 bisnetos. Nasceu em Camaragibe, Pernambuco e veio para São Paulo em 1957, indo morar na Cidade Patriarca, zona leste da cidade. Atualmente mora em Itaquera com uma de suas filhas. Zuleide foi uma das fundadoras do Movimento de Saúde, tendo participado das primeiras discussões e da primeira comissão de saúde, juntamente com a Justelita, em 1976. Ficou nessa luta durante uns vinte anos, até que a idade e o cansaço a obrigaram a parar. Foi várias vezes conselheira popular da UBS do J. Nordeste.

Ana Maria Oliveira Campos, de 46 anos, nasceu a 16/04/1961, é solteira e tem uma filha. Nasceu na Grande São Paulo, em São Caetano do Sul, dentro de uma família batista, religião à qual esteve ligada até os quinze anos, tendo rompido com ela nessa idade. Entrou para o Partido

dos Trabalhadores como militante em 1982 e, através dele, conheceu o Movimento de Saúde ao qual se ligou em 1983/1984. Atualmente vive em Sumaré, não exerce mais a mesma militância que antes no movimento, embora participe ainda como colaboradora num projeto atual do Movimento de Saúde. Hoje sobrevive de forma autônoma, fazendo tele-mensagem e cestas de café da manhã. Tem uma filha, já foi conselheira popular do Centro de Saúde de V. Reunidas, na Vila Industrial e integrou também o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo e o Conselho Estadual de Saúde de São Paulo. Também já foi conselheira gestora do antigo Distrito de Sapopemba.

A organização dos capítulos obedece às seguintes considerações:

No capítulo I, **Saindo de casa – Um Olhar para Fora**, tenta-se analisar as trajetórias de vida destas mulheres desde a infância, a chegada como migrantes a São Paulo e a constituição de suas famílias. As experiências vividas na infância, na adolescência, no trabalho, na Igreja, nas greves do ABC, nos sindicatos, na família, no partido político, vão tecendo um painel de possibilidades na vida destas mulheres. A entrada para o Movimento de Saúde configura para cada uma delas situações diferenciadas, trazendo mudanças no seu dia a dia, acompanhadas de indagações e anseios que perpassam valores como o casamento, a maternidade, a família. A partir de suas narrativas, nos deparamos com as motivações que levaram essas mulheres a uma atuação no movimento e como lidaram com situações novas para elas como ter um trabalho remunerado, ou relacionar-se com autoridades, ou aprender a elaborar um documento, ou falar publicamente em nome do movimento. Saltam de seus depoimentos visões de mundo que dão sentido às suas percepções do bairro, da Zona Leste e do próprio país, não apenas no sentido espacial enquanto local onde materialmente se vive, mas também abrangendo os governos de cada uma dessas instâncias.

Ao falar das conquistas obtidas no movimento, contabilizam ganhos e perdas, percorrendo mentalmente bairros para enumerar postos e hospitais construídos por pressão do movimento. Não esquecem as vitórias com o SUS (Sistema Único de Saúde) e com a formação dos Conselhos Populares e Conselhos Gestores, sabendo-se co-autoras de um processo histórico no qual viveram.

Em suas falas, essas mulheres deixam entrever os processos vividos ao longo dos anos, as dores e os prazeres das transformações de suas vidas, revêem o longo caminho do fazer-se sujeitos e comemoram a estrada percorrida.

No capítulo II, **Na Rua - Aprendendo e Ensinando** – objetiva-se perceber, a partir de cada experiência, como se deu o processo de crescimento pessoal, no que diz respeito a seu engajamento no movimento, o conhecimento teórico sobre as questões de saúde (leis, funcionamento, instâncias de decisões etc.) e o conhecimento prático do saber realizar as atividades do Movimento de Saúde, desde coordenar uma reunião, até organizar uma passeata no seu bairro ou elaborar um jornal do Conselho de Saúde do seu bairro.

Mais do que o conteúdo aprendido tenta-se ver neste capítulo a forma como o fizeram, as estratégias de luta utilizadas, as dinâmicas de reuniões, as relações pessoais, a valorização das aptidões pessoais, a aceitação no grupo, as formas de lazer desenvolvidas e extremamente valorizadas, enfim, todo um conjunto de atitudes que ajudaram a forjar a consciência destas mulheres.

Através de seus relatos, tentamos decifrar as ruas que percorreram, os bairros onde se organizaram, a zona leste, a cidade, enfim, desvendada por suas falas e flagrada na sua intensa transformação nesses quarenta anos em que as acompanhamos.

No processo formativo pautado pela experiência do dia a dia, nos embates com as autoridades e na busca criativa de caminhos, vemos essas mulheres em debates que vão desde a percepção do próprio corpo até a compreensão da sociedade capitalista e os meandros do poder.

Entre viagens a diversos lugares do país e o exercício das funções de conselheiras em diversos níveis, elas ocupam um espaço público conquistado e inventado no processo da luta. Nessa dinâmica, inventam-se a si próprias como sujeitos históricos e reinventam a todo instante o espaço urbano que habitam.

No capítulo III, **Voltando para Casa – Um Olhar Para Si Mesma**, o que se pretende é compreender as mudanças sentidas por essas mulheres em todos os níveis de sua vida a partir da experiência vivida: crescimento pessoal, auto-estima, relação com a família, relação com os

outros, trabalho, vaidade, estudos, mudanças de hábito, mudança de conceitos, crescimento da consciência, novas formas de lazer, agregação de valores, descarte de valores, a decisão de continuar ou não no movimento de saúde, a decisão de fazer outras coisas, as conjecturas para o futuro etc, tudo isso permeado pelas tensões e conflitos que acompanham toda essa trajetória.

Voltar para casa talvez tenha aqui o significado de habitar-se, de tomar consciência da sua própria vida e da dimensão de si mesmas como ser social, de uma inserção no mundo subjetivada pela reflexão da experiência compartilhada.

Não se tem a pretensão de tecer conclusões ou estabelecer um desfecho para as histórias aqui apresentadas, apenas de comungar com elas a grandeza da experiência vivida e as mesmas perguntas sobre o que nos espera adiante.

Porque é justamente pensando no presente e no futuro que aqui se evoca o passado. Explico-me. A proposta de se visitar o passado através da memória revivida destas mulheres, o desejo de percorrer esses quarenta anos de existência do Movimento de Saúde, não se dá pelo prazer da curiosidade ou por mero saudosismo dos tempos já vividos. Em nossa proposta, lembrar o passado nos remete sempre àquilo que dele ficou como inquietação, como desafio ainda presente em nossa contemporaneidade. “Evocar o passado não para tirar lições dele, mas para buscar nele o singular que se projeta ainda no presente”¹².

Não podemos esquecer que a significação que damos ao passado é sempre uma tarefa do presente que, portanto, é sempre mutável e permeada dos interesses do momento em que é produzida. Alessandro Portelli¹³ nos alerta para o fato de que as histórias de vida são fluidas, são vivas, recebendo “acréscimos e subtrações” todos os dias, levando-nos a pensar que o “tempo tanto tira quanto acrescenta”, fazendo com que a narrativa seja sempre indicadora do tempo vivido no ato de narrar.

Na mesma linha acreditamos que também o trabalho do historiador, e o passado que ele quer desvendar, são denunciadores de suas preocupações contemporâneas. “A memória é, por

¹² TELLES, Vera da Silva - Anos 70 in : KOWARICK, Lúcio (coord.) As Lutas Sociais: São Paulo, Passado e Presente – Editora Paz e Terra, São Paulo, 1994, p 217-249.

¹³ PORTELLI, Alessandro – “O Momento da Minha Vida”: funções do tempo na história oral In FENELON, Déa R. et al Muitas Memórias, Outras Histórias São Paulo Ed. Olho D’Água, 2004 p 296-313

definição, um termo que chama a nossa atenção não para o passado, mas para a *relação passado-presente*. É porque o ‘passado’ tem esta existência ativa no presente que é tão importante politicamente”¹⁴.

Por isso, denunciando nosso total comprometimento com o social, vemos na história um caminho político de mudança da realidade atual na construção, sempre socialmente compartilhada, de um futuro melhor.

¹⁴ Grupo Memória Popular – Memória Popular: teoria, política, método In FENELON, Déa R. et al Muitas

Capítulo I

Saindo de casa – Um Olhar para Fora

Um dia na vida de Etelvina

São 6 horas da manhã de um sábado que promete calor. O ano é 1982. Etelvina se apressa em acordar o marido e as crianças enquanto um cheiro de café já se espalha pela casa simples de três cômodos apenas.

Volta para a cozinha, põe o leite para ferver e, enquanto corta em pedaços generosos o bolo que preparara na noite anterior, pensa cheia de entusiasmo nas atividades do dia. Hoje tem Assembléia do Movimento de Saúde da Zona Leste e Sudeste e ela vai coordenar uma parte do dia. Tudo já foi preparado na reunião da semana, mas ela repassa mentalmente as tarefas que terá que cumprir.

Como lhe coube a parte da avaliação do Movimento ao longo do ano, escolheram uma dinâmica apropriada para isso. Apesar de já ter aplicado essa dinâmica outras vezes, Etelvina está um pouco nervosa, sabe da importância que é para o movimento esta assembléia e do papel que ela hoje desempenha junto às suas companheiras. Ainda bem que não estará sozinha. Caberá a ela e à Luisa desenvolver toda a parte da avaliação e esperam conseguir motivar positivamente todas as conselheiras. Houve derrotas ao longo do ano, o Hospital do Sapopemba continua parado e as negociações com a Secretaria Estadual estão cada vez mais difíceis. Mas houve também muitas vitórias e é isso que tem que ser ressaltado para que todas ali presentes possam se sentir animadas.

Põe os pedaços do bolo numa tapeware, dá um grito para que as crianças se apressem e ponham a roupa que está em cima da cama e corre para o quintal para estender o resto da roupa que acabou de lavar.

O marido toma o seu café e sai para o trabalho. Aos sábados ele trabalha até o meio-dia. Etelvina avisa que se ela demorar, tem comida pronta no fogão, ele só precisa esquentar.

Às sete horas em ponto, pára um carro em frente ao portão e buzina. É a Salete que ficou de dar uma carona. Etelvina se apressa em fechar a casa e colocar os dois meninos no banco traseiro do carro.

_ Acho que vai lotar hoje, hein!

_ É! No ano passado já teve muita gente.

Era verdade. O movimento crescera muito desde que houve a junção com a Sudeste. Tão diferente do começo... Agora havia um sem número de conselheiras espalhadas por vários bairros. E por isso era importante juntar todo mundo para organizar uma ação conjunta.

_ Bem, vamos logo que eu estou responsável de preparar o café.

Passam em frente ao Posto de Saúde do bairro, uma das grandes vitórias do movimento naquele ano. É verdade que estão faltando vários médicos ainda e o Programa de Saúde da Mulher não pôde ser implementado, mas esta é a luta de agora. Etelvina sente orgulho e uma vontade enorme de continuar aquela luta. Pelo menos agora as mães da região não precisam ir tão longe para passar seus filhos no médico.

Os meninos dormem no banco de trás.

_ Quem ficou de cuidar das crianças hoje?

_ Parece que a Rute, a Dilma e a Solange vão se revezar na creche, pra não sobrecarregar uma só, sabe?

_ E pensar que amanhã tem mais, né?

É. Amanhã será uma das partes mais importantes. O movimento precisa tirar as prioridades para as lutas deste ano. Etelvina sabe que, mesmo tendo conseguido já um equipamento de saúde para o seu bairro, não pode desistir, pois a cidade carece muito ainda de atendimento médico adequado. É preciso que todas as conselheiras pensem assim. Os cursos de formação ajudam muito, talvez seja necessário reproduzi-los para toda a região Sudeste também.

No caminho até o salão da igreja, o bairro parece tranqüilo; só quando já estão bem próximas, percebem o movimento de várias mulheres chegando para a assembléia. O “seu” Antonio já está na porta esperando com os pincéis atômicos e os papéis manilhas que serão usados nas dinâmicas. Etelvina pensa como é bom que alguns companheiros participem também do movimento, afinal, a saúde não é uma preocupação só das mulheres.

O dia será longo para Etelvina. Ela sabe que ao chegar em casa pela tarde, terá que deixar pronta a comida para o dia seguinte. Mas ela está feliz.

Texto elaborado a partir da criação livre de imagens tendo como base os depoimentos de várias mulheres do Movimento de Saúde da Zona Leste e Sudeste de São Paulo.

(.....)

Etelvina não existe de verdade, Ela pode ser a Graça, a Ivoneide, ou a Fermina, algumas de nossas entrevistadas. Ela pode ser a Zulmira, a Nete ou Maria, que não aparecem aqui. Ela é apenas a representação de tantas mulheres que vivenciaram a experiência do Movimento de Saúde na zona leste da cidade de São Paulo. A situação fictícia demonstrada neste texto introdutório ao primeiro capítulo é apenas para que o leitor tenha uma pequena idéia do cotidiano vivido pelas protagonistas desta pesquisa e possa captar levemente seu modo de vida. Sem este resvalar nas suas formas de vida, o presente trabalho não tem sentido. Este primeiro capítulo convida o leitor a uma espiada na vida dessas mulheres que vão se cruzar pela zona leste nas últimas quatro décadas.

Início da década de 1970.....1971....1972....1973.... Neste período o Brasil vivia ainda nas sombras da ditadura militar, muita coisa estava por acontecer ainda nos próximos anos desta década: a lenta abertura política, o movimento por anistia, as expressivas votações no então MDB em 1974, as eleições indiretas de Geisel 1974 e de Figueiredo 1978, as estrondosas greves de metalúrgicos do ABC paulista em 1978...

Nada disso havia acontecido ainda quando já circulavam pelas ruas de diversos bairros da zona leste de São Paulo, algumas protagonistas deste trabalho, mulheres que, na sua maioria, vindas de outros cantos do Brasil, iriam ver suas vidas entrelaçadas neste lugar a partir de uma experiência coletiva vivida mais intensamente por umas e menos por outras e que deixará sua marca encravada na vida do bairro, do país e nas suas próprias.

Orlanda da Conceição de Paula Maíra, hoje com 69 anos, acabava de chegar a São Paulo no ano de 1971, vinda de Santo André onde morava desde 1969, casada e com 4 filhos, veio morar no Parque São Rafael, região de São Mateus e logo sentiu as carências do bairro

“Aqui no bairro nós tinha uma farmacinha que atendia as crianças. Não tinha posto, nem Hospital, nada, nada...”. (Orlanda)

A zona leste neste momento vivia um processo de crescimento populacional, como, aliás, toda a área periférica da Grande São Paulo, sobretudo nos municípios de ABCD e demais municípios vizinhos.

Quanto a São Paulo, propriamente, a primeira legislação de zoneamento da cidade (Leis 7805/71, 8001/73 e posteriores)¹⁵ desenvolve uma lógica de construção da cidade que passa pela exclusão territorial dos mais pobres, com o incremento da favelização e periferização. Isto porque a ampliação do centro, gerando novos eixos de desenvolvimento, como por exemplo, o corredor industrial do Belém e da Mooca, acaba gerando uma valorização imobiliária destes subcentros, empurrando os mais pobres para novas periferias. O poder público não dá conta de ordenar esse crescimento acelerado da periferia, fazendo surgir inúmeros loteamentos

¹⁵ Secretaria Municipal de Planejamento Atlas Ambiental do Município de São Paulo, 2004.

clandestinos, desprovidos de qualquer infraestrutura. KOWARICK (1988) chama esse processo de “espoliação urbana”.

Justelita dos Santos, hoje com 67 anos, também conheceu essa realidade. Nascida em Salvador, BA, casou-se aos treze anos e veio para São Paulo em 1968, indo morar no bairro da Aclimação, de aluguel, até ficar sabendo de um loteamento na Cidade A E Carvalho, onde comprou um terreno. Segundo suas palavras:

“(...) eu encontrei um jornal falando que tinha loteamento na Cidade A E Carvalho, só que eu não sabia o que era A E Carvalho, eu vim de Salvador e fiquei lá no centro da cidade, peguei, olhei e li o jornal, depois falei:

‘O que é loteamento?’

Porque a verdade é esta, eu não sabia o que era lote, porque prá lá num é lote que chama, é légua, légua de terra, essas coisas; aí, quando o meu esposo chegou e os meus dois irmãos, aí eu falei:

‘- Olha, nesse jornal tá falando que lá no A E Carvalho abriu lote, que é lote?’

Aí os meus irmãos tavam muito tempo aqui, falaram:

‘- Lote é terra’

Aí eu falei:

‘- Olha aqui, é terra, é terra prá comprar, então vamos lá prá nós comprar terreno’ “. (Justelita)

E sobre as condições da região, Justelita também nos dá uma idéia da precariedade infraestrutural deste bairro:

“Quando chegamo aqui, olha, era mato, era eucalipto, era barro, o trilho que passava o ônibus era véio, caindo aos pedaços, não dava um metro de largura, que vinha da cidade prá cá, era o único que tinha (...) Aí meus irmãos falaram que lá era lugar de bandido, que ninguém vai pra lá, nem condução tem.

‘- Cê tá doida, mana?’

Mas aí eu falei:

‘- O caso é o seguinte, quem sabe um dia fica bom.’” (Justelita)

A partir de 1965, com administração Faria Lima (1965/69) na cidade de São Paulo, ficou evidente uma remodelação do espaço urbano com base em grandes investimentos em vias expressas, viadutos etc, para receber e privilegiar o transporte rodoviário individual cuja frota aumentou enormemente neste período (KOWARICK/BONDUKI, 1994)

“São Paulo não pode parar”, dizia o mais famoso slogan dessa época, na seqüência da administração do prefeito Paulo Maluf. A urbanização da cidade, entendida como execução de

“Eu tinha acho que 38 ou 39 anos, eu trabalhei na faxina, trabalhei na limpeza, mas era uma seção de cosméticos e eu adorava trabalhar lá. Aonde a gente trabalhava tinha mais ou menos umas setecentas moças e eu era muito bem vista lá, sabe? O pessoal de lá, sei lá, eu pelo menos, sentia muito bem no serviço que eu fazia, mas o cosmético fechou e aí eles mandaram todo mundo embora” (Orlanda)

Orlanda trabalhou na Rodhia durante três anos e meio, já tinha todos os seus filhos. Depois é que veio para São Paulo (região de São Mateus, zona leste) e, tendo já os filhos crescidos e trabalhando, resolveu parar de trabalhar e ficar cuidando da casa por uns tempos. Foi aí, por volta de 1978, que começou a participar da comunidade de seu bairro e, posteriormente, do MS.

Outra que teve uma trajetória parecida foi Maria das Graças da Silva, 71 anos atualmente. Nascida em Minas Gerais, em Três Corações, migrou para Santo André com sua família em 1950, aos dezesseis anos de idade.

“(...) trabalhava-se muito em frigorífico e tinha alguns amigos que vieram para Cruzeiro e o meu irmão pedia carta falando. O meu irmão então veio através de alguns amigos pra Cruzeiro trabalhar em outro frigorífico, meu irmão mais velho, e aí trabalhou cinco meses e mandou buscar a família e aí nós viemos pra Cruzeiro, lá ficamos quatro anos, lá eu fiz até o segundo ano escolar, depois a gente veio para São Paulo, também para trabalhar num outro frigorífico em São Paulo. As pessoas vinham, escreviam, aí vinha, trazia amigo, o meu irmão trazia outros de Minas...” (Graça)

Um membro da família vinha, arrumava trabalho, se fixava e trazia os outros. Graça nos fala da realidade da família migrante nesse momento. O crescimento populacional de São Paulo atinge uma taxa de 5,2% ao ano só no município, no período entre 1940 a 1960, sendo a migração responsável por 73% desse crescimento.¹⁶

“(...) daí viemos para Santo André, o meu irmão trabalhava para o sindicato e aquele tempo as indústrias não gostavam muito de pessoas que trabalhavam para o sindicato, ele era muito assim de buscar direito de trabalho, essas coisas, né? E a nossa casa ele fez uma sede do sindicato dos trabalhadores...”

(.....)

“Ele tava muito ligada ao sindicato, e a gente, a família inteira, né? E o meu irmão ele era uma pessoa assim muito de ajudar as pessoas, gostava de esclarecer os trabalhadores, essas coisas, isso nele era nato, ele era assim sempre, não gostava de ver

¹⁶ Idem, Ibidem.

nada errado, então vinha pra nossa casa quem não tinha emprego ele arrumava, arrumava documento, arrumava alimento pro primeiro mês”. (Graça)

O irmão de Graça trabalhava nessa época no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Produtos Químicos para Centro de Freagem de Santo André. Mais tarde em seu relato ficamos sabendo que ele era comunista e foi preso durante um tempo na ditadura militar. Toda essa situação parece ter sido marcante para a família de Graça e para ela própria.

Em Santo André, Graça trabalhou na Rodhia e em mais duas metalúrgicas da região. Depois Graça morou um pouco em São Caetano até se casar e vir para São Paulo, no Bairro do Jardim Elba, na região de Sapopemba onde mora até hoje. Assim como Orlanda, a busca de emprego e de melhores condições de vida direcionou o caminho da família até o ABCD e, depois, a compra de um terreno na periferia de Sapopemba era a única alternativa de se obter um imóvel. No entanto, as condições do bairro mais uma vez demonstravam a penúria da periferia.

“(...) eu ia em São Caetano quando os filhos pequenos, até hoje a gente tem que pegar sempre duas conduções pra ir, não tem ônibus direto, aquele tempo era mais difícil porque não tinha ônibus aqui para ir até lá em cima na Martins Francisco, então ia a pé, carregando criança; carro por aqui não tinha, me lembro de um caminhão que um homem tinha e ele sempre fazia favor quando era coisa assim grave fora de hora. Ele tava em casa de noite, então sempre levava”. (Graça)

Francisca Ivaneide de Carvalho, hoje com 47 anos, nasceu em Tataíra, Ceará, e veio para Diadema quando tinha 12 anos de idade, em 1972. Afirma que o motivo principal da vinda está muito vinculado a uma idéia generalizada sobre a cidade, como um sonho a ser alcançado por todos aqueles que nela não estão.

“Vim em 72, na verdade, assim...é...fui trazida, né, que eu tinha doze anos, né, vim com meus pais e.... Mas eu tinha vontade de vir, eu acho que.... é muito difícil, pelo menos naquela época, tinha um sonho muito grande das famílias vir pra São Paulo, né, não sei se hoje ainda continua assim, né, mas naquela época, tinha um sonho muito grande. Meu irmão já tava aqui, né, e a gente tinha..... meus pais tinham muita vontade de vir, principalmente minha mãe e aí a gente veio pra cá.” (Ivoneide)

Ao mesmo tempo em que expõe essa vontade de vir para a cidade como uma coisa determinante, associa também a necessidade de juntar a família.

“Era muito mais vontade de tá junto com a família, né, porque, assim, lá a gente até tinha.... meu pai tinha um sítio.... ele era.... tinha açougue, né, que chamava lá marchande, né,.... quer dizer.... tinha, né, uma sobrevivência, né, dentro das possibilidades, mas a gente tinha assim.... mas acho que é muito mais uma coisa de vir.

Um filho vem prá cá, principalmente o filho mais velho, né, e aí começa a se distanciar a família, né, eu acho que minha mãe o que ela mais queria vir pra cá era por causa do meu irmão já estar aqui...” (Ivoneide)

Observa-se que o motivo principal da vinda da família de Ivoneide (como ela é chamada normalmente), segundo seu relato, não está vinculado à questão econômica, apesar dos seus recursos modestos. Sua avaliação está entre o sonho de vir para a cidade e, ao mesmo tempo, a necessidade de promover a reunião da família, uma vez que um irmão já se encontrava aqui. A família, então, aparece como uma força agregadora, cuja importância é tão grande que proporciona a migração dela do Ceará para Diadema.

Integrante de família pobre e numerosa (nove irmãos), Ivoneide percorre o caminho já traçado por tantos migrantes que chegam a São Paulo em busca de melhores condições de vida ou de um sonho. Nas décadas de 60 e 70, o grande número de migrantes que vieram para São Paulo explica-se, sobretudo pelo alto índice de industrialização que esse pólo urbano apresenta, considerando aí as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema, o famoso ABCD industrial paulista.

Vivendo a sua adolescência toda ali em Diadema, até 1978, Ivoneide presenciou o ressurgimento do Movimento Operário que culminou com as chamadas greves de metalúrgicos do ABC e este momento foi vivenciado por ela, segundo seu próprio relato.

“(....) aí eu vim morar em Diadema, tem tudo a vê, porque aí cê mora na região do ABC, que aí tem toda uma história do movimento dos trabalhadores, mas na verdade eu participei pouco dessa coisa, né, dos trabalhadores, porque eu trabalhei pouco em firma, mas nesses três anos que eu trabalhei em firma, cê vê, a questão é uma greve, é uma reivindicação e também eu acho que tá no sangue da gente, porque eu lembro que mesmo na firma a gente teve um embate lá na firma e eu que puxei (risos), porque, assim, a gente tinha uma.... puseram uma máquina de solda, nós trabalhava na linha de montagem, né, e tinha uma máquina de solda,,,, uma máquina que era muito quente pra mulher trabalhar, né, e aí eles queriam colocar... falou que queria que as mulher fosse trabalhar naquela máquina e eu falei que não, falei ‘não, as mulher não pode trabalhar nessa máquina’, né, e aí eu lembro que meu encarregado na época falava ‘não, mas eu não tô falando que você vai’, ‘não é isso’, eu falei ‘se eu não vou, minhas colegas também não é prá ir’, né, porque era uma máquina muito quente, era solda mesmo, se uma mulher tá menstruada ou alguma coisa.... né. E aí a gente brigou e aí fui eu que puxei, mas é uma coisa que vem de você e a situação te mostra, né, vai te mostrando, né.” (Ivoneide)

A experiência de Ivoneide mostra que ter morado no ABC, ter visto as greves dos metalúrgicos, ter trabalhado numa linha de montagem e vivenciado os embates da fábrica, tudo

isso forma uma constelação de fatores que vão mostrando pra ela um caminho a seguir, uma possibilidade de mudança, uma atitude de contestação e de crítica.

Seu relato mostra uma vida pautada pela pobreza e pela necessidade de trabalhar, inclusive na infância:

“Vim pra cá com doze anos de idade e aí eu acho que toda menina na idade que eu tinha e que chega aqui... Aí, aos catorze anos vai trabalhar, quer dizer, a infância é bom a gente deixar pra lá, né? Aí mistura essa coisa de infância com já começar a ter mais responsabilidade, né, porque uma família grande, né, e todo mundo tinha que....né? Nós éramos em nove irmãos, já faleceu dois irmãos, embora, assim, nunca tava todo mundo trabalhando, né, mas a gente era muito mais esta coisa de ansiedade de estar trabalhando do que, sabe, falar assim ‘olha, quem é que vai...’, pode ser ter sua adolescência, né,... é tanto que eu estudei muito pouco lá no Ceará e quando eu cheguei aqui também... num fui... continuar estudando, estudei depois, lógico, embora não por conta que meus pais berrassem, pelo contrário...” (Ivoneide)

Seguindo trajetórias parecidas, temos também Zuleide Angélica Sotto, com 83 anos atualmente e Fermina Silva Lopes, de 55 anos.

Zuleide, viúva, nasceu em Pernambuco, cidade de Camaragibe, e veio para São Paulo em 1957, com sete filhos, atrás do marido que já estava aqui há três meses e tinha encontrado trabalho como mecânico numa empresa de transportes na Vila Maria. Acabaram comprando um terreno na Cidade Patriarca, região de Itaquera e ali vive até hoje.

“Eu vim pra São Paulo, não sei, acho que foi perto de 57, por aí. O meu marido veio primeiro na frente, porque lá era muito difícil serviço, sabe? (...) Aí ele veio embora pra São paulo aventurar e no caminho mesmo pra São Paulo, porque naquela época vinha de ônibus, né, era estrada de barro ainda, não tinha asfalto, então ele vinha num ônibus, aí o ônibus quebrou, ele era muito inteligente, entendia de mecânica. Aí o motorista ficou muito encantado com ele, de ver que ele arrumou o ônibus, aí telefonou pro patrão dele e o patrão já mandou levar ele empregado. No meio do caminho já arrumou emprego. Eu lembro que chamava Empresa de Transporte Minas Gerais, ficava ali na Vila Maria a empresa. Quando foi com três meses que ele tava aqui, ele mandou me buscar, disse que viesse. Lá a gente criava um gado, eu sei que a gente tinha umas duas vaquinhas e eu fiquei pra vender as vaquinhas e vim embora” (Zuleide)

Na fala de Zuleide, a mesma esperança de melhorar de vida na cidade grande, já que a vida no campo era muito difícil. A mesma trajetória percorrida por tantos migrantes nessa época,

do marido que vem primeiro, a facilidade de encontrar trabalho, a mulher e os filhos trazidos depois.

Fermina saiu de Euclides da Cunha, na Bahia, para visitar uma irmã que morava aqui em São Paulo, na região de Itaim Paulista e acabou ficando porque não gostava do serviço duro da roça e “não queria crescer, casar e viver” no lugar onde nasceu. Aqui se tornou costureira e se casou, constituindo família.

“Eu nasci no sertão da Bahia, porque quando a gente fala em Bahia, dá impressão de que é Salvador, o povo foca em Salvador. Que nada! Eu vim conhecer Salvador há pouco tempo. Então eu nasci no sertão da Bahia, bem lá no carrasco e trabalhei na roça muitos anos, colhi feijão, milho, era na roça mesmo. Não fui praticamente alfabetizada lá, estudei pouquíssimo, foi aqui que eu consegui, cheguei aqui em 70, já conheci o meu namorado, em 70 mesmo eu casei” (Fermina)

Essas e tantas outras mulheres circulavam, portanto, pelas ruas de diversos bairros da zona leste de São Paulo lá pelo início da década de 70.

Algumas, como Cláudia Maria Fontes Castro, hoje com a idade de 47 anos, viriam depois, já na década de 80, engrossar o caldo dos que procuram São Paulo para trabalhar e estudar. Cláudia veio de Uberlândia para cá após terminar a faculdade de Psicologia, em busca de trabalho e de continuidade dos estudos. Chegou em 1983, com 23 anos e foi morar em Perdizes na casa de amigos. Logo trocou Perdizes por São Miguel Paulista, onde se tornou diretora de uma creche e onde decidiu morar com o intuito de desenvolver um trabalho na comunidade. Trazia de sua trajetória alguns ideais socialistas, obtidos na família, na Faculdade que cursou, dos mestres e amigos com quem conviveu. Chegou a São Miguel Paulista no auge do movimento popular de saúde e a ele se integrou.

“Eu nasci em Araxá (MG), saí de lá com oito anos de idade, fui para Uberlândia, é onde mora toda a minha família. E saí de lá com 24 anos quando terminei a faculdade. Vim para São Paulo com o intuito de fazer pós-graduação, consegui uma bolsa, vim e tive que trabalhar... (...) Essa proposta era para ser diretora de creche em São Miguel, exatamente J. das Camélias... (...) Então, eu tomei a decisão que eu moraria onde eu iria trabalhar, aí em setembro (1983) eu já estava de mudança, entrando na creche e morando lá no bairro, a princípio na casa de uma freira (que atuava no bairro), até me organizar e achar um lugar lá” (Cláudia)

Já Ana Maria Oliveira Campos, que tem hoje 45 anos, nasceu na Grande São Paulo mesmo, em São Caetano do Sul, mas viveu com seus pais em São Paulo, na Vila Industrial, próximo a Sapopemba, na divisa com São Caetano. Entre o ABC e a periferia de São Paulo, participou inicialmente da Igreja Metodista à qual pertencia sua família, mas abandonou-a aos 16 anos de idade, para conhecer o “mundo” de certa forma proibido pelos preceitos religiosos daquela igreja. Tornou-se, desde então e segundo suas palavras, um “bicho-grilo”, termo que designa os jovens que na década de 70 optaram por viver como hippies, curtindo rok’in roll e vivendo de forma alternativa.

“Eu nasci em São Caetano porque a única maternidade que tinha lá no pedaço era a de São Caetano, durante muito tempo era a maternidade pública que a gente tinha, aí as pessoas nasciam em São Caetano porque moravam na beirada (com São Paulo), na Vila Califórnia, Vila Industria”. (Ana)

Ana (Aninha), Cláudia, Justelita, Orlanda, Graça, Ivoneide, Zuleide, Fermina, ainda não sabiam no início da década de 70 que suas vidas se entrelaçariam e que suas experiências teceriam uma história comum e marcante para ambas e para o contexto geográfico e humano daquela periferia leste de São Paulo.

Os bairros da zona leste da cidade, onde nossas mulheres vão viver e se encontrar, como quaisquer outros bairros de periferia, são estes lugares tão povoados de gente, de esperanças, desilusões, misérias e riquezas, que dificilmente alcançaríamos com palavras o seu real sentido.

Roberto Gouveia¹⁷ assim descreve essa complexidade, justificando sua opção de vir para a zona leste vivenciar no ambiente do bairro outra perspectiva de vida e de luta.

“(...) a gente foi conhecendo, analisando, foi compreendendo melhor a realidade do bairro, que é muito diferente da realidade do movimento sindical, que trata com a contradição principal, patrão, operário... O bairro não, o bairro é de uma complexidade, de uma riqueza, mil situações se encontrando... Então é um movimento que é apaixonante e, ao mesmo tempo exige esta postura, postura de querer mesmo mudar, de querer conhecer, de querer compreender, e eu acho que isso foi muito importante” (Roberto Gouveia).

¹⁷ Roberto Gouveia, deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores na época da entrevista, foi um dos médicos sanitários que teve atuação no J. Nordeste em Itaquera desde 1976, tendo sido, inclusive, diretor da unidade de saúde deste bairro.

Nesse processo de querer mudar e compreender, não apenas Roberto Gouveia, mas também outros médicos e agentes vários que vinham para o bairro com uma visão marxista de leitura da realidade, acreditando que a luta de transformação da realidade tinha que privilegiar o sindicato onde estava a contradição maior do capitalismo, acabou compreendendo a dimensão política e transformadora do bairro, e a vê-lo como um espaço de construção social por onde permeiam os diversos conflitos reinantes do capitalismo.

Na fala de Eduardo Jorge¹⁸, que afirma ter mudado de religião aos dezoito anos, saindo “sem escala, do cristianismo para o materialismo dialético de Marx”, vemos a reflexão feita a partir da realidade vivida no bairro.

“A zona leste foi muito importante pra mim, pra minha história, porque a minha geração, a geração de 68, era uma geração formada na luta contra a ditadura, mas com a visão altamente autoritária e leninista, que é uma forma de fazer política de cima pra baixo e dizendo o que o povo deve fazer. Esse contato com o povo pra mim foi fundamental, lá se viu, eu senti na prática, (...) lá na zona leste, conversando com as mulheres, com funcionários públicos que não tiveram chance pra uma elaboração política maior, você via que eles tinham valores, que eles tinham capacidade de pensar, de organizar, tinham vontade e desejos muito generosos, capazes de mudar a sociedade no sentido coletivo progressista, ao contrário do que nós achávamos. Então, a minha ida pra zona leste foi uma opção de ruptura com a visão anterior leninista e um desejo de aprender com o povo” (Eduardo Jorge)

Também Carlos Neder¹⁹ reflete sobre essa questão.

“(...) havia uma visão errônea no começo, de que o bairro operário era um bairro homogêneo e ali, foram se dando conta de que, apesar de morarem na mesma periferia, eles tinham situações diferenciadas pelo próprio bairro (...) e que, portanto, não era só dizer ‘somos nós da zona leste contra a opressão da cidade’, mas que mesmo dentro da zona leste havia diferenças importantes e que a coisa era muito mais complexa do que parecia num primeiro momento”

(.....)

“E pra gente foi um desafio de vida, de atitude, de valores... Uma coisa é você ter o conhecimento teórico, proposta revolucionaria em relação à sociedade num partido de esquerda, outra coisa é você aprender a valorizar pequenas coisas no dia a dia, na relação com as pessoas e viver todo um potencial de transformação. Como que pequenas atitudes podem depois se manifestar altamente revolucionárias desde que levadas às últimas conseqüências, envolver mais gente no processo em defesa do direito. Então, eu acho que nós não seríamos as pessoas que somos hoje, valorizadas na posição

¹⁸ Eduardo Jorge, atualmente Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, ex-Secretário Municipal de Saúde (Governo Luiza Erundina), também foi um dos médicos sanitaristas que se dirigiu à zona leste em 1976, tendo sido naquela época diretor do Centro de Saúde de Itaquera

¹⁹ Carlos Neder, deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores na época da entrevista, também fazia parte do grupo de sanitaristas que atuou na zona leste (J. Nordeste) nesse período. É também ex-Secretário Municipal de Saúde de São Paulo (Governo Luiza Erundina)

parlamentar que temos, não fosse todo o trabalho que tivemos... A gente deve a todas essas pessoas com quem a gente conviveu, tem um pouco de cada uma delas, na forma de agir, nos princípios, na determinação que tem de acreditar que é possível mudar essa situação, por mais improvável que pareça a chance de mudar”. (Carlos Neder)

Na fala de Neder a visão de bairro transformada com a experiência vivida ali. Ele deixa transparecer que o cotidiano e a vivência compartilhada no MS representaram caminhos de transformação da sua própria consciência.

Esse espaço, portanto, os bairros, onde os movimentos sociais da década de 70 se organizam, passam a ser vistos sob outra ótica; não mais como simplesmente o local da reprodução da força de trabalho e, portanto, secundário nas lutas de superação do capitalismo, nem, tampouco como meramente o local onde as condições objetivas são tão adversas e que, por si só, faz surgir os movimentos.

Os bairros passaram a ser mais que isso, constituíram-se “em ponto de ancoramento e convergência de práticas e discursos diferenciados que ajudaram a construir o tempo histórico que produziu esses movimentos como acontecimento significativo”²⁰, transcendendo a natureza puramente objetiva da realidade social.

Assim como nossas mulheres, outras milhares de pessoas circulavam ou passariam a circular por estes lugares. A alta concentração de crescimento populacional na periferia da capital se mostrou acentuada nas décadas de 60, 70 e 80, como nos mostra a tabela a seguir.

Tabelas

Taxas de Crescimento

Município de São Paulo, Subprefeituras e Distritos Municipais

1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

Unidades Territoriais	Taxas de Crescimento				
	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000
MSP	5,48	4,91	3,67	1,16	0,88

²⁰ TELLES, Vera da Siva op. cit.

Aricanduva/Formosa/Carrão	5,64	3,16	1,16	-0,51	-0,60
Aricanduva	6,04	3,46	1,30	0,36	-0,20
Carrão	6,04	3,46	1,30	-1,15	-1,22
Vila Formosa	5,03	2,66	0,93	-0,73	-0,47
Butantã	9,54	9,96	6,17	2,32	0,32
Butantã	9,17	9,85	6,09	0,17	-1,07
Morumbi	11,05	7,72	5,20	2,33	-1,61
Raposos Tavares	9,17	9,85	6,09	4,82	1,07
Rio Pequeno	9,17	9,85	6,09	1,76	0,93
Vila Sônia	9,85	12,00	6,94	2,56	0,57
Campo Limpo	10,61	13,54	7,75	3,84	2,77
Campo Limpo	10,29	13,19	7,32	3,39	2,06
Capão Redondo	10,93	14,69	8,39	3,81	2,46
Vila Andrade	10,71	10,46	6,45	5,93	6,28
Capela do Socorro	11,38	18,29	10,47	3,40	3,72
Cidade Dutra	13,81	19,23	10,54	2,92	1,40
Grajau	9,16	17,12	10,39	4,67	6,22
Socorro	13,81	19,23	10,54	0,53	-1,10
Casa Verde/Cachoeirinha	6,18	3,45	1,68	0,43	0,02
Cachoeirinha	6,13	3,75	2,20	1,60	1,79
Casa Verde	5,54	2,23	1,10	-0,64	-1,57
Limão	7,37	4,84	1,77	0,15	-1,07
Cidade Ademar	9,66	11,55	6,31	1,04	1,76
Cidade Ademar	9,53	11,18	6,04	0,45	0,59
Pedreira	10,29	13,19	7,32	2,86	4,47
Cidade Tiradentes	9,00	11,72	7,19	24,55	7,89
Cidade Tiradentes	9,00	11,72	7,19	24,55	7,89
Ermelino Matarazzo	13,43	5,25	4,70	1,02	0,37
Ermelino Matarazzo	13,43	2,90	4,70	1,57	1,24
Ponte Rasa	13,43	7,77	4,70	0,54	-0,51
Freguesia/Brasilândia	9,91	8,73	3,78	1,01	1,14
Brasilândia	9,91	8,73	3,78	1,76	2,30
Freguesia do Ó	9,91	8,73	3,78	0,13	-0,58

Guaianases	9,94	13,20	7,21	4,49	3,13
Guaianases	9,00	11,72	7,19	4,45	2,15
Lajeado	10,89	14,43	7,22	4,51	3,80
Ipiranga	3,63	2,40	1,44	0,56	0,16
Cursino	7,41	5,69	2,56	-0,48	-0,87
Ipiranga	1,47	0,22	0,49	-1,33	-0,30
Sacomã	4,62	2,57	1,41	2,33	0,87
Itaim Paulista	9,87	12,17	7,03	3,23	2,50
Itaim Paulista	10,75	12,57	6,89	3,89	2,98
Vila Curuçá	9,00	11,72	7,19	2,43	1,84
Itaquera	9,26	13,34	7,08	4,84	1,42
Cidade Líder	7,58	9,82	6,26	2,98	2,05
Itaquera	11,64	15,26	7,23	3,00	1,56
José Bonifácio	8,58	15,38	7,83	14,21	0,36
Parque do Carmo	8,58	15,38	7,83	4,12	1,76
Jabaquara	10,45	6,93	3,30	0,81	-0,01
Jaçanã/Tremembé	9,31	4,87	2,54	1,66	2,11
Jaçanã	9,31	4,87	2,54	0,74	0,62
Tremembé	9,31	4,87	2,54	2,36	3,04
Lapa	2,73	1,95	2,20	-0,70	-0,99
Barra Funda	1,92	0,93	1,51	-1,02	-2,29
Jaguara	10,47	4,06	3,26	-0,86	-1,62
Jaguaré	9,17	9,85	6,09	0,98	-0,48
Lapa	2,15	1,20	1,66	-1,57	-1,71
Perdizes	2,15	1,20	1,66	-0,69	-0,67
Vila Leopoldina	1,75	1,45	0,97	-0,45	0,02
M'Boi Mirim	10,93	14,69	8,39	3,18	2,67
Jardim Ângela	10,93	14,69	8,39	4,70	3,63
Jardim São Luís	10,93	14,69	8,39	2,04	1,77
Mooca	2,44	1,40	0,62	-1,33	-1,51
Água Rasa	5,53	3,72	1,59	-1,52	-1,12
Belém	1,04	-0,46	-0,48	-1,27	-2,49
Brás	-1,19	-1,74	-0,60	-1,28	-3,14
Moóca	2,87	1,84	1,29	-1,45	-1,42

Pari	0,74	-1,19	-1,03	-2,12	-3,95
Tatuapé	5,89	3,25	0,71	-0,80	-0,34
Parelheiros	6,58	15,17	10,22	4,96	6,79
Marsilac	0,90	4,32	8,20	2,76	3,83
Parelheiros	13,81	19,23	10,54	5,24	7,07
Penha	6,99	5,00	3,24	0,25	0,01
Artur Alvim	7,90	6,85	4,55	0,92	-0,71
Cangaíba	9,92	6,57	4,07	1,49	1,99
Penha	5,67	2,86	0,94	-0,48	-0,75
Vila Matilde	7,47	6,39	4,68	-0,68	-0,64
Perus	5,24	11,37	5,89	3,19	7,13
Anhanguera	9,16	9,81	7,37	7,95	13,38
Perus	4,77	11,59	5,69	2,26	4,81
Pinheiros	3,87	1,88	2,44	-0,98	-2,41
Alto de Pinheiros	2,65	1,51	1,39	-0,15	-1,37
Itaim Bibi	6,97	3,21	3,07	-0,61	-3,04
Jardim Paulista	2,74	1,37	2,61	-1,20	-2,30
Pinheiros	3,60	1,37	2,08	-1,67	-2,43
Pirituba	10,33	7,69	3,51	2,17	2,39
Jaraguá	9,79	8,58	4,85	6,33	5,11
Pirituba	10,42	8,24	3,25	1,26	0,67
São Domingos	10,47	6,29	3,18	0,12	1,83
Santana/Tucuruvi	7,62	4,82	2,62	0,28	-0,86
Mandaqui	7,99	4,95	2,80	1,51	-0,10
Santana	7,15	4,64	2,36	-0,09	-1,10
Tucuruvi	7,99	4,95	2,80	-0,30	-1,31
Santo Amaro	12,20	8,57	5,73	-0,15	-0,83
Campo Belo	13,41	5,08	3,63	0,28	-1,73
Campo Grande	10,29	13,19	7,32	1,39	1,20
Santo Amaro	11,37	10,69	6,58	-1,90	-2,43
São Mateus	6,93	8,80	5,12	2,81	2,70
Iguatemi	8,64	14,94	7,63	5,67	6,08
São Mateus	6,66	6,05	3,25	2,22	0,30
São Rafael	8,17	18,29	7,96	2,24	3,74

São Miguel	12,86	13,06	6,57	1,95	1,79
Jardim Helena	13,43	13,55	6,56	2,41	1,81
São Miguel	11,64	15,26	7,23	0,25	-0,62
Vila Jacuí	13,43	10,40	5,72	3,45	3,83
Sé	2,12	0,28	1,69	-1,24	-2,24
Bela Vista	2,16	1,21	2,82	-1,56	-1,41
Bom Retiro	1,62	-1,64	0,41	-2,47	-3,35
Cambuci	1,15	-0,02	1,22	-1,72	-2,80
Consolação	3,16	1,51	2,47	-1,35	-2,20
Liberdade	2,08	0,47	1,44	-0,71	-2,29
República	2,99	0,41	1,94	-0,49	-2,11
Santa Cecília	2,42	0,31	1,30	-0,88	-2,06
Sé	0,75	-0,90	1,10	-1,74	-3,29
Vila Maria/Vila Guilherme	8,66	4,62	2,37	-0,57	-1,24
Vila Guilherme	8,34	5,05	2,20	-0,95	-2,30
Vila Maria	8,13	4,12	2,24	-0,67	-0,83
Vila Medeiros	9,31	4,87	2,54	-0,34	-1,16
Vila Mariana	5,55	3,27	2,38	-0,39	-0,81
Moema	3,86	1,46	2,32	0,63	-0,90
Saúde	8,09	5,20	2,65	-0,66	-0,77
Vila Mariana	5,01	2,70	2,15	-0,68	-0,79
Vila Prudente/Sapopemba	6,41	6,02	3,62	1,19	-0,01
São Lucas	7,79	6,14	3,26	-0,26	-0,96
Sapopemba	7,86	9,23	5,26	3,37	1,02
Vila Prudente	4,64	3,40	2,07	-0,79	-1,25

Fonte: IBGE - Censos Demográficos, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000

Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos de 1950 e 1960

Sempla/Dipro - Retroestimativas e Recomposição dos Distritos para os anos 1950, 1960 e 1970

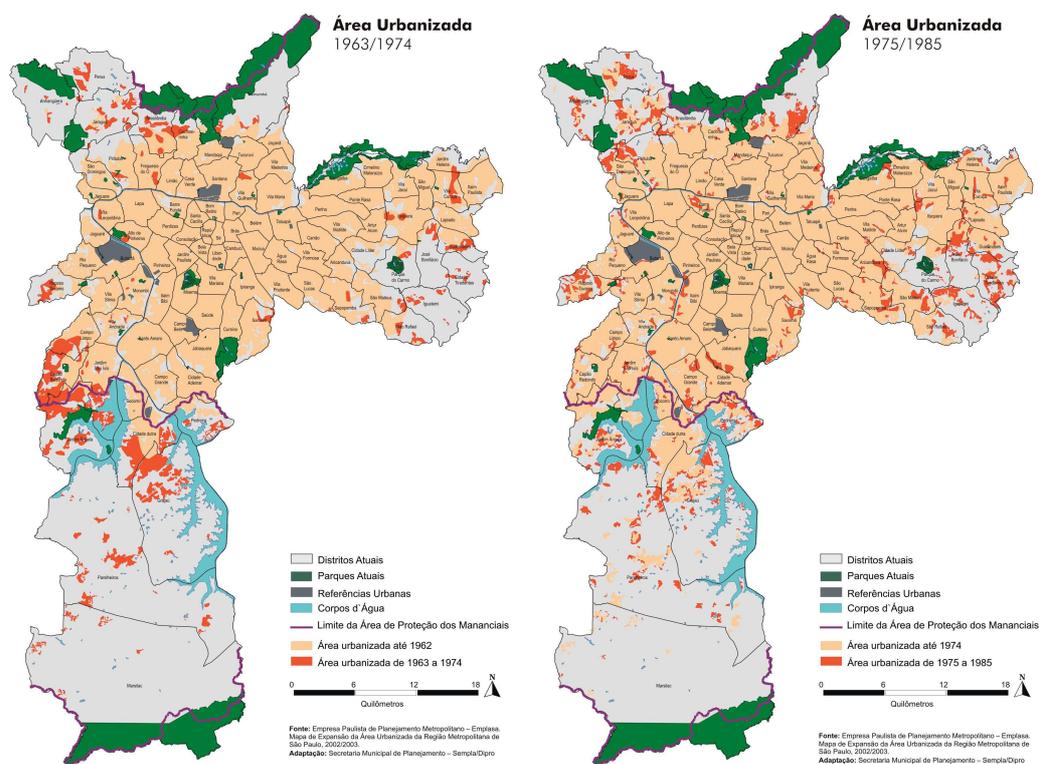
Destacamos na tabela em vermelho os bairros que integram a chamada Leste 1, que serviu inicialmente de moradia aos operários que vinham para São Paulo ainda nas décadas de 1940 e 1950. Quando toda essa área foi tomada pelas moradias operárias, iniciou-se um

deslocamento para a chamada Leste 2 (no mapa, em azul), mais distante e mais precária, que vai ser ocupada pelos “novos pobres” nas décadas de 1960 para cá.

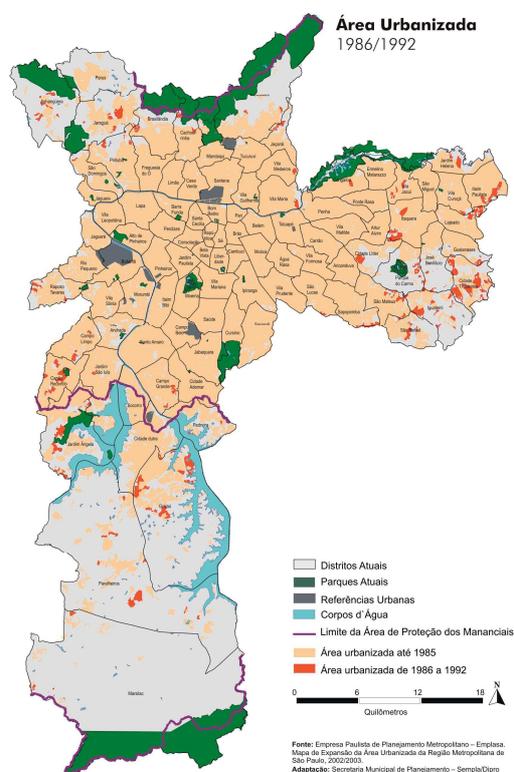
Se analisarmos pela tabela o crescimento populacional das áreas periféricas da cidade de São Paulo, principalmente da Zona Leste que nos interessa aqui, veremos como o foi acentuado o adensamento dessas áreas para as quais migrou também boa parte de nossas mulheres. Esse aumento da população na zona leste sem um prévio planejamento fez surgir toda sorte de demandas de infraestrutura urbana, desde o encanamento da água e esgoto, passando pelo asfalto da rua e linhas de ônibus, até os equipamentos de educação e saúde.

Tal situação gerou a denominação de bairros dormitórios para essa região, já que os que ali moravam, em sua maioria, trabalhavam no centro da cidade de São Paulo (26%), nos bairros então industriais do Brás, Belém, Mooca, Pari, Vila Guilherme e Vila Maria (23%), contra só 17% que trabalhavam na própria zona leste.²¹

Para uma melhor compreensão da complexidade desses movimentos migratórios urbanos e percepção da grandeza dos problemas gerados a partir dessa realidade, vejamos através de alguns mapas o crescimento da mancha urbana na periferia leste, década após década.



²¹ Secretaria Municipal de Planejamento. Atlas Ambiental, São Paulo, 2004



A trajetória de nossas mulheres e suas famílias na direção leste da cidade acompanha, pois, um movimento urbano que, esgotadas as possibilidades habitacionais a preços acessíveis na Penha, Tatuapé e Vila Prudente (Leste 1), se dirige para os loteamentos mais distantes em São Miguel Paulista, Itaquera, Guaianases, o que se constituiu na Leste 2 e onde se concentrou o trabalhador de mais baixa renda. Tal vetor de migração também foi facilitado pela construção da via de acesso denominada Radial Leste nos anos 60.²²

O crescimento desordenado da cidade, tal como descrito anteriormente, possibilitou o surgimento de inúmeros loteamentos clandestinos, sem que o Estado pudesse controlá-los. Tais loteamentos em contrapartida ao seu preço reduzido em comparação com áreas de maior urbanização, apresentavam a mais completa ausência de infraestrutura e de serviços públicos, gerando, assim, toda sorte de carências para a população.

É neste contexto que vamos acompanhar nossas mulheres no desenrolar de suas vidas e experiências cotidianas, num processo que vai desembocar na organização do Movimento de Saúde da Zona Leste (MSZL), um movimento popular organizado a partir das experiências dispersas de luta por saúde em vários pontos da periferia leste.

É bom esclarecer que o que chamamos aqui de Zona Leste (incluindo aí a 1 e a 2), difere um pouco da divisão que a Secretaria da Saúde fez, a partir da atual divisão da cidade em Subprefeituras e Distritos, que acabou fixando praticamente toda a antiga Leste 1 mais um pedaço da Leste 2 numa denominação de Sudeste, como mostra o mapa abaixo.

²² Idem, *Ibidem*.



Decidimos considerar a antiga divisão pelo aspecto não apenas geográfico, mas sobretudo histórico, já que há nessa região (antiga Leste 1) uma forte identificação com a zona leste, com uma nomenclatura já assimilada, principalmente em Sapopemba, de onde saem três de nossas entrevistadas. Embora o próprio Movimento de Saúde tenha, na década de 90, criado uma separação estrutural entre as regiões Leste e Sudeste, deixando Sapopemba fora da Leste, na busca de uma ampliação da organização do movimento, queremos registrar que para esta pesquisa, assim como para milhões de moradores, o bairro de Sapopemba se insere num contexto sócio-econômico-cultural que o qualifica como pertencente à Zona Leste. Cabe lembrar que esta discussão permeia até hoje o MS nas questões referentes à sua organização estrutural na cidade.

Fernando Altemeyer²³ faz uma referência nesse sentido, ao comentar a movimentação política que havia nessa região.

“(...) eu falo São Mateus porque é a área onde fiz minha maior atuação, mas nunca houve MS em São Mateus sem Sapopemba, acabavam se confundindo porque formavam uma espécie de dois grandes blocos onde estavam as comunidades mais fortes, onde estava a esquerda mais politizada...” (Fernando Altemeyer)

O MS antes de se tornar um movimento estruturado, se constituiu de pequenos grupos espalhados por toda a zona leste, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que refletiam sobre a ausência de serviços de saúde na região nos primeiros anos da década de 70. Parece ser, pelos relatos e pela literatura sobre o tema, que dois focos se tornaram particularmente importantes e se consolidaram através de pequenas lutas de reivindicação de postos de saúde na região.

Um desses grupos foi o do J. Nordeste em Itaquera que, através de um grupo de mães ligado à comunidade, desenvolveu inicialmente um trabalho mais assistencialista com a população mais pobre do bairro e começou a refletir sobre os problemas relacionados à saúde. Um abaixo-assinado já havia sido feito, não se sabe por quem, a respeito disso, mas não teve resposta.

Outro grupo surgiu na região de São Mateus, mais propriamente no J. IV Centenário, onde já em 1972, um grupo de mulheres, após várias discussões sobre a falta de postos e hospitais na região, foram em comissão até a Secretaria da Saúde levar o pedido de construção de um posto de saúde para o bairro. Mas vai ser a partir de 1975, que um grupo realmente se estrutura em torno da questão da saúde, orientados pela Pastoral da Saúde, certamente sob a liderança da Irmã Teresa do J. IV Centenário, muito lembrada por Eduardo Jorge nesse processo.

“Não existia o MS, existiam pessoas como a Irmã Teresa que trabalhavam com a saúde, (...) A irmã Teresa era uma enfermeira irlandesa, com muita autoridade na Igreja da região de Sapopemba e São Mateus. Ela, na ocasião, já vinha tentando organizar algum movimento de reivindicação pra melhorar o estado dos centros de saúde daquela região (...) Nós começamos a nos reunir com pessoas interessadas da região toda, trazidas pela Irmã Teresa. Eram reuniões em São Mateus, Iguatemi, Parque Centenário, Sapopemba e todas aquelas regiões” (Eduardo Jorge)

²³ Fernando Altemeyer, atualmente Ouvidor da PUC-SP, exerceu função de padre atuando na zona leste de São Paulo, sobretudo em São Mateus. Participou de diversas lutas do MS da região.

Esses grupos vão amadurecendo, tanto nas reivindicações e cobranças feitas às autoridades, como na sua própria organização. Mais tarde, com o crescimento desses dois focos e sua interlocução, eles vão se unir formando o Movimento de Saúde da Zona Leste (MSZL).

Portanto, o Movimento de Saúde se insere num quadro de lutas surgidas na década de 70 que abrange as lutas sindicais do ABC paulista (novo sindicalismo) e os movimentos sociais urbanos como os clubes de mães e o movimento contra a carestia, todos num processo de auto-organização, reivindicando direitos a partir de associações comunitárias e solidárias no espaço do bairro. Neste processo, o surgimento de novos sujeitos históricos ou uma nova configuração de classe social, conforme definição já esmiuçada por Eder SADER (1988), parece ter sido a grande revolução e, claro, o ponto que aqui nos interessa.

Segundo Sader, esse novo sujeito histórico (os movimentos sociais populares) é *coletivo* antes de tudo, pois se organizam em torno de interesses estabelecendo uma identidade. Além do sentido de coletividade, Sader vê como novos a prática e o lugar político onde se desenvolvem esses movimentos, já que estabelecem uma luta por *direitos* dentro da *experiência do cotidiano*. Recusando uma análise pelas estruturas, Eder Sader busca nas *experiências populares* através das lutas miúdas, quase imperceptíveis, mas que representam sinais de resistência, a compreensão desse período histórico. Vê os movimentos sociais como um novo sujeito que constitui um espaço público também novo onde se exerce a participação direta da cidadania para além da do sistema de representação.

Concordando em grande parte com Sader, questionamos hoje a noção de sujeito coletivo fornecida por ele por acreditá-la insuficiente para mostrar a imensa pluralidade de concepções, sentidos e significados construídos por nossos sujeitos privilegiados (as mulheres do MS aqui pesquisadas) no processo vivido em meio a conflitos e tensões da realidade social. A nosso ver, é arriscado falar em identidade coletiva, quando acreditamos que a consciência é formada na experiência compartilhada socialmente, mas subjetivada pelas experiências anteriormente vividas também.

Trabalhando com as noções de cultura no interior da História Social, buscando nesse espectro cultural através das narrativas, como se dá a construção dessas mulheres como sujeitos sociais, pretendemos chegar o mais perto possível do modo de vida que elas nos apresentam, como possibilidade de apreensão do real. Assim, a noção de sujeito com a qual trabalhamos é a

de um sujeito social, ou seja, aquele que emerge de uma experiência compartilhada e subjetivada individualmente, para não perder as dimensões completamente umbilicais do indivíduo e do social.

Concordamos aqui com a idéia de que a compreensão de tais movimentos deve ser buscada não nas condições macroestruturais como as contradições do sistema que geram situações de pauperização e exclusão social presentes em nossa sociedade. Ao contrário, propomos o caminho inverso de buscar nas situações concretas dos micromovimentos as soluções criadas no devir histórico que compõe uma gama de experiências produzidas pelos sujeitos que não estão dadas de antemão pelas condições materiais objetivas (KOWARICK, 1988); ao contrário, essas experiências vão sendo produzidas, criadas, inventadas.

Por isso, ao acompanhar essas mulheres nesta trajetória, nosso interesse é entender o processo que as leva a se constituir como estes novos sujeitos históricos, formados a partir da enorme gama de situações e significados que suas experiências trazem e no contato com uma realidade de carências objetivadas em seus lugares de moradia. Da gama de dificuldades vai emergir a questão da saúde como prioritária, conforme os relatos de nossas depoentes.

“Eu vou dizer porque eu entrei na luta. Aí então o que acontece, aqui não tinha posto de saúde em canto nenhum, hospital só tinha o grande lá de Guaianases, que tá lá até hoje. São Mateus não tinha nada, não tinha escola, só tinha uma escola no Jardim Nordeste, uma escola de pau,, aqui o posto de saúde que tinha era uma casa véia, caindo aos pedaços.” (Justelita)

“(Tinha) várias lutas, mas a primeira mesmo que a gente abraçou foi a saúde.... por que? Porque, ah!, dependia muito da vida, das crianças que ficavam doentes, tinha que ir longe, aqui não tinha táxi, ninguém tinha carro naquela época, todo mundo construindo as casas numa dificuldade louca”. (Graça)

A objetividade das carências nos bairros, sobretudo na área da saúde, em si, não justifica a configuração de uma mobilização tão grande dessas e de outras mulheres, em torno de uma luta por direitos. Senão, como se explica que em outras áreas tão ou mais carentes do Brasil (ou mesmo de São Paulo, para não ir tão longe), tal reação não se configurou?

É claro que falar dos movimentos populares significa também falar das condições objetivas da época e do local nos quais a luta se dá. Sem isso, nenhuma pesquisa teria base de sustentação. No entanto, insistimos que essas condições objetivas que, no caso deste trabalho

pode apresentar uma plêiade de configurações referentes à infraestrutura urbana da zona leste, sobretudo, claro, no que diz respeito à saúde, elas, por si só, não são suficientes para a compreensão da luta. O apelo popular à satisfação das necessidades objetivas é sempre revestido de uma gama de significados advindos da própria experiência construída por eles. As condições objetivas não podem ser vistas como algo fora da experiência vivenciada (TELLES, 1994).

Concordamos, pois, que as condições materiais vividas por essas mulheres, embora detonantes num primeiro momento, não são suficientes para a compreensão do seu engajamento e da construção de uma consciência perante estes fatos objetivos. Há que se interrogar, na experiência de cada uma delas, na configuração de valores constituídos a partir de laços familiares e de amizade, na manifestação de vontades e sentimentos constituídos ao longo da vida, no entendimento dos fatores culturais que permeiam a constituição de uma vida, que possibilidades foram sendo criadas para reagir a estas condições dadas, com uma relativa autonomia que lhes confere, afinal, a condição de sujeitos que, no confronto da experiência, reagem a ela.

As mulheres entrevistadas relatam suas vidas e vão deixando-nos ver as opções que fizeram, as influências tecidas no ambiente familiar.

“(meu pai) ele sempre fala, ele sempre era MDB, mas não era filiado a partido nenhum, mas eu lembro sempre, olha, meu pai sempre foi MDB. Tinha a Arena e o MDB e sempre que tinha os comício, ele levava a gente...”

(.....)

“...e aí a Arena todo mundo sabe que era o partido de direita, né, e aí por isso que eu acho que como o meu pai eu me identifiquei com o PT, porque o meu pai sempre foi do MDB, né, e hoje, mesmo ele não sendo filiado, mas ele sempre votou no PT, porque tem uma coisa que vinha.” (Ivoneide)

Ivoneide vê uma continuidade na postura política do pai que, antes votava no MDB, manifestando sua oposição à ditadura e à direita e, agora, vota no PT mesmo não estando filiado. É interessante constatar que a continuidade do MDB não é visto por ela como sendo o PMDB, porque naquela época o MDB fazia o papel de combater a direita e a ditadura, papel que hoje ela vê atribuído ao PT. Evidentemente, sua trajetória de vida, tendo presenciado as lutas operárias do ABC e tendo visto o nascimento do PT como um partido ligado aos interesses da classe trabalhadora, teve influência nessas concepções.

Também ela representa uma continuidade daquela época e de seu pai (“tem uma coisa que vinha”) porque foi seu pai que a incentivou, levando-a aos comícios e incutindo-lhe, assim, valores políticos de esquerda.

Em outra passagem, justificando sua entrada no Partido dos Trabalhadores, nos diz:

“Olha, eu acho que ir participar de um partido político, acho que é uma coisa que vem.... que vinha de mim desde lá no Nordeste, que eu lembro que eu tive praticamente criança, meu pai levava a gente pros comícios, né, tanto que meu pai fala hoje assim ‘Ah, minha filha, vai na igreja, não sei o que, né, ouvir o Evangelho’ e eu falo ‘olha, pai, foi o senhor que acostumou’, né.”

(.....)

“(....) aí eu vim morá em Diadema, tem tudo a vê, porque aí cê mora na região do ABC, que aí tem toda uma história do movimento dos trabalhadores, mas na verdade eu participei pouco dessa coisa, né, dos trabalhadores, porque eu trabalhei pouco em firma...” (Ivoneide)

Cláudia também vivenciou em sua casa esse espírito politizado:

“E a minha casa sempre foi muito permeada pela coisa política, porque meu pai foi vereador, já tinha isso quando eu morava em Araxá, eu tinha cinco anos de idade, e depois quando ele mudou para Uberlândia, como foi um período da ditadura, ele tinha um pacto de não mexer mais com a política, mas ele não teve como segurar os filhos, todos acabaram tendo esse envolvimento com a política e ele acabou voltando também para a política. Ele não conseguiu manter a promessa, acabou na reconstrução, na redemocratização do país”. (Cláudia)

É possível perceber na fala das duas uma ambientação familiar muito propícia a discussões políticas, mesmo num período de ditadura quando qualquer alusão neste sentido era amplamente reprovada, inclusive no âmbito privado da família.

Tal propensão criada no lar é reforçada pela experiência concreta dos acontecimentos do país, vivenciados por elas na juventude: greves do ABC, fundação do Partido dos Trabalhadores etc.

São Paulo vivia na década de 70 o crescimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o fortalecimento da Teologia da Libertação. Segundo Ralph Della Cava, as CEBs alcançaram o número de 80000 em todo o território nacional nesse período, demonstrando o seu alcance.

O caráter social do discurso da Igreja e sua “opção pelos pobres”, desde Medellín (II Conferência dos Bispos da América Latina, realizada na cidade de Medellín, na Colômbia, em 1968) e depois em Puebla (III Conferência, na cidade de Puebla, no México, em 1979) se acentuava a cada dia e as igrejas ou comunidades se convertiam em lugares de discussão dos problemas sociais do bairro, discussão da política nacional, lugar de arrecadação de alimentos para os metalúrgicos em greve etc. A Igreja vivia sob o clima do Concílio Vaticano II (1962 – 1965) do Papa Paulo VI, que com seus ventos trazia uma série de mudanças levando ao surgimento da “Igreja do Povo”, contestadora das injustiças e do regime arbitrário e defensora dos fracos e oprimidos.

A Teologia da Libertação, cujo maior defensor no Brasil foi o teólogo franciscano Leonardo Boff, argumentava que a fé tinha de libertar os homens, tanto dos seus pecados, quanto da injustiça social e, com esse ideário, influenciou a ação das CEBs e dos seus integrantes.

As músicas cantadas nas missas a partir dessa época (década de 70) são denunciadoras da imbricada relação entre fé e política. Eis alguns exemplos²⁴:

POVO QUE LUTA

Povo que luta cansado da mentira
cansado de sofrer, cansado de esperar.
Povo que luta cansado de esperar
proclama a redenção.

*Porque Ele é luz, verdade,
justiça, bem, perdão,
paz, esperança, amor e redenção.*

Povo que luta
por terra onde há fartura
por paz sem fingimento
por vida partilhada.
Povo que luta

²⁴ As letras de músicas cantadas nas missas aqui retratadas foram lembradas por integrantes do MS, correndo o risco de estar incompletas.

por vida partilhada
proclama a redenção.

Porque...

Povo que espera
colheitas mais serenas,
verdades mais profundas,
caminhos mais fraternos.

Povo que espera
caminhos mais fraternos
proclama a redenção.

Porque...

SEU NOME É JESUS CRISTO

Seu nome é Jesus Cristo e passa fome
E grita pela boca dos famintos,
E a gente quando o vê passa a diante
Às vezes pra chegar depressa à Igreja.

Seu nome é Jesus Cristo e está sem casa
E dorme pelas beiras das calçadas,
E a gente quando o vê apressa o passo
E diz que ele dormiu embriagado.

*Entre nós está, e não o conhecemos,
Entre nós está e nós o desprezamos.*

Seu nome é Jesus Cristo e é analfabeto
E vive mendigando um subemprego,
E a gente quando o vê diz é um à-toa,
Melhor que trabalhasse e não pedisse.

Seu nome é Jesus Cristo e está banido
Das rodas sociais e das Igrejas,
Porque dele fizeram um rei potente,
Enquanto ele vive como um pobre.

Seu nome é Jesus Cristo e está doente
E vive atrás das grades das cadeias,
E nós tão raramente vamos vê-lo,
Sabemos que ele é um marginal.

Seu nome é Jesus Cristo e anda sedento,
Por um mundo de amor e de justiça,
Mas logo que contesta pela paz
A "ordem" o obriga a ser da guerra.

Seu nome Jesus Cristo e é difamado
E vive nos imundos meretrícios,
Mas muitos o expulsam das cidades,
Com medo de estender a mão a ele.

Seu nome é Jesus Cristo e é todo mundo
Que vive neste mundo ou quer viver,
Pois pra ele não existem mais fronteiras,
Só quer fazer de nós todos irmãos.

Igreja é Povo que se Organiza

Igreja é povo que se organiza
Gente oprimida buscando a libertação
Em Jesus Cristo, a Ressurreição.

O operário lutando pelo direito
De reaver a direção do sindicato

Igreja é povo que se organiza
Gente oprimida buscando a libertação
Em Jesus Cristo, a Ressurreição.

Esta mesa nos ensina

Esta mesa nos ensina
Todo bem que a gente alcança
Em comum devemos por
O remédio, a medicina,
Pão e vinho e segurança,
Alegria, fé e amor (bis)

Meu irmão pagou imposto
Para a vida melhorar
Mas não tem doutor, nem posto
Porque pobre é o seu lugar

Esta mesa nos ensina
Todo bem que a gente alcança
Em comum devemos por
O remédio, a medicina,
Pão e vinho e segurança,
Alegria, fé e amor (bis)

Minha irmã trabalhadora
É operária e mãe também
Sai de casa, o filho chora,
Fica em casa, o pão não vem.

Nessas letras é possível notar a simbiose entre Fé e Política, a noção de um Cristo humanizado, a caminhada do povo pobre e humilde da periferia comparada à caminhada do ‘povo de Deus’, do povo eleito, que encontrará a redenção final, garantia de vitória. Ideais de justiça, solidariedade, comunhão dos bens eram, então, cantados nas missas trazendo um reforço ideológico que abastecia as lutas do dia a dia.

A Igreja também servia de espaço para reuniões, festas, quermesses etc, fortalecendo um espírito solidário e participativo nos seus membros. Tudo isso foi vivenciado por muitas mulheres que viam na igreja um canal de participação social, ou simplesmente uma forma de fazer algo além dos cuidados da casa. Vejamos na experiência de nossas mulheres.

“Quando começou a comunidade aqui, começaram os movimentos e tinha muita necessidade de mudar um pouco o bairro, ter posto de saúde, a dificuldade que fazia a gente buscar um meio de atendimento aqui no bairro” (Graça)

“(...) aí eu falei, agora eu vou cuidar da casa (...), mas como eu era acostumada a fazer o serviço da casa e o serviço lá fora, porque eu era empregada, o serviço da minha casa era muito pouco e eu tinha muito tempo para ficar a toa, então eu precisava de alguma coisa para fazer, então eu comecei a participar na igreja, eu ia na igreja e a gente tinha uns padres aqui que eles ocupavam o tempo da gente todo, chamava pra uma reunião, chamava pra ir visitar um doente, chamava pra ir em algum lugar, chamava pra fazer movimento. E eu gostei daquilo, aí eu me soltei, eu me encontrei, eu gostei do que eu fazia, do que eles me chamavam e eu era muito reconhecida, porque quando falava eu nunca deixava de ir, então, era uma pessoa bastante responsável, eu me sentia.”(Orlanda)

“(...) mesmo com filho pequeno eu já começava a participar que eu gostava. Mesmo lá em Diadema, quando eu era solteira, alguma coisa na comunidade eu participava, né?, na igreja católica, muito pouco mas eu lembro que a gente ia lá em alguma... Ajudava, organizava uma quermesse, né, mas muito pouco, mas foi, foi assim mesmo”. (Ivoneide)

“Aí começou, nós na Igreja Santa Luzia no Jardim Nordeste, eu e a Celina, a Zulmira Alvarenga, a dona Aninha e começamos a falar, a fazer um trabalho na igreja, e ali o que nós fazíamos, quando começou a mortalidade infantil de sarampo nas crianças, e por aqui só tinha favela, era criança cega, era criança com “clupes” (coqueluche?), era criança com paralisia infantil, as crianças já nasciam da barriga da mãe tudo aleijada, e nós naquela altura não sabia o que fazer, porque eu não entendia o que era saúde pública, no geral não entendia, nem eu e nem o pessoal”.²⁵ (Justelita)

Na fala de Justelita, vemos que a participação na Igreja levou-a, juntamente com outras mulheres, a questionar a situação de vida do bairro, sobretudo a mortalidade infantil. Realmente, a falta de água encanada na maioria dessa região fazia com que a mortalidade infantil na zona leste, em 1978, fosse de 110 crianças mortas antes de um ano para cada 1000 crianças nascidas vivas (BAVA, 1984). Quanto ao fornecimento de água, os dados são de 1990, mas imagina-se que a situação não era muito diferente antes disso. Nesse período, 80% do J. Nordeste (bairro vizinho ao de Justelita) tinha ligações de água, mas apenas 12% eram ligadas ao esgoto; o restante, quase todos, usava fossas (MACHADO, 1995).

Até os anos iniciais da década de 70 essa participação nas comunidades católicas teve muitas vezes, um caráter mais assistencialista, através de clubes de mães que, além de socializarem seus conhecimentos de crochê, bordado etc, também faziam visitas aos doentes do

²⁵ Depoimento de Justelita

bairro, levando para eles a comunhão. Dessa prática formalizada na Pastoral da Saúde e através de alguns agentes pastorais (padres, freiras, seminaristas), as reflexões foram se tornando mais críticas a partir do método Ver-Julgar-Agir e foram mostrando as contradições, levando estes grupos a uma ação mais concreta e crítica na busca de uma solução para os problemas do bairro.

No Jardim Nordeste, por exemplo, foi a partir de um clube de mães com esse caráter que, através de questionamentos de agentes pastorais e dos médicos sanitaristas, se iniciou uma reflexão mais crítica fazendo surgir o movimento de saúde de lá. Em outros lugares, não foi diferente, como nos conta Graça, sobre a região de Sapopemba.

“Começou a idéia de se ter um posto de saúde, primeiro foi na Vila Renato lá em cima, depois as pessoas se reuniam lá na igreja, tinha um seminarista que era interessado em fazer alguma coisa, tinha uma médica que se chamava Dr^a Ana, não sei aonde tá agora, ela também veio trabalhar, ela vinha nas reuniões só para incentivar as pessoas, não sei qual era o interesse dela, de trabalho devia ser né? E o nosso era de ter atendimento, aí começou a fazer as reuniões na igreja, convidar as pessoas, as autoridades de saúde, então a gente foi orientada a fazer uma pesquisa sócio-econômica, a gente fez essa pesquisa no bairro e as pessoas começaram a se interessar, a gente tinha 40, 50 pessoas na reunião, o pessoal se interessou. (E quem orientou foi) essa moça, a Dr^a Ana e o padre da época, o padre Luís, você lembra como ele era político?” (Graça)

No relato da Graça dá para perceber que além dos agentes da igreja, outros atores vão contribuir para engrossar o caldo das discussões sobre a saúde na região: alguns médicos cujos interesses se comungam com os dos moradores do bairro.

Também podemos perceber como vai se formatando uma atuação mais clara e política no espaço do bairro que supera, e muito, o assistencialismo inicial, desde as lutas mais esparsas que vão, num determinado momento se unificar. Nossas protagonistas ainda não se conheciam.

A participação nas comunidades da igreja católica nesta região foi, sem dúvida, um fato muito importante para o desencadear das lutas políticas nos bairros da periferia. No entanto, creio que valeria a pena perguntar sobre o papel das outras igrejas não católicas.

Na trajetória de Aninha, sua infância e adolescência foram marcadas pela participação numa igreja Batista e, embora nada em seu relato denote qualquer reflexão politizada dentro da igreja, sua fala deixa entrever um sentido de comunidade e solidariedade vivenciados ali através de encontros para a juventude e várias formas de lazer.

“Tinha trabalho com jovens, sabe? Motivava... Era meio porre, era diferente de uma Pastoral da Juventude com o trabalho que se fazia, era evangelização, mas tinha integração da juventude, tinha uma animação, tinha o que não tem: lazer, integração de igreja com igreja e isso eu fazia com vontade, era uma coisa de animação...”

(.....)

“Quando eu tava fazendo quinze anos, o pastor da Igreja que era liderança, fazia parte do grupo de jovens da Igreja, ele tinha uma atuação mais ligada no ABC e, no final desse ano que eu saí, o pastor anunciou no último dia do ano, 31 de dezembro, que ia parar de ser pastor, que ele estava se aposentando. Aquilo pra mim foi um golpe no estômago, porque eu não via aquilo como uma profissão, pra mim as pessoas se doavam, que era meta de evangelizar, de levar a palavra. Eu tinha toda uma inocência em relação a isso, então aquilo me frustrou, e continuo me frustrando. Então, logo no começo do ano, eu decidi que não queria fazer parte daquilo” (Aninha)

Ela não esconde a decepção de se deparar com uma espécie de profissionalização dos ideais que ela tinha sido levada a acreditar até então. A partir daí, Aninha resolveu sair da igreja. De alguma forma, a seu modo, a vivência nesta comunidade também serviu para uma reflexão de valores de solidariedade e de comunhão.

A participação de médicos no processo dessa discussão sobre a saúde vai ser outro ponto fundamental. A chegada dos médicos sanitaristas no Jardim Nordeste para uma atuação preventiva de combate às doenças é retratada por Justelita, denotando o início de uma aliança fecunda entre eles e as mulheres do clube de mães daquele bairro, não sem uma desconfiança inicial.

“Foi aí que um dia chegou o Carlos Neder e o Roberto Gouveia, que eles estudavam na USP e tinham se formado. Mas todo mundo pra se formar, pra colocar no currículo deles, tem que trabalhar na zona leste, ainda mais eles que eram médicos sanitaristas, pra ver o fluxo das doenças que existia. Aí quando um dia a gente tava na igreja Santa Luzia, chegou aqueles dois.

‘Oi, bom dia, bom dia, vocês moram por aqui?’

‘Moramos.’

Aí nós ficamos com um pouco de medo, porque naquela época ainda tinha um pouco de ditadura, aí ficamos com medo do pessoal vim bater em nós, aí começa aquele buxixo, o que nós vamos fazer, seja o que Deus quiser, vamos contar o que eles querem saber. Aí eles chegaram.

‘Bom dia, vocês moram aqui?’

‘Moramos’.

‘O que vocês estão fazendo?’

‘Tamos aqui fazendo reunião com dona de casa, né, pintura, crochê...

Naquela época eu tinha trinta anos, já tinha todos os meus filhos, o caçulinha tinha seis anos de idade. Então, o que acontece, a gente resolve conta o que eles querem saber, então a gente chega e pergunta.

‘Quem são vocês?’

‘A gente é estudante da USP e nós viemos fazer um trabalho na zona leste e nós gostaria de entrosar vocês para fazer este trabalho.’

Aí uma olhou para a outra, piscava....Aí eu cheguei e falei.

‘Ei, qual o seu nome?’ pro Roberto.

‘É Roberto Gouveia’.

‘E você?’

‘Eu me chamo Carlos Neder’.

‘E vocês querem mesmo fazer um trabalho com a gente, qual a ditadura que vocês servem? Querendo pegar alguma coisa da gente pra depois mandar a polícia matar nós!’

‘Não, não, que é isso, o contrário, nós queremos fazer um trabalho com vocês’

‘Tudo bem’.

Aí, que nós fizemos, arrumamos um lugar na Santa Luzia, na igreja, com o padre, aí arrumamos um quartinho lá na igreja, pra eles começarem a notificarem as doenças, aí todo dia eles trazia aquele saco cheio de remédio nas costas, o Roberto um, o Carlos outro, aí de manhã a fila de gente doente, era como daqui até Artur Alvim, aí eles iam dando remédio e consultando todo aquele pessoal e aí começamos o trabalho.”
(Justelita)

O padre da paróquia já tinha a idéia de fazer um pequeno atendimento médico dentro da Igreja. Com a chegada desses estudantes de medicina, cedeu uma sala da igreja para esse atendimento ambulatorial que era muito restrito uma vez que eles ainda não eram médicos. Fazia-se, mais que tudo, distribuição de remédios e orientações sanitárias.

Roberto Gouveia, Carlos Neder, Eduardo Jorge e outros tantos médicos sanitaristas haviam se formado na Faculdade de Saúde Pública da USP, ou estavam em vias de. Em 1976, chegaram à zona leste imbuídos da vontade de fazer um trabalho de prevenção e esclarecimento à população sobre as condições de saúde do bairro; tinham, todos, uma postura de esquerda e se dispuseram a colocar seus conhecimentos de médico à disposição da organização popular. Seu papel perante essas mulheres seria decisivo, tornando-se uma espécie de instrumento através do qual elas se organizaram, e estabelecendo com elas uma relação de amizade, respeito e admiração mútua, apesar das desconfianças iniciais, como se percebe no relato de Justelita.

Roberto Gouveia nos fala um pouco dessa sua experiência.

“Assim que eu entrei na Faculdade de Medicina, eu entrei num departamento que se chamava Departamento de Pesquisas Médico-Sociais (DPMS). (...) Aí nós iniciamos um trabalho na Casa Verde e depois nós fizemos um contato na zona leste e fomos pra zona leste. Eu e o Carlos Neder chegamos a trancar matrícula na faculdade junto com mais cinco colegas, nós trancamos matrícula e junto com uma professora, A D. Valquíria, que ela se dispôs a nos acompanhar pra fazer a supervisão, e aí nós fomos, conhecemos o J. Nordeste e iniciamos todo um trabalho no ambulatório que era muito precário. E era dentro dessa perspectiva, de se aproximar das necessidades reais de saúde da população, fazendo uma auto crítica da atuação da esquerda no Brasil, que tava muito distante desse trabalho de base (...) então criamos uma perspectiva de fazer um trabalho

político de base, levar o pensamento socialista para a ampla maioria da população, porque nós achávamos que apenas a pequena burguesia tava fazendo esse debate, e que era importante que esse debate alcançasse o operariado, os trabalhadores e as populações periféricas. Então, por um lado, nós estávamos fazendo uma aproximação política e, por outro lado, estávamos corroborando a crítica ao nosso currículo de medicina que ainda tava muito distante de uma perspectiva mais ampla de saúde pública. Então tinha ao mesmo tempo uma intenção política e uma outra de construir uma perspectiva profissional e passava pela crítica do currículo. Aí nós chegamos ao J. Nordeste...”(Roberto Gouveia)

E também Carlos Neder.

“(...) então nós viemos pro J. Nordeste, começamos a implantar um ambulatório dentro da igreja e ali a Dr^a Valquíria fazia as consultas, porque ela tinha CRM e nós éramos estudantes ainda, ela fazia as receitas e nós cuidávamos de dispensar os medicamentos de amostras grátis e nós fazíamos grupos de discussão com a população local a respeito dos problemas de saúde e possibilidade da organização da luta a partir de mães pra reivindicar um posto de saúde. E fomos passando informações pra eles sobre a política de saúde, aquilo que tava previsto na legislação, os direitos que eles tinham e não eram cumpridos, então houve uma associação entre as informações que nós trazíamos da área da saúde e a experiência que nós tínhamos de organização do movimento estudantil, embora com críticas e criando novos métodos, e as experiências dessas pessoas de militância dentro das comunidades da igreja ou em outro tipo de associação como sociedade amigos do bairro, grupo de jovens...” (Carlos Neder)

Eduardo Jorge também se deslocou para a zona leste e acabou se tornando diretor do posto de saúde de São Mateus (Itaquera), conforme seu relato.

“Eu fui (pra zona leste) em 1976. Eu me formei em 1973, fiz a residência em 74/75, fiz o concurso em 76 e fui morar lá. Eu e minha mulher fomos morar entre São Mateus e Itaquera. Eu era diretor do centro de São Mateus e ela era diretora do centro de Guaianases (...)... o Roberto e o Carlos eram estudantes de medicina que também já atuavam em outros bairros aqui em São Paulo, aproveitaram o fato de... eu tinha feito faculdade de medicina em Medicina Preventiva e o fato de eu e minha mulher sermos diretores da região, abria também a possibilidade deles trabalharem em contato com a população. E eles já estavam também num bairro ali perto, antes até, em 74/75, no J. Nordeste; então, o fato de eu estar ali em Itaquera, facilitou a aproximação com os contatos que eles tinham com a população, porque do mesmo jeito que eu passava informação da estrutura do Estado pra população, também dava pra eles, que eram estudantes e estavam interessados nesse tipo de trabalho. E, no começo nós já estávamos juntos, mesmo antes de 76, eles já tinham um trabalho em 74/75”

(.....)

“(...) trabalhávamos com três frentes: uma frente sindical que representasse os trabalhadores de saúde, uma frente para o movimento popular e uma frente mais política e partidária, que era mais restrita e com pessoas que estavam dispostas se envolver numa coisa tão perigosa como essa na época”

(.....)

“(...) O contato com o movimento de saúde e com a população se dava pelo centro de saúde por um lado e, por outro lado, nós procuramos os organizadores do movimento por parte da igreja da região do Parque IV Centenário, Sapopemba, São Mateus, e aí eu conheci a irmã Tereza (quero sempre registrar e elogiar a presença dela nesse movimento todo, a capacidade dela de organização, o equilíbrio dela)” (Eduardo Jorge)

Nas lembranças de nossas depoentes, pode-se observar a proximidade que resultou entre sanitaristas e moradores da região, ao longo do trabalho desenvolvido ali.

“Mas era uma relação muito boa, como eles eram médicos sanitaristas, eles se interessavam para fazer esses trabalhos nos bairros, então eles vinham, davam palestras e o povo adorava eles, todo mundo gostava demais deles”

(.....)

“Pra mim, eles eram tão igual, que eu não sei se algumas pessoas viam eles mal. Porque quando eles vinham, porque eles vieram nas nossas comunidades quase em todas, aqui na minha casa mesmo, o Eduardo, o Roberto, o Carlos, todos eles vieram aqui em casa, já comeram aqui em casa, e eu tinha uma amizade assim muito grande mesmo, tinha não, tenho, né? Só que agora já tá mais longe, mais distante... e não sei se algum dia eles assim mais em cima, pelo menos o Eduardo, que foi mais aqui do nosso lado, o Eduardo Jorge, meu Deus! como ele é simples, né? Então o povo via ele assim, como médico, mas como uma pessoa bem do meio do povo. Dado.” (Orlanda)

“Aí surgiu na zona leste um movimento que dizia que aquele que era o movimento mais antigo, as pessoas que tinham mais gente, tinha o Roberto Gouveia que era médico, de lá era o Neder que também era médico formado, então lá tinha pessoas que eram mais experientes, que ensinava a tal de política de saúde melhor pra gente poder reivindicar.”

(.....)

“Aquele tempo tinha o Eduardo Jorge que abria esse caminho (para reivindicar) pra gente. Lembra do Eduardo Jorge, né?” (Graça)

As relações entre os sanitaristas e a população local do bairro foram sendo construídas aos poucos, como narra Gouveia.

“Eu lembro que nós passamos seis meses falando de pescaria porque naquela época era difícil, então quando a gente ia comer na casa dos outros, as conversas do almoço sempre começavam em pescaria. Era muito interessante porque todo mundo relaxava, contava história, curtia bastante, porque pescador adora mentir, né. E por aí a gente foi conhecendo, analisando, foi compreendendo melhor a realidade do bairro” (Gouveia)

O movimento de saúde foi muitas vezes visto como sendo manipulado por esses médicos, sobretudo mais tarde quando surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT) e eles acabaram ocupando cargos legislativos e executivos por esse partido. Sobre esta questão, vejamos os depoimentos.

“Esses nossos amigos, esses amigos meus, eles não fizeram isso, esses aí não, e eu vou falar sim aquilo que eu pensei, nesse rolo que tá da política, toda essa sujeira, eu não vi o nome de nenhum amigo meu lá... e dou graças a Deus, e respeito e sempre fico atenta, eu não quero ter essa decepção, não quero. Nunca vi eles envolvidos e isso é muito bom para mim, muito bom. Então diante disso também eu acho que eles não foram manipuladores...”

(.....)

“Eu, pessoalmente nunca, nunca senti, mas ouvi muito isso, ‘vocês são usadas, vocês são bobas, vocês são massa de manobra destes caras’. Mas eu nunca percebi, ou então eu sou muito ingênua.” (Graça)

“(...) o Eduardo e o Roberto, eles vieram trabalhar na zona leste, né, eles vieram estudante ainda de medicina (...) e inclusive muitos falavam, né, que era médico e queria cooptar o movimento. Você já viu médico chegar e querer comentar que a população fosse atrás dos seus direitos e final de semana ficar batendo de porta em porta pra poder formar o primeiro conselho popular de saúde, né? Assim, eu acho que essa é uma história que eu não sei se se repete nunca mais.”

(.....)

“Com o Neder, acho que pro movimento, mesmo hoje ele sendo parlamentar do PT... e o Roberto também... mas é com quem a gente tem esse diálogo...Eu acho que pro movimento e par muita gente eles também são uma referência, né. Eles podem ser pessoas que nem votam neles, que votem em outros parlamentares do PT, né, mas enquanto discussão de saúde, são uma referência” (Ivoneide)

É importante observar essa relação. Todas as mulheres entrevistadas, mesmo aquelas que mais tarde acabaram apoiando outros parlamentares dentro do PT, são unânimes em dizer que a participação destes médicos foi fundamental para o movimento.

O fato é que esta relação entre os médicos sanitaristas e as mulheres do movimento de saúde foi, desde o princípio, muito frutífera e, entre outros fatores, contribuiu para a instrumentalização do movimento que se “utilizava” deles para se formar técnica e politicamente. Nas inúmeras anotações em agendas e cadernos da Orlanda, várias vezes eles são citados como palestrantes.

g. 23-2-89. Treinamento dos curcos no Sape
Palestra com Roberto Garcia

Conjuntura Política municipal, Estadual, Federal

1964

1974

Gais
Galdieri

85
Eleição
82 Para
governador

84
Luta
das
dirista

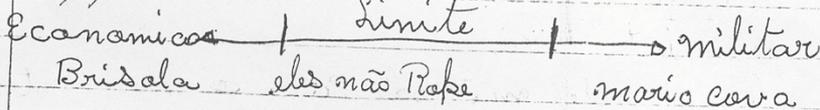
~~85~~ 85
Eleição
dirita
do P.T.
Não apoio

86
Eleição
do Estado
& da
constituinte
Anexia
Pacote
Faccato
Plano Cruz

89



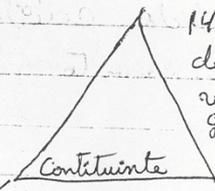
maguiera
& nos



Programa do P.T. ante Capitalista democrático e Popular
de marco
14 e 15. Crise geral

Ganho do
Deputado
Estadual
Parana
11
3,16
S.P.

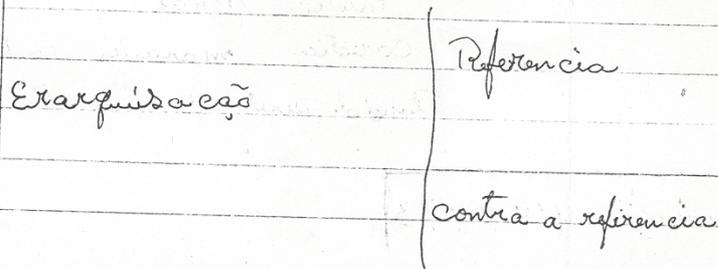
os nossos movimentos deve ser fortalecido



denúncia a Plano
Cruz e Política do
governo

desafio da Política social
constitucional Estadual deve sair ante da Eleição
Praticamente já está pronta.

e a municipal deve ser após a Eleição Presidencial
com a Posição do Roberto ele estaria ganhando 1.500
no serviço, que ele está como deputado ele tira 1. a 1.200



Mas não era apenas utilitária essa relação. Ela abarcou, e muito, o campo do pessoal, como observamos na fala delas e também na do Roberto Gouveia.

“(...) a Zulmira, pra você ter uma idéia, a nossa aproximação foi tão grande que nós convidamos a Zulmira e o S. Ademar pra serem padrinhos de casamento, quando eu casei com a Ana. Virou família. Foi uma experiência muito profunda de relação, de amizade e de análise também, ampla, filosófica do país”

(.....)

“A gente era estudante de medicina e é impressionante a capacidade de acolhimento delas (mulheres do clube de mães do J. Nordeste). Elas nos acolheram de uma forma assim... Bom, a gente considerava as nossas mães aqui, a maioria do grupo não era da capital, éramos estudantes vindos de fora, o Carlos do Mato Grosso, eu de Minas Gerais, e elas: ‘Não, a gente cuida de vocês’. Era um negócio impressionante, a gente almoçava na casa de um, na casa de outro, dava comida pra gente, se organizavam pra não pesar pra nenhuma. O grau de acolhimento foi muito grande, muito intenso (...) o padre, o conselho da paróquia, a gente estudante e eles se organizavam, nos finais de semana eles se organizavam pra nos buscar, se revezavam entre eles...” (Roberto Gouveia)

Na fala de Zuleide, a lembrança desse período.

“Era uma boa relação. Eu sei que eles também se sacrificavam muito, porque eles vinham aqui pro bairro, coitados. Nós do movimento que dava comida pra eles. Eu me lembro bem quando o Roberto foi médico do posto de saúde atender os pacientes e uma vez ele ficou doente, com febre, uma gripe muito forte. Ele foi pra minha casa, descansou um pouco... Era assim a relação, era muito boa com ele, era relação de amizade mesmo” (Zuleide)

Apesar das boas relações aqui demonstradas por ambas as partes, nem sempre elas foram tão fáceis e tranqüilas. Na fala da Justelita já pudemos observar a sua desconfiança, numa época de ditadura ainda. Nas palavras de Carlos Neder (abaixo), vemos estampado o impacto que causou a chegada deles na periferia e no contexto da comunidade da igreja.

“Havia praticamente dois tipos de atitude: de algumas lideranças que achavam que se nós estávamos lá, era alguma subversão, que nós éramos comunistas e, portanto, não éramos religiosos e que a nossa presença na igreja seria pra desvirtuar o trabalho da igreja e tirar pessoas de dentro da igreja, um movimento fora da igreja e que depois faria um movimento revolucionário, de subversão. E não deixavam de ter alguma razão por essa preocupação deles. No fundo, nós tínhamos uma perspectiva de organizar as pessoas pra que se colocassem no enfrentamento com a ditadura. Outro grupo, um grupo que acabou se identificando mais com a gente e que tinha uma consciência maior e tinha críticas quanto à atuação da igreja” (Carlos Neder)

A fala de Neder demonstra que dentro da Igreja e do bairro, as desconfianças foram muitas. Havia um medo de se envolver em atividades consideradas subversivas e de ser perseguido pela ditadura. Havia também o medo de que eles representassem o desvio das atividades da igreja. Nem todos as pessoas concordavam com essa linha da Teologia da Libertação e, quando eles começaram atender no pequeno ambulatório a população da favela, um grupo da igreja se posicionou contra.

Roberto Gouveia, falando também de sua chegada no bairro do J. Nordeste, diz:

“(...) eu me lembro que num primeiro momento, que era uma época de ditadura, de muita repressão sobre nós, o S. Jerônimo, que faleceu há pouco tempo, ele era da Pastoral Operária, quando nós chegamos no bairro, ele estava preso no DOPS, sendo torturado, apanhando... É impressionante... essa realidade demorou pra aparecer pra nós, porque eles tratavam com muita discricção isso que tinha acontecido, mas aí nós passamos a conhecer o S. Jerônimo, a família dele... Era a conjuntura...” (Roberto Gouveia)

Algumas figuras nas narrativas vão surgindo como “fantasmas” de 1964, mostrando como a repressão havia feito estragos nessa região e ainda era visível nesse final de ditadura, apesar dos ares de abertura. Na fala de Ivoneide.

“(...) eu lembro que minha sogra falava muito que meu sogro teve que se esconder, não sei o que lá, porque teve uma vez que foi preciso esconder material no porão, né. (...) Eles sempre falavam, tinha revista escondida que se pegasse, levava ele preso” (Ivoneide)

Esses ecos de 1964 são estudados por Vera da Silva Telles e, na fala dela, são como estilhaços de um passado recente que se vislumbra no tecido social da década de 70.

“Nos relatos que se tem dos anos 70, há vários indícios da presença, nos bairros da periferia de São Paulo, de personagens diversos, portadores de experiências vividas em tempos e espaços diferenciados que se cruzavam e interagem nos locais de moradia”²⁶ (TELLES, 1986)

Ela se refere a antigos sindicalistas, operários católicos ligados à antiga ACO (Ação Católica Operária) e JOC (Juventude Operária Católica), padres e freiras ligados à Teologia da Libertação, militantes vinculados às organizações clandestinas, moradores em geral tentando

²⁶ Telles, Vera da Silva - obra já citada

articular movimentos nos bairros, enfim, todos remanescentes de experiências de repressão da fase mais cruel da ditadura.

Os depoimentos colhidos por nós trazem também, de certa forma, uma via de acesso a esses personagens.

“Então, essas pessoas (algumas pessoas da Igreja do J. Nordeste) acabaram criando resistências, também pelo fato de que já em episódios anteriores dentro do bairro, de pessoas que tentaram fazer alfabetização pelo método Paulo Freire e que tinham sido presas, torturadas, que é o caso do S Jerônimo, que já faleceu, e que as pessoas, então, tinham receio de que a nossa presença lá pudesse significar novamente perseguição política, retaliação, prejuízo pras pessoas da localidade. E essas pessoas se colocaram contra e demorou muito tempo pra que elas compreendessem a importância daquela proposta (a dos sanitaristas) do ponto de vista de direitos, na luta por direitos” (Carlos Neder)

“(...) então, é interessante, nós tivemos uma expressão além da realidade, usando uma expressão de Lênin, você tem condições subjetivas e objetivas. Na zona leste se juntaram as condições objetivas, quer dizer, havia a necessidade do asfalto, outras demandas, e as subjetivas, movimento social, tradição de luta, presos políticos... E houve o Padre Franco, por exemplo, quando veio o Fleury pra prender todo mundo, inclusive o padre, ele pega todos os livros que tinha e faz lá na paróquia São Mateus, no fundo, faz uma fogueira e queima. Só que aquilo tava demorando pra queimar e a polícia tava vindo... Então ele pega todo o livro de batismo e põe junto, pra queimar mais rápido. Você pode ir lá um dia, você tira uma foto disso, é de 1967 a 1970, não tem o livro de batismo. Então, era muito engraçado porque, passados vinte anos, começavam a vir meninas e meninos dizendo: ‘Olha, eu vou casar aqui na Igreja Católica e preciso de uma certidão renovada de batismo’ e eu escrevia assim: ‘Não é possível entregar a certidão de batismo porque o delegado Sérgio Paranhos Fleury botou fogo nos livros da paróquia’ . Aí registrava um documento em nome das meninas pra elas não serem penalizadas, mas é emblemático que numa paróquia ninguém tenha registro de batismo durante os três piores anos de ditadura, porque esse lugar foi punido duramente. Houve presos, houve tortura, gente na cadeia... Principalmente da família do hoje deputado José Zico Prado. Então essas marcas não ficaram esquecidas, onde houve a presença dessas pessoas... A mãe dele, por exemplo, a mãe do Zico, ela era mais importante do que ele, porque não tinha Zico se não tivesse a mãe do Zico, que já vinha de uma militância lá de Fernandópolis... Assim como tinha alguns grupos no Parque São Lucas, que tinha experiência anterior, assim como tinha o Valdemar Rossi, na Vila Rica, que já tinha sido preso e vinha da experiência católica...” (Fernando Altemeyer)

“(...) É uma coisa importante, porque é uma outra época, época de plena ditadura. Nós tínhamos muita prudência pra inclusive não criar problemas pras pessoas, porque a gente tava se relacionando e não eram pessoas com nível de desenvolvimento político nosso, envolvidos com organizações, que tinham sido presos. Tinha que ter muito

cuidado pra que o nosso passado e presente também (inclusive eu tava respondendo processo) e que não prejudicasse a elas no dia a dia” (Eduardo Jorge)

Diante destas narrativas nos parece conveniente a argumentação de Telles no sentido de que pequenas práticas como grupos de reflexão sobre determinado problema no bairro, uma carta de um grupo de mães endereçada às autoridades, um ex-sindicalista que participa da Pastoral Operária e divulga na missa informações sobre o dissídio coletivo da categoria, a prática do método Paulo Freire na comunidade, alguém que esconde livros proibidos em casa, enfim, formas de resistência que remetem ao pré-64, deixando entrever que não havia um vazio que começa a ser preenchido a partir de 1974/75, com a atuação da Igreja Católica e o surgimento dos movimentos sociais.

“É como se a história tivesse sido congelada. É como se a estratégia autoritária vigente naqueles anos tivesse se realizado plenamente no real, a ponto de eliminar todo e qualquer vestígio de prática social e histórica. A idéia de um “nada” deixado pela derrota de 1964 e pelo desfiguramento das funções de representação das instituições supõe a percepção de um tempo homogêneo e contínuo em seu desenrolar, que a ação da Igreja viria então interromper para fundar um novo tempo” (TELLES, 1986)

Telles afirma também que esses personagens (em nosso caso, o S Jerônimo, o Padre Franco, o sogro da Ivoneide, a família do Zico) são portadores de uma experiência anterior, cujo depositário é o bairro, para onde convergem as forças então desarticuladas. Mais uma vez, reforçamos a tese do papel político desempenhado pelos bairros no contexto das lutas na cidade, tentando superar a dicotomia fábrica-bairro e concordando com KOWARICK (1988) quando, ao repensar a greve metalúrgica de 1978, aponta algumas práticas moleculares nos bairros que permitiram em grande parte o sucesso do movimento grevístico e chamando a atenção para um “ponto de fusão que se forjou em díspares experiências de resistência e de conflito” entrelaçando as lutas fabris e de bairros.

Ao final da década de 70, o processo desencadeado por esta constelação de fatos resultou na organização das questões de saúde dentro de um movimento popular um pouco mais unificado no nível da zona leste e com tendências de expansão. Grande parte de nossas mulheres já se conhecia e militava neste movimento que agora já tinha uma coordenação com representantes de todos os bairros da região.

Uma questão pautou este trabalho e o orienta do princípio ao fim: a feição feminina que ele teve no início e que preserva ainda hoje, ainda com bastante evidência. Hoje, a quantidade de

homens participante do movimento compõe uma porcentagem maior, demonstrada em recente pesquisa do movimento²⁷, indicando cerca de 20% de homens contra os 2% constatados anteriormente nos cursos de formação para conselheiros realizados pelo movimento nos anos de 1987, 1988 e 1992, analisados por BÓGUS (1998), quando a participação das mulheres era de 98% contra 2% dos homens.

Essas mulheres eram, em sua maioria donas de casa comuns e, em geral com pouca escolaridade, que resolveram dedicar boa parte do seu tempo a uma causa coletiva, buscando melhores condições de saúde para o seu bairro, para a sua cidade. Tal realidade me levou a pensar que condições históricas e culturais proporcionaram a união de tantas mulheres sob um mesmo contexto. O fato de serem mães e terem mais a seu cargo os cuidados com os filhos seria o único motivo que levou essas mulheres a se juntarem no movimento de saúde? Ou poderíamos atentar para outros fatores, além das condições objetivas da realidade social dessas mulheres mães, sugerindo também motivações subjetivas para a compreensão dessa experiência? Pensamos que a segunda alternativa responde melhor às nossas indagações.

Ao passo que participavam cada vez mais da organização do movimento, se sentiam, parece, mais motivadas a pensar e elaborar propostas para a questão da saúde e participar de cursos de formação e de capacitação. Sentiam a necessidade de ler mais, de se informar mais e se tornavam, aos poucos, especialistas em tudo o que se referia às questões de saúde pública, suas leis, seus códigos e suas deficiências, tornando-se elas próprias, agentes de formação dentro do movimento. Há que se destacar que, neste processo, o ato de aprender qualquer coisa sobre direitos ou sobre saúde era mais ou tão importante quanto o aprendizado em si. Tornar-se um agente formador num curso sobre os direitos à saúde, por exemplo, significava mais do que este fato em si mesmo; significava, antes, estar se superando e se permitindo aprender. Desta forma, as narrativas nos permitem perceber alguns elementos culturais que compõem os sujeitos sociais, vislumbrando, para além do puramente material, os saberes, as habilidades, os valores e os prazeres dentro da experiência vivida.

As tarefas do movimento de saúde exigiram dessas mulheres que se dedicassem cada vez mais ao movimento, na maioria das vezes, sem qualquer remuneração, e elas se viram divididas entre os afazeres domésticos da privacidade do lar e a luta política no embate da vida pública, fazendo o enfrentamento com as autoridades de saúde através de atos (abaixo-assinados,

²⁷ Desta pesquisa falaremos mais adiante no terceiro capítulo.

passatas, reuniões etc) e de palavras (incorporação de um discurso militante que se manifesta tanto nas intervenções em reuniões, como nas falas através de microfones nos atos de protesto, como na escrita dos panfletos e atas de reuniões). É curioso neste ponto também observar que elas foram criando, a seu modo, uma forma de atuar na vida pública, incorporando nesta alguns aspectos da sua vida doméstica, como quando adaptavam músicas populares a dizeres de protesto para serem cantados nas manifestações, ou quando levavam filhos e lanches para as audiências com os secretários que não queriam recebê-las, para desespero dos funcionários das secretarias.

Uma leitura deste fenômeno pelo viés do gênero nos parece pertinente e necessária e essa leitura se inicia por uma indagação: por que a luta pela saúde mobilizou as mulheres tão intensamente? Nossas mulheres respondem.

“Ah! Porque as mulheres é que sentiam na pele as conseqüências quando tinham as pessoas que precisavam levar pro médico, porque sempre quando precisa levar no posto de saúde é a mãe que leva os filhos, não é o pai, então o movimento era feito por mulheres, porque as mulheres que sentiam na pele as necessidades de cuidar, de ter as coisas.... e como o serviço de casa não é muito reconhecido, então se não fizesse também ninguém ia reconhecer mesmo; agora, quando você tá marcando cartão não pode faltar, né? Os homens tinham que trabalhar, né, marcar cartão... então como é que eles iam sair pra fazer movimento?” (Orlanda)

“Bom, por causa da questão das doenças, porque sempre quem tinha os filhos doentes eram as mulheres, as mães, e além de serem as mães que tinham os filhos doentes, era leiga no assunto, não sabia como evitar aquilo, porque naquela época só o Emílio Ribas tratava, ia muita criança com vida prá lá e não voltava, porque lá o atendimento era péssimo, ia pra lá porque lá eles tratavam essas doenças ruim e lá morria e tal; e, por isso, e a gente ficava desesperada porque não sabia como, foi por causa disso.” (Justelita)

“Não é verdade. Tem muito homem também que participa. Claro, a maioria é mulher. A mulher porque eu acho que o homem tem aquela desculpa ‘ah! eu trabalho!’, sempre quem participava do movimento eram as pessoas que não tinham um trabalho, donas de casa... então era mais um pouco de comodismo do homem. Ou a mulher também vê mais a necessidade, como ela fica em casa, ela tá mais por dentro da necessidade do dia a dia, a maioria das vezes é assim, então fica mais por conta das mulheres, fica mais na responsabilidade dela resolver essas coisas.” (Graça)

Em todas as respostas aparece o fato de as mulheres ficarem em casa e, por isso, estarem mais a cargo dos filhos. Na década de 70 o mercado de trabalho ainda não tinha absorvido a mão de obra feminina como hoje e, realmente, uma grande parte das mulheres se encontrava mais voltadas para a casa, para os cuidados da casa.

Dessa forma, é verdade que cabia a ela o cuidado com a saúde dos filhos, obrigando-a a um contato maior com a realidade da saúde pública no bairro e na cidade.

No entanto, não nos parece que apenas isso explique sua disponibilidade para o movimento, para a luta. Tal explicação nos parece um pouco simplista demais e até um reducionismo que nos coloca novamente diante do determinismo marxista onde a estrutura dada leva necessariamente a um determinado resultado

Sem dúvida, há uma disponibilidade objetiva: o fato de não bater cartão, de conhecer mais a realidade das condições de saúde do seu bairro, de ter tempo disponível efetivamente. Mas, nos interessa buscar as motivações advindas da experiência de cada uma delas e da forma como lêem a realidade que as rodeia, fazendo com que algumas dessas mulheres aproveitem a disponibilidade real que possuem para criar uma disponibilidade subjetiva. Nem todas o fizeram.

Por isso queremos nos deter um pouco mais na fala de cada uma para buscar nela indícios que nos revelem um diferencial, algo que denote “uma atitude aberta para a possibilidade de papéis informais, que escapam aos papéis prescritos” (DIAS, 1984). Em outras palavras, queremos descobrir nas narrativas os pormenores que, numa atitude autônoma e inventiva do sujeito histórico, permitam a mudança de parcelas do global normatizado.

No dizer de Orlanda (visto acima), embora tratando do tema pelo viés tradicional, indicando que a mulher tem tempo para o movimento porque está a seu cargo o cuidado da casa e dos filhos, enquanto o homem vai trabalhar, numa divisão de trabalho por gênero pré-estabelecida, ela vê algo mais ao denunciar que o trabalho doméstico da dona de casa não é valorizado. Mais que isso, acrescenta um elemento subversivo à sua análise: ao interpretar essa desvalorização, vê nela uma possibilidade de, deixando esse trabalho um pouco de lado (que não fará diferença), aproveitar o tempo para fazer outras coisas. Queremos ver nessa apropriação do tempo para si um dos elementos mais importantes no processo da consciência e do fazer-se enquanto sujeito histórico.

Assim, Orlanda, ao invés de lamentar se ou conformar-se com a realidade na qual vive, busca nela outras possibilidades, inventando outros caminhos.

Justelita, também acima, define a questão pelo papel que a mulher desempenha na sociedade como mãe e cuidadora dos filhos, mas alerta para a ignorância que muitas vezes contribui para o agravamento das doenças. Talvez se remeta à sua própria experiência, podendo esse argumento levar a um sentimento de incompetência como mãe e de enaltecimento do conhecimento médico, ou à busca deste conhecimento para si, que lhe aprimore esse papel de mãe, mas que, certamente, abrirá outras possibilidades. Nota-se, assim, que dentro mesmo do contexto conceitual da dominação (neste caso, entre médico e paciente), há caminhos que podem enveredar para a liberdade. É o que faz Justelita: vai atrás do conhecimento que ela crê que lhe falta e estimula outras mães a fazê-lo também

Já Graça, na sequência, refuta a idéia de que só as mulheres participam, embora concorde com ela no final. Na negação inicial, pode estar implícita a crítica à ausência masculina que não deveria existir e que, muitas vezes, como ela própria diz, resulta mais do comodismo do homem do que da sua condição de trabalhador. Mesmo voltando atrás depois, a fala de Graça denota questionamentos com relação ao que é normativo.

As motivações que levaram essas mulheres a sair de casa num primeiro momento para lutar por saúde podem ser várias. Com o passar do tempo, poderíamos pensar que existiu aí toda uma complexidade de fatos e significados advindos da experiência de cada uma delas, no sentido de entender a falta de atendimento médico, como algo mais do que uma carência, mas como um direito não contemplado. A partir das práticas concretas, das influências recebidas por diversos agentes, dos problemas individuais, num processo de reflexão contínua, foi se gestando a noção de cidadania.

Neste sentido, o que vemos neste processo é a formação de um sujeito social que organiza sua prática no sentido de defender seus interesses e expressar sua vontade.

Este processo o identificamos a partir de toda uma experiência vivida por cada uma destas mulheres, passando pela constituição familiar, pela prática nas comunidades, trocando influências com o discurso da igreja comprometida com o social através de seus agentes, pela interação com os médicos sanitaristas dos quais extraíram conhecimentos e acrescentaram outros, mas também da sua própria opção, de sua própria escolha diante de tudo isso intercambiando com a realidade dada.

O MS adquire um significado especial nesse processo, pois as mulheres vão construindo o movimento ao mesmo passo em que se constroem também.

Hoje, como afirmam algumas, a situação tem mudado. Muitos homens participam do movimento, mas são principalmente aposentados, ou seja, homens que agora “têm tempo” para o movimento de saúde. Como já dissemos, em pesquisa recente²⁸ se observou que hoje essa participação tem aumentado.

Sobre a participação dos homens, Ivoneide faz um comentário muito interessante.

“(...) ...hoje tem homem já tentando fazer movimento porque á importante. A gente vê que muita violência que existe é porque os homens não conseguem ter um espaço pra eles discutir entre eles, né. Como quebrar essas barreiras que as mulheres aprenderam bastante, as mulheres hoje enfrenta o que elas antes não enfrentava, o que elas não via. Então, pra eles hoje é um nó, então, se eles tivesse um momento pra fazer sua discussão, com certeza a questão da violência... tudo ia diminuir, né, porque a força bruta que acaba fazendo com que a pessoa se defenda, no caso, os homens” (Ivoneide)

Ivoneide advoga a idéia de que os homens deveriam participar mais do movimento ou dos movimentos como forma de criação de um espaço de discussão, para vencer barreiras, da mesma forma que as mulheres fizeram. Acha que os homens perdem muito em não participar e que até mesmo a violência poderia diminuir se os homens se dessem essa chance de discutir entre eles seus próprios problemas a exemplo das mulheres. Com certeza, esse tema seria digno de outros estudos.

Apesar de ser a imensa maioria, é curioso notar que essas mulheres não vão para a luta política partidária, no sentido de disputar eleições, buscar cargos eletivos. Fernando Altemeyer comenta sobre isso.

“Na luta política, fora uma vereadora que depois acabou indo fazer um grande mandato, que foi aquela da Vila Alpina, a Flávia, todos os outros candidatos da zona leste eram homens, candidatos e parlamentares, é muito estranho isso” (Fernando Altemeyer)

Na verdade, além da Flávia Pereira, da Vila Alpina, que se elegeu vereadora, Justelita também teve uma experiência como candidata à vereança por São Paulo, mas não ganhou. Ela comenta sobre isso.

“Foi, eu fui candidata, eu saí junto com o Suplicy, acho que foi em 92, é, acho que foi em 92 (...) Eu ia sair candidata sem fazer campanha, sem nada, mas eu queria saber como se fazia campanha... Aí eu peguei e falei assim ‘Ah! Eu vou sair candidata a vereadora’, aí todo mundo, ‘Sai mesmo, Justelita, sai mesmo’, mas como eu não fiz nada, o PT me mandou um material ruim, estragado, todo estragado o material de campanha, não fizeram uma faixa pra mim, camiseta não fizeram pra mim, eu peguei e o que fiz? Porque eu sempre trabalhei com as minhas coisas. Aí fiz um par de camisetas com o meu nome e com o meu número e o pessoal fazia a minha campanha. Quer dizer, eu não tinha carro, não tinha perua, não tinha nada, só saí mesmo pra sentir que gosto tinha fazer campanha, olha a minha idéia. Só que eu saí bem vitoriosa, naquela época eu tirei 5800 votos, todo mundo dessa área de saúde saía pra fazer a minha campanha, amarramos todo mundo pra fazer a campanha pra mim, e eu consegui 5800 votos. Aí eu pensei, com o Maluf lá eu não quero mesmo, não vou pedir nada pra ele. Aí todo dia o pessoal me cobra ‘Justelita, você tem que sair de novo’, eu não que não e tão querendo que eu saia” (Justelita)

Flávia e Justelita são exceções. A maioria das mulheres do MS não fez disputa parlamentar. Muitas vão se tornar assessoras de parlamentares homens do PT, mas não vão exercer cargos parlamentares.

Fermina também comenta sobre a participação massiva das mulheres no MS.

“Eu acho que a mulher é positiva, eu tiro por mim, acho que essa mesmice cansa a mulher. A maioria das mulheres não trabalha fora, trabalha em casa no serviço doméstico, no resto do seu tempo fica alheia, sem ter muito o que fazer. Quando mora no interior tem as comadres pra sentar na calçada e conversar. E na cidade grande, a maioria das mulheres que entraram no movimento, elas migraram pra cá, vieram de algum lugar, então não tinha muito o que fazer. Então eu acho que essa necessidade da busca da mulher, acho que é isso que faz ela buscar alguma coisa. Muitas vão rezar, outras vão pro clube à noite, outras vão fazer crochê em casa... Eu acho que é isso que faz as mulheres, não falando mal dos homens, mas as mulheres procuram mais, e tão sempre procurando ajudar, isso que é legal. Acho que por isso a marca maior do movimento em geral é das mulheres, nós somos mais guerreiras” (Fermina)

A análise de Fermina procura entender essa participação não só a partir do tempo disponível que a mulher possui (ou possuía) devido ao trabalho doméstico que ela desempenha, mas também por uma necessidade de socialização, o buscar ajudar aos outros, o buscar coisas para fazer. Daí a procura maior delas pela Igreja, pelos grupos de mães etc. Fermina também chama a atenção para o fato de que a maioria dessas mulheres integrantes do MS é migrante, vinda de lugares e cidades com uma característica mais suburbana, onde a socialização, a conversa coma as vizinhas era mais presente no seu cotidiano, coisa que ela busca reproduzir quando chega aqui.

²⁸ Verificar informações sobre esta pesquisa ao final do capítulo 3.

É verdade que a maioria delas é proveniente de outros lugares que não a cidade de São Paulo. Na pesquisa já mencionada constata-se essa proveniência marcante do interior do Estado de São Paulo, de Minas Gerais ou de outras regiões como o Nordeste, principalmente.

De qualquer forma, as mulheres são maioria no movimento, são, na maioria, donas de casa e enfrentaram muitos problemas e dilemas para sair de casa e poder participar do movimento.

Ao relembrar o início de sua participação na Coordenação do Movimento de Saúde da Zona Leste, em 1990, Ivoneide fala de um episódio marcante em sua vida. Havia sido convidada a participar mais ativamente do movimento, não apenas como conselheira, mas sim assumindo um cargo na coordenação, o que lhe exigiria mais tempo. Ela, argumentando com seu marido, falou das dificuldades em aceitar por causa das crianças e do apoio que necessitaria dele. Seu marido (Luiz) lhe fez um desafio, dizendo que fosse à luta se ela assim o desejava. As representações desse episódio em sua vida podemos notar pela fala de Ivoneide.

”(...) ainda com os filhos pequenos, né, a gente ficava sempre assim: em primeiro lugar, a gente põe, pnhava os filhos da gente e acho até que põe ainda até hoje mesmo sendo moço, né,... mas eu vejo muito mais assim: colocava que era a gente que tinha que tomar de conta... daí um dia,né, o Luiz me desafiou”. (Ivoneide)

Para Ivoneide, sair de casa para uma militância mais ativa no movimento significava um repensar sobre os filhos, a educação deles, o cuidado com eles. Para ela estava claro até então que os filhos eram prioridade, sua prioridade, prioridade da mãe, até que o chamado da rua (os convites do movimento para assumir um cargo de coordenação) e as palavras do marido (‘você quer, você vai’), a desafiaram.

“O desafio foi: eu sei que eu tenho capacidade, eu sei que eu tenho meus filhos, eu sei que eu tenho meus limites” (Ivoneide)

Percebemos as contradições de seus pensamentos e sentimentos nesse episódio de sua vida. Numa análise pessoal, conclui que, ainda que tenha capacidade para trilhar um outro caminho que não seja o de dona de casa simplesmente, sente que terá limitações, sobretudo por causa dos filhos.

“O desafio foi: que eu tinha que conquistar os meus direitos e... assim, pra mim, né, foi até que um empurrão, né, porque a gente também, casada de nova, né, e eu tinha pouco tempo de casada, e aquela vida que a gente levava de pensar que sempre o homem que tinha que fazer tudo e eu me senti... cutucada, né, e aí eu falei: ‘agora, meu...me segura, agora eu vou mesmo, né,....’”

(.....)

“(...) eu acho que no fundo, no fundo, a gente às vez quer...quer ouvir do companheiro da gente: ‘olha, vai pra luta’, né...” (Ivoneide)

Em sua reflexão, Ivoneide analisa o que sempre pensou sobre o casamento e sobre o papel da mulher e do homem dentro de casa, mas sua fala vai já no sentido do questionamento sobre tudo isso. A fala do marido lhe proporciona um profundo repensar sobre estes papéis e sobre sua vida. Ela se sente cutucada. Ela decide ir para a rua, ir para o movimento, mas essa decisão é carregada de sentimentos contraditórios, como observamos nesta passagem.

“Então, quando ele falou, não sei se eu senti medo, mas, assim... acho que foi mais raiva! Pô! Caramba, meio que a gente às vezes acha: fala isso porque acha que a gente não tem nada pra fazer? (né) Não sei se é, às vezes é porque pouca clareza que a gente tinha, né. E sempre... aí depois é que a gente percebe que realmente é um desafio e que a gente tem que ir atrás mesmo, né.” (Ivoneide)

Percebemos nesta fala sentimentos de medo, raiva, insegurança, desconfiança. Tratar destes sentimentos, fazê-los emergir deste momento conflituoso pelo qual passa Ivoneide, tem o significado de buscar elementos culturais e subjetivos dentro dessa experiência vivida que possam nos ajudar a entender melhor o processo intensamente complexo de mudanças na vida das pessoas. Para Ivoneide, ir para o movimento tem o peso de um repensar seus valores, seu próprio modo de vida e é isto que queremos ressaltar. Ao fazê-lo, ela está, na verdade, tomando uma decisão política em sua vida, porém não sem conflitos. Tomando de empréstimo um termo utilizado por Thompson, chamamos a esse processo de consciência afetiva e moral.

“(.....) Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral” (THOMPSON, 1981: 189)

(.....)

“(.....) Os valores não são ‘pensados’, nem ‘chamados’; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e

‘aprendidas’ no sentimento) no ‘hábitus’ de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria” (THOMPSON,1981: 195)

Assim que, a tomada de decisão para efetivamente assumir a participação num cargo de coordenação de um movimento de reivindicações no bairro e na região, foi, para Ivoneide, um momento crucial em sua vida, cheio de conflitos internos e externos, de sentimentos contraditórios, de questionamentos a instituições como o casamento, a maternidade e a família. Tomar a decisão de ir para a rua significou todo um repensar sobre seus conceitos e valores e, necessariamente, uma ruptura.

Sair de casa significou, então, abrir outras portas, outros canais que, decididamente, não seriam abertos se ela permanecesse em casa, cuidando dos filhos.

Ao contrário de Ivoneide que teve no marido um “apoio” (ou pelo menos ele não se opôs), outras mulheres tiveram que enfrentar a oposição declarada do marido, como é o caso de Justelita.

“Tive muito, muito problema com ele (meu marido). Ele brigava e gritava comigo pra não ir pro trabalho, porque você sabe, no movimento a gente acarreta muitos amigos e colegas e tudo, enfim, e ele é daqueles bem xucros, e ele falava que mulher não tem que conversar com homem, a mulher que fica com homem é safada, só que ele viu que não é nada disso”

(.....)

“ (...) Quando as compras começavam a acabar eu chegava no meu marido e falava: ‘Olha, as compras tão terminando’

E ele:

‘Vai lá, vai atrás do movimento e pede dinheiro pra eles pra comprar comida’

Aí eu falava pra ele:

‘O meu movimento não tem dinheiro’

E ele falava:

‘Se não tem dinheiro, porque você fica indo atrás?’

‘Porque eu quero ver um mundo melhor’ eu falava pra ele.

‘Que mundo melhor nada, vocês querem é ficar batendo perna, sem ter o que fazer, um bando de mulher a toa, sem ter o que fazer’.

Aí eu falava:

‘Tudo bem’

Aí eu saía, ia fazer as coisas do movimento e voltava. Até que Deus abençoou e foi chegando e ficando tudo no eixo” (Justelita)

E também Orlanda.

“Ele (meu marido) falava que era serviço de pessoas que não tinham o que fazer, que imagina que isso ia mudar alguma coisa, que isso daí não era serviço de mulher que tinha família, que tinha que ficar em casa, que tinha que cuidar dos filhos, e eu ficava assim até meio revoltada, porque toda a vida eu trabalhei fora.. E meus filhos falavam ‘Ah! se a senhora gosta, mãe, eu acho que a senhora deve ir, nós dá todo o apoio que a senhora quer’ e aí, pelos meus filhos...Eu sabia que eu tava aprendendo, que eu tava fazendo era coisa que eu gostava de fazer, que eu me sentia bem...” (Orlanda)

É interessante notar que, mesmo criando problemas e, apesar das contradições sentidas neste embate, foi-se criando uma decisão de continuar na luta, decisão esta fortalecida na vontade pessoal, no atendimento de seu próprio desejo e na convicção de que o que estavam fazendo era bom pessoal e coletivamente. As afirmações dos maridos de que estavam fazendo coisas erradas, não dignas de uma mãe de família, são acusações morais que elas vão questionando na prática do dia a dia e acabam por refutá-las, cientes de que não estão fazendo nada de “errado”. No entanto, tiveram que superar para si mesmas estes valores morais e recriá-los, em bases novas que se configuraram a partir de uma nova prática.

Em outros casos, a forma de evitar conflitos em casa era cumprir com suas obrigações em casa, deixar a casa limpa, lavar a roupa, ter a comida pronta na hora certa etc. Nem que isso significasse levantar muito cedo, chegar mais tarde nas reuniões, sair mais cedo porque estava na hora da janta, se desdobrar em cuidados para poder continuar no movimento. Isso porque a grande cobrança moral dos maridos muitas vezes se ocultava numa cobrança funcional, exigindo de suas mulheres que não esquecessem dos afazeres que lhes eram próprios.

“No começo ele não gostava nem um pouco (de sua participação), falava que isso não ia dar em nada. Mas eu sempre tomei muito cuidado para não dar motivo de briga. Sempre deixava tudo em ordem para ir pras reuniões” (Firmina)

A questão dos filhos aparece também como um possível fator de conflitos, gerando grande preocupação. No caso de Ivoneide, por exemplo, a vontade de participar entra em conflito com aquilo que ela concebe como sendo o seu papel de mãe e é interessante notar como ela vai lidando com esse sentimento contraditório com relação à maternidade e vai buscando adequações.

“(...) daquele tempo eu não parei mais, né, acho que assim, com as crianças pequenas, né, mas nunca parei de militar, né, eu acho que tinha alguns entraves, quer dizer, criança pequena...é.... põe certos limites, mas eu acho que.... assim, você caminhava junto, as criança crescia e a gente crescia também no movimento junto, né”. (Ivoneide)

Em outra passagem, reflete ainda.

“Eu acho que o momento assim muito legal da vida, né, as criança pequena nunca atrapalhou...é...lógico, cê sabe, uma coisa é cê ter criança e você começar a participar, mas o que eu quero dizer com isso assim é que, ter uma criança pequena não é isso que impede de você participar das coisa, né. Cê vai ter que saber que você vai ter...ter momento prá eles, que você vai sair....Dá prá sair só com o marido? Dá, mas cê tem que saber que a maioria do tempo cê vai ter que arrumar passeios que incluam eles e era assim que a gente fazia, né”. (Ivoneide)

No relato de Ivoneide, ao lembrar aquele tempo, pode parecer que tudo foi resolvido tranqüilamente e que a militância desenvolvida junto com o casamento e com as crianças ainda pequenas foi uma decisão fácil e pensada unicamente de forma racional. No entanto, o que vemos neste relato é a construção racional feita posteriormente ao momento vivido, onde é possível administrar os conflitos e organizar a vida de forma a parecer fácil. Mas isso só é possível depois da experiência vivida, entre conflitos e tumultos de crianças que querem a presença da mãe, marido reclamando da janta atrasada e ela, em meio a tudo isso, tendo que optar a rodo momento entre as contradições da vida concreta.

E ainda.

“Muitas veiz, né, quando eu chegava das reuniões do Movimento de Saúde da Leste, cansada já, né, aí... é... eu lembro que o Júnior me pedia para fazer um bolo. Mas era pra me testar, né, pra ver se eu fazia. E... mais que depressa eu catava as coisas e começava a fazer o bolo e ainda pedia pra ele vir me ajudar. E eu nunca, nunca... deixei de fazer um bolo pros meus meninos por causa do Movimento de Saúde”. (Ivoneide)

Ainda na década de 70, o Movimento de saúde fez um projeto com uma instituição estrangeira, a (IAF) Interamerican Foundation (BÒGUS, 1998: 28) que permitiu a remuneração de algumas mulheres para que se empenhassem mais no movimento. Graça fez parte desse grupo que passou a receber uma ajuda de custo para estar na coordenação e desenvolver alguns trabalhos para o movimento, como ela conta.

“Eu era remunerada pra ir lá participar das reuniões, pra ver, movimentar o pessoal daqui, aí conforme eu comecei ir lá, o movimento de saúde me convidou para participar da coordenação lá (coordenação da zona leste)”

(.....)

“Tinha os americanos, era de fora que vinha. A gente tinha um que por muitos anos eles financiaram pra nós, depois eles acharam que a gente deveria ser independente, já deveria ter uma sede. A gente até criou a sede, fez uma entidade, grosso modo, porque

a gente não tinha. Mas foi o que a gente foi fazendo, independeu da gente ficar no SOF (Serviço de Orientação a Família). A gente ficou muito lá e eles que cuidavam da nossa parte financeira, que prestava conta, que fazia tudo, e a gente pagava pra eles, não era gratuito, não.”

(.....)

“Por isso que eram remuneradas as pessoas que ficavam lá, porque tinha uma colocação assim ‘eu tenho que dar alguma resposta na minha casa’ e a resposta em casa de pobre é sempre financeira. Tem que dar satisfação, então assim, se você saiu e chegou com alguma coisa que acrescenta no orçamento, você já não é tão olhado de lado, você é uma pessoa que está contribuindo, ‘ah! ela saiu, mas ela está contribuindo com alguma coisa’ (...) As mulheres tinham esses problemas, as que tinham maridos, eram jovens senhoras, né.” (Graça)

Observa-se que, de forma criativa, o movimento de saúde através de alguns projetos financiados por entidades estrangeiras, não só permitia uma certa profissionalização do movimento, como também servia como um “cala-boca” para os questionamentos de maridos e familiares em geral. No entanto, ser remunerada às vezes significava piorar a situação, pois representava uma concorrência em casa. Alguns maridos chegavam a se sentir ameaçados na sua autoridade, não só porque sua mulher se tornava independente financeiramente, mas também porque ela começava a se destacar como liderança, ou era requisitada para participar de diversos eventos.

Essa remuneração, embora temporária e não significando um vínculo empregatício, representou muito para algumas delas. Em vários casos, essa era a primeira vez que algumas delas recebiam recursos de forma totalmente independente de seus maridos. Para Ivoneide, por exemplo, esse fato teve grande importância. Seus olhos se enchem de água toda vez que ela conta sobre o primeiro pagamento que recebeu e que destino deu a ele.

É possível que muitas mulheres tenham, depois disso, se lançado realmente ao mercado de trabalho, independente do MS, para manter uma independência. Outras acabaram se “profissionalizando” dentro do movimento, passando a trabalhar em outros movimentos, em sindicatos, em ONGs, através de contatos e experiência adquiridos no MS.

Perguntada se houve alguma mudança na divisão dos trabalhos da casa entre ela, o marido e os filhos, após ter iniciado uma militância mais atuante ou depois de ter começado a trabalhar, Ivoneide responde:

“Não, não, apesar de que eles foram muito compreensíveis e tudo o mais... mas sempre teve foi uma pessoa que ajuda, sempre se preocupou no orçamento da casa, que pague

alguém pra vim fazer, né, porque, assim, eu trabalho o dia inteiro fora e o Luis também, e apesar de concordar, isto não fez com que... eu também não fiquei muito naquela neura, né, vou fazendo conforme dá (...) mas dizer que mudou a cabeça, isso não, isso não.” (Ivoneide)

A hesitação de Ivoneide em algumas palavras demonstra que ela está, ao mesmo tempo que narra, repensando e reconstruindo uma forma de viver. O pensamento vai por um lado, de repente pára e retoma em outra direção (“eu não fiquei naquela neura”), adequando a realidade na qual se situa. Pelo tom de voz, Ivoneide demonstra que nem sequer esperava “tanta” mudança por parte do marido e dos filhos.

Em meio às contradições, conflitos e incertezas que estas mulheres enfrentaram para sair de casa, emergem significados do “ser mãe”, do casamento, dos papéis socialmente constituídos e que pesam na sua decisão, na sua escolha.

Graça comenta sobre o significado que teve para ela o casamento.

“Me casei e naquele tempo tinha uma coisa assim, a pessoa casava e parava de trabalhar, questão de marido implicar, questão de... pedia-se até conta do emprego para casar (...) era assim naquele tempo, né... aí eu parei de trabalhar, me casei, tive meus filhos...” (Graça)

E também Justelita, ao repensar seu casamento tão precoce, avaliando hoje, conclui sobre a pouca consciência que ela tinha sobre isso.

“Casei com treze anos, com treze anos, porque naquela época os pais eram muito ignorantes e queriam saber de casar a filha logo, não queria saber da situação das filhas depois (...) eu comecei a namorar o meu marido, que eu tenho até hoje, comecei a namorar o meu marido com doze anos, aí o meu pai percebeu e chamou ele e tal, ‘ah não, daqui um ano tu tem que fazer o casamento’, então eu casei com treze anos. O meu primeiro filho eu tive com catorze anos, nem sabe o que é casamento, essa é a realidade.” (Justelita)

Orlanda atribui ao conhecimento (nós chamaríamos de consciência) a mudança de pensamento sobre os “papéis” atribuídos por gênero dentro da relação conjugal.

“(...) às vezes, quando você não tem muito conhecimento, você não sai até porque você não tem conhecimento, você acha que aquela pessoa (marido) é certa, tudo o que ela fala você tem que obedecer e abaixar a cabeça...” (Orlanda)

Voltar a trabalhar, deixar de abaixar a cabeça para o marido, questionar seus direitos e mudar o seu cotidiano, criando conflitos, evitando-os, ajustando daqui e dali, recriando formas de

viver, levando os filhos junto ou deixando com alguém, fazendo bolo tarde da noite, fazendo almoço antes de sair de casa logo pela manhã, pensando novos valores, mudando o bairro e a própria vida, essas mulheres percorreram não apenas as ruas da zona leste de São Paulo em busca de mudanças, mas também trilharam novos caminhos de vida e ocuparam um lugar a duras penas conquistado, a igreja, a secretaria da saúde, a Câmara Municipal, a Assembléia Legislativa, o posto, o hospital, a praça, a rua enfim, no caminho tortuoso mas estimulante do fazer-se sujeito.

Capítulo II

Na Rua – Aprendendo e Ensinando

Movimento Popular²⁹

(À irmãzinha Zefa “em memória”)

O que é o movimento?

É união, é lutar.

todos juntos na igualdade

de um povo a caminhar.

É ir à Secretaria

brigar por Pronto Socorro.

É dizer ao Secretário

que vive na mordomia

que essa gente aqui do morro

e demais periferias

quer remédio, quer o leite

pra criança desnutrida.

E por menos que se aceite

que isso irá resolver

ajuda a manter a vida

de quem espera vencer.

É juntar numa pesquisa

a realidade e levar

até lá na prefeitura

e ao prefeito entregar.

E ver na fisionomia

daqueles que não precisam

lutar por nada na vida,

o descaso, a má vontade,

na resposta resumida

²⁹ Villela, Graça – Moeda Antiga (Realidade e Amor) João Scortecci Editora – São Paulo, 1994 (poema retirado de livro publicado de Graça, que adotou nome artístico de Graça Villela)

É vibrar com a vitória
da unidade conseguida
como fez a D. Antonia.
Sorrindo, contando a história
numa linguagem tão pura:
ficamos o dia inteiro
no prédio da Prefeitura
num frio que dava dó,
mas conseguimos asfalto
pra Inumboi e a Pacamó.

E sorrindo ela dizia:
puxa, vem em dar um abraço,
afinal aconteceu.
Sorria, Graça, sorria,
o nosso povo venceu.

São dez anos de trabalho,
gente nova, gente antiga,
sorrindo com as chegadas,
chorando com as partidas,
sempre unidos, caminhando,
cantando a mesma cantiga
que o povo junto a Moisés
cantava amargando fel,
rumo à Terra Prometida
onde corre leite e mel.

O poema da Graça sobre o Movimento Popular demonstra por um lado, toda a riqueza da construção de um movimento: suas reuniões, reflexões, fazer pesquisa, se organizar, enfrentar as autoridades. Por outro lado, tudo isso representa também o fazer-se da consciência, a reflexão da

experiência compartilhada dentro do movimento, o contínuo refletir e a descoberta de que se tem direitos.

Graça retrata também uma visão um tanto mítica, religiosa, que refaz a peregrinação do povo de Deus que caminha com sofrimento, mas termina com a grande redenção final que é a vitória. A descoberta de ser explorado e a busca da união e da solidariedade como valores também aparecem.

Neste capítulo vamos acompanhar nossas mulheres no fazer-se do movimento, nas suas atividades ligadas à saúde, seja nas assembléias do movimento, nas reuniões, nos cursos de formação, nas passeatas, nas caravanas a secretaria da saúde, nas viagens realizadas para levar a experiência do movimento a outras cidades, nas conferências de saúde municipais, estaduais e nacionais, nas reuniões no posto com a direção e funcionários, nas festas, nas idas à praia para fazer avaliação e planejamento do movimento, nas dinâmicas de grupo desenvolvidas para estreitar os laços de amizade entre elas, nas carrocerias de caminhões dirigindo um ato de protesto com o microfone na mão gritando palavras de ordem, fazendo piquenique na ante-sala do secretário de saúde, enquanto ele pensa em desculpas para não recebê-las.

Enfim, vamos tentar vivenciar um pouco dessa experiência ao lado delas, tentando tirar de suas falas os contornos de um constante fazer-se neste processo coletivo do movimento, onde as experiências pessoais se somam, se entrecem, se refazem e se transmutam em constante recriação.

Ao vivenciarem estas experiências num campo novo, no campo do público, da rua, o fazem sem perder de vista suas vivências próprias e repensam valores, conceitos e formas de vida remexendo o caldeirão de sua bagagem cultural, acrescentando ingredientes e experimentando novas fórmulas de viver.

As experiências aqui relatadas mostram que as práticas estabelecidas pelo MS para reivindicar determinados serviços de saúde perante o Estado foram se revestindo de um caráter amplo de discussão de valores e de direitos. Reivindicar o asfalto pra rua ou o posto pro bairro, mais do que a prática em si trazia à tona valores como dignidade humana, respeito e a noção cada vez mais clara da palavra *direito*. O direito ao asfalto, subjetivado na vivência de cada pessoa atuante no movimento, passa a ser o direito à vida digna, mais plena e gera uma

transformação interior que modifica a visão de mundo da pessoa. Esse o processo de consciência que ultrapassa o ato meramente reivindicatório.

Orlanda comenta sobre o significado que teve para ela a experiência no MS. A diferença entre fazer algo com consciência ou não.

“Porque às vezes você faz um trabalho e você não sabe nem porque está fazendo e no movimento eu pelo menos aprendi muito, assim, o que você quer, você consegue se você sair e ir pra luta; então você aprende a lutar, a reivindicar, aprende a conversar com os outros, aprende seu direito, porque até então a gente nem sabia se a gente tinha direito ou não. Eu aprendia isso, aprendia muita coisa, até sabendo mesmo assim claro que a gente tem direito”.(Orlanda)

Na fala de Orlanda percebemos a grande descoberta de fazer algo com consciência, o despertar de sua consciência como pessoa que tem direitos. Graça também relata suas lembranças do início do movimento no seu bairro em 1975/76.

“Fez um grupo que ia na secretaria de saúde, convidava-se o secretário, convidava-se a imprensa, se reunia lá na igreja, tirava fotografia das pessoas, das famílias, contava-se histórias, citava-se fatos de pessoas que tinha às vezes... a Mercedes que tinha perdido uma criança por conta da falta de assistência médica, a gente levava testemunhos das pessoas... (a gente conseguia) que eles viessem aqui e ouvissem a gente (...) tudo muito trabalhado” (Graça)

O rico processo descrito por Graça mostra o grande trabalho da consciência. Reunir o povo, tirar fotos, documentar, criar estratégias para o enfrentamento com o Estado, seriam apenas estratégias de luta que poderiam, ou não, atingir o objetivo desejado. No entanto, esse conjunto de ações, permeado por uma reflexão constante e pelos sentimentos profundos da experiência vivida, vistos nessa complexidade, significa a mudança de atitude perante a vida.

Visto dessa forma, o processo descrito acima, além dos ganhos objetivos infraestruturais para o bairro, permite vislumbres de uma *consciência de classe* para essa população, através de uma atuação direta de embate com as autoridades e os primeiros passos de uma organização popular.

“Na época que eu participei (décadas de 70 e 80) foi um movimento muito importante porque despertou as pessoas, as donas de casa pra ir em busca dos direitos delas de ter saúde pros filhos. Na época surgiu muita coisa, muitos postos de saúde pelas periferias todas, sabe? (este processo será descrito ao longo do caminho) Através destas brigas que a gente tinha aqui e ali, por aqui mesmo foram muitos postos de saúde que ajudou.... E

quanto a pessoalmente, ajudou a gente a sair daquela coisa de ficar só dentro de casa, despertou a nossa consciência para um direito que todo mundo tem de ter saúde, de ter asfalto na rua, era coisa que pra nós ficava esperando até que a prefeitura, o governo....Esse asfalto meu é particular porque naquela época não participava de nada, reunimos por aqui os moradores e pagamos. Aí, de lá pra cá, quando começou tudo isso, aí já foi através do movimento de asfalto, a gente ia na prefeitura, chamava o engenheiro, media, a gente tinha todo um trabalho de organização de chegar lá e saber o que pedia pro tanto de asfalto que pedia, então não tinha como dizer não....Era bem organizado...” (Graça)

A noção de direito e cidadania vai surgindo com o processo de fazer o movimento. Graça comenta que esse processo mobilizou as pessoas, fazendo-as “sair de casa” não só no sentido estrito do termo, mas também no de superar o individualismo e se imiscuir no social, obtendo a noção do social, ao mergulhar nos problemas e busca de soluções no bairro.

Na fala se mesclam conquistas materiais (postos), pessoais, sociais, técnicas. Os ganhos são múltiplos, as experiências marcantes.

Em 1975, o quadro da saúde é extremamente precário em toda a zona leste de São Paulo, bem como no restante da cidade. A população que reside na periferia recebe apenas 46% do atendimento médico disposto em equipamento pela cidade (potencialmente falando) contra 76% da população das áreas centrais (JACOBI, 1989). A quantidade de *centros de saúde* (CSs), como eram chamadas as unidades de atendimento sob a governança estadual, bem como de *postos de saúde*, as unidades pertencentes à esfera municipal, é completamente insuficiente, sobretudo tendo em vista o crescimento populacional das periferias na década de 70.

Eduardo Jorge nos dá a dimensão da precariedade dos equipamentos e serviços de saúde da região leste pelos idos da década de 70.

“ (...) eu era o diretor do Centro de Saúde de Itaquera e ele era o mais importante da região. Só tinha dois médicos, dois! E era a referência mais importante da região, que fazia fronteira até a região de Mauá. E tinha eu, médico e diretor, e uma outra amiga médica, Joana D’arc. O centro de saúde era tão pequeno quando eu cheguei, que nós atendíamos numa mesa só. Até aumentar a capacidade do centro de saúde, eu e ela atendíamos na mesma hora” (Eduardo Jorge)

Fermina também comenta as carências na área da saúde na periferia.

“Naquela época tinha uma necessidade, quando a gente lutou pela unidade era assim, naquela época tinha três unidades, tinha três postos de saúde, que era o de São Miguel,

que até hoje existe, o da Penha e o de São Mateus. Então, quando a gente queria vacinar as crianças, só tinha esses três. A gente chegava pra vacinar as crianças, eram 4 horas da manhã pra pegar fila pra vacinar. Quer dizer, hoje já facilitou muito... mas era mais difícil, muita gente pegava condução pra ir pra Penha pra dar vacina de sarampo” (Fermina)

Devido a tanta precariedade, as manifestações das mulheres continuam. Orlanda conta um episódio marcante para ela.

“(...) bem no início nós fomos na secretaria da saúde do INAMPS, o Eduardo Jorge tava junto com a gente e nós chamamos ele (secretário) para conversar em audiência com as pessoas e ele não quis descer, porque era muita gente que estava lá. Aí começamos a chacoalhar o portão assim e o Eduardo falava assim: ‘Pelo amor de Deus, gente, não vamos quebrar o portão, não façam isso’. E todo mundo gritando, gritando, aí eles vieram que a população invadia, porque o povo unido tem muita força, né, aí veio um lá e abriu e mandou entrar quatro para negociar e ele na hora tinha falado que não tava lá, mas quando o povo gritou e chacoalhou...Então, é uma coisa que marca, né?” (Orlanda)

A percepção da força da união, o gosto da transgressão ao chacoalhar o portão e a vitória de serem recebidas, marcam a emoção sentida por Orlanda.

Nesse momento, o secretário estadual de saúde era o Dr. Walter Leser (1975/1979), cumprindo seu segundo mandato (o anterior havia sido de 1967/1970). Leser havia realizado a Reforma Administrativa do Serviço Público Estadual e criado a carreira de médico sanitário. Reconhecia a deficiência dos serviços de saúde na rede estadual e defendia a ampliação dessa rede, bem como a inserção, através de concursos públicos, dos sanitários nas chefias das unidades, como elementos de organização geral das questões da saúde, ao invés da cessão destes cargos à políticos, obedecendo critérios político-eleitorais, numa prática política comum até então.

Através de concursos, propiciou a entrada massiva dos sanitários na rede, o que representou uma grande inovação, pois eles traziam uma visão de saúde mais preventiva e integral.

“(...) Então, essa era a nossa orientação enquanto médicos sanitários que com mais outros entraram por concurso público em 1976. Foi um movimento de renovação muito grande... Havia outros nesse emprego mais antigos, mas com uma entrada assim de uma vez só... E conseguiram outras três, quatro turmas sucessivas, com o incentivo do secretário Walter Leser, que foi um impacto muito grande na história da saúde

pública, que reorganizou a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo...” (Eduardo Jorge)

Diversos agentes estiveram presentes com estas mulheres nos primórdios do movimento. Entre técnicos da área da saúde, como assistentes sociais, por exemplo, até a sempre lembrada presença dos sanitaristas a todo o momento nos relatos. Esses agentes são vistos geralmente como apoio técnico e moral, pela autoridade que representam enquanto médicos ou profissionais da saúde, ou como parlamentares, mas também como canais de abertura para conseguir chegar ao secretário de saúde, já que conseguir isso era um ato heróico.

Orlanda fala da experiência de ir junto com o movimento no enfrentamento com o secretário.

“Era difícil (falar com o secretário). Não estou falando pra você que o cara até se escondeu? Mais uma vez eu me lembro, nós fomos conversar com o secretário (...), parece que tinha oito ou nove ônibus e ele não atendeu, falou que não tava, que não tava, falou que ele tava na Assembléia e nós não sabia nem aonde era a Assembléia. Aí o Eduardo falou ‘se vocês quiserem nós vamos lá e eu abro as portas pra vocês entrarem’ e quando a gente chegou lá na Assembléia, ele não queria atender, porque chegou todas aquelas mulheres assim, com criança, dando mamar sentadas naquelas cadeiras que rodava pra lá e pra cá, menina do céu! aqueles lustres que parecia o céu e aquela mulherada.. E isso era coisa do Eduardo, ele que abria espaço pra gente e a gente entrava, porque ele era.... não sei se era secretário...o que que ele era? Ele não era secretário de saúde ainda, não sei se ele era deputado de lá...Eu sei que ele abriu as portas pra nós e nós entremos, aquela mulherada lá, ai meu Deus do céu! E ele (secretário) teve que conversar com nós, teve que aceitar, mas muitas vezes, se pudesse se esconder, ele se escondia.” (Orlanda)

Há que se reconhecer que o Estado, através de seus representantes, os secretários de saúde, contribuíram, a seu modo, com a enorme criatividade que o movimento adquiriu nas verdadeiras maratonas que era obrigado a fazer apenas para falar com o secretário. A partir das primeiras experiências deste tipo, as mulheres já sabiam: quando iam falar com o secretário, iam preparadas para passar o dia, levavam lanche, crianças, guaraná etc e, onde fosse, aguardavam o secretário até que ele saísse lá de dentro de seu gabinete, onde estava normalmente escondido.

Orlanda não se recorda muito bem dos detalhes, de que cargo ocupava o Eduardo Jorge, ou até mesmo da data precisa (disse que foi depois daquela caravana grande de 1983), mas isso não importa muito para ela. O que ficou gravado mesmo foi a experiência, a prática, o sentir-se integrante de um grupo que desafiou uma ordem preestabelecida que não lhe convinha, a vitória

diante da negação. O que ficou foi a memória emocionada da ação em conjunto do movimento nesse enfrentamento.

Embora defendendo a construção de 100 CSs no interior e de 58 só na Grande São Paulo, Leser apenas consegue efetivar 4 numa esfera e 17 na outra, respectivamente (JACOBI, 1989).

Seu sucessor, Dr. Adib Jatene (1979/82), seguindo as metas de Leser, tentará ampliar a capacidade de atendimento médico de São Paulo e se deparará já com um movimento de saúde mais organizado e empenhado numa forte e firme reivindicação frente ao Estado

Toda a gestão de Adib Jatene, e se estendendo também para os próximos secretários, será pautada por uma série de encontros e desencontros com o MS da zona leste, com episódios marcantes para ambos os lados, nos parece, ora tensos e nervosos, ora de aproximações e negociações.

Indubitavelmente, há que se reconhecer uma certa flexibilidade de Jatene ao diálogo com o movimento, fato novo em vista das posturas tidas até então dos representantes do Estado frente à população.

Apesar disso, tal postura se mostra absolutamente insuficiente diante da implacável cobrança que o movimento mais estruturado de 1978/79 começa a fazer das autoridades de saúde.

O fato que nos parece importante desse momento é que o MS com suas enormes demandas e sua organização crescente investe na abertura de um canal de diálogo e negociação com a pessoa do secretário de saúde do Estado, que se mostra, dentro dos seus limites, aberto a esse canal, gerando com isso, uma complexa relação por onde passa a construção de diversos CSs na zona leste da cidade, bem como, acreditamos, a construção de identidades, de novas relações, de novas formas de fazer política, ao mesmo tempo em que se desconstroem antigas formas de autoritarismo e clientelismo.

Na lembrança de Justelita, a sua visão do processo vivido.

***“Ele (Roberto Gouveia) chegou e perguntou:
‘Aqui não tem posto de saúde?’***

‘Não’

‘E por que vocês não vão atrás de um posto de saúde?’

‘E quem vai construir?’

‘Ah, quem vai construir é o governador’

‘A gente não conhece o governador, como é que a gente vai construir este posto?’

‘Olha, vocês vão lá na secretaria da saúde e conversa com o secretário de saúde e pede pra ele falar com o governador, praí eles construírem um posto de saúde’

Olha, a gente foi, menina! Foi oito donas de casa pra lá, chegamos lá na Dr. Arnaldo, tava rodeado de polícia, aí chegou a polícia e perguntou:

‘Que vocês querem aqui?’

‘Olha, doutor, a gente quer conversar com o secretário’

‘Aqui ninguém conversa com o secretário’

Aí, as meninas olhou, olhou, voltamos que nem cachorro com rabo molhado, voltamos pra trás, nós tava com medo mesmo. Aí chegamos. Quando é outro dia, aí eles vieram distribuir remédio gratuito, aí eles vieram saber:

‘Escuta, vocês foram lá?’

‘Ah, nós fomos, mas chegamos lá, tava cheio de polícia e disseram que o secretário não ia falar com nós’

‘Vocês voltam de novo lá’” (Justelita)

No relato dialogado de Justelita, nota-se o processo de aprendizagem ocorrido entre as mulheres e os sanitaristas. Entre uma informação ou idéia nova – pedir ao governo ou ao secretário a construção de um posto de saúde – e a colocação em prática desta idéia – ir até a secretaria – a reflexão da experiência e o aprendizado dela.

Carlos Neder, comentando sua dissertação de mestrado, que estudou as formas de participação e gestão pública através do MS, nos diz.

“Então os depoimentos mostram que o processo de aprendizado, de compreensão da política se deu durante a criação do movimento e no processo de enfrentamento, na medida em que as dificuldades apareciam. O movimento tinha o hábito de depois de cada ação, sentar pra avaliar o que tinha feito, e isso ajudava a compreender e a perceber os interesses, quem eram os aliados, quem eram os adversários e com isso as pessoas foram crescendo. Só que chegou uma hora em que o movimento passou a ter um volume tão grande de atividades, que já não era mais possível a cada atividade, sentar pra fazer uma avaliação. Então, com isso, passou a se perder dimensões importantes de trabalho do movimento, que era a politização” (Carlos Neder)

Justelita segue com seu relato.

“Isso aí deu oito viagens, na última, quando nós fomos lá, o policial falou:

‘Vocês são teimosas, já falei, vocês têm que ir presa! Porque vocês são teimosas!’

Aí eu cheguei, me deu um calor, aí cheguei na cara dele e falei:

‘Olha aqui, policial, nós não somos bandidas, não somos mulher sem vergonha, nós estamos aqui atrás de nossos direitos, atrás de uma saúde honesta, que lá na zona leste,

onde nós moramos, as crianças nascem tudo cegas, tudo aleijado, então nós tamos aqui atrás disso, nós queremos falar com o secretário” (Justelita)

Carlos Neder, lembrando esses momentos importantes para essas mulheres do MS.

“Relatos que elas fazem das primeiras audiências que elas conseguiram na secretaria da saúde, como foi entrar naquele prédio suntuoso, as cadeiras imensas que os secretários sentavam, quando elas pisavam naquele tapete, ficavam trêmulas, com muita dificuldade pra se colocar, como isso foi sendo superado na medida em que elas tinham que chegar ao bairro e dar satisfação pra um grupo muito maior. Então elas tinham uma responsabilidade, elas não falavam em nome próprio, elas sabiam que representavam um grupo muito maior e que elas seriam cobradas se tinham sido firmes, se tinham representado de forma correta a expectativa das pessoas e qual era a seqüência que aquele trabalho ia ter” (Carlos Neder)

Vários são os ganhos nesse processo. O ir e vir dessas mulheres nesse momento significa treinar a consciência, através da representação e da negociação. Chegar lá, falar das necessidades do bairro, exigir respostas claras da autoridade, pedir prazos; chegar aqui, contar como foi, devolver as explicações fornecidas, planejar a continuidade.

Neste episódio, quando finalmente conseguiram estar à frente do secretário de saúde, que na época era o Dr. Adib Jatene, depois de oito viagens até a secretaria, Justelita narra o diálogo:

*“Infelizmente eu não posso servir vocês, o pedido de vocês’
 ‘Ah, o senhor não pode?’
 ‘Não, não posso porque o governador fechou o ambulatório de atendimento popular’
 Naquela época, o governador era o Paulo Maluf, ele fechou todos os ambulatórios populares, aí não fazia remédio (...) aí eu olhei bem pro secretário;
 ‘Escuta aqui, o senhor não é o secretário de saúde?’
 ‘Sou’
 ‘Então isso não é resposta que o senhor pode dar pra nós, que o senhor não vai dar jeito nisso, pois se o senhor não vai dar jeito, quem é que vai? O senhor vai até o seu patrão, que é o Paulo Maluf, leva isso pra ele, fala pra ele isso, tá?’
 Aí ele olhou bem pra mim, aí ele disse:
 ‘Tudo bem, vocês vão embora e voltam daqui quinze dias’
 Aí tudo bem, aí a gente foi embora.” (Justelita)*

A experiência de ir e vir, pautada sempre pela reflexão, vai criando uma consciência social e política nestas mulheres que as fortalece e as torna cada vez mais audazes e incisivas. Evidentemente, o trabalho da memória faz com que Justelita se refira ao passado com a consciência do presente, numa argumentação incisiva, clara e direta que possivelmente estava

ainda em formação. A consciência do direito de ter um posto de saúde no bairro se fortalece com a prática concreta de ir reivindicá-lo e de refletir de forma compartilhada essa experiência.

Justelita segue com seu diálogo.

*“(...) Com quinze dias nós voltamos lá
 ‘Vocês deram sorte. (...) Eu falei com o Maluf e ele falou que vai voltar a funcionar,
 pra construir as vacinas. (...) Agora a única coisa que eu quero que vocês vejam é
 quantas vezes vocês querem ser vacinadas no ano’
 Aí a gente colocou que era duas vezes por ano e, pode ver, até agora a vacina é duas
 vezes no ano. Quem não sabe pensa que foi do governador, mas não foi, foi uma
 proposta nossa pra fazer isso” (Justelita)*

Em que pese a possibilidade de desvios de memória ou de criações fantasiosas de uma recordação já contada tantas vezes, que vai se tornando um pouco novelesca, até mesmo em função da importância que muitos vão dando ao episódio, o que nos interessa aqui é o modo como crescem em consciência, como adquirem a noção de direito, de luta ao ter conseguido a vacinação de crianças para a região e ter “negociado” com o secretário a forma de fazê-la. Justelita assume a consciência de sua interferência direta na realidade, interferência esta compartilhada com outras mulheres em luta.

É interessante notar como Justelita se situa nessa história. Sua memória imaginativa recupera um passado no qual ela advoga para si as ações mais determinantes, a seu ver, para a composição do presente. A “confusão” entre o que se foi pedir – um posto de saúde – e o que se conseguiu – a instituição de um programa de vacinação na região – resulta mais desse processo imaginativo do que uma suposta falha na memória. Lembrando PORTELLI (1997), “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava esta fazendo e o que agora pensa que fez”

Justelita, Ivoneide, Orlanda e todas as outras estão tecendo aqui um mosaico de significados pessoais e sociais que se mesclam e se confundem, estabelecendo um todo nem sempre coerente e factual, relatando como constroem essa luta e como se situam nela.

Na vivência que experimentam no MS, novos desafios vão surgindo. Um deles é a responsabilidade de organizar e conduzir manifestações, atos de protesto, caravanas etc. Orlanda relata essa situação.

“O movimento fazia reunião com as pessoas e quando tinha algum posto que tava atendendo muito mal, a gente se organizava e já se preparava para fazer ato público, aí a gente já chamava o secretário, chamava jornalista e a gente fazia. Nós fizemos vários atos em frente o posto de saúde, nem dá pra lembrar, nós fizemos lá no Boa Esperança, onde a Dulcelina morava, fizemos o nosso aqui (P. São Rafael) duas ou três vezes, fizemos no Colorado, fizemos no Carrãozinho... Uma vez nós fizemos um ato público lá... meu Deus do céu... juntou tanta gente, mas tanta gente.... e era nós que organizava e a gente tinha que dar entrevista pros repórter e a gente num sabia nem falar direito, ai credo! Mas falava, ixi...” (Orlanda)

Aprenderam a organizar a população através de atos públicos, onde denunciavam por microfone e para a imprensa os problemas de saúde sentidos pela população. Chamavam o secretário e, se este não comparecesse, tiravam uma comissão ou organizavam uma caravana até a secretaria de saúde buscar satisfações.

A partir dessa relação, a secretaria da saúde começa a organizar um plano de atendimento às demandas trazidas pela população. Exemplo disso é o Projeto São Mateus, projeto pioneiro, integrando as três áreas de competência da saúde daquele momento (INAMPS, Secretaria Estadual da Saúde, Secretaria de Higiene e Saúde do Município), objetivando a construção de 2 Hospitais de 150 leitos e 19 unidade básicas de saúde na região de São Mateus.

Em seguida, e baseada nesse mesmo projeto, outra ampliação da rede oficial de serviços de saúde é pensada, agora para a região da Grande São Paulo (Projeto de Rede Básica), com a previsão de construção de pelo menos 300 novos postos.

Em julho de 1980, já se fala em 382 postos e 40 hospitais e em 1981, passa-se para 492 postos e 40 hospitais, meta a ser atingida até 1982 (final da gestão de Adib Jatene). Dessas metas, o que de fato se tem nesse período é a construção de 15 CSs em fins de 1979, a locação de estabelecimentos provisórios para por em funcionamento outros CSs em 1980 e, nesse mesmo ano, a construção de mais 42 CSs e o início da construção de 1 hospital com 242 leitos (JACOBI, 1989)

Ainda que as metas propostas na gestão de Adib Jatene não tenham sido cumpridas (essas metas continuarão a ser cobradas na gestão de seu sucessor, João Yunes), observa-se daí alguns fatos. O primeiro é que se explicita a realidade caótica da saúde pública na zona leste de São Paulo, e se reconhece por parte do Estado a necessidade de ampliação da rede. O segundo é que,

com as primeiras construções, ainda que insuficientes, a população através do MS se vê contemplada com algumas vitórias e impulsionada a seguir cobrando das autoridades de forma cada vez mais organizada, forçando cada vez mais o Estado a ampliar as perspectivas de construção e de busca de financiamento para cobrir essas demandas. Nesse círculo vicioso, a década de 80 vai ser pautada por inúmeros episódios de contestação do MS, fazendo surgir, inclusive, o desejo de participar da própria gestão dos serviços de saúde com a posterior criação dos conselhos gestores.

Os inúmeros atos públicos realizados pelo MS são lembrados pelas mulheres e também a forma como aprenderam a fazê-los. O objetivo não era apenas denunciar o não cumprimento dos direitos, mas também o de mobilizar mais gente para o movimento. Ivoneide e Orlanda falam sobre isso.

“A vida foi ensinando, a necessidade... com outros companheiros lá, que tinha muita gente que já conhecia..”! (Ivoneide)

“Fomos aprendendo com o tempo... com o pessoal... com as pessoas que tinham mais experiência, a gente tava junto. Nesses atos, assim, a gente aprendia com assistente social, você lembra da Isa, a Ana Rosa? Às vezes elas davam as coisas escritas pra gente fazer, falar.” (Orlanda)

Aquelas que começaram depois de o movimento já estar mais estruturado puderam contar com a experiência das mais antigas do movimento, mas as pioneiras tiveram que inventar o novo. Um grande fator de incentivo para essas mulheres foi, muitas vezes, a orientação direta de agentes técnicos que passavam informações sobre o funcionamento das estruturas da saúde ou mesmo sobre técnicas de organização popular, de dinâmicas etc. Embora isso ajudasse muito, a responsabilidade por toda a organização, condução e, sobretudo, conseqüências dessas ações recaíam sobre elas.

Na fala de Orlanda também a constatação e segurança de uma ação em conjunto, compartilhada (“a gente tava junto”). Esse atuar junto traz a riqueza da multiplicidade, da presença de muitos agentes que se influenciam mutuamente no processo de descobrir novas formas de organização e luta.

Fermina vivenciou uma experiência com o movimento de mulheres ao mesmo tempo em que atuava também no MS. Ela nos conta um episódio desencadeado em 1993 a partir da preocupação com o gênero. Nos chama a atenção nesse episódio as estratégias utilizadas para mobilizar a população e a forma criativa como o processo vai sendo montado.

“(Como o movimento de Mulheres tinha se enfraquecido um pouco), em 93 nós começamos a formar grupos de mulheres para discutir os seus problemas de saúde, muitas mulheres estavam com problema de câncer de mama. Fizemos uma pesquisa aqui na Zona Leste, desembocou no Encontro da Mulher que foi feito em Guaianases, a gente teve a ajuda de técnicos, a Ana mesmo, a enfermeira Ana do Instituto de Saúde veio nos ajudar, a Cleide do MS... Nesse encontro a gente tirou de fazer uma pesquisa na Zona Leste, fizemos uma pesquisa pra saber quantas mulheres deixavam de fazer o Papa Nicolau (exame preventivo de câncer), porque, assim, naquela época, apareceu muito esse problema, apareceu demais esse problema de câncer de mama, câncer de útero, aí nós fizemos o seguinte: lá a gente dividiu os grupos São Mateus, Guaianases, São Miguel. Foi muito legal. Essa pesquisa foi feita em parceria entre o MS e o SOF, e aí a conclusão foi de que apenas 11% das mulheres da zona leste faziam o Papa Nicolau. E essa campanha se estendeu, nós fomos pras praças públicas com caminhão de som, faixas, aquelas faixas lilás que eram maravilhosas... E aí nós conseguimos aglomerar as mulheres nas praças pra esclarecer a necessidade de fazer o exame e foi tão engraçado, que após uns dois, três meses que nós começamos essa luta... a gente era muito ousada!...a gente deixava telefones nos panfletos, aí as mulheres começaram a ligar, porque elas foram orientadas a irem na unidade básica e lá não tinha o serviço. Aí nós criamos outra forma de orientar as mulheres, a pessoa que ligava, a gente pegava e anotava os dados: ‘Você mora perto de que unidade? Então você convida cinco, dez mulheres, e aí a gente vai com você na unidade básica marcar o seu exame em grupo’. E assim nós fazíamos, cada pessoa ia com um grupo até a unidade e foi dando certo, foi emocionante, as unidades começaram a perceber que as mulheres estavam se organizando e exigindo. Então, a diretora falava assim: ‘É impossível marcar vinte mulheres num mesmo dia’, ‘Então você marque um dia pra esse grupo e outras ficam em aberto para os outros dias’. Aqui na Casa Pintada mesmo, a diretora quase enlouqueceu com aquela multidão de mulheres, mas aí as pessoas foram se conscientizando e os diretores das unidades também. A gente conseguiu na época que quase todas as unidades comessem a colher, porque na época eles diziam assim: ‘Só o médico poderia colher’, e a gente discutia que não, que qualquer enfermeira treinada poderia colher o exame, aí os médicos começaram a ficar com ciúmes e não deixavam... e de fato o COREM não permitia na época, hoje eu não sei... Então, ampliou o serviço e diminuiu o serviço pro médico e até hoje a coisa funciona assim e foi uma luta que valeu a pena”. (Fermina)

Fermina fala de uma experiência que ela mesma adjetiva de ousada. Analisa, provavelmente como ousadia a coragem de tomar um problema como o câncer de mama e de útero, causa elevada de mortalidade feminina, e buscar soluções para esse problema em ações possíveis e cotidianas. Ações como fazer uma pesquisa no bairro, sensibilizar as mulheres dos perigos da não prevenção através de carros de som improvisados em praça pública, ceder seu tempo e seu telefone para possibilitar os contatos, organizar grupos de pressão frente à

incompetência dos serviços públicos de saúde, foram criativamente sendo pensadas e sentidas ao longo do processo. E, propor para esses mesmos serviços soluções simples e possíveis também, provocando, inclusive, alterações no funcionamento da unidade e alterações no próprio sistema dos serviços de saúde da cidade como um todo, ao propor o treino de enfermeiras para a coleta de exame de Papa Nicolau, mostra o alcance dessas ações, que ultrapassam as dimensões do bairro pura e simplesmente.

Para nós, o mais importante nesse processo é a experiência sendo construída de forma compartilhada e estabelecendo a cada passo um caminho inventado, não determinado de antemão. Além disso, a forma como o processo desencadeado contamina a todos, inclusive às direções das unidades que se vêm de repente, obrigadas a dar soluções para uma demanda que existia apenas potencialmente, já que a maioria das mulheres não recorriam ao posto para fazero exame.

No trato com os secretários ou quaisquer outras autoridades, elas se preparavam antes.

“A gente já levava tudo por escrito o que a gente ia falar, então... às vezes a gente tremia um pouco, mas... quando uma ficava meio gaguejando, a outra ia e tomava a palavra e falava...” (Orlanda)

A barreira inicial era superada pela preparação anterior do encontro e pelo vínculo solidário que as unia e fazia com que uma se apoiasse na outra.

“Eu nunca tive medo, mas muita gente tinha sim. A gente não tinha (medo) porque quando a gente ia lá, a gente já tinha conversado com o Carlos Neder, com o Roberto Gouveia, essas pessoas já vinham trazendo pessoas para preparar a gente, o movimento de saúde era bem preparado, não é dizer: ‘eu fui, perdi o medo’, não é. A gente tinha uma base, que alguém preparou pra nós, pôs em nós, então a gente não tinha medo, porque quando ia, ia ciente do que você queria, do que você tinha direito, do que eles podiam fazer” (Graça)

“Tinha, tinha medo, e a gente sempre procurava os militantes de mais, mais... como assim dizer, que já lutavam há mais tempo. Na hora de fazer os documentos a gente chamava os nossos parceiros que eram os médicos sanitaristas, ajudava a fazer uma carta, um documento... A gente tinha ajuda depois com a parceria da SOF, facilitou e aí a gente foi conhecendo um pouco os nossos direitos. E gente tinha medo porque não conhecia os direitos, quando passa a conhecer os seus direitos facilita né. Nós fomos perdendo o medo e eles que ficaram com medo. (Fermina)

Fermina reflete sobre a falta de conhecimento como um fator de medo. Na medida em que as mulheres vão adquirindo conhecimento, vão tendo mais e mais confiança. Esse conhecimento é sempre construído junto com muitas pessoas que se somam no processo vivido e compartilhado.

Os agentes que contribuíram para uma instrumentalização maior das mulheres do movimento de saúde foram vários. No caso dos sanitaristas, o papel que desempenharam foi fundamental. Eduardo Jorge analisa esse processo.

“(...) a nossa influência nesse movimento de saúde é uma opção nossa, vinda da nossa experiência anterior, de não querer substituir as pessoas, as donas de casa, os operários com as suas reivindicações na liderança do movimento. Claro, nós estávamos presentes nesse processo de construção, discussão, escolha das estratégias, mas sempre colocamos que eles, que eram os primeiros interessados, deveriam liderar o processo, inclusive fazer negociações com o governo, estadual, municipal... Alguns outros levantavam: ‘e se a determinada dona de casa não tiver preparada com a discussão, com os quadros dentro do governo municipal, estadual?’; o máximo que pode acontecer é ela perder a discussão, mas ela vai ganhar muita experiência e na terceira discussão que vai haver, ela vai chegar maior, mais preparada. Então essa era a orientação, na ocasião tida como um desvio anarquista. Mas isso foi um marco diferencial daquele movimento em relação aos vários outros movimentos que aconteciam no nosso Estado naquela ocasião. Porque possibilitou a emergência de lideranças novas em todos aqueles bairros. Erraram, acertaram, mas ganharam muita confiança e cresceram como pessoas” (Eduardo Jorge)

Roberto Gouveia também fala sobre isso.

“(...) é impressionante o crescimento político delas, elas foram se transformando em referências nessa luta toda, né, porque como o movimento ampliou e começou a inspirar outros setores, outras regiões do país, elas começaram a viajar, pegar avião pro Rio de Janeiro, pegar avião e ir pra Recife, começaram a viajar pra contar aquela experiência... Eu lembro que a gente ia junto, mas quem falava eram elas, isso era muito importante, a gente não ficava tomando a dianteira pra falar, não, a gente fazia questão de preparar, de discutir, porque às vezes elas ficavam com medo de propor no plenário, a gente não saltava na frente e ia fazer esse papel. A gente preparava pra segurança delas, mas acima de tudo, tinham algumas que se destacavam. A gente chegava nelas e falava: ‘Lá vocês soltam a franga, fala o que vier no coração, o que vocês quiserem falar, sejam espontâneas’. Mas a gente dava a nossa contribuição no sentido exatamente mais técnico da política de saúde, o que estava acontecendo... Mas toda a inspiração elas soltavam ali. (...) É impressionante, uma coisa que nasceu ali, de repente passou a ter repercussão nacional, e eram muito admiradas, vêm aqui pra saúde pública, vêm falar com a academia, têm uma experiência belíssima” Roberto Gouveia)

Essa presença dos sanitaristas também foi sendo construída no processo. Na fala de Eduardo Jorge (acima), vê-se que não havia consenso sobre a inserção deles no bairro, como agentes de transformação. O diálogo sobre essas questões e a prática concreta vão dando a medida da contribuição que eles podem dar no processo.

Aninha comenta sobre os agentes que ajudaram a constituir o MS.

“Ah! É um casamento eterno(a aliança formada entre MS e agentes de saúde), um casamento mesmo. Porque o movimento só pôde ser fortalecido com essas pessoas. Se teve o Eduardo Jorge, o Roberto Gouveia, o Neder que são históricos na zona leste, a gente teve também o Dr. Francisco, A Regiane, a Auristela que está em outro país, o Lelo, dessas pessoas que já se diferenciavam dentro da Secretaria Estadual de Saúde, que tinham esses pensamentos, de pensar a saúde pública a partir do bairro, dos problemas, das necessidades e tudo mais, e que encontrou no movimento um aliado pra construir o que a gente tem hoje” (Aninha)

É muito importante essa fala da Aninha, pois demonstra outros agentes participando também da formação do MS, mesmo a partir do interior da própria Secretaria Estadual de Saúde, numa construção social dos princípios da concepção de saúde pública no país.

Além dos médicos sanitaristas, de outros médicos vinculados ao serviço público, das assistentes sociais, enfermeiras etc. que ajudaram nesse processo, a igreja continuou a ter um papel muito importante também.

“Eu me lembro que quando a gente tava indo no ônibus (numa caravana), o padre que tava junto com a gente, ele falava assim: ‘e lá não me chama de padre!’; que ele não podia ser identificado. E quando vinha no ônibus de volta ele falava: ‘Alguém vai escrever a falar domingo na missa do que aconteceu hoje’; e aí ninguém escrevia, e eu era tonta, eu escrevia. Quando chegou na missa ele disse: ‘Quem escreveu?’; aí ninguém, ninguém, e eu falei: ‘ah, eu escrevi’; e ele falou: ‘Então vem aqui falar, pegar o microfone e falar’; nossa, eu tremia, nem saía o que eu tinha escrito. Então é coisas assim que, no início, é muita emoção, nossa!” (Orlanda)

Orlanda chega a comentar em outro momento que ela só aprendeu a ler de verdade porque o padre da comunidade a incentivou a escrever muitas vezes. No início tinha vergonha e muita insegurança, mas depois foi ganhando confiança em si mesma.

“(...) quando eu participei da igreja, nossa! A gente tinha um padre aqui que ele implorava pra mim ler, eu chegava lá e ele falava: ‘não, você soletra as letras e nós completa mas você quem vai ler. Então, eu acho que ele me ajudou bastante. Apesar

que a gente, depois de velha, é mais difícil de aprender.... mas eu aprendi muito e foi com ele.”

(.....)

“Porque os padres daqui eles viam que o povo daqui era muito tímido, fechado, e se eles num puxasse, talvez o povo não ia né? Então ele mostrava a necessidade, falava, explicava, aí o povo aderiu ao que eles falavam, né?” (Orlanda)



Orlanda na missa com o padre José, celebrando com outros conselheiros a eleição do primeiro Conselho Popular de Saúde do P. São Rafael (1981).



Durante uma missa no P. São Rafael, os conselheiros seguram cartazes com dizeres sobre a saúde (1983).

Quando estes padres atuantes no MS, já na década de 90 vão para outras paróquias e chegam outros, a relação muda. Não há mais incentivo para os movimentos e sim uma preocupação maior com a espiritualidade.

“O padre José e o padre Nicolau. (O padre José) ele ajudava muito a gente a se organizar, ele chamava, ia nas comunidades, incentivava, convidava e aí o povo ia. Quando ele sai, que entrou o MST (Movimento sem Terra), só para você ter uma idéia, os outros padres que chegou não entendia de movimento, pra eles tanto fazia ter como não ter; teve eleições que a gente queria fazer assim uma apresentação do conselho, porque a gente tinha até missa, né?... eles não queriam que agente se apresentasse lá na igreja.... aí o povo vai...porque não foi assim que foi criado, né?...então o povo vai pra sua casa.” (Orlanda)

De fato, vai haver a partir dos anos 90, um recrudescimento dessa ligação de padres, seminaristas e freiras com os movimentos populares. Esse tema, entretanto, será mais bem

analisado no capítulo III, ao avaliarmos os motivos que levaram ao enfraquecimento do MS a partir dessa data.

Logo após as primeiras vitórias do movimento, os primeiros postos construídos ou alugados, as mulheres do movimento logo perceberam que somente ter o equipamento de saúde na região não era suficiente para um atendimento bom, pois constantemente não havia médicos, remédios, enfermeiras etc. A idéia, pois, de constituir um mecanismo de fiscalização e de controle sobre os equipamentos construídos, foi tomando forma. É disso que fala Graça.

“Demorou (para ter conselho de saúde), era uma comissão que reivindicava, depois disso achamos necessário continuar porque aí tinha que trazer profissionais de saúde, era muito escasso, não tinha médico, para conseguir remédio, leite para as crianças.... então essa comissão continuou em prol da manutenção dos recursos humanos e medicamentos e tudo a gente ia atrás. Depois o que aconteceu aqui começou a acontecer em São Mateus e toda a periferia de São Paulo. E aí houve uma interligação, as pessoas começaram a vir aqui, a primeira pessoa que veio aqui foi o Neder, falar com a gente sobre política de saúde, e depois a gente ia lá (J. Nordeste) nas reuniões deles também, trocavam-se experiências e aí surgiram depois deste posto (V. Renato Sapopemba) outros postos de saúde por aí”. (Graça)

O que Graça conta é que para conseguir os postos no bairro ou mesmo para mantê-los abertos e funcionando com um mínimo de estrutura de recursos humanos, a população resolveu criar as Comissões de Saúde, que eram grupos de moradores que faziam o intercâmbio entre a população do bairro e as autoridades, com o objetivo de buscar soluções para os problemas da saúde. As comissões organizavam reuniões nas casas, nas ruas, nas igrejas etc., para criar consciência nas pessoas dos problemas do bairro, da falta de saneamento básico, dos lixões, da falta de médicos nos postos, do remédio que faltava, e levavam as reivindicações às autoridades. Também realizavam assembleias em praças públicas e caravanas de moradores aos órgãos competentes do Estado.

Essas comissões eram abertas à participação de qualquer pessoa que tivesse o interesse de discutir a saúde, independente de religião, raça, partido ou grau de instrução. Eram autônomas e só tinham como lei as decisões do povo; aceitavam a colaboração de igrejas, sociedades amigos do bairro ou partidos, desde que tais apoios não interferissem na sua autonomia.

Em 1978, no entanto, essas comissões de saúde já haviam amadurecido bastante no embate constante com as autoridades e na discussão de saúde com o povo. Perceberam que, apesar dos avanços obtidos nas negociações com o governo, era necessário um mecanismo mais

poderoso que a comissão, que tivesse reconhecimento oficial para interferir de forma mais direta nas unidades de saúde da região. Surge a idéia do Conselho Popular de Saúde, cuja existência foi possibilitada por uma brecha num decreto da Secretaria da Saúde (BAVA, 1984) e cuja função era representar oficialmente a população, inclusive através de voto direto, perante as unidades de saúde e perante as autoridades.

Na verdade, o que existia de concreto na lei era a possibilidade de existir um conselho que funcionasse junto aos centros de saúde com membros escolhidos entre médicos, diretores de escolas, padres, delegados de polícia, vereadores, membros do Rotary Club etc, ou seja, um conselho formado pela elite do bairro. Isso estava regulamentado por uma norma técnica experimental de 1968, da Secretaria Estadual de Saúde. A comissão de saúde do J. Nordeste levou para o secretário Dr. Walter Leser, em outubro de 1978, entre outras reivindicações, a criação de um Conselho Popular de Saúde, formado por usuários do posto, citando a norma técnica em questão, mas com outros critérios de representação. Após várias discussões, a proposta do conselho popular foi aceita.

A opinião de Gouveia sobre o conselho e seu surgimento é bastante positiva.

“(...) a idéia do conselho de saúde surgiu dentro daquele contexto, naquela dimensão e ao mesmo tempo encontrou-se uma notícia de que havia uma norma técnica experimental de conselho, ou seja, já havia até uma previsão institucional da própria secretaria, um encontro, e nós fomos atrás (...) Começamos um processo de discussão muito rico que garantiu a continuidade e teve uma relação muito positiva da luta social com a luta institucional, todo o processo de agitação social, a construção do argumento, da mobilização da força social e política e, ao mesmo tempo, atuar no regime institucional. O conselho, na nossa visão, ele nos ajuda a questionar o caráter elitista e autoritário do estado brasileiro. Ele é uma cunha, né, pra poder quebrar, pra poder arejar dentro de uma perspectiva democrática e de controle público das instituições” (Roberto Gouveia)

A partir daí, a Comissão de Saúde do J. Nordeste começou os preparativos para a eleição do conselho. Montaram uma chapa com doze nomes e em março de 1979 realizaram as eleições no bairro, na qual obtiveram 8146 votos num bairro de 20000 habitantes. As urnas, feitas de caixas de sapato, colheram votos no centro de saúde e nas redondezas do bairro, como feiras, saídas da missa etc (BAVA, 1984).

Apesar dos trâmites legais, os nomes dos conselheiros só foram publicados em Diário Oficial em 27 de outubro de 1979, depois de muita pressão do movimento.

Com a instituição do Conselho Popular, os conselheiros teriam maior acesso ao posto e à direção do posto, através de reuniões mensais (ou outras extraordinárias), onde se discutiriam todos os problemas do funcionamento da unidade. Nestas reuniões, o Conselho levava reclamações da população usuária, negociava a solução com o diretor e cobrava as decisões anteriores. Servia, pois como um elemento fiscalizador, denunciador e propositor dentro da unidade. Sua ligação com a Comissão de Saúde garantia a representatividade dos conselheiros, que faziam a ponte entre usuário e posto.

Em 1981, foram eleitos 18 conselhos de saúde em diversos bairros da zona leste, com um total de 95000 votos, mostrando que a experiência do J. Nordeste havia frutificado. Foi nesse contexto que Orlanda, juntamente com suas companheiras de bairro, conseguiu eleger o primeiro conselho da unidade de saúde do Parque São Rafael.

Nas agendas da Orlanda, muitas são as anotações referentes a estas reuniões nos postos com diretor e médicos. As questões tratadas nestas reuniões tinham sempre como pauta os problemas do posto, desde a falta de médicos, até reformas do prédio.

TERÇA
MARTES
TUESDAY
DIENSTAG

31

JANEIRO
ENERO
JANUARY
JANUAR

1989 - 5º SEM. 31 - 334

7 Reunião com o D. Alfredo e a Mag da
8 no Centro de Saúde 3 hora da tarde
9 e os conselheiro

10 Pauta

11 1º fazer um levantamento -
12 2º devemos escolher horário Para a reunião
13 3º Si voce a selto a cargo
14 4º E queremos ler o estatuto Para ser cumprido

15

16 Debemos um oficio esclarecendo se queria
17 ser um candidato Para se diretor do Posto
18 de Saúde o D. Alfredo disse que ainda ele esta pensando
19 Porque ele não quer ser Posicionado Porisso ele disse que
20 ainda ele não tinha uma decisão Pais era eles que
NOITE não escolher ou mandar alquem

Dentista tem 2 mas esta marcando 9 consulta Per
dia do x x x x x x x

JANEIRO 89

S	2	9	16	23	30
T	3	10	17	24	31
Q	4	11	18	25	
Q	5	12	19	26	
S	6	13	20	27	
S	7	14	21	28	
D	1	8	15	22	29

Fez meia

Reunião na creche com a Equipe da
Secretaria da Abitação, Delegada
Chana, Soninha e Marcia, e Vasilda
elas estarão representando a Secretaria
Eminia mariceto com o Pessoal
da Regional e a População do Bairro

30/31
JANEIRO

Anotações de Orlanda de reunião do Conselho Popular de Saúde do Parque São Rafael com o diretor do posto (sem data). Outras anotações denotam o envolvimento de Orlanda em outros problemas do bairro também.

TERÇA
MARTES
TUESDAY
DIENSTAG

1988 - 17º SEM.

19 1988

ABRIL
ABRIL
APRIL
APRIL

110 - 256

7 Reunião no Posto de Saúde Neste dia 2 hora

8 Para Preparar o calendário do Conselho

9

10 D. Ruben Sugou Para dismarcar esta reunião

11 ele disse que não vai poder participar com

12 nos co deixar ele explica o porque ficou

13 Para mim com verga com ad Pessoa e ligar

14 Para marca outra reunião com ele

15 Sobre as arquiteta ele disse que ligar Para elas e

16 elas fa enviar os documento do ^{de São} Sertão que elas

17 queio ver o terreno esta com as Superior dela ficou Para ela

18 dar o telefone dele e o D. Ruben ver aonde vai ficar

19 Sertão ele vai aditar em outro lugar reunião

20

NOITE Reunião na S. marco Dia 18. 4. 88

Para Preparar a missa do dia 24 a festa do

Padoero (Comentarista São marco)

Canto de entrada Baiano da comunidade

cada comunidade levar um cartaz com o

nome da sua e agradecendo o D. Luciano

na Serra Das Graças Pedido de Perdão

Gloria cantado e Gloria

1º Jui São Bon Pastor

2º Santo Dias

18/19
ABRIL

Anotações da Orlanda sobre outra reunião do conselho do seu bairro no posto de saúde com o diretor (1988). Novamente outras anotações mostram a relação de Orlanda com a comunidade religiosa.

A experiência do Conselho da paróquia foi uma referência para pensar a criação do Conselho de Saúde. Também o fato de que os postos que começam a surgir na região não dão conta de atender a população devido à falta de recursos materiais e humanos. O MS, dando continuidade à luta, reforça agora a idéia de qualidade no atendimento como garantia do direito à saúde.

“(...) Aí, depois deste primeiro posto de saúde, eles (sanitaristas) falaram: ‘Vocês vão criar o Conselho de Saúde da unidade’ Porque naquela época tinha o conselho de polícia, de promotor, era conselho de diretor de escola mas, conselho de saúde ninguém sabia o que era ainda. Aí, o Roberto e o Carlos falaram: ‘Agora vocês vão criar o Conselho de Saúde’ ‘E como a gente vai fazer?’ ‘Faz eleição’ ‘Como eleição, Roberto?’ ‘Faz eleição, uma eleição de dona de casa, de moradores, não é uma eleição política’. Tudo bem, aí vamos nós reivindicar de novo esse conselho...” (Justelita)

O surgimento dos Conselhos Populares de Saúde foi uma grande conquista, mas trouxe também atritos não só com o Estado, o que já era de se esperar, mas também com os trabalhadores da saúde, que viam no conselho um órgão fiscalizador do seu trabalho. Obviamente, o peso da palavra fiscalização à qual estava vinculado o trabalho do conselho, caía como pedra para o conjunto de trabalhadores que, além das péssimas condições de trabalho que possuíam, ainda teriam que suportar um grupo de moradores fiscalizando sua atuação profissional.

Muitos conselheiros também entenderam que seu papel era o de fiscalizar e cobrar o funcionário especificamente, entendendo que o mau funcionamento do posto era devido à má vontade dos trabalhadores da unidade. Vários episódios conflituosos envolvendo funcionários e conselheiros existiram, como comenta Justelita.

“(...) e aí foi briga, e foi briga e que não, nunca se viu, aí o povo vai ficar fiscalizando funcionário público e que isso nunca existiu, menina!, foi aquela confusão (...) Quantas vezes a mãe, dona de casa chegava no posto de saúde e o funcionário jogava água na cara das mães, certo? Se falasse em nome do conselho de saúde, leva água na cara, laranja podre...éh!...jogava!... Funcionário, tá? Não eram os diretores, eram os funcionários pequenos, tá? Porque os grandes falavam assim, que nós ia tomar o lugar deles, eu não sei onde estava a idéia deles, aí a gente começava a falar com eles que não era nada disso, o conselho de saúde era para reivindicar coisas pro povo, pra ajudar eles, que a gente ia brigar com o governador pra trazer remédio e tudo pro posto, não era pra entrar no lugar deles. Isso foi difícil, foi difícil conquistar este povo,

mas conquistamos. Bom, aí fizemos o conselho, o primeiro conselho do Jardim Nordeste...” (Justelita)

Salvo possíveis exageros, em muitos bairros a relação das conselheiras com os funcionários foi realmente conflituosa porque o Conselho entrava em choque com alguns “acordos” que eram feitos entre direção e funcionários para que o horário não fosse cumprido integralmente, entre outras coisas. Isso acontecia principalmente com os médicos que só iam trabalhar no posto da periferia se, ao invés de quatro horas, fizessem apenas uma ou duas, o que lhes permitia manter outro (ou outros) emprego (s). A direção do posto muitas vezes aceitava essa situação porque na sua avaliação era melhor ter um médico por uma hora do que não ter nada.

As condições de trabalho do funcionalismo da saúde, tanto municipal como estadual eram, diga-se de passagem, muito ruins. A começar das próprias condições de trabalho quase inexistentes pela falta de médicos, enfermeiros, remédios e aparelhos de exames, o que dificultava a organização do serviço dentro da unidade. Lidar com essas deficiências na relação com a população sempre foi muito desgastante para esses trabalhadores.

Os acordos acima comentados existiam mesmo, e não apenas para os médicos, mas para outros funcionários também. Exemplo disso era a permissão de sair para ir ao banco (em dia de pagamento) durante o expediente.

A situação era delicada e as conselheiras tiveram que lidar com isso. Como afirma Justelita, não foi fácil, foi um processo de convencimento e de conquista mesmo da confiança dos funcionários, além de uma conscientização também dos conselheiros de que a luta era contra o Estado e que, do lado de cá, deveriam se unir aos trabalhadores da saúde que, ao fim e ao cabo, eram também usuários do sistema.

Gouveia nos fala sobre esses conflitos que permearam a implantação dos conselhos.

“Na reunião do Conselho era muito interessante essa polêmica, população X funcionário, e o tempo todo a gente agia no sentido de que nós estamos no mesmo barco, nós temos que fazer uma aliança, não adianta... simplificando pra gente entender, quem está do outro lado do balcão ficar brigando com quem está do lado de cá do balcão, tem que haver ali uma aliança e não uma disputa. Lógico que há carreiristas, diferentes interesses, mas eles se congregam por uma política pública de saúde. (...) Conflito na fila ia haver sempre e a gente sabia disso, a mulher que chega

com uma criança com febre e ali quando não há atendimento, ela vai discutir, ela vai brigar e vai ter que fazer isso mesmo, mas a perspectiva da população deve ser de organizar esse processo pra até tirar melhor consequência política dele”

(.....)

“Então, isso foi feito o tempo todo com muito conflito. Pra se ter uma idéia, na primeira reunião do conselho (no J. Nordeste), teve uma funcionária do posto de saúde que ameaçou jogar água quente (nas conselheiras) com uma chaleira, e ela estava fazendo o café das mulheres que tinham ido lá, nunca me esqueço disso, uma senhora que trabalhava no posto de saúde, ‘Não! Isso aqui não’ e ela, numa perspectiva muito reacionária e um tanto conservadora, não queria saber de reação popular. Depois foi dando um jeito, contornando” (Roberto Gouveia)

Com o passar do tempo, as coisas foram se adequando e a convivência entre conselheiros e funcionários adquiriu outras nuances. Muitos funcionários, inclusive, entraram para o movimento de saúde e exerceram longa militância; da mesma forma, muitos militantes do MS ingressaram numa carreira de saúde, compondo os quadros funcionais de alguns equipamentos.

Esse trânsito pelos dois lados possibilitou uma consciência da situação e uma visão mais de conjunto, permitindo a proximidade entre trabalhadores e conselheiros

Ivoneide também comenta o problema.

“Com relação aos trabalhadores mudou essa visão mesmo. Hoje a gente tem uma relação muito boa com o sindicato (dos trabalhadores da saúde), muito boa... porque mesmo dentro do sindicato, tem ala que não acha que tem que defender usuários, né, e tem uma parte que acha que não, que é uma luta em conjunto, não é todos que pensam assim.” (Ivoneide)

Ela diz que a relação é muito boa, apesar de setores dentro do sindicato do funcionalismo da saúde não concordarem com a visão do movimento. É evidente que o que ela chama de boa relação foi resultado de um diálogo construído arduamente com esforços mútuos de ambas as partes, entre conflitos e superações. As tensões permanecem, mas uma ponte foi construída ao longo do caminho.

Graça nos fala sobre o mesmo tema.

“Tem trabalhadores e trabalhadores, tem uns que eles eram justos, achava legal e trabalhavam com a gente junto, E tinha os aproveitadores do movimento que queria conseguir um jeito de trabalhar menos, ficar mais folgado (...) Isso a gente via bastante, mas tinha muita gente boa também que participava, que ia com a gente,

então é relativo, né? É um ser humano, tem bom, tem aquele mais folgado, tem aqueles que te respeitam, que se colocam no seu lugar, todo lugar tem, né?” (Graça)

Construir uma ponte entre esses dois lados significava clarear a idéia de que estavam do mesmo lado, já que o funcionário também usa ao posto, e que o objetivo de todos era o que fosse melhor para a população. No entanto, isto não esteve sempre tão claro para as conselheiras também.

Houve casos em que algumas conselheiras, no embate com funcionários do posto, se posicionaram tão somente como fiscais, controlando horário de entrada e saída destes e, desta forma, comprometendo a relação entre ambos. Ou, ainda, casos em que conselheiras, se aproveitando de sua condição, também negociava privilégios no atendimento para si ou para familiares e amigos.

No entanto, tal situação parece ter se constituído de uma minoria; no geral, essas mulheres que se formaram conselheiras lutavam justamente pela igualdade no atendimento e tentavam formar os novos conselheiros dentro deste mesmo princípio. Zuleide, num antigo depoimento seu, comenta que nunca se valeu da condição de conselheira para benefício próprio.

“Por exemplo, eu sou conselheira (antigamente) e um dia precisei de ir consultar uma netinha no posto de saúde. Eu cheguei um pouco atrasada, fui a última da fila. E fiquei a última pra ser atendida. Não é por ser conselheira que tinha que ser atendida primeiro. Eu acho que deve ser assim”³⁰

Dúvidas, embates, reflexões, foram delimitando a atuação destas mulheres nestes conselhos de saúde.

A criação do Conselho Popular de Saúde não era para substituir as Comissões de Saúde; ao contrário, os dois mecanismos deveriam se completar. A comissão teria um papel mais abrangente de reunir as pessoas no bairro, discutir seus problemas relacionados à saúde de forma geral, organizar assembléias e caravanas à secretaria etc, enquanto que o conselho teria um papel mais específico junto ao posto de saúde, levando, inclusive, as reclamações do bairro.

³⁰ Depoimento de Zuleide retirado de BAVA, Sílvia C. Que História é Essa? Grupo de Educação Popular (GEP) Edição Centro Pastoral Vergueiro, São Paulo, 1984.

A formação dos Conselhos de Saúde exigiu dessas mulheres também uma elaboração teórica já que o próprio *regimento do conselho* foi criado por elas. Vejamos o que Orlanda tem a dizer sobre isso.

“(...) eu lembro que quando a gente foi fazer o Estatuto do Conselho, Estatuto do MS, a gente ia conversar com o Guedes (secretário de saúde) lá na secretaria,. a gente ia com o Carlos (Neder). E eles explicavam, eles falavam... e a gente não entendia nada, mas como eu queria aprender eu ia... eu queria aprender, eu queria ver o que era aquilo” (Orlanda)

O relato de Justelita sobre este fato, embora longo, é muito interessante.

“(...) aí, que aconteceu;

‘Bom gente, sabe o que nós tem que fazer agora? Um estatuto do nosso movimento’

E vamos lá, aí o Carlos mais o Roberto:

‘O, e vocês leva e faz eles publicarem no Diário Oficial com o governador’

Aí fizemos, nós levamos uns três meses pra fazer este estatuto, mas conseguimos fazer, aí fomos lá levar pro João Iunes.

‘Ah, não vai fazer estatuto do movimento de saúde que isso não existe’

‘Mas nós tem que existir!’

E foi aquela briga (...) a gente pegou uns sessenta ônibus pra lá pra fazer este estatuto ser aprovado. Menina! Foi gente naquela Dr. Arnaldo, ninguém passava, ninguém subia, nem descia, fizemos todos eles tirarem os carros do estacionamento, colocamos o João Iunes, ele era careca, fizemos ele subir lá em cima, aí as meninas:

‘Justelita, você vai subir com ele’ (...) um sol quente que tava e nós falava:

‘Publica o nosso estatuto! Vai publicar o nosso estatuto! Se você não publicar, nós não vai deixar você descer daí’

Aí ele falou assim:

‘É, eu prometi que ia fazer, mas eu cheguei aqui e não tem nada, essa secretaria tá um buraco, não tem dinheiro, não tem nada’

Aí eu peguei e falei assim:

‘Gente, calma, eu vou fazer uma pergunta pra vocês’

‘Fala Justelita’

‘Vocês já repararam quando as pessoas tá fazendo o discurso político na televisão, fica falando que se eles ganha, que vai dar escola prá todo mundo, que vai dar moradia, vai dar um posto de saúde, um bom Hospital, não é?’

‘Éeeeeeeeeeeeeeh!’

‘Pois é, na hora que eles ganham, chegam aqui e falam - nós não vai fazer nada porque isso aqui tá um buraco – vocês já repararam que buraco gostoso? Quem tá dentro não quer sair, quem tá fora quer entrar, que buraco gostoso é esse!’

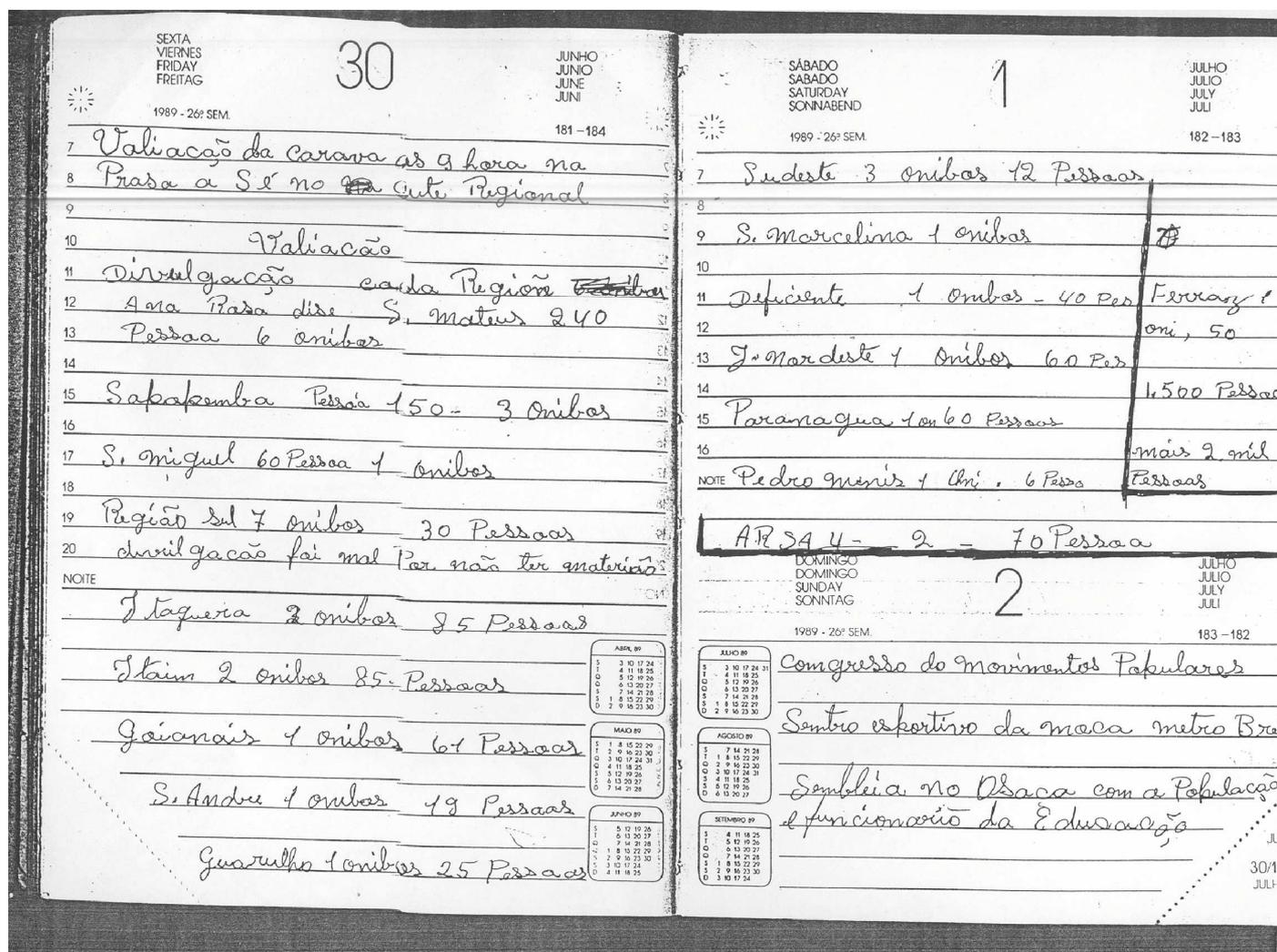
Mas, menina, o pessoal embaixo tava... Mas foi muito bom. No outro dia o nosso estatuto estava publicado no Diário Oficial. Mas foi tudo debaixo dessa força do povo.”
(Justelita)

O episódio narrado foi uma imensa caravana de ônibus feita até a secretaria da saúde em 1983 e que contou com 64 ônibus e quase três mil pessoas. Essa caravana teve uma preparação muito grande, levando para a Secretaria Estadual da Saúde uma lista de reivindicações pendentes

de todos os bairros da zona leste. Dentre as reivindicações estava também o pedido de publicação do regimento interno dos Conselhos de saúde que, embora funcionassem já desde 1979 com o pioneiro do J. Nordeste, eles ainda não tinham reconhecimento oficial. Essa caravana é lembrada até hoje como um marco histórico do movimento.

Orlanda comenta também da caravana.

“(...) aí nós fomos para a Secretaria, acho que foi mais ou menos 64 ônibus, tinha umas três mil pessoas, esse foi o momento mais marcante que quando a gente chegou lá. o secretário, ele nem queria atender de tanta gente que tinha. Foi assim, uma coisa fantástica” (Orlanda)



Anotações de Orlanda sobre a avaliação feita no MS sobre a famosa caravana de 64 ônibus realizada em 1983.

Aninha também comenta sobre essa caravana e atribui a ela uma grande importância.

“Olha! O mais marcante no MS foi aquela caravana dos 60 ônibus na Secretaria da Saúde. Foi marcante porque, assim, foi quando a gente (organizadores do movimento do seu bairro) tava começando a entender que só fazer a luta no bairro não chegava a lugar nenhum, a gente viu na prática o quanto a união valeu e, arrisco dizer, acho que a gente foi em umas 25 pessoas naquele ônibus e todo mundo, a Dona Joana com aquela meditação da Seichonoye, o jeito dela, né, a Dona Tereza, a Dora, a Dona Inácia, esse pessoal que ficou no movimento, que era parte do movimento... aquilo foi um marco legal, porque foi quando a gente entendeu mesmo que o bairro sozinho não ia chegar a lugar nenhum” (Aninha)

Para Aninha e outras mulheres do MS do seu bairro, que estavam há pouco tempo no movimento, essa caravana foi o despertar da consciência da necessidade da união, foi o bairro delas saindo dali e se integrando no movimento, foram elas, cada uma com a sua característica, com a sua experiência, saindo dali e se integrando socialmente. A consciência de que era necessário juntar as forças para a aquela luta.

Na gestão de João Yunes, quando é realizada essa grande manifestação do MS, as dificuldades para o cumprimento da grande meta proposta pelo Programa Metropolitano de Saúde (antes, Projeto de Rede Básica) são muitas. Entre falta de prioridade dos governos, disputas políticas dentro do governo, entraves burocráticos para a obtenção da verba necessária, as metas ambiciosas inicialmente ficam muito aquém do prometido. Ainda assim, observa-se o aumento do número de unidades de 82 em 1983 para 115 em 1985 (JACOBI, 1989).

O crescimento do MS na zona leste ao longo da década de 80 é notável, como se observa no resultado das eleições dos conselhos de 1991, no panfleto publicado pelo movimento. Foram eleitos 90 Conselhos Populares de Saúde com um total de 171067 votos

Apesar da crise, aumentou o número de Conselhos Populares

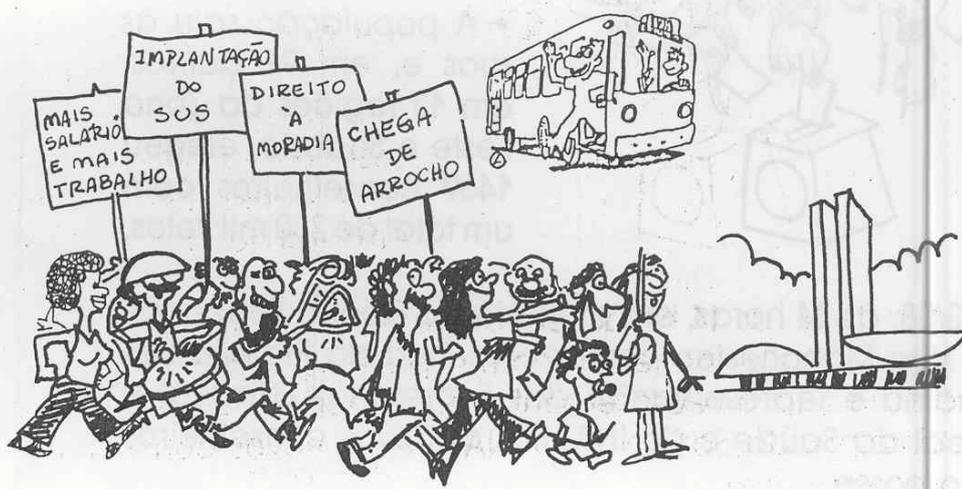
Nem a desilusão com a grave situação política e econômica do País foi capaz de desanimar a população. Os Movimentos de Saúde estão dispostos a ir à luta e a votação dos conselhos, de 10 a 16 de junho de 1991, demonstra isso.

No dia 20 de agosto, os movimentos estarão na Av. Paulista lutando pela **municipalização dos Serviços de Saúde com repasse de verbas dos Governos Estadual e Federal.**

Participe da Caravana a Brasília!

Em novembro está sendo organizada, junto com movimentos de várias regiões do País, uma Caravana Nacional contra a política anti-popular do Presidente Collor, caminhando rumo à unificação das lutas.

Em Brasília o Movimento de Saúde terá, também, audiência com o Ministro de Saúde Alcei Guerra para discutir a implantação do Sistema Único de Saúde.



MOVIMENTO DE SAÚDE ZONA LESTE

POSSE DOS CONSELHOS POPULARES



*Os Movimentos de Saúde das Zonas Leste e Sudeste elegeram 91 conselhos populares. A posse será comemorada com **atofesta** no dia 03 de agosto.*



- O Movimento de Saúde, como já faz desde 79, organizou uma ampla campanha para eleições de seus conselhos populares de saúde nos bairros.

- A população saiu às ruas e, em 91 bairros, em 13 regiões da Zona Leste e Sudeste, elegeu 1469 conselheiros com um total de 200 mil votos.

- Dia 03/08, às 14 horas, em **atofesta** no Centro Educacional da Vila Manchester, com a presença da Prefeita Luíza Erundina e representantes das Secretarias Estadual e Municipal da Saúde e do INAMPS, os novos conselheiros tomarão posse.

Regiões	Conselhos	Conselheiros	Votos	Estado	Prefeitura
1) São Mateus	14	232	27.082	9	5
2) São Miguel	9	151	18.783	4	5
3) Tiradentes	3	50	3.095	0	3
4) Guaianases	6	100	5.273	3	3
5) Itaquera	10	153	21.057	4	6
6) Carmosina	6	94	7.824	2	4
7) Tatuapé	9	177	22.214	6	3
8) Penha	9	165	17.393	3	6
9) Itaim	3	42	5.396	2	1
10) Ermelino	7	98	11.779	4	3
11) Sapopemba	6	90	15.656	3	3
12) V. Prudente	5	70	9.415	3	2
13) Ipiranga	3	47	6.100	2	1
TOTAIS	90	1.469	171.067	45	45

Como foi a eleição dos Conselhos

As lideranças dos movimentos tiveram um importante papel na eleição dos conselhos. Antes das eleições promoveram cursos e seminários nas regiões, explicando o que representa o Conselho Popular, discutindo a cartilha dos movimentos e o Estatuto dos Conselhos.

Desde dezembro de 90, após o Seminário de Participação Popular, que o movimento vem trabalhando a organização das eleições. Discutiu com as Secretarias Estadual e Municipal o estatuto elaborado pelo movimento, negociou a data da eleição, as publicações em Diário Oficial, etc.

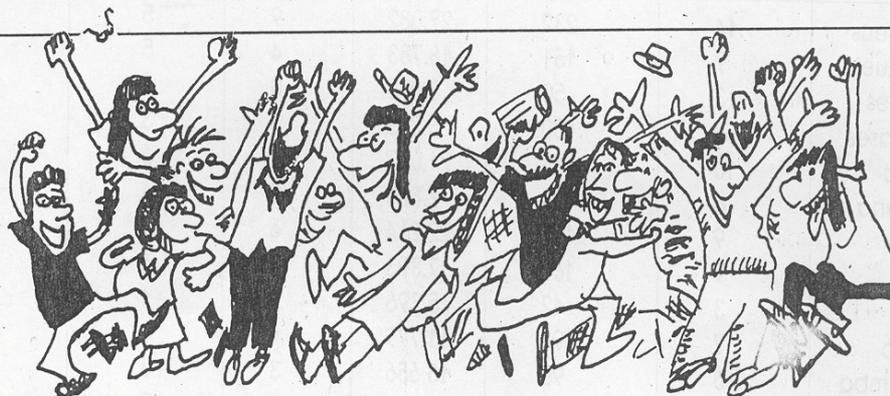
Durante as eleições, nas unidades da Secretaria Estadual de Saúde, o movimento enfrentou sérias dificuldades: as inscrições não foram recolhidas nos prazos, a data da eleição foi publicada errada, ficou faltando materiais e cédulas e mesmo as cédulas que foram entregues chegaram com atraso.

A falta de direção e do atendimento nas unidades estaduais também prejudicou a eleição dos conselhos.

Nas Unidades da Secretaria Municipal de Saúde a eleição foi tranquila.

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, o movimento saiu fortalecido neste processo.

Conquista do Movimento



Finalmente a Câmara Municipal aprovou a Gratificação de Dificil Acesso (adicional de distância), que irá possibilitar a ida e permanência dos profissionais de saúde nas Unidades da periferia. Desde 1989, o movimento vem lutando por este adicional, tendo realizado várias caravanas, defendido emenda popular na Câmara Municipal e participado de várias audiências com a Prefeita.

Próximas atividades do Movimento

- 27/07 - Ida de delegados do Movimento de Saúde à Ipatinga/Minas Gerais, para Assembleia Nacional preparatória à Mobilização da Caravana de todos os Movimentos Populares do País à Brasília em novembro/91.
- 03/08 - Ato/Festa da Posse dos Conselheiros
- 20/08 - Concentração na Av. Paulista em Defesa da Municipalização.

Organizem-se em suas regiões para participarem.

Dia 06/07 foi concluída a II Conferência Municipal de Saúde, com expressiva participação dos Movimentos de Saúde, através dos seus delegados.

É importante repetir esta atuação na Conferência Estadual de Saúde que será realizada de 03 a 06 de outubro de 1991.

Municipalização com repasse de verbas estadual e federal



MOVIMENTO DE SAÚDE ZONA LESTE

Reuniões Coordenação: 4ª feiras - 8:30 às 12:00 hs

Local: Sede do Movimento - Rua São João das Duas Barras, 18 - Itaquera

- Telefone: 344-5493

Na década de 90 o movimento atinge níveis organizacionais em toda a cidade. É criada uma instância de reunião que se chama Movimento de Saúde da Região Sudeste, com a separação de Sapopemba da zona leste para integrar junto com V. Prudente, Jabaquara e Ipiranga, uma outra instância (Sudeste) que ampliasse e fortalecesse o MS. Nas regiões Norte, Sul e Oeste também existe o MS³¹. Até o final dessa década são eleitos conselhos de saúde também nessas regiões.

Quando em 1989 o Partido dos Trabalhadores elege para a prefeitura de São Paulo a Luiza Erundina que, por sua vez, indica o então deputado federal Eduardo Jorge para a pasta da Secretaria da Saúde, o MS da zona leste tem uma reunião com o futuro secretário municipal. No relembrar de Eduardo Jorge.

“Uma coisa muito importante também é a relação do movimento com o executivo. Tem um episódio muito interessante quando nós ganhamos a prefeitura de São Paulo com a Luiza Erundina, e ela pediu pra eu ser o secretário de saúde. Eu me reuni com a cúpula do MS, que era imensa, tinha umas 400 pessoas lá na Igreja de Itaquera. E a igreja de Itaquera era enorme, tinha gente em tudo quanto é canto, era o começo do governo e, quando eu me reuni com elas em dezembro, antes da posse da Luiza, a reivindicação delas era que elas governassem os centros de saúde. Porque na época do governo da burguesia, nós tínhamos elegido os conselhos e que, agora, no governo do povo, elas é que iriam governar os centros de saúde. Eu fiquei numa situação: ‘Eu tenho que resolver essa situação’. Era uma situação nova, tanto pra elas como pra mim, porque agora eu ia passar a ser governo... E a discussão nossa caminhou pra um acordo entre governante, que era eu, e elas, que eram o movimento. E era o seguinte: o conselho vai ter influência maior no governo, é claro, o governo vai ouvir a palavra do conselho, cai expandir os conselhos pela cidade, mas o conselho não pode assumir as tarefas administrativas como elas queriam, não tinha base institucional (...) mas chegou-se a um acordo de que a iniciativa continuaria sendo do governo, mas de um governo popular, e que os conselhos teriam voz mais ativa no planejamento, na fiscalização e que o MS da leste tinha a obrigação de espalhar a idéia do conselho pelo resto da cidade. E também a criação de um conselho para o conjunto da cidade, que foi o Conselho Municipal, o primeiro da cidade que, depois, na regulamentação do SUS, em Brasília, em 1991/92, a experiência desse conselho municipal aqui, como ele foi eleito, como ele era composto, foi levado como exemplo de que era possível ter esse tipo de conselho no resto do Brasil. Então, isso veio daquele debate feito lá em Itaquera”
(Eduardo Jorge)

É possível perceber o grande entusiasmo e o grau de confiança que o MS havia atingido, a ponto de propor um autogoverno da coisa pública na área da saúde.

³¹ Para maiores informações sobre o MS nas outras regiões, ler NEDER, Carlos. Participação e Gestão Pública: a experiência dos movimentos populares de saúde no município de São Paulo, Dissertação de Mestrado. Unicamp, 2001.

Há também nesse momento, uma enorme expectativa quanto ao governo petista dito democrático que se inicia.

Ao final da assembléia, um consenso: a criação de um Conselho Municipal de Saúde (já previsto pela Constituinte de 1988, na regulamentação do Sistema Único de Saúde – SUS) para a cidade e a incumbência de levar a experiência dos conselhos populares para as outras regiões, com a promessa de maior influência destes na gestão petista.

Quanto ao Conselho Municipal de Saúde (CMS), as discussões levadas a cabo daí em diante, acabaram por formalizar um conselho com atribuições gestoras, tripartite, com representação de 25% para o Estado, 25% para os trabalhadores da saúde e 50% para os usuários, através do MS ou outras organizações populares afins, conforme previsto no SUS.

O CMS, criado em São Paulo, serviu de modelo para o restante do Brasil, tanto no nível municipal como no estadual. Dados recentes indicam que existem cerca de 5200 municípios (dentre os 5506 existentes) com Conselhos Municipais instituídos e que todos os 27 estados também já formalizaram os Conselhos Estaduais.(WENDHAUSEN, 2002)

Mais tarde, o mesmo modelo servirá de base para a criação dos Conselhos Gestores para as diversas unidades de saúde, de caráter local, através da lei do então vereador Carlos Neder, em 2002³².

Sobre a participação de algumas mulheres do movimento no Conselho Municipal de Saúde, alguns relatos enfatizam a relação que tiveram que travar nessa instância de poder com alguns segmentos da sociedade que não os seus páreas.

Ivoneide se viu obrigada a discutir o Sistema Único de Saúde (SUS) com representantes da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), o que lhe trouxe uma reflexão interessante.

“ (...) a gente tava formando o Conselho Municipal de Saúde e aí quando eu lembro que uma das polêmicas que mais teve foi quando falou que a FIESP entrava (na

³² São Paulo, Lei 13325 de 08/02/2002, de autoria de Carlos Neder. Dispõe sobre a organização de Conselhos Gestores nas Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde e dá outras providências.

composição do Conselho) e entrava como usuário, né (...) e isso foi muita divergência, né, porque eu achava um absurdo, né, cê fala, um lado vai por parte do trabalhador e outro lado pro patrão vir decidir. Mas eu acho que, assim, foi uma experiência muito boa, muito boa (...) Hoje eu penso que tem que ter essa participação, tem que ter, né, na época, a gente nada mais o que a gente não fazia era conhecer e ter dúvida, nem eles a nós e nem nós a eles porque se hoje for também conversar com esse pessoal, com certeza naquela época eles tinham dúvida e veio por desafio e aí, assim, hoje a pessoa que representava a Fiesp na época foi uma pessoa que a gente fez muita amizade e ela falava em tudo quanto era lugar que ela tinha um respeito muito grande pelo Movimento Popular de Saúde, né e aí assim, a gente vai entendendo que pra discutir um Sistema Único de Saúde, você tem que discutir com as diferenças, né, que é um sistema que é pra todo mundo, né. Lógico que quem tiver o dinheiro pra pagar, melhor, porque sobra mais pro público, né, mas que não pode ser discutido separado, né, tem que ser discutido em conjunto”. (Ivoneide)

É importante lembrar que toda essa trajetória do MS acompanha o contexto político do país. Nas décadas de 80 e 90, enquanto o país caminha para uma hegemonia do neoliberalismo, em contrapartida se implanta o SUS, a partir da Constituição de 1988, concebido como sistema universal (“a saúde é um direito de todos”), público (“e dever do Estado”), descentralizado e democratizado através de mecanismos de participação e controle públicos (Conferências de Saúde, Conselhos de Saúde).

Essa concepção foi sendo construída ao longo dos anos anteriores, mediada por um movimento de Reforma Sanitária que defendia a mobilização de forças sociais em torno de uma proposta de políticas públicas. Os debates em torno disso foram se dando nas sucessivas Conferências Nacionais de Saúde, cujo marco maior foi a 8ª Conferência, realizada em 1986 e que reuniu cerca de 5000 participantes (WENDHAUSEN, 2002). Com uma representação popular expressiva, essa conferência determinou os caminhos da Reforma Sanitária, pois suas orientações foram incorporadas à Constituição de 1988, estabelecendo o SUS e a Participação Popular no seu corpo.

Em 1990, as Leis 8080/90 e 8142/90 (Lei Orgânica da Saúde) vão dispor sobre a realização obrigatória de conferências de saúde nos três níveis (Municipal, Estadual e Federal). Também dispõem sobre a criação dos conselhos nos mesmos níveis. Disso resultou a realização da 1ª Conferência Municipal de São Paulo, em 1990 e a 1ª Conferência Estadual de São Paulo, em 1991. Vale lembrar que todas essas instâncias são órgãos colegiados e representam instâncias de definição das políticas públicas para a cidade, o Estado e o país. Participar, portanto, desses órgãos, sobretudo do Conselho Municipal ou Estadual que são permanentes e não esporádicos como as conferências, significa poder interferir na política pública de saúde de forma direta.

Na narrativa de Fermina encontramos uma referência à sua participação numa conferência nacional e o significado que teve para ela esse episódio.

“Ah! Tem uma coisa que me marcou muito. Foi quando a gente se organizou pras conferência nacionais de saúde. Eu cheguei a participar de duas, acho que a primeira foi em 90... eu não lembro quando. Nossa! Foi marcante! Quando eu cheguei lá em Brasília, eu pensava que era outro mundo e na época tinha três mil pessoas e praquela época era muita gente, hoje é cinco, dez mil. Então foi um momento muito marcante e aí descobri que lá é onde se valorizava, se valorizou muito a questão da militância, pra mim eu nunca vou esquecer aquilo, foi o momento que eu comecei a compreender de fato a importância das políticas públicas. Aqui eu militava com uma visão e lá a minha visão abriu os horizontes, discuti três dias seguidos a questão da política pública” (Fermina)

A fala emocionada de Fermina deixa transparecer o processo de crescimento da consciência no ato da participação na conferência. A noção de universalidade das políticas públicas vai tomar corpo na medida em que ela sai do bairro e percebe um movimento maior, mais geral, de uma amplitude que só a luta no bairro não dava. Fermina, como tantas outras, vivencia esse processo de participação popular nas instâncias regulamentadas pelo SUS e contribui com o debate nacional sobre políticas públicas, ao mesmo tempo em que cresce como sujeito histórico.

Também Aninha comenta sobre as plenárias.

“Teve um tempo que eu fui funcionária da assessoria de participação popular da Secretaria Municipal (Luiza Erundina) e eu trabalhei com a Márcia Molim que a gente tem até hoje um pensamento muito igual que era sempre fortalecer o movimento popular de saúde, sobretudo na Cidade de São Paulo. E conheci um monte de gente, conheci o S. Ângelo da zona sul, S. Luiz da zona oeste, o S. Naelson da zona norte, um tanto de gente que pensava igual a gente. E aí a gente começou a formar a Plenária Municipal de Saúde e essa plenária, no início quando foi criado o CMS, era meio que um braço do CMS...” (Aninha)

O caráter descentralizado do SUS se manifesta na forma da municipalização dos serviços e equipamentos de saúde, passando para os municípios a gestão, competência e recursos destinados à saúde. Nas cidades onde se concretizou a municipalização, os equipamentos básicos de saúde passaram a se chamar Unidades Básicas de Saúde (UBS), acabando com a antiga diferenciação entre posto e centro de saúde. No entanto, vale lembrar que a municipalização não

é um processo concluído em São Paulo, uma vez que ainda há duplicidade de gestão entre as esferas municipal e estadual nos serviços de saúde.

O fato é que o SUS, desde então, vem sendo implantado, dentro de uma concepção das mais avançadas do mundo em termos de abrangência (embora num contexto muito adverso) o que resulta na ampla participação de setores organizados da sociedade nas instâncias de decisão, levando Ivoneide a repensar suas próprias concepções acerca da participação da FIESP.

Na fala de Ivoneide é interessante notar que a concepção do CMS e do próprio SUS, circunscrita num campo de ideário de participação popular e de universalidade, quando da sua concretização, deixa entrever as tensões e os interesses diversos que permeiam a sua construção. No concreto, o ideário se recicla e as concepções são confrontadas e reformuladas. Ivoneide percebe que conversar e dialogar com o diferente é parte fundamental do exercício da cidadania, ainda que os interesses sejam diferentes. Teve que aprender, entre espantos e contradições, que os “patrões”, sempre vistos como os que estão “contra nós”, têm que compor também, junto com o movimento, uma instância de poder que vai discutir o SUS que afinal de contas é para todos, porque é universal e há que se buscar o consenso.

Mas a universalidade do serviço de saúde não tinha sido uma bandeira defendida pelo MS durante inúmeras reuniões, passeatas, conferências e encontros?

Outra percepção de Ivoneide, muito pertinente para se pensar é a verificação de que também o “outro lado”, a Fiesp, tanto quanto o pessoal do movimento, tinha dúvidas sobre como lidar com este novo, que era o Conselho Municipal de Saúde e lidar com gente do povo, como ela. A noção de que o “outro” não existe como algo dado, mas que assim como elas, também está num processo de “fazer-se”, é uma percepção fantástica para a sua compreensão geral do processo.

Aninha também participou do Conselho Municipal e faz uma reflexão parecida.

“(...) e a gente sentava no Conselho Municipal e tinha gente que não entendia pra que funcionava, qual era o objetivo, as pessoas não entendiam o seu papel, porque sentava ali no Conselho Municipal de Saúde e metade dele era os usuários, desses dezesseis membros usuários, nós éramos em dez membros dos movimentos populares de saúde da cidade de São Paulo: zona leste, zona sul, oeste, sudeste, centro e norte. E outra parte do conselho representante dos usuários, tinha ali associações dos portadores de

doenças, associações de portadores de deficiência, centrais sindicais, tinha gente da CUT, tinha gente da CGT e tinha outra coisa que era a FIESP, e era uma merda sentar nas reuniões do conselho, quando eu fui membro, eu não sei as outras pessoas que fizeram parte do primeiro conselho, mas era super gozado sentar na mesa do conselho e ter gente da FIESP. Eu torcia o nariz, ‘o que esse povo tá fazendo aqui, esse povo não precisa de saúde pública’. Ah! Sentava do outro lado os prestadores de serviço, o pessoal da SINIANGE, deixa eu ver se lembro, Sindicato da Medicina de Grupo, Associação da Medicina de Grupo tinha assento lá, tinha uma associação, SINDHOSP, era o sindicato dos donos dos Hospitais Particulares. Tinha um senhor muito legalzinho, não pensava igual a gente, mas era legalzinho, da Santa Casa, Federação da Santa Casa de São Paulo, esse cara até hoje eu vi na Conferência de Saúde. Bom, por que era difícil sentar com esse povo? Porque eles não tinham uma média com a gente, eles tinham um preconceito tão grande, claro que por causa da nossa militância, da nossa história, e que não pensava como a gente, era contra a gente. E foi super legal, se você parar pra pensar nisso, foi bom lidar com essa gente, porque a gente aprendeu a lidar com o diferente (...) Quando o cara da FIESP parou de ir, ele mandou uma advogada, ela virou super amigona da gente, ela era conselheira da FIESP, ela fazia filantropia, ela era responsável por um grupo de dentro da FIESP que fazia filantropia. E essa mulher, ela era dona da Panela CLOCK e eu nunca contei pra ela que naqueles tempos de militância, de apoio ao movimento sindical, eu fiz uns dois piquetes na porta da panela CLOCK, na greve geral, para os trabalhadores não entrarem. (...) E a gente ganhou um tanto de gente assim, essas pessoas viraram os nossos aliados, em momentos em que alguns trabalhadores de saúde não se importavam com algumas coisas, eles foram muito mais aliados. Mas todo mundo do movimento acabou compreendendo como lidar com o diferente, com o plural...” (Aninha)

Sentar junto, ser contra, dialogar, opôr-se, aliar-se... Toda uma confusão com relação à maneira de lidar com o CMS, sobretudo com a FIESP. A implantação do SUS na prática trouxe esses reveses e demonstrou que a experiência forja novas concepções, novos valores e vai tecendo as relações sociais num emaranhado espantoso. No caso de Aninha, serviu para mostrar que, apesar das diferenças existentes nessa rede complexa do social (e cuja percepção nos permite ter consciência desse complexo), é possível o diálogo entre várias partes. Aliás, nesse caso foi possível até relações de amizade e sentido de aliança. Isso não significa que acabou a luta de classes; o piquete de Aninha na porta da indústria de painéis CLOCK deixa perceber que há interesses contraditórios sim, a todo momento permeando essas relações. Mas a prática como conselheira no CMS abriu possibilidades diferentes das pensadas até então por Ivoneide e por Aninha.

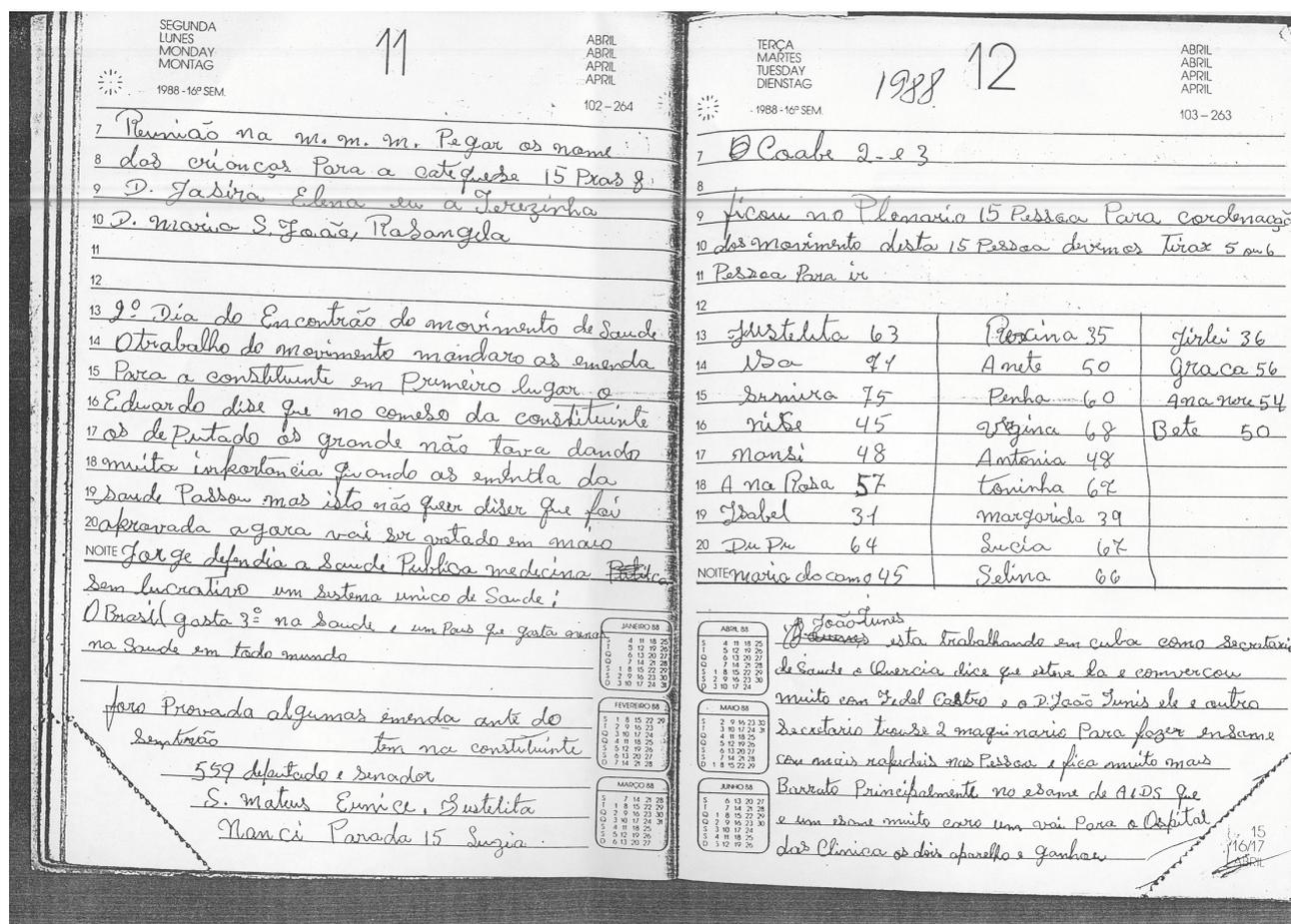
O comentário de Orlanda sobre o Conselho Municipal de Saúde;

“(...) quando eu participei do Conselho Municipal, porque o Conselho Municipal tinha uma parte de pessoal do movimento e do conselho de lá. Então a gente já tinha uma outra visão do que era o trabalho do conselho, do que era o trabalho do movimento, e a

gente, quando eles falavam alguma coisa, a gente tinha nossa opinião e aí deu pra mim perceber que eles tavam vendo que a gente sabia o que tava querendo, que a gente também tava ali” (Orlanda)

A fala de Orlanda sintetiza bem o sentido da experiência. Elas estavam ali, essas mulheres, vivenciando a experiência, sem a qual não seria possível crescer em consciência e como sujeitos históricos.

Nesse momento na zona leste o movimento se organiza através dos Conselhos de Saúde existentes em inúmeros bairros (as antigas comissões de saúde foram desaparecendo com o surgimento dos conselhos) e de uma coordenação que congrega representantes de todas as regiões da zona leste. As metas do movimento e a renovação da coordenação por voto são tiradas nos Encontros Anuais do MSZL, como mostram as anotações de Orlanda sobre uma votação de coordenação num desses encontros.



Agenda da Orlanda contendo anotações sobre uma Assembléia do MS da zona leste e uma votação em plenária das pessoas que comporiam a nova coordenação (sem data).

Ao final da década de 80 já havia surgido no MS uma discussão sobre a criação de um conselho gestor nas unidades de saúde. Os Conselhos Populares haviam rendido ao movimento uma experiência interessante que permitiu aos conselheiros sentir de perto os problemas das unidades. No entanto, sentiam esses conselheiros que nada podiam fazer diante de questões inerentes à própria gestão do sistema. Começaram a amadurecer a idéia de ter um outro mecanismo, além do conselho, que permitisse às partes interessadas da unidade, gerir de forma democrática a unidade de saúde, ao invés de deixar essa tarefa unicamente para a direção.

Assim, o Conselho Gestor surgiu como uma proposta tripartite de gestão da unidade de saúde (posto, hospital, ambulatório etc), cabendo 25% de representação aos funcionários, 25% à administração e 50% aos usuários. A lei que o regulamentou foi de autoria do então vereador pelo PT Carlos Neder e a sua formulação contou com a participação do MS. Em outras palavras, agora todas as unidades de saúde deveriam ter um conselho gestor que determinasse as linhas gerais de funcionamento dessas unidades.

Um trecho extraído de um livreto popular esclarece um pouco a função do Conselho Gestor.

“Por exemplo: pode acontecer do diretor achar prioritário uma autoclave nova para esterilização de materiais, os funcionários avaliarem que o que mais precisam no momento é de um refeitório na unidade, e a população usuária solicita mais bancos na sala de espera. Estes interesses conflitantes deverão ser levados para o Conselho Gestor que deve decidir o que é prioridade no momento, de acordo com um plano de trabalho na unidade, se não for possível executar os três”³³.

Os Conselhos Gestores começaram a se formar ao longo da década de 1990. Também não pretendiam substituir os Conselhos Populares, até porque suas funções são diferentes.

Por época do sancionamento da lei dos Conselhos Gestores, já em 2002, Ivoneide também comenta com orgulho sua parte de autoria do projeto, como integrante que era do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo.

“E hoje, na lei que tem dos conselhos gestores (...) porque primeiro a Câmara faz a lei aí depois o prefeito, a prefeitura, no caso, a Marta, sancionava a lei (...) a gente tava num momento em que o Eduardo era o secretário e aí (...) a Marta aprovou, mas quem

³³ Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria Municipal de Saúde/ Assessoria de Participação – O que é Conselho Gestor? 1991

escreveu foi o Conselho, né, e eu participei da ação disso daí, eu tava no Conselho Municipal na época.” (Ivoneide)

Com a criação dos Conselhos Gestores de Saúde, houve um enfraquecimento dos processos eleitorais dos Conselhos Populares devido, talvez, aos esforços despendidos para a novidade e complexidade do Conselho Gestor. O fato é que o MS evoluiu das Comissões de Saúde, totalmente independentes e abertas à população, para o Conselho Popular de Saúde, que já tinha um pé na institucionalização, como mecanismo consultivo, até chegar aos Conselhos Gestores, francamente institucionalizados e agora com caráter deliberativo. Em que pese o avanço político dessas concepções de participação democrática, o MS se ressentiu nesse processo e perdeu força social, gerando um amplo debate no movimento sobre esse tema.

Desde a criação dos Conselhos Populares de Saúde, tendo sido o primeiro em 1979 no J. Nordeste, a discussão sobre a participação popular de forma institucionalizada vem sendo aprofundada tanto pelo MS e outros movimentos sociais, como pelos teóricos que buscam definir seu alcance e limitações.

Há várias definições para referenciar essa participação popular, inclusive com o uso do termo *controle social* para designar duas concepções díspares. A primeira refere-se ao controle do Estado e da sociedade sobre o indivíduo, como forma de manutenção da ordem social; a segunda diz respeito ao controle da sociedade civil sobre o Estado, de forma institucionalizada, tal qual apresentamos nesta pesquisa, através dos conselhos e conferências previstos por lei e como órgãos colegiados (FORTES, 2005). Alguns autores (NEDER, 2001/ CARVALHO, 1995), para diferenciar, chamam a esta última forma de *participação social*.

Nesta segunda concepção é que se baseia nossa conjuntura atual. É bom lembrar que essa definição de controle social é diferente do conceito de *participação comunitária*, que funcionaria como um complemento ou auxílio à atividade estatal (FORTES).

Também é diferente de *participação popular*, definida como forma de luta e pressão contra o Estado, sem qualquer vinculação institucional, como foram caracterizados os diversos movimentos sociais urbanos que surgiram na década de 70. Embora tenhamos utilizado aqui esse termo do princípio ao fim, é necessário esclarecer que, segundo essas definições, o MS exerceu no princípio a participação popular e hoje se divide entre participação popular e controle social

(ou participação social), gerando, inclusive, polêmica dentro do MS quanto à forma mais adequada de atuação na atualidade, se um, outro, ou os dois.

As mulheres do MS, ao longo de toda essa trajetória, foram adquirindo vários tipos de conhecimento de modo formal (através de cursos de formação do MS) ou de modo informal.

Apesar de existir já desde o início do movimento um processo de formação, a princípio esta era feita mais informalmente, através de palestra feitas por agentes de igreja, pelos sanitaristas ou militantes dos diversos movimentos sociais. Novamente as anotações da Orlanda dão conta da quantidade de discussões que existiam em forma de palestras ainda na década de 70.

24 outubro sexta **1986**

telefonar: _____
escrever: 20 de Outubro 86
pagar: _____

visitar: Advogado do
aguardar: P.T.
receber: _____

Ele é Advogado do Direitos Humanos

8 Reunião na S. Para de Sigma, com Advogado Luiz Grenhalg sobre a Violência

9 Não é assim acabar com o Pecado e matando o Peador

10 Tem gente que acabou com violência e colocou a Polícia na rua e aumentado a cada dia etc.

11

12 Acabar com a violência e ter condições de vida Salário justo

13

14 Atenuação de outro lado Primeiro a João Gema Paulo MST quem defende a vida faz os amigos etc

15 Segurança nacional era Para defender as fronteiras e o estado unido colocou que deveria ter segurança interna Para reprimir o Foco contra a

17 na rota da Polícia tem que andar com os vícios de fora País ele tem que andar com atenção

18 de Praxera País eles não Pode convencer sobre

19 Pena de morte é reprimir

1986 sábado outubro **25**

43.ª Sem

telefonar: _____
escrever: _____
pagar: _____

visitar: _____
aguardar: _____
receber: _____

direitos humanos e Perini
10 pessoas Paulo a circular e não ficar Parado Elio Bezudo disse ao governador que tem que circular ele disse eu não tenho dinheiro então a luta que nos resta é que a Polícia caminhe e não ficando Parado

1.200 crianças abandonada, filho de Pablo e Perambulante e crime filho de Rico Sai de casa Paulista Cabo Bruno 28 e 30 vai cumprir 5 ano de cadeia

1986 domingo outubro **26**

Para de volver o trabalho tempo que em estudado os trabalhos nos Bairro tracando os trabalhos Neste Dia 10. São

Outubro Guis de menor disse que o menor não gosta de fazer todos guis de menor se fuga denunciado mulheres gosta de ser Guis de menor

SETEMBRO							OUTUBRO							NOVEMBRO						
D	S	T	O	O	S	S	D	S	T	O	O	S	S	D	S	T	O	O	S	S
1	2	3	4	5	6		1	2	3	4									1	
7	8	9	10	11	12	13	5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8
14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15
21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22
28	29	30					26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29
														30						

OUTUBRO
21 - 22 - 23

Anotações da Orlanda sobre palestra proferida para o MS por Luiz Eduardo Grenhalg.

No entanto, com o crescimento do movimento e do número de Conselho de Saúde na década de 80, a idéia de organizar um projeto que atendesse a necessidade de formação para mais gente, se concretizou. De 1987 a 1988, foram realizados quatro cursos com cinco meses de duração em período integral. Em 1989, foram realizados alguns mini-cursos descentralizados com duração de 3 meses em diversos bairros da região sob coordenação das conselheiras que haviam feito os primeiros e agora serviam de multiplicadoras. Nos anos de 1990 e 1991, houve um trabalho não formalizado de capacitação para os membros da coordenação do movimento. Em 1992, novamente foram realizados mais quatro cursos centralizados, com duração de três meses cada um. Todos estes cursos foram financiados por uma instituição americana, a Interamerican Foundation (IAF) (BÔGUS, 1998).

Esses cursos tinham caráter multiplicador, ou seja, as conselheiras “recebiam” o curso e em seguida o aplicavam para outras pessoas, conselheiras ou não. A aplicação do curso envolveu mais diretamente o SOF (nessa época denominado Serviço de Orientação à Família), uma ONG que prestava assessoria ao movimento e da qual falaremos mais adiante.

Orlanda fez parte desses cursos e se tornou uma multiplicadora também. Ela nos conta como foi.

“Aí quando meu pai faleceu (1986) eu falei vou voltar (para o movimento) e teve um curso do movimento de saúde que era lá em São Miguel, aí eu participei desse curso, eu e a Graça. Aí nós fomos fazer esse trabalho que a gente tinha aprendido lá em São Miguel, nós fomos no Parque Bristol, nós ia em Sapopemba....nós tinha três lugar pra nós ir. E aí nessa época a gente ganhava, né, o movimento tinha feito um projeto e aí pra gente dar esses cursos a gente ganhava uma ajuda de custo e isso pra mim era muito satisfatório, e a Graça foi uma pessoa que eu me afirmei muito com ela, a gente tinha uma amizade fantástica no tempo que a gente trabalhou.” (Orlanda)

Graça também participou desses grupos de formação e multiplicação.

“Era remunerada pra ir lá, participar das reuniões, pra ver, movimentar o pessoal daqui. Aí, conforme comecei ir lá, o movimento de saúde me convidou para participar da coordenação lá. Fazer curso, fui lá, fiz vários cursos com ele... Aí, quando eu terminava um curso eu já ia dar o curso por aí... Como eu, outras agentes de saúde por aí que criou esse movimento enorme por aí...” (Graça)

O conhecimento adquirido no Movimento de Saúde foi uma construção lenta, cansativa, incerta, mas determinada.

“(...) eu lembro que quando a gente foi fazer o Estatuto do Conselho, a gente ia conversar com o Guedes lá na secretaria e a gente ia com o Carlos. E eles explicavam, eles falavam e a gente não entendia nada, mas como eu queria aprender eu ia... eu queria aprender, eu queria ver o que era aquilo.” (Orlanda)

Na fala de Orlanda vemos um fator muito importante para o nosso trabalho. Nem sempre a experiência vivida é decodificada imediatamente para os nossos códigos. As leituras diversas da realidade nos são apresentadas pela experiência que vivemos, mas não dominamos todas elas. Orlanda comenta a situação de estar ouvindo um discurso que ainda não domina, não conhece. Mas, mesmo assim, insiste na experiência até que o código lhe faça sentido.

Ivoneide também passou a dominar novos códigos de leitura da realidade.

“(...) quem tá no poder, isso a gente percebe que dependendo com quem você conversa e que não conhece nada, o discurso é um (...) aqui, por exemplo, na região, quem vem representar a saúde não conhece, a gente conhece muito, mas enquanto movimento, né; a gente percebe que ela (supervisora de saúde da Vila Prudente) não gosta, né? (risos), porque tem coisa que ela deveria falar, que é só eu que falo. Então com certeza ela não gosta porque o governo é ela, né?” (Ivoneide)

A relação entre saber e poder é destacada aqui por Ivoneide que flagra a fragilidade de uma supervisora de saúde que não domina o conhecimento relativo à realidade do bairro como ela, conhecimento este adquirido na experiência concreta da militância.

O acúmulo de experiências e conhecimentos advindos daí fez com que o movimento da zona leste se tornasse referência para toda a cidade de São Paulo e para outras cidades que ouviam falar dele. Dessa forma as mulheres do movimento tiveram que lidar com uma demanda de pedidos para assessorarem outros grupos que queriam se organizar como movimento de saúde dentro e fora de São Paulo. Graça conta suas experiências.

“(...) conheci muito o Brasil através do movimento, viajei muito pra levar a experiência, dividir. Então, foi importante, pessoalmente foi muito importante, fui pra Brasília, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás. As pessoas achavam que a gente tinha mais experiência, porque São Paulo é muito grande, tem muita luta, muita coisa para se resolver, então a gente era convidada a ir lá e passava a experiência, a gente juntava tudo o que tinha e viajava.” (Graça)

Orlanda, em tom de entusiasmo, conta de suas viagens.

“Olha eu lembro muitas vezes da gente ir em Marília, que eu fui várias vezes com a Zulmira, a Celina, eu fui com a Luzia para Santa Catarina de avião, eu gostei muito, fui par Registro, eu gostei também bastante. E aí tem tantos que era passeio pra mim, tudo foi bom, não tem um que eu falo que não gostei. Fomos em Piracicaba, fomos em Ribeirão Preto, esse de Ribeirão Preto, menina do céu, foi eu, a Zulmira, a Luzia e o Roberto, mas foi muito bom esse dia, nós fomos de manhã cedinho e eram mais ou menos umas dez horas da noite a gente tava lá ainda, tomando cerveja num bar na calçada lá em Ribeirão Preto. Eu cheguei em casa eram duas horas da manhã....foi fantástico aquele dia, demos risada o caminho inteiro e depois voltamos tarde da noite, falei, ai, meu Deus, chegar em casa hoje.... Mas o que aconteceu não importa, o importante é que foi maravilhoso.”

(.....)

“Em Marília eles queriam formar conselhos e não sabiam como. Aí a gente ia e levava os panfletos, levava caderninho que a gente tinha e livrinho e explicava. E lá era com secretário, aquelas pessoa, sabe, eles faziam um mundo de perguntas, sabe? Ah! Era muito bom” (Orlanda)

Viajar para levar a experiência do MS para outros lugares era, para essas mulheres, muito mais que isso. Representava também viajar sozinha (sem marido e filhos), viajar de avião, fazer uma que outra transgressão como sentar num bar tarde da noite para tomar cerveja. Eram experiências novas que, por si só, constituíam um aprendizado novo também, que dentro do universo da casa não seriam possíveis de serem vividas.

Certa vez, Ivonede necessitou ir a uma conferência fora do Estado e nos conta.

“Eu lembro que eu já tava participando do movimento há muitos anos e tinha que ir para uma conferência em 10 dias em Minas Gerais, e aí eu tinha falado pro Luis que eu ia e que o Júnior devia ficar, e aí ele falou ‘Ah!, o Júnior não pode ficar’. E eu peguei e falei e falei: ‘eu vou’...Foi a primeira vez (acho que eu já tinha 11 anos de casada), foi a primeira vez que eu consegui sair sozinha sem o Luis....Mas por outro lado, eu tava levando o Jr, eu falava pra ele: ‘a mãe vai te levar, vai ter uma conferência’, e ele falava: ‘não, mas eu não quero ir, eu quero ir pra outro lugar. Aí eu comecei a pensar que era muita irresponsabilidade eu levar uma criança para participar de uma reunião, ainda mais que ele nem queria ir. Aí eu peguei e enfrentei, eu falei: ‘é muita irresponsabilidade’ e as minhas cunhadas falavam: ‘não, pode deixar que a gente fica com ele, a noite ele dorme com o Luis e de dia a gente fica’, e aí eu fui. Imagina essa decisão, né, de sair sozinha nessa coisa de movimento, naquela época era mais difícil mesmo né. Hoje não, hoje sempre vou, vou numa boa. O Luis quer ir, vai; se não quer... Hoje eu lido assim, o lugar que for, é uma decisão minha, não tem mais aquela barreira” (Ivoneide)

O conhecimento adquirido no Movimento, na construção dos Conselhos Populares de Saúde, dos Conselhos Gestores, do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo suscitou o interesse de muitos acadêmicos neste processo. Vieram convites de professores de Universidades, sobretudo ligados à área da saúde, para levar seu depoimento, sua experiência e

seu conhecimento para dentro das salas de aulas, aos estudantes de medicina ou enfermagem. Não foram poucas às vezes em que as mulheres aqui citadas foram convidadas a dar uma aula sobre participação popular e sobre gestão popular em Universidades extremamente conceituadas.

Ivoneide, que já foi inúmeras vezes falar sobre o movimento em diversos ambientes acadêmicos, nos conta sobre uma delas.

“Há uns dois meses atrás eu fui na UNIFESP e aí foi muito legal, porque a gente vai falar pra médicos, não sei o que lá....Mas aí, quando você vê, passou 4, 5 horas que a gente nem percebeu. Então foi muito bom. Eu já fui em outros lugares também, já fui em debate inclusive com médicos que pensa diferente da gente, porque uma coisa é esses médicos que te apóia, outra coisa é quando pensa diferente. Teve um médico, não lembro o nome dele, da Escola Paulista, ele é totalmente contra o hospital aberto, né?, que tem acompanhante. Aí eu fui lá fazer o debate com ele, né?. E assim, esse encontro foi muito bom porque ele é contra ter acompanhante, ele era uma pessoa que já fez transplante de fígado e ele falava assim: ‘quando eu tava na UTI, tava mal, eu não queria que ninguém viesse me visitar’ aí eu falei: ‘mas a lei te dá esse direito de você também não querer, esse é um direito seu; no entanto, a lei também obriga a ter acompanhante toda vez que o paciente quiser (e tem muita gente que quer a família próxima nessas horas)’. Então, assim, eu fui em dois debates com ele, tanto na Assembléia Legislativa, quanto na Faculdade de Saúde. Agora, com certeza, o pessoal concordou foi comigo.” (Ivoneide)

Ivoneide sabe muito bem que ao longo dos anos ela adquiriu um conhecimento que a Universidade não dá. Sabe que pode perfeitamente “dar aula” deste conhecimento adquirido para médicos e outros tantos universitários, não se sente inferior a ninguém e, tampouco, superior, apenas argumenta suas idéias a partir da sua vivência no campo do movimento popular.

Mais do que o conhecimento específico sobre algo, nesse caso sobre a Lei dos Direitos dos Usuários³⁴, o que Ivoneide demonstra na argumentação com o médico é o conhecimento (melhor dizendo, consciência) sobre o direito, em si, do usuário. As várias formas de conhecimento se apresentam como instrumentos do processo de conscientização

O conhecimento adquirido também se manifesta nas habilidades desenvolvidas nessas mulheres como, por exemplo, falar em público, falar ao microfone, fazer boletins, liderar um ato público. Tais habilidades demandam tecnicamente a superação da timidez, a soltura, a expressão corporal e a criatividade. Isso para falar apenas tecnicamente, uma vez que todas estas atividades vinham carregadas de enorme conteúdo político e social.

Graça lembra um episódio marcante.

“Deixa-me lembrar de um dia marcante... foi numa conferência que eu fui e as pessoas contavam muito com a gente e eu, fazia tempo que eu participava do movimento, não tinha dificuldade para falar, para expor coisas, sempre tive muita espontaneidade para falar. Mas lá, quando eu cheguei, era um auditório tão grande, sabe, e tinha tanta gente de tanto lugar, e eu sentei lá na platéia, depois eles iam chamar para compor a mesa junto com os médicos e outras pessoas, E eu fiquei tão assim, tinha várias autoridades, e quando eu fui andar parece que meus pés grudaram no chão. E eu nunca me esqueci daquele dia. Eu tava com a Justelita e ela era muito boa para reivindicar, mas tinha aquele jeitão dela, então quando chegava uma hora dessas era sempre eu. Então eu ia descendo assim e os meus pés eu sentia eles grudando, então eu lembro sempre desse dia”. (Graça)

Ivoneide, por sua vez, conta como era falar ao microfone em público.

“Há uns anos atrás falar no microfone era um sufoco, né, a gente mal conseguia, eu particularmente nem conseguia falar direito, embora, assim, teve momentos que a gente foi convocada a falar e teve que sair. Mas hoje é diferente, você adquiriu o conhecimento para fazer o discurso e tudo mais. Antes eu até conseguia falar no microfone, mas eu falava muito mais da necessidade local, né, que a população tinha que ter o atendimento, era um direito dela, né. Hoje você já tem conhecimento das coisas que você vai falando. O boletim a gente fez muitos, hoje não, hoje já tem computador, né, é só digitar tudo, mas antes a gente aprendeu a montar, a montar um monte de coisa, né, o que pra gente foi muito legal, né” (Ivoneide)

Falar em público, enfrentar uma platéia, representar o movimento, foram situações enfrentadas por Graça, Ivoneide e outras do movimento, situações estas que foram vividas intensamente como sentimentos e não apenas como fatos. Tais experiências marcam a vida delas e lhes agregam outros conteúdos no campo cultural, inculcando-lhes uma consciência que, para além do social ou político, caracteriza-se por ser afetiva e moral (THOMPSON, 1981).

“Eu aprendi outras coisas no movimento... Naquele tempo que eu comecei o movimento a questão de datilografar era uma coisa que eu nunca tinha visto na minha frente. Eu me vi na obrigação de aprender a datilografar para fazer os ofícios, então aprendi a datilografar, aprendi sozinha. Meu filho tinha uma máquina e eu aprendi sozinha. (Graça)

Computação e essas coisas eram coisas que eu precisava fazer para poder desenvolver o meu trabalho, cuidar de arquivo, porque lá eles tinham um trabalho com as pessoas,

³⁴ Lei estadual nº 10241 de 17/03/1999. Dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado de São Paulo

cada um fazia aquilo que tinha aptidão e a minha já perceberam que era mexer com papéis, ler, escrever, separar, mexer com arquivos, coisas assim, então eles já determinaram que eu ficasse naquela parte. A Lúcia tinha jeito de mexer com dinheiro, ela era a tesoureira do movimento. Então, tinha pessoas que iam, conversavam e durante os cursos eles iam descobrindo o que você era capaz de fazer” (Graça)

O movimento criou uma dinâmica onde a aprendizagem era constante e se respeitava e incentivava as aptidões de cada um.

A criatividade destas mulheres nas estratégias criadas para sensibilizar as autoridades de saúde e a população do bairro em geral atingiu níveis altíssimos. Numa vez, conta Orlanda que a comissão de saúde chamou no bairro o secretário estadual de saúde, que na época era o Adib Jatene, para reivindicar o posto no bairro do Parque São Rafael. Colocaram as carrocerias de dois caminhões emparelhadas num palco improvisado e algumas mulheres encenaram nesse palco a seguinte situação: algumas “mães”, com bonecas no colo fingindo de filhos, faziam de conta que estavam num ônibus apertado, numa longa viagem para levar os filhos ao posto de saúde mais próximo. Não creio que o Dr. Adib tenha ficado indiferente a este teatro improvisado na periferia de São Paulo. Tampouco creio que estas mulheres tenham voltado para casa, tais como saíram delas.

Fermina vivenciou uma experiência com o movimento de mulheres ao mesmo tempo em que atuava também no MS. Ela nos conta um episódio desencadeado em 1993 a partir da preocupação com o gênero. Nos chama a atenção nesse episódio a criatividade posta em prática ao passo que desenvolviam uma estratégia de luta.

“(Como o movimento de Mulheres tinha se enfraquecido um pouco), em 93 nós começamos a formar grupos de mulheres para discutir os seus problemas de saúde, muitas mulheres estavam com problema de câncer de mama. Fizemos uma pesquisa aqui na Zona Leste, desembocou no Encontro da Mulher que foi feito em Guaianases, a gente teve a ajuda de técnicos, a Ana mesmo, a enfermeira Ana do Instituto de Saúde veio nos ajudar, a Cleide do MS... Nesse encontro a gente tirou de fazer uma pesquisa na Zona Leste, fizemos uma pesquisa pra saber quantas mulheres deixavam de fazer o Papa Nicolau (exame preventivo de câncer), porque, assim, naquela época, apareceu muito esse problema, apareceu demais esse problema de câncer de mama, câncer de útero, aí nós fizemos o seguinte. Lá agente dividiu os grupos: São Mateus, Guaianases, São Miguel. Foi muito legal. Essa pesquisa foi feita em parceria entre o MS e o SOF, e aí a conclusão foi de que apenas 11% das mulheres da zona leste faziam o Papa Nicolau. E essa campanha se estendeu, nós fomos pras praças públicas com caminhão de som, faixas, aquelas faixas lilás que eram maravilhosas... E aí nós conseguimos aglomerar as mulheres nas praças pra esclarecer a necessidade de fazer o exame e foi tão engraçado,

que após uns dois, três meses que nós começamos essa luta... a gente era muito ousada!...a gente deixava telefones nos panfletos, aí as mulheres começaram a ligar, porque elas foram orientadas a irem na unidade básica e lá não tinha o serviço. Aí nós criamos outra forma de orientar as mulheres, a pessoa que ligava, a gente pegava e anotava os dados: ‘Você mora perto de que unidade? Então você convida cinco, dez mulheres, e aí a gente vai com você na unidade básica marcar o seu exame em grupo’. E assim nós fazíamos, cada pessoa ia com um grupo até a unidade e foi dando certo, foi emocionante, as unidades começaram a perceber que as mulheres estavam se organizando e exigindo. Então, a diretora falava assim: ‘É impossível marcar vinte mulheres num mesmo dia’, ‘Então você marque um dia pra esse grupo e outros ficam aberto para os outros dias’. Aqui na Casa Pintada mesmo, a diretora quase enlouqueceu cm aquela multidão de mulheres, mas aí as pessoas foram se conscientizando e os diretores das unidades também. A gente conseguiu na época que quase todas as unidades comessem a colher, porque na época eles diziam assim: ‘Só o médico poderia colher’, e a gente discutia que não, que qualquer enfermeira treinada poderia colher o exame, aí os médicos começaram a ficar com ciúmes e não deixavam... E de fato o COREM não permitia na época, hoje eu não sei... Então, ampliou o serviço e diminuiu o serviço pro médico e até hoje a coisa funciona assim e foi uma luta que valeu a pena”. (Fermina)

Fermina fala de uma experiência já descrita no capítulo anterior que ela mesma adjetiva de ousada e que podemos chamar também de criativa, sobre a forma como enfrentaram o problema de crescimento do número de câncer de mama e de útero na sua região.

Outro rasgo de criatividade é relembrado por Fernando Altemeyer.

“Vou falar de um outro momento simbólico, num dado momento dessa luta do lixão³⁵, tava nos dias de calor espalhando por toda a cidade o fedor, as moscas, mosquitos. Era uma luta contra o lixão mas tinha repercussão no MS, nós fomos ao Covas e jogamos sacos de lixo no gabinete dele. Naquele tempo, eram umas coisas loucas, coisa de moleque, e ele como bom espanhol gostava de peitar e nós peitamos, padres, freiras e ele fechou o lixão no dia seguinte. (...) Mas antes que isso desse certo, tava aquele impasse, quinze, dezesseis dias, desgaste, nós não íamos agüentar ficar (resistindo), porque vai minguando. Isso é do Brasil, greve vai minguando... Então falei com as mulheres ‘Temos que por uma novidade, tem que acontecer um fato novo que nos force ir ao Covas e que o Covas feche (o lixão)’, porque a gente sabia que se as pessoas fossem até o Covas, ele fechava. Mas qual era o plano? Era trazer a Regina Duarte, porque ela era minha amiga, porque eu batizei o filho dela. (...) Aí eu pensei, a Regina Duarte, vamos trazer ela, ela era a viúva Porcina (da novela Roque Santeiro). Falei ‘Venha, mas venha de Porcina’. Aí então ela veio, ela era do PSDB, sempre foi do PSDB, então ela apareceu lá, e quando ela apareceu na rua onde estávamos bloqueando o trânsito, que era no Aricanduva, ela apareceu lá, deu na Imprensa, foi bem legal. Ela subiu num caixote, montamos um caixote e ela fez e falou como a personagem, ‘Eu quero que fechem esse lixo imediatamente’, e a molecada... Foi aquele negócio, apareceram umas 1500 pessoas, poxa, era a Viúva Porcina. Aquilo foi muito legal porque deu um negócio, ‘os artistas estão conosco’. E foi um troço

³⁵ Foi uma luta desenvolvida em São Mateus para acabar com um depósito de lixo que havia ali do governo estadual.

inovador, porque ninguém ia imaginar que uma artista... e ela, da parte dela foi muito generosa porque ela ia bater de cara com o Covas, mas ela fez porque ela gostou da periferia, ela achava que isso era uma causa importante, porque eu tinha batizado o filho dela... Essas coisas meio malucas do subterrâneo. Acho que isso foi em 88, 89, por aí” (Fernando Altemeyer)

Além desse episódio fantástico, no campo da criatividade e do lúdico no MS, pouca coisa supera a invenção de letras de músicas que eram cantadas em várias situações. Alguns panfletos dessas músicas dizem melhor que tudo os significado delas.

Raposa e Leão (Taí) 01

SEU PREFEITO é hora de você se endireitar, tá danado sem querer nos ajudar. Tanta grana e tanta fila que nós temos que enfrentar.
 SEU PREFEITO que está fazendo, com o dinheiro da população, não tem nada em nosso bairro, nem MEDICINA nessa região.
 Você se esquece de nossa firmeza, que é a causa da nossa união, tome cuidado com sua esperteza você é raposa a gente é leão.

01 - SAÚDE É DIREITO (TAÍ)

Saúde é direito de toda população, é a luta da nossa região
 O povo unido tem mais força e mais organização.

É pessoal que está me ouvindo preste atenção no que eu vou falar: O movimento de SAÚDE está mais forte para lutar.

O nosso povo teve abandonado mas resolveu em grande união de rua em rua, denunciando a nossa situação.

04 - (PEIXE VIVO)

Como pode a nossa gente, aguentar a situação? Sem doutor e sem remédio, sem saúde, Pode não!

Como poderei viver? sem lutar, sem reclamar, por mais leite, mais doutor, mais remédio, sim Senhor!

Seu MALUF prometeu muito antes da eleição, Mas saúde para o povo "Era sé enrolação"!

06 - Dançando Lambanda

Nesse povo da periferia
 Já não tem onde se tratar
 Parece até formigueiro
 Andando de lá para cá
 Enquanto ~~andamos~~ ^{andamos} não decide
 É nós mesmos que vamos dançar
 E a nossa saúde, e a nossa saúde,
 E a nossa saúde como é que vai ficar.

03 - ASA BRANCA

Quando vejo nosso povo
 Lá no Posto enfileirado
 Eu fico triste
 Chego a chorar
 Por ver meu povo desamparado

Nosso povo está cansado
 de fazer reclamação
 Nós queremos melhor saúde
 Prá esse povo da região.

05

Música: Asa Branca

~~Quando vejo o nosso povo~~
~~Lá no posto enfileirado~~
~~Eu fico triste~~
~~Chego a chorar~~
~~Por ver meu povo desamparado~~

BIS

Nosso povo está cansado
 De fazer reclamação
 Nós queremos melhor saúde
 Prá esse povo que é nosso irmão

BIS

Música Andorinha

Nós somos Movimento 07
 Que vai e que vem
 A procura de saúde BIS
 As vezes volta cansado
 Mas não desanimado
 Porque organizados
 Viemos cobrar ~~o~~ ^o ~~seu~~ ^{seu} ~~atendimento~~ BIS

O Povo em movimento
 acaba o sofrimento

O Povo organizado
 jamais sera enrolado

Raposa e Leão (Taí) 01

SEU PREFEITO é hora de você se endireitar, tá danado sem querer nos ajudar. Tanta grana e tanta fila que nós temos que enfrentar.
 SEU PREFEITO que está fazendo, com o dinheiro da população, não tem nada em nosso bairro, nem MEDICO nessa região.
 Você se esquece de nossa firmeza, que é a causa da nossa união, tem cuidado com sua esperteza você é raposa a gente é leão.

02 - SAÚDE É DIREITO (TAÍ)

Saúde é direito de toda população, é a luta da nossa região
 O povo unido tem mais força e mais organização.

E pessoal que está me ouvindo preste atenção no que eu vou falar: O movimento de SAÚDE está mais forte para lutar.

O nosso povo teve abandonado mas resolveu em grande união de rua em rua, denunciando a nossa situação.

04 - (PEIXE VIVO)

Como pode a nossa gente, aguentar a situação? Sem doutor e sem remédio, sem saúde, Pode não!

Como poderei viver? sem lutar, sem reclamar, por mais leite, mais doutor, mais remédio, sim Senhor!

Seu MALVE prometeu muito antes da eleição, Mas saúde para o povo "Era sé enrolação"!

06 - Dançando Lambada

Nesse povo da periferia
 Já não tem onde se tratar
 Parece até formigueiro
 Andando de lá para cá
 Enquanto ~~andando~~ ^{andando} não decide
 É nós mesmos que vamos dançar
 E a nossa saúde, e a nossa saúde,
 E a nossa saúde como é que vai ficar.

03 - ASA BRANCA

Quando vejo nosso povo
 Lá no Posto enfileirado
 Eu fico triste
 Chego a chorar
 Por ver meu povo desamparado

Nosso povo está cansado
 de fazer reclamação
 Nós queremos melhor saúde
 Prá esse povo da região.

05

Música: Asa Branca

~~Quando vai o nosso povo~~
 Lá no posto enfileirado
 Eu fico triste
 Chego a chorar
 Por ver meu povo desamparado

BIS

Nosso povo está cansado
 De fazer reclamação
 Nós queremos melhor saúde
 Prá esse povo que é nosso irmão

BIS

Música Andorinha

Nós somos Movimento 07
 Que vai e que vem
 A procura de saúde BIS
 As vezes volta cansado
 Mas não desanimado
 Porque organizados
 Viemos cobrar ~~o~~ ^o ~~seu~~ ^{seu} atendimento BIS

O Povo em movimento
 acaba o sofrimento

O Povo organizado
 jamais sera enrolado

Observa-se nos panfletos como elas utilizavam músicas populares de domínio público e mudavam suas letras de acordo com o interesse do momento: para reclamar da falta de hospital, para valorizar o movimento, para comemorar as vitórias.

Sobre a origem dessa prática de criar músicas, Neder comenta.

“Uma pessoa como a D. Aninha, que já faleceu, era analfabeta e era uma militante extremamente importante, que tinha uma grande sensibilidade pra perceber os dilemas da população, as suas necessidades... E a forma da D. Aninha se expressar era escrever música, mas como ela era analfabeta, ela memorizava as letras e a filha, quando chegava em casa, passava pro papel. E essas músicas são todas registradas e elas têm uma característica porque elas não são letras dissociadas do momento que o movimento estava passando. Então, se você coloca em ordem cronológica essas letras, elas contam as diversas etapas pelas quais a comissão de saúde foi passando e o que ela está aprendendo se expressa na letra. Essas músicas cantadas nas casas faziam as pessoas entenderem o movimento e se colocarem como parte dele, ainda que entrando num momento posterior. Então eu acho que é um reconhecimento muito bonito que mostra como uma pessoa com suas limitações e também com suas potencialidades, cumpriu um papel tão fundamental naquele período e deixou registradas as músicas que falam dos secretários, das caravanas, das dificuldades, da visão de transformação da sociedade que elas tinham, das conquistas. Como não era uma pessoa com uma capacidade de produzir músicas, em geral elas eram adaptadas de músicas conhecidas; então, o ritmo podia ser “O menino da porteira”, “Asa Branca”, mas a letra era característica da situação do movimento naquele momento” (Neder)

Nos folhetos colhidos da casa da Orlanda, pode-se observar as adaptações feitas de acordo com os governos da época (de Fleury para Maluf, por exemplo).

Todas essas músicas e tantas outras foram exaustivamente cantadas nos encontros anuais do movimento, nas caravanas, nas passeatas pela Av. Paulista etc. Apesar das palavras de Neder com relação à D Aninha como autora dessas letras, vale lembrar também que, a exemplo dela, outras mulheres começaram a “compor” também, uma em cima das criações das outras; de tal forma que com o tempo foi se estabelecendo uma autoria coletiva dessas canções.

A criação de cada uma dessas letras, com seu conteúdo crítico, social, político, irônico e alegre, pressupõe um trabalho da consciência se fazendo e explícita a formação do sujeito histórico.

Um episódio narrado por Fernando Altemeyer nos dá mostras da importância dessa dinâmica lúdica que as músicas emprestavam ao movimento.

“(...) eu me lembro uma vez de um grande encontro do MS aqui na Mooca, o Valdemar Rossi era o subprefeito e (alguém) me comentou ‘Foi bom, atrativo e muito chato!’, e eu ‘Por que muito chato?’, ‘Você acredita, Fernando, que durante o dia inteiro eles não cantaram uma música?’, eu falei ‘Puxa! Esse negócio é a velha esquerda’. Então fizeram um encontro pra estudantes e ficou aquela mulherada discutindo teses políticas o dia inteiro, ficaram fazendo coisas fundamentais, racionais e necessárias o dia inteiro, não cantaram, não fizeram nada de lúdico” (Fernando Altemeyer)

Ironicamente, a fala de Fernando revela que para o MS era muito importante essa ludicidade, esse reforço emocional, não era bom nem produtivo uma ação que privilegiasse somente os conteúdos racionais. Talvez seja essa uma característica feminina e popular, a valorização da festa, da alegria, do festejo, da música. Lembro-me de uma passagem muito ilustrativa dessa cultura popular descrita por Ecléa BOSI (2004: 161), ao descrever as características de um bairro industrial de Osasco e a resistência da cultura popular renascendo apesar da massificação criada pela indústria.

*“Se o migrante chega à cidade com raízes partidas, ali reinsere muitos traços da cultura popular que resistem à erosão..
O bairro começa a aparecer como um depósito de restos da sociedade industrial, de cujos detritos se faz a bricolagem nos barracos. Mas vai se confirmando, se erguendo, um burburinho constante chega a nossos ouvidos, ruídos de cantos e trabalhos, queixas e risadas... o riso aí é freqüente por causa das ruas cheias de crianças.
Torna-se lugar de uma sociabilidade calorosa na sua rede de parentesco e vizinhança que se estende aos bairros vizinhos. E num domingo de manhã tem cheiro de roupa lavada, de comida no forno, com vizinhos na porta, ranchos de mocinhas, muitas crianças reinando.
Tudo transfigurado pelo sol como se fosse um domingo sem segunda-feira”*

O MS tem muito da cultura popular evocada por BOSI nas imagens aqui descritas. Talvez por isso mesmo as formas de lazer também foram exploradas pelo movimento de saúde. Graça nos fala desses passeios.

*“Lazer, almoço, viagem, casa em Ubatuba (da Zulmira) para você ficar lá deitada na areia... Tirava muito lazer, nossa! Passava o dia, semanas em Santos (Terra da Juréia)... ixi, passeamos muito por lá. Tinha movimento com as mulheres, tinha reunião pela manhã e de tarde era passeio, todo dia a tarde era lazer.
A gente saía, alugava ônibus, ia na praia, ia se divertir, a mulherada enchia a cara, era caipirinha, muita cerveja, muita risada né. Quem gostava de beber, bebia.
Tinha uma mulher que o apelido dela era Suquinho porque ela só tomava suco, e eu só tomava refrigerante, a gente não bebia. Aí, quando chegava lá, elas diziam: ‘Gente, se*

comportem, vão a Graça e a Suquinho, vocês sabem que elas não gostam dessas coisas, vocês se comportem por favor.

Tinha muito lazer, final de ano a gente fazia confraternização com almoço, aí levava uma parte do movimento lá para o restaurante, brincava muito, trocava presente, cantava, muito lazer mesmo. Acho que era isso que ajudava. Inclusive era obrigatório nesse projeto que a gente tinha que ter lazer, tinha uma verba reservada só pra isso, porque se achava que fazia parte da saúde das pessoas o lazer” (Graça)

Orlanda também se lembra das festas.

“Ah! Sempre a gente fazia assim encontro no Parque do Carmo, nós fomos para Santos na casa da Zulmira, às vezes a gente se encontrava nos bares. Nós fomos em Itaquera, quando a Ilda foi embora ela convidou, a gente foi lá se encontrar. E vários outros lugares que a gente ia que eu não estou lembrada. Tinha, por exemplo, alguma festa dos políticos a gente tava sempre junto. Isso era uma coisa que antes dos movimento imagina que eu ia, de jeito nenhum” (Orlanda)

“Tinha um povo que se preocupava muito com esse negócio de lazer, eu não me preocupava com isso. Tinha as idas pro Parque do Carmo, mas também nessa época eu já tava trabalhando no gabinete, mas tinha algumas pessoas que se preocupavam muito, fazer piquenique com as crianças. A gente via que era um desgaste muito grande e o movimento tinha muito isso, ele só proporcionava momento de lazer nas Assembléias, aí fazia dinâmica, aquelas dinâmicas de grupo que promoviam integração entre as pessoas. Eu fazia mais por obrigação, o mais importante era a hora de decidir, de planejar, que era marcar reunião, depois reunião, reunião” (Aninha)

Fermina comenta as formas de lazer do MS.

“Tinha muitas formas de lazer com participação em parques, chegamos a fazer gincana, fazia encontro, dança, teatro, poesia... Tinha pessoas que iam lá, nossa! Muito legal! Teve um senhor de Guaianases que fez um boletim de cordel. As festas que a gente fazia eram muito animadas, vinham tocar sanfona pra gente dançar, era uma coisa muito animada. E hoje em dia a coisa mudou, se fala em cinema, teatro, na época poucas pessoas tinham televisão (?) que também não acrescentou nada nessa questão de lazer. Quando todos puderam adquirir a sua televisão, porque hoje a gente vê que a televisão, pelo contrário, atrapalhou muito” (Fermina)

Na fala da Fermina percebemos as manifestações culturais que permeavam as formas de lazer no MS, valorizando a socialização, o encontro entre as pessoas.

Houve momentos dentro do MS que a questão do lazer foi mais privilegiada. Nos projetos feitos, o lazer era incluído como atividade custeada pelo projeto. Isso porque a concepção de saúde que se tinha era muito ampla, incluindo aí a necessidade de lazer como aspecto de descanso físico e espiritual, além de ser considerado fator de integração social. Além

disso, as atividades do movimento eram muito desgastantes às vezes e realizar um planejamento do movimento numa casa de praia pode ser bem mais produtivo.

Havia alguns passeios que eram exclusivos das mulheres do MS, onde nem os maridos e muitas vezes nem os filhos podiam participar. Tinha o significado de tirar férias da família. Isso também era novo no começo para muitas mulheres e representou uma outra possibilidade de lazer.

Embora o Movimento de Saúde tenha sido formado majoritariamente por mulheres, nossas depoentes não o identificam com um movimento feminista. Alegam que havia momentos de discussão exclusivamente sobre as questões femininas e que havia uma ligação muito forte do MS com o SOF, de tradição mais feminista.

Orlanda e Graça falam sobre isso.

“Nós tinha um grupo de mulheres de São Miguel e elas eram feministas, né. Tinha a Matilde, tinha a Cláudia que elas faziam parte deste grupo e elas vinham fazer palestras com a gente. Nós tivemos até uma época que elas fizeram um trabalho com a coordenação do movimento para falar sobre o câncer... como chama?... fazer o teste, fazer o exame ginecológico. Elas faziam... tinha psicólogo, médica, era muito bom” (Orlanda)

“Em alguns momentos tinha que parar para falar sobre nós mesmas e pra isso vinham pessoas, assistentes sociais, vinham pessoas para iniciar aquela conversação, deixar você falar sobre suas coisas, tinha gente muito boa que ajudava muito o lado pessoal das pessoas, as dificuldades, essa questão dos conflitos, tanto que as pessoas não se afastavam, nenhuma delas, porque havia o conflito das pessoas que tinham o marido, tinha filhos pequenos, briga com marido, problema em casa com sogra, com familiares porque você saía o dia inteiro” (Graça)

O grupo de que fala Orlanda é o SOF, antigamente chamado de Serviço de Orientação à Família e que desenvolvia trabalhos ligados às questões femininas, em geral fornecendo orientações sobre formas de anticoncepção, prevenção de câncer de útero e de mama, aleitamento materno etc. Foi, com o passar do tempo, adquirindo mais e mais um caráter feminista, ligado ao Movimento de Mulheres. Hoje em dia, esta entidade ainda existe, e seu nome sintomaticamente mudou para Sempre Viva Organização Feminista, curiosamente mudando também de gênero (de o SOF passou para a SOF).

A SOF de então, passou a prestar um serviço de assessoria ao movimento de saúde, organizando cursos e fornecendo informações específicas sobre a saúde da mulher. Chegou até a emprestar o nome jurídico para o movimento (que não era constituído como entidade jurídica) para os projetos financeiros do movimento.

De nossas entrevistadas, Cláudia e Fermina tiveram uma atuação mais próxima da SOF. Sobre isso, Cláudia comenta.

“(Depois que eu saí da creche) eu fui trabalhar numa entidade que dava assessoria ao movimento. Era a SOF que, naquela época era Serviço de Orientação à Família e que hoje é Sempre Viva Organização Feminista. Então eu fui, aí a coisa se casa, porque aí eu vou pra lá e vou passar a trabalhar no movimento como assessoria. Então eu ia lá, dava assessoria e era lá onde eu morava, então eu participava como moradora, como integrante mesmo do movimento.” (Cláudia)

Essa relação de parceria da SOF com o Movimento de Saúde parece não ter confundido os papéis nem de um nem de outro. As mulheres do movimento de saúde, na sua maioria, nunca se professaram feministas no sentido real da palavra, mas viam de bom grado a relação com a entidade e os cursos e discussões específicas sobre a mulher que a SOF proporcionava. E vice-versa. Ao abrir canais de comunicação de um lado e de outro, ambos se beneficiavam e se enriqueciam, sem interferências estruturais.

Perguntada se o MS é essencialmente feminista, Aninha responde.

“Ah! Não, na essência não... Tem um pouco, a gente discute sobre a saúde da mulher, mas nunca foi a preocupação central. Muitas vezes tinha algum informe, alguma pauta que pegasse o movimento mais feminista, as mulheres não davam muita atenção, não rolava muito e até hoje não rola muito... Pode até colocar por uma questão politicamente correta, mas não rola. Eu acho que é porque não era prioridade, nunca teve espaço, a gente nunca priorizou isso, acha que é importante, mas a prioridade... Isso em todas as instâncias do movimento, desde o movimento do bairro mais local, até o plano mais nacional. Acaba ficando uma questão menor, pelo tanto de problemas, pelo tanto de necessidades, pelo tanto que ainda falta resolver. Não que ele (o tema da mulher) fique renegado... às vezes a gente tira uma comissão, tira uma pessoa pra (representar a questão) da mortalidade materna... Aqui no nosso pedaço a gente tem uma pessoa que se referencia nisso, então a Maria, o pessoal da Casa da Mulher Lilith, nas representações dos parceiros, é importante ter representação das mulheres, é importante ter a saúde mental, a do deficiente... mas existir algum grupo que vai especializar e cuidar daquilo, vai chegar no momento pontual, mas não é o centro” (Aninha)

É interessante notar que, a exemplo da Casa da Mulher Lilith, uma Ong existente na Vila Alpina desde 1989, que surgiu a partir de uma Associação de Mulheres e que se empenha nas discussões específicas de gênero, sendo referência e até parceira do MS na região de Vila Prudente e Sapopemba, outras Casas de Mulher surgiram na Zona Leste nas últimas décadas do século XX e cumprem exatamente esse papel que o MS não atinge, senão de forma indireta: a reflexão propriamente de gênero. Como diz Aninha, o MS não aborda essa questão a não ser de forma tangencial porque não lhe é essencial, na medida em que as urgências no plano da saúde são tantas que somente lhe permite uma abordagem pontual. Existiu durante muito tempo uma comissão de saúde da mulher dentro do MS, assim como também existiram outras comissões (de saúde mental e de portador de deficiência física, por exemplo).

Fermina teve uma trajetória um pouco diferente em relação às outras mulheres. Sua entrada no Movimento de Saúde se confunde com a entrada também no Movimento de Mulheres. Seu relato desse momento é interessante.

“(....) chegou uma época que eu entrei no movimento, que foi uma coincidência. Acho que foi em 1982 ou 1983, mais ou menos, a minha filha já tinha seis anos, eu tava aqui sentada de saco cheio (sabe aquela coisa de que você está de saco cheio?) e aí eu liguei a televisão e tava passando a TV Mulher e eu fiquei observando, TV Mulher, eu nem sabia o que era aquilo, alienada até. E eu descobri naquele dia, eram 11 horas da manhã, nunca vou esquecer disso, que a Marta Suplicy tava falando do movimento de mulheres e ela estava aqui na Av. Pires do Rio, ao meu lado, na sorte, aqui no nº 8 da Av. Pires do Rio e eu passava ali duas, três vezes no dia, e eu nunca tinha enxergado aquela placa, tudo bem que era pequena a placa da SOF. Eu fiquei prestando atenção, apareceu aquelas mulheres sentadas, conversando, e aquilo me chamou a atenção: ‘mas que será isso?’ Nunca esqueço disso e quando fui levar a Patrícia na escola eu olhei e entrei naquela portinha e lá estavam aquelas mulheres. Eu subi a escada e fui saber o que era aquilo e é incrível que na mesma hora eu conheci a Mirian Giardi que era ex-freira, da luta, e ela estava lá nessa reunião e me convidou pra ir na Igreja que ia ter uma reunião do conselho de saúde, que eu também não sabia o que era, ‘o que será que era isso?’. E eu fui começando a conhecer esse outro lado do movimento. Na mesma hora eu já fiquei sócia, que na época do SOF, lá em 83, tinha uma carteirinha, a gente ficava sócia para participar”.

(.....)

“Na época era assim, Serviço de Orientação à Família, que depois de muitos anos mudou, hoje é Sempre Viva Organização Feminista. E naquela época funcionava como um plano de saúde, porque tinha atendimento médico, psicológico, era um trabalho diferenciado e foi lá onde eu encontrei e conheci outras pessoas, onde cada um tinha um problema ou uma solução pra compartilhar com as mulheres. Nossa, foi muito bom, pra mim foi uma experiência de vida”. (Firmina)

A trajetória de Fermina passa pelos dois movimentos: o de mulheres e o de saúde. Sempre participou dos dois e das atividades realizadas em conjunto como foi o caso de uma

pesquisa (já descrita anteriormente por ela) feita em 1993 em toda a Zona Leste para averiguar a situação das mulheres com relação ao câncer de útero e de mama. Esta pesquisa foi feita em parceria entre a SOF e o Movimento de saúde dela resultou a formação da Comissão de Saúde da Mulher, que integrou pessoas do Movimento de Saúde que tinham uma visão mais voltada para os problemas femininos.

“Quando eu entrei na SOF, foi lá que eu conheci o movimento. Tinha um movimento de mulheres, mas ele não era muito coeso. Algumas pessoas do movimento de saúde que tinha um olhar mais firmado na questão da saúde da mulher, que além de estar no grupo do movimento de saúde, diferenciava esta questão da saúde da mulher, faziam grupos de mulheres, encontro de mulheres, pra valorizar um pouco a sua auto-estima”. (Fermina)

Percebe-se que dentro do Movimento de Saúde, algumas mulheres foram se aproximando mais da SOF a fim de realizar um trabalho mais específico feminino, o que permitiu a integração dos dois movimentos principalmente através da Comissão de Saúde da Mulher. Porém, essa integração se dava no concreto de alguma luta específica e não numa simbiose dos movimentos que, aliás, continuam até hoje, independentes entre si.

“Não eram todas (as mulheres) que participavam da SOF, tinha poucas, primeiro porque a SOF era aqui do lado, então as pessoas daqui da Leste 2 conseguiam participar um pouco mais, iam a alguns encontros, reuniões... Agora, participar mesmo eram pequenos grupos, mas eram grupos muito bons, até porque a gente tinha a parceria do movimento de saúde”. (Firmina)

Pela descrição de Fermina e das outras, houve uma frutífera relação entre o MS e a SOF. As mulheres tanto de um como de outro puderam transitar pelos dois meios e beber das duas fontes. Cresceram em consciência nessa relação e compartilharam experiências na construção de si mesmas como sujeitos.

Leda Maria MACHADO (1995) discute as questões de gênero dentro do MS, indagando se a característica feminina do movimento pode explicar sua continuidade, sua existência enquanto movimento. MACHADO dialoga com vários estudos sobre o feminismo e aponta uma divisão de interesses que perpassam o gênero feminino, na conceitualização de MOLYNEUX (1986). De um lado, estariam os interesses estratégicos de gênero, propriamente feministas e, mais atentos à especificidade do gênero; de outro lado, estariam os interesses práticos de gênero, que geram mobilizações femininas, ligados ao cotidiano da mulher no que diz respeito à divisão do trabalho por gênero.

Segundo essa visão, um interesse não exclui o outro, podendo até um evoluir até o outro. Também se admite que uma luta possa encontrar a outra. De nossa parte, preferimos não dividir dessa forma. Queremos crer que a transformação se dá no processo da realidade vivida, e se estabelecem a partir das necessidades pensadas e sentidas, sem graus valorativos. As mulheres aqui entrevistadas fizeram ver a esta pesquisadora a inutilidade de tais conceituações quando perguntadas sobre este tema, respondendo invariavelmente que o MS não é nem deixa de ser feminista, assim como não é nem deixa de ser feminino, e que a questão não é essa, mas sim o como e o quanto cresceram nesse processo.

Em 1982, surge o Partido dos Trabalhadores (PT), nascido das mesmas origens populares do Movimento de Saúde. Seu nascimento e rápido crescimento pela Zona Leste de São Paulo, com a multiplicação dos Núcleos de Base, espalhados pela periferia, vão compor com outros movimentos populares uma constelação de forças de esquerda que se relacionam e se articulam em determinados momentos.

O surgimento do PT se deu no auge do Movimento de Saúde e trazia expectativas que iam de encontro aos ideais do movimento. Houve, obviamente, uma identificação com o PT por parte do Movimento de Saúde, na sua imensa maioria. Os próprios médicos sanitaristas já citados aqui como elementos propulsores do movimento de saúde, tornaram-se, após a criação do PT, parlamentares eleitos por este partido. Eduardo Jorge, Roberto Gouveia e Carlos Neder nunca se disseram candidatos do movimento e tampouco o movimento os nomeou como tais. No entanto, é inegável o apoio maciço do movimento a esses parlamentares e a referência destes no movimento, pela própria história pregressa.

Diante dessa relação tão próxima entre movimento de saúde e PT, é de se perguntar como ficava a autonomia do movimento perante o partido. Nossas entrevistadas respondem.

“Era tão boa a relação (entre as mulheres do movimento de saúde e os médicos sanitaristas) que daí surgiu até o PT. Eles foram candidatos e ganharam. Foi tão boa a relação entre eles que logo em seguida surgiu o partido, né? Que foi nesse momento dos movimentos fortes que a gente teve que até hoje eu ainda falo: ‘Meu Deus! Que loucura! Nós era do movimento e a gente tava reunida para fazer um trabalho pro movimento e de repente a gente fazia aquilo meio atropelado e ia fazer campanha para os candidatos. Com o Suplicy, lá em Itaquera, a gente andava panfletando pro Eduardo, pro Carlos, pra todo mundo, todo mundo...”

(.....)

“Sim, a gente sabia separar uma coisa da outra, tanto sabia que a gente sempre questionou assim, que o movimento era autônomo, que nós não tinha ligação com ninguém e isso a gente falava sempre, mas entre aspas porque a gente... (risos). Mas a gente falava para os outros que não tinha ligação com o PT, a gente falava que o movimento não tem nada a ver com o partido, partido é partido, movimento é movimento... Mas era uma relação muito boa, como eles eram médicos sanitaristas, eles se interessavam para fazer esses trabalhos nos bairros, então eles vinham, davam palestras e o povo adorava eles, todo mundo gostava demais deles”. (Orlanda)

As duas instâncias não podiam se confundir, mas nem sempre isso era fácil para algumas mulheres. Parece ser que a autonomia do movimento perante o partido se manteve, no sentido de o movimento não ter se tornado um instrumento do partido ou a serviço do partido. Mas a grande maioria de seus membros, sim, estava a serviço do partido, por vontade própria e por convicção. Até porque o partido e seus “candidatos da saúde” eram vistos pelas integrantes do movimento como um veículo para levar adiante suas reivindicações. Como não vincular um ao outro?

Justelita assim se expressa.

“Aí que nós começamos a montar o partido político, porque nós precisava de um parlamentar lá dentro pra receber a nossa reivindicação do movimento, porque até aquela época nós não tinha ninguém pra receber, só era chutada de lá, polícia batendo na gente, e nós não tinha ninguém lá dentro que soubesse realmente daquele trabalho nosso, foi aí então que nós começamos a reivindicar um partido político, foi aí então que entrou o PT. Aí eles chegaram, ‘vocês querem um partido político?’, ‘queremos’, ‘então, pra ter um partido político vocês precisam montar a estrutura dele’ e aí nós falamos ‘que é estrutura?’, ‘filiar o povo’, e eu olhava pro povo, ninguém sabia o que era filiar, sabia nada, nem eu e nem ninguém da nossa turma. Aí eu falava ‘como filiar?’, ‘ah, é assim: o pessoal tem que ir até o partido, preencher um papel, colocar o nome completo, RG e tal, pra aí poder registrar o partido e daqui dois anos ele vai valer’, ‘ah, tá bem’, aí começamos a pegar o povo lá que não sabia nada...(risos)...Ninguém nem sabia o que a gente tava fazendo com eles, a gente também não sabia. A gente chegava e falava ‘ei, você quer se filiar a um partido político?’, ‘que partido que é?’, ‘é o Partido dos trabalhadores’, ‘ah, tá, então nós assina’, aí eu sei que nós formamos o danado do PT, foi nisso aí, tá, ao filiar o partido ele passou, o partido foi a provado, aí começamos a fazer campanha, ‘nós fizemos o partido, então agora quem vai escolher os candidatos somos nós’, aí que fizemos, escolhemos a Luiza Erundina pra ser prefeita, escolhemos o Roberto pra ser deputado estadual, escolhemos o Eduardo Jorge pra ser deputado federal...”

(.....)

“Aí o que acontece, ‘vocês vão fazer a nossa campanha?’, ‘vamos, vamos fazer campanha’, aí nós conseguimos eleger a Luiza prefeita, conseguimos eleger o Eduardo, o Roberto, o Genoíno, foi essa leva toda, nós que elegemos essa turma toda, que nunca perderam, nunca perderam. Aí a Erundina ganhou e chamou o Carlos pra ser secretário municipal da saúde, e nós falamos ‘vai sim, Carlos, você vai, Carlos,

porque você sabe qual é a nossa luta da saúde, ‘posso mesmo?’, ‘vai’. Aí ele foi, aí tudo bem”. (Justelita)

Para Justelita, a montagem do partido é uma necessidade decorrente do movimento (“precisava de um parlamentar” para defender as bandeiras do movimento “lá dentro”). Todas as falas de Justelita nos remetem à reflexão sobre a memória. Ao contar sua trajetória, ela coloca os fatos numa ordem cronológica que lhe permite associar um ao outro, dando a entender que um necessitava do outro, numa visão determinista e explicativa, talvez de sua própria vida. Por isso, quando o movimento já estava formado, “foi necessário” criar o partido.

A relação dos sanitaristas com o movimento, enquanto parlamentares do PT ou executivos de governos petistas em alguns momentos, é de colocar-se a serviço do movimento e submeter-se à sua avaliação e até aprovação como candidato. Em que pese o apoio político que o movimento representava evidentemente para eles enquanto candidatos há que se reconhecer também os esforços feitos no sentido de abrir canais para o movimento sempre e criar uma legislação que atendessem os interesses do movimento.³⁶

Justelita, assim como outras mulheres do movimento, participou ativamente da estruturação do PT, buscando filiados, participando de encontros, fazendo campanhas etc. Ela reconhece que no princípio não sabia direito o que estava fazendo, principalmente nas campanhas iniciais de filiação e até ri disso. Mas também reconhece que não sabia nada de movimento popular, nem de cidadania e depois foi aprendendo.

Se quisermos perguntar, nesta complexa e imbricada relação entre movimento de saúde e PT, quanto há nisso de manipulação, apoio recíproco, abuso ou cooperação, são elas mesmas, as mulheres, que respondem.

Graça diz.

“Esses amigos nossos, esses amigos meus, eles não fizeram isso (manipulação, corrupção)) esses aí não, e eu vou falar sim aquilo que eu pensei, nesse rolo que tá aí da política, toda essa sujeira, eu não vi o nome de nenhum amigo meu lá... e dou graças a Deus e respeito e sempre fico atenta, eu não quero ter essa decepção, não quero, nunca vi eles envolvidos e isso é muito bom para mim, muito bom. Então, diante disso também eu acho que eles não foram manipuladores... Mas ouvi muito isso, vocês são usadas, vocês são bobas, vocês são massa de manobra desses caras. Mas eu nunca

³⁶ Legislação já citada ao longo da pesquisa.

percebi, ou então eu sou muito ingênua. Depois de todas essas coisas que a gente vê aí, eu fico muito atenta, sabe...que eu saí do movimento mas eu vejo noticiário, eu leio jornal, eu acompanho o desenvolvimento dessas coisas, sei separar, sabe? Eu nunca vi nenhum deles, nunca vi o nome deles envolvido, eu busco mesmo, vou pesquisar, vou olhar. E essas pessoas que eu acreditei são poucas, né, três, quatro nomes no meio de um monte, mas eu nunca vi, nunca soube, então, é mais um motivo que eles não fizeram isso pra mim”. (Graça)

Ivoneide também fala.

“Eles (Roberto e Neder) pra mim é minha referência, né, com quem a gente tem esse diálogo. Mas também eu acho que pro movimento de saúde, pra muita gente, eles também são uma referência, né. Pode ser pessoas que nem votam neles, que votem em outros parlamentares do PT, mas enquanto discussão de saúde são uma referência e pra mim particularmente”. (Ivoneide)

Ivoneide reflete numa linha interessante. É verdade que esses políticos do PT que tiveram sua base na militância do MS tornaram-se referência nessa área e assim são reconhecidos e respeitados por muitos.

No entanto, as divergências existem. Hoje, não somente eles aqui retratados, mas também diversos outros políticos do PT se aproximaram do MS, trazendo-lhe, inclusive, diversas contribuições importantes e com formas de atuação ou visões de construção partidária divergentes.

O movimento hoje tem esse ponto na sua pauta: como lidar com a divisão em grupos políticos dentro do movimento? A inserção ampla de integrantes do movimento no PT trouxe essas questões e outras tantas. No próximo capítulo abrangeremos um pouco mais essas questões.

As mulheres militantes do movimento de saúde foram se aprimorando no conhecimento da política de saúde e adquirindo amplo conhecimento sobre as carências do bairro em termos de saúde.

O conhecimento, antes reduzido ao seu bairro, localizado, com a ampliação do movimento e a participação na coordenação da Zona Leste e nos encontros do movimento, foi se estendendo para toda a região da leste. Elas sabiam quais eram as lutas, as necessidades, o que já

tinha sido conquistado e o que faltava ainda. Passaram a opinar junto às autoridades, levando sugestões e propostas, sempre baseadas em estatísticas reais que aprendiam nas discussões, nas palestras, nos cursos ou com a leitura de material escrito produzido pelo movimento ou não.

Com isso adquirem uma percepção do bairro e da região que antes não tinham; pensam o bairro numa lógica de gestor, avaliam a quantidade e a qualidade dos equipamentos de saúde necessários à população, falam com propriedade das conquistas obtidas pelo movimento, em termos de equipamentos e do que falta ainda fazer.

No que diz respeito à percepção do bairro e da região é muito importante ressaltar que a atuação de Ivoneide no Movimento de Saúde foi lhe proporcionando mecanismos para avaliar a quantidade e a qualidade dos equipamentos de saúde necessários à população. Hoje ela fala com propriedade das conquistas obtidas pelo movimento, em termos de construção de equipamentos e do que falta ainda fazer. Enquanto fala, mentaliza um mapa da região.

“(....) porque a gente que tá nele (no movimento) há muitos anos, a gente sabe o que a gente tem de conquista, né, de construção e que quando eu vim já tinha tido conquistas, mas assim, de ter muitas unidades, de ter outros hospitais, né, hoje, no Sapopemba, a gente tem um hospital com 220 leitos que tem que lutar pra fazer ele funcionar, né, hoje a gente tem na região de Sapopemba e Vila Prudente, a gente tem três hospitais, né (....) Não tinha nenhum, eu lembro que a gente fazia atos, né, e falava ‘olha, é zero de leito hospitalar’, hoje a gente tem que gritar ‘não somos zero de leito hospitalar, mas tem que fazer funcionar porque senão vai ter só o prédio’, né”.
(Ivoneide)

Ivoneide demonstra orgulho ao falar das conquistas, mas sabe que a luta ainda não acabou, pois vários equipamentos não funcionam ou funcionam mal. Além disso, a necessidade de novas construções é ainda pauta de reivindicações do movimento.

“Olha, eu acho que tem a questão do funcionamento que é importante, mas eu acho que a gente não pode deixar de dizer... porque cê pega uma região como São Paulo que ainda tem lugar que não tem.... que não tem hospital. Então eu acho que é uma das principais, eu não sei se hoje é a principal, mas eu acho que a gente tem que levar como carro chefe assim, aonde falta hospital, aonde falta unidade de saúde, tem que construir, tem que construir... Então, aqui no Sapopemba, por exemplo, a gente fez um levantamento pra cobrir o Distrito de Sapopemba. Como um todo, faltam três unidades, né, três Unidades Básicas de Saúde (UBS), né, que é o Pró-Morar, o Tolstoi e um no Primavera. Bom, tem pra lá na Vila Prudente, mas falar do Distrito de Sapopemba, três. Aí, a turma fala ‘ah, mas lá na Estrada da Casa Grande tem uma unidade que é alugada’. Tudo bem, mas nós podemos lutar pra que depois

construa uma direta, né, que não seja alugada, mas hoje ela já tem, ela só sai de lá, se for pra ir pra um prédio próprio, né, naquela região, naquele pedaço, né”. (Ivoneide)

Fazer levantamento da população, dos bairros e dos equipamentos, estudar a forma de melhorar o atendimento de saúde, propor para às autoridades soluções, discutir orçamentos públicos, são coisas que agora fazem parte do cotidiano de Ivoneide e ela decorre sobre estes temas com muita naturalidade. Tem segurança, sabe do que está falando e acredita firmemente que ela e o Movimento de Saúde têm o papel de sujeitos desta história, destas transformações geradas no espaço no qual vive. Os bairros citados, Jardim Primavera, Jardim Colorado, Vila Tolstoi e Conjunto Habitacional Pró-Morar não são lugares quaisquer. A região de Sapopemba não é um lugar qualquer, tampouco a Zona Leste ou a cidade de São Paulo. Tudo isso é o seu lugar, do qual ela se apropriou, não individualmente, mas de forma social, perante o qual ela tem um sentimento de pertencimento, porque foi construído por ela também. (ROLNIK, 1992)

Estudar, portanto, as transformações espaciais provocadas pela atuação do Movimento de Saúde no “território” da Zona Leste, bem como a carga de significados que esse processo trouxe para as mulheres do movimento, como para Ivoneide, tem a importância de resgatar a experiência vivida por esses sujeitos, nas suas condições materiais de vida e nos seus aspectos culturais. Perguntada se o MS teve participação na transformação do bairro, Ivoneide responde.

“Com certeza, viu, com certeza, porque, assim, a gente cobrou, a gente passou governo de começar o hospital e depois não dar continuidade, né, da gente denunciar que a verba tinha vindo, mas não tinha sido usada pro hospital. É lógico que se a gente se acomodasse, com certeza, com certeza, podia ainda continuar, principalmente o Hospital do Sapopemba, sem fazer, porque ia ficar só no que estava, né, que hoje é o ambulatório, né, e que o outro lado que era a torre, poderia ele não sair o hospital, né, poderia ficar abandonado, ou não, se a gente não fosse atrás, né”. (Ivoneide)

Mais pra frente, Ivoneide comenta:

“ (...) a gente não pode esquecer que a gente mora numa região que é bastante comentada pelas lutas que tem. E eu tenho certeza, tanto que o Hospital do Iva, que é um mini-hospital de 72 leitos, e ele era pra seu um hospital de 150 leitos, né, e aí, pega as duas administrações de Maluf e Pita que não fizeram nada, né, que ficou naquilo lá e engavetou a planta que tinha, né, e ficou naquilo. Agora, eu não sei é se hoje tem mais necessidade de lutar pra que se amplie, porque o que tem ver é esses funcionando, não é só fazer mais prédio”. (Ivoneide)

Sair de casa para militar em um movimento social no bairro trouxe para muitas destas mulheres a percepção geográfico-espacial do bairro e da região, uma visão social das ruas, dos equipamentos, numa perspectiva nova.

“Aqui perto no J. Latena, em São Miguel, a Sinhá era uma pessoa (hoje ela não está mais conosco) ela era uma pessoa que iniciou o movimento de saúde lá no bairro e como não tinha espaço e era um calor, tinha uma árvore no quintal dela e a gente se reunia embaixo da árvore, era muito bom, quer dizer, não importava onde, o importante era que as pessoas vinham, discutiam. Naquela época da árvore, eu lembro que nós começamos a mapear a região, pra de fato saber o que era a região, porque às vezes a gente mora num local e não conhece, ela começou pela igreja, ‘aqui tem a igreja, quando eu era criança, aqui na Praça do Forró tinha uma comunidade indígena, o nome da comunidade era Ururaí, ela contava... E começou a mapear isso, pela praça do Forró que era a Ururaí, e foi mapeando aquilo e eu fiquei surpresa, e ela falando ‘aqui tem um hotel, aqui tem uma padaria’, a gente mapeava pra conhecer, era muito legal e as crianças participavam. E na segunda etapa, a gente se reuniu pra fazer a colagem daqueles lugares que a gente tinha descoberto, a gente colava numa cartolina pra manter o mural, pra saber o que tava fazendo, na verdade era um extra que a gente tava dando pra luta e a gente não se dava conta”. (Firmina)

Era uma redescoberta do bairro. As mesmas ruas tantas vezes percorridas anteriormente eram agora vistas com outros olhos, de forma crítica. Esta nova forma de ver caracteriza um olhar político que se inaugura a partir da consciência adquirida no processo da luta. O significado do bairro se transmuta, as ruas, a igreja, a praça são pela primeira vez pensados dentro de uma lógica global e coletiva, não mais como meros lugares de passagem e de necessidade pessoal.

Neste contexto, o espaço do bairro passa a ser visto também como um lugar a ser transformado, melhorado, preservado, estudado como lugar de ação concreta de seus moradores. Assim, a própria noção de espaço público como algo de ninguém, tão corrente em nossa cultura, se transmuta em lugar de todos. A responsabilidade de cuidar desse lugar, ou mesmo de tomar decisões a respeito do uso desse lugar, deixa de ser uma função puramente do Estado (outra visão corrente entre nós) para ser de todos. Exemplo disso também é a procura de lugares para a locação ou a construção de equipamentos de saúde que ficou a cargo da população organizada muitas vezes, como observa Orlanda em seu relato.

“(...) e pra vir o nosso posto de saúde aqui, agente que escolheu, fomos ver o terreno, fizemos até que a Prefeitura mandou...nem era a Prefeitura, era o Estado, na época era o Adib Jatene, que assinou lá para vir a verba para fazer o posto”. (Orlanda)

No relato da Graça observamos a mesma situação.

“(...) e aí a gente alugou uma casa primeiro (eles não foram fazendo), a gente alugou uma casa para ser o posto e depois vinham os médicos atender ali, algumas vezes por semana, depois foi lento, até que conseguimos achar aquele terreno para que eles comprassem o terreno lá e fizesse o posto de saúde. Tudo muito trabalhado”. (Graça)

As expressões “a gente alugou” e “conseguimos achar o terreno” evidenciam o quão participante e responsável Graça se sentia pelo ato de alugar uma casa para servir de posto de saúde, evidenciando também um sentimento generalizado de todos aqueles que participaram da luta pelo posto.

Esta ressignificação do bairro, da rua, do posto de saúde, são traços marcantes que a prática no MS trouxe para essas mulheres.

Ecléa BOSI (2004) faz um belíssimo ensaio sobre os bairros em *Memória da Cidade: Lembranças Paulistanas. Vale lembrar um trecho desse sensível trabalho.*

”Escutando muitos depoimentos, nós percebemos que os bairros têm não só uma fisionomia como uma biografia. O bairro tem sua infância, juventude, velhice. Esta, como a das árvores, é a quadra mais bela, uma vez que sua memória se constituiu. Nas histórias de vida podemos acompanhar as transformações do espaço urbano; a relva que cresce livre, a ponte lançada sobre o córrego, a divisão dos terrenos, a primeira venda, o primeiro bazar. As casas crescem do chão e vão mudando: canteiros, cercas, muros, escadas, cores novas, a terra vermelha e depois o verde umbroso. Arbustos e depois árvores, calçadas, esquinas... uma casa pintada de azul que irradia a luz da manhã, os terrenos baldios, as ruas sem saída que terminam em praças ermas inacabadas por dezenas de anos.

A fisionomia amadurece, as arestas se arredondam, as retas se abrandam e o bairro acompanha o ritmo da respiração e da vida de seus moradores. Suas histórias se misturam e nós começamos a enxergar nas ruas o que nunca víamos, mas nos contaram”³⁷

BOSI fala de bairros burgueses, nossas mulheres vivem na periferia da cidade. Talvez a fisionomia dos bairros aqui retratados não seja tão bonita como na descrição acima, mas carregam a marca dos sujeitos históricos que os transformaram.

³⁷ BOSI, Ecléa – O tempo vivo da memória São Paulo: Ateliê Editorial, 2004

Outra influência deste processo foram as lutas desenvolvidas pelo movimento de saúde para nomear alguns equipamentos públicos de saúde, batizando-os com nomes de representantes do próprio movimento.

O Hospital do Sapopemba, por exemplo, teve até um projeto de lei para ser nomeado de Hospital Waldemar Sunhinga, em homenagem a um dos militantes do movimento que, juntamente com outros moradores, iniciou a luta por este hospital. Apesar dos abaixo-assinados e atos em favor deste nome, o hoje Hospital e Ambulatório em questão recebe o nome genérico de Sapopemba.

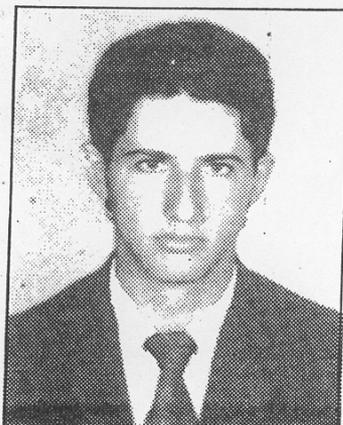
Vejamos um panfleto do MS falando sobre essa questão.



INAUGURAÇÃO POPULAR DO HOSPITAL GERAL DO SAPOEMBA VALDEMAR SUNHIGA

- CONVIDAMOS VOCÊ E SUA FAMÍLIA, A PARTICIPAREM DA GRANDE FESTA POPULAR DE INAUGURAÇÃO DO HOSPITAL GERAL DO SAPOEMBA VALDEMAR SUNHIGA, QUE O POVO CONQUISTOU.
- FORAM CONVIDADOS PARA A INAUGURAÇÃO POPULAR AS AUTORIDADES.
- NA FESTA HAVERÁ MUITAS ATRAÇÕES, E BARRACA DO SORVETE.

DIA: 09.10.1988 - DOMINGO
LOCAL: EM FRENTE AO HOSPITAL
HORÁRIO: A PARTIR DAS 10:00 HORAS



A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL COMEÇOU EM 1973, SÃO 15 ANOS DE MUITA LUTA. VALDEMAR SUNHIGA FOI UM INCANSÁVEL BATALHADOR DO MOVIMENTO DE SAÚDE PRÓ-CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DO SAPOEMBA. ORGANIZOU CARAVANAS, PASSEATAS DE PROTESTO, ENFIM, SEU NOME ESTÁ LIGADO A CONSTRUÇÃO DESSE HOSPITAL. MORREU SEM VÊ-LO INAUGURADO, MAS COM CERTEZA QUE VAI SERVIR PARA AS PRÓXIMAS GERAÇÕES DA REGIÃO.

DE SEUS AMIGOS, COMPANHEIROS DE LUTA, A NOSSA HOMENAGEM.

“AMIGO É COISA PRA SE GUARDAR”

MOVIMENTO DE SAÚDE DA ZONA LESTE
SETOR SAPOEMBA - SÃO MATHEUS



Hospital Waldemar Sunhinga

A Equipe de Saúde do Setor Sapopemba, vinculada ao movimento de Saúde da Zona Leste quer neste informativo **ALERTAR** e **DENUNCIAR** A SITUAÇÃO EM QUE SE ENCONTRA NOSSO HOSPITAL WALDEMAR SUNHINGA.

O Governo Quéricia vem anunciando na televisão, rádio que construiu o hospital geral Sapopemba com 200 leitos. E o Candidato à Prefeitura, Paulo João Leiva que vai inaugurar o hospital em setembro/88.

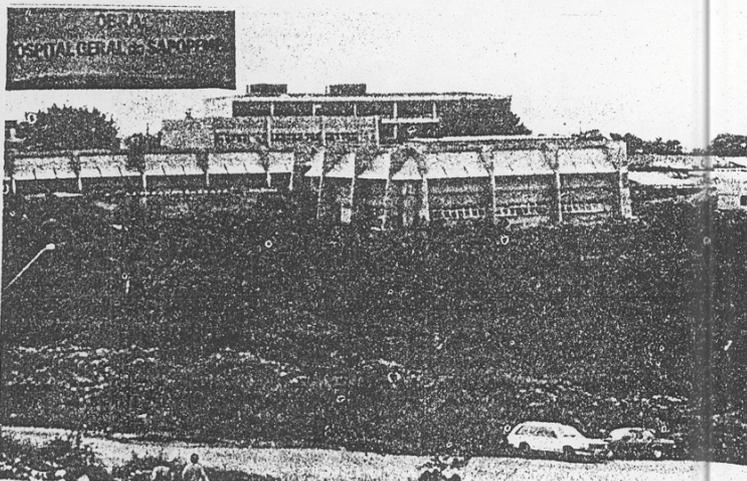
DIANTE DESTES ANÚNCIOS ELEITOREIROS E MENTIOSOS, O MOVIMENTO DE SAÚDE DENUNCIA:

1

NÃO FOI CONSTRUÍDO ATÉ ENTÃO OS 200 leitos, APESAR DA SECRETARIA TER ASSINADO DOCUMENTO DE COMPROMISSO com o Movimento de Saúde que iniciaria a construção dos leitos em 1986. O que temos hoje construído é apenas 1 pronto socorro e 1 precário ambulatório.

2

Falta todo EQUIPAMENTO PARA FUNCIONAR O AMBULATÓRIO E O PRONTO SOCORRO.



3

Até essa data **NENHUM FUNCIONÁRIO FOI CONTRATADO**. Em documento enviado à Secretaria da Saúde, o Movimento solicitou que as contratações dos funcionários fossem realizadas no próprio Hospital para facilitar a participação dos moradores da região.

Como podemos constatar, o discurso das autoridades não confere **COM A REALIDADE**. O Povo deve então, estar **mobilizado** e **atento** para que o pronto socorro, o ambulatório não sejam inaugurados se continuarem nessas condições.

A inauguração só deverá acontecer em condições de funcionar regularmente.

Caso contrário, continuaremos sendo **enganados**. Teremos um ambulatório

rio e um Pronto Socorro muito precário.

PARTICIPE DESSA LUTA AO DIREITO À SAÚDE!



Também em São Mateus, houve uma manifestação popular para que o Hospital da região recebesse o nome do Padre Antonio Merotti, como nos conta Orlanda.

“(...) E lá (por ocasião da grande caravana de 64 ônibus à secretaria estadual da saúde) o secretário era o Dr. João Yunes, e ele prometeu que ia fazer um hospital em São Mateus e o nome do hospital ia ser Pe Antonio Merotti. E nunca puseram esse nome e eu tenho uma mágoa muito grande porque só porque ele era padre aqui de São Rafael, eles não quiseram pôr, porque o Hospital ficou em São Mateus, né, então o hospital tá lá escrito ‘Hospital Geral de São Mateus’, mas era para ser o nome do padre’. (Orlanda)

Orlanda comenta com mágoa porque para ela e para os militantes de São Mateus, era muito importante que aquele equipamento tivesse um nome escolhido por eles, e que homenageasse um padre muito querido e que havia morrido por negligência médica após um acidente.

Dar o nome era uma forma de significar aquele equipamento com a marca da luta do movimento, era para dizer que aquela luta era deles e aquele lugar também.

Sobre esse episódio da morte do Pe Antonio Meroti, vale a pena destacar a narração de Fernando Altemeyer, como exemplo do quão impactante foi a presença e a morte desse padre na região de São Mateus e a presença da igreja nesses momentos importantes.

“Passado um ano da morte do padre Meroti (março de 1983), nós fizemos a cerimônia, porque era algo fortíssimo, padre jovem da Alemanha, inteligentíssimo, carinhoso... (...) tudo foi um trauma, trauma da morte, trauma da velocidade, trauma do acidente e o trauma do desprezo desse hospital. (nesse período tinha morrido também o irmão da Tereza em situação similar, atropelado na avenida paralela da Av Mateo Bei... levam pra lá e na mesma clínica, a família manda levar pra lá e diz que vai arrecadar o dinheiro. Eles dizem que só vão levar, se levarem o dinheiro porque a ambulância custa. Aí pra mim foi a gota d’água; ‘agora nós não vamos fazer simplesmente um protesto, nós vamos fazer o protesto. Aí pusemos um altar na Av. Mateo Bei, só que a Mateo Bei naquela época já era a veia arterial de todo o transporte daquela região, portanto, nós bloqueamos todos os tróleibus, bloqueamos o balão, então foi um imbróglío. Tava lá como uns 50 carros da polícia militar, cavalaria, mas nós estávamos muito convictos. É interessante, em outras circunstâncias você corria, mas o povo tava ‘nós viemos pra celebrar’. E fizemos a missa. Aí eu pensei: ‘Vou gastar aqui minha energia sacerdotal’. Eu era padre jovem, tinha um ano de padre, aí eu disse assim: ‘Malditos todos os que trabalham e que estão na direção desse hospital, porque aqui é o lugar da morte’. Então daí veio a piada, não sei se é real ou não, mas ficou como uma lenda, que pegou, eles ficaram com uma diarreia todos os médicos daquele hospital uma semana inteira. E uma praga maior é que eu consegui destruir aquele

hospital, porque ele virou uma Igreja Universal do Reino de Deus” (Fernando Altemeyer)

No Jardim Elba, na região de Sapopemba, houve uma conquista neste sentido. A UBS do bairro recebeu o nome de Humberto Gastão Broda em homenagem a este morador do bairro e militante dos movimentos sociais da região.

Há um outro aspecto da luta do movimento de saúde na zona leste que me parece remeter para este mesmo tema de territorialização, de ressignificação de lugares e equipamentos de saúde. Ao ser inaugurado o equipamento de saúde pleiteado pela população, quase sempre depois de muito tempo e muito esforço despendido pelos militantes, a festa de inauguração teve, em muitos lugares, um caráter duplo. De um lado, os representantes do governo e da administração tentando marcar sua presença como autores da obra em questão, feita pelo governo tal, soldando sua placa de inauguração na frente do equipamento com todas as honras do momento solene. De outro lado, os integrantes do movimento, em meio a uma festa popular, com direito a bolo fabricado por inúmeras mãos e distribuído desde cima da carroceria de um caminhão, pregando na mesma parede, do lado ou abaixo da placa oficial, a sua própria, afirmando que aquele equipamento era uma vitória do povo e não uma condescendência do governo,

Isso ocorreu, por exemplo, no primeiro posto de saúde construído no Jardim Nordeste, como nos conta Zuleide.

“(...) quando o posto de saúde saiu de uma casa alugada, no dia da inauguração fomos tudo caminhando, até o meu neto foi junto, o André. Fizemos uma placa nossa, que aquele posto de saúde foi conquista do povo. Carregamos a placa o bairro inteiro, até colocar lá. Pra mim foi muito emocionante”. (Zuleide)

E no Parque São Rafael, como nos conta Orlanda.

“(...) quando foi a inauguração do posto, o conselho junto com esse padre, a gente fez uma festa, nossa! E essa festa marcou muito o povo. Foi em frente o posto, na rua. Nós fizemos, pusemos dois caminhões, carroceria com carroceria e esse padre organizou pra todo o povo do bairro levar um bolo. Nós fizemos um bolo naquele caminhão de mais de duzentos quilos, mas juntou tanta gente, tanta gente, e foi uma festa, e que eles falavam que foi a luta do povo que conquistou esse posto, e que era uma festa mesmo pro povo ficar satisfeito que através do conselho e do movimento que esta festa está sendo realizada. Foi uma coisa maravilhosa. Naquela época, o povo, nossa! Ficaram muito contente, muito gratos da gente ter feito e até hoje, né? (Orlanda)

A festa popular e a placa popular aparecem como forma de afirmar e reafirmar a autoria da conquista do posto. É uma celebração da vitória que indica também um processo de conscientização da população do bairro

Capítulo III

Um Olhar Para Si Mesma

Neste capítulo o que pretendo é mostrar as mudanças vividas por nossas mulheres ao longo do seu processo de militância no MSZL de São Paulo. Mais do que simples mudanças, o que quero é flagrar nessa dinâmica do seu cotidiano entre família, reuniões, passeatas e atos de protesto, flashes de um processo de sua constituição mesma como sujeitos históricos.

As contradições de classe e conflitos vividos por essas mulheres na luta por melhores condições de saúde a partir de carências sentidas por elas na periferia desta cidade, levaram-nas a um embate direto com o Estado. Neste embate, a percepção de que há interesses diversos na sociedade e que certamente os interesses das classes populares não estão sendo respeitados, as impele para uma organização na forma de um movimento social urbano que vai se esmerando na criação de instrumentos de luta por esses interesses.

No entanto, concomitante a isso, uma série de outros conflitos e contradições vão se delineando no cotidiano delas. As tensões vivenciadas em casa na tentativa de harmonizar o papel de mãe, esposa, com o de cidadã, as superações dos limites em cada atividade do movimento, a vontade de desistir muitas vezes, a alegria das vitórias obtidas, as frustrações e desencantos próprios da luta vão criando contornos novos de possibilidades e de atuação.

A cada momento vivido, a cada experiência compartilhada, toda vez que tinham que enfrentar o Secretário de Saúde para expor suas necessidades, ou quando sentiam o coração partir por ter deixado os filhos tanto tempo com a avó, ou encarar o marido zangado por ter voltado muito tarde da reunião, em todos estes momentos vão sentindo e racionalizando suas vidas, vão computando prós e contras, vão fazendo escolhas ao mesmo tempo afetivas e racionais dentro de uma complexa rede social na qual estão inseridas.

A consciência adquirida e revista passo a passo nem é meramente política, nem econômica, social ou cultural. É múltipla, concomitante, é diversa e plural. Esses rasgos de consciência que vão vivenciando não possuem uma hierarquia, tampouco ocorrem primeiro um depois o outro, são sincrônicos e integrativos do ser como um todo e não estanques e mensuráveis. Talvez a consciência de classe adquirida por estas mulheres desta forma não corresponda ao “grau” esperado pelos marxistas mais ortodoxos, já que não foi incorporada no processo uma capacitação conceitual que permitiria ao “bom militante” discernir o caminho revolucionário. É possível que essas mulheres não tenham feito a revolução que pretendia Marx

da tomada do poder pelo proletariado. E talvez não tenham adquirido a consciência de gênero pretendida por alguns grupos feministas, já que não romperam definitivamente com as amarras do patriarcado. Muitas continuaram e continuam a levantar cedo para deixar a comida pronta para o marido, filhos e, quiçá, netos.

No entanto, a nosso ver, estas mulheres fizeram sim uma revolução. Dentro do contexto cultural no qual vivem, tomaram o poder sobre suas próprias vidas e arrastaram, na medida do possível, suas famílias, seus vizinhos, seus bairros, neste caudal de transformações que desencadearam. São palavras delas, sentem-se revolucionárias, sentem-se mais livres e mais aptas para o futuro que as espera.

No convite a uma reflexão de todo o processo vivido e das mudanças sentidas por elas, essas mulheres despejam uma torrente de emoções e de idéias que nos dão uma noção da riqueza da experiência vivida. Na voz estampam sentimentos e emoções como satisfação, orgulho, gratidão, alegria. O tom da fala traduz certeza, obviedade e convicção da mudança vivida.

“(...) hoje em dia eu sou uma pessoa quase dona do meu nariz. Eu antes pensava ou a gente ficaria com o marido ou não comia e nem bebia; só que depois de toda essa caminhada, desde trinta e poucos anos, eu comecei a conhecer que não é isso, a mulher tem que gostar dela e ela tem que aprender a fazer aquilo que ela gosta, não ficar atrelada ao marido. Então, isso aí eu aprendi muito. Até a época do movimento eu pensava assim, então teve uma coisa, eu fui libertada, e hoje em dia eu sou uma pessoa que vou em tudo o que é lugar e sou querida, eu vou a Brasília conversar com os presidentes, na subprefeitura...”

(.....)

“Há vinte anos atrás eu era uma infeliz, agora eu me vejo outra, me vejo melhor”

(.....)

“Aprendi (muita coisa), pois é como eu te falei, até o que era cidadania eu não sabia, vim a aprender o que era cidadania, qual é o direito que nós temos como cidadão, foi dentro do movimento de saúde” (Justelita)

Lembrando sua vida, Justelita ressalta a independência e a autonomia que desenvolveu não apenas em relação ao seu marido, mas também de uma forma geral. Ter liberdade, poder ir para onde quiser, ser querida e reconhecida pelos outros lhe dá a medida dessa autonomia. Identifica o início dessa mudança na entrada para o MS, mas a vê como processo ainda em andamento (“quase”, “caminhada”, “comecei a conhecer”). Na experiência socialmente compartilhada do movimento, aponta para o crescimento em consciência ao descobrir noções

como direitos e cidadania. Ressalta o sentimento de gostar-se, de sentir-se melhor como importante para a mudança sentida.

“Antes, ainda mais nessa parte de bicho grilo (...) eu me sentia uma alienada. Se pegar a minha história de quando eu comecei a participar, eu descobri que eu era alienada. Quando eu comecei a participar em reuniões do PT, no comecinho de 83, foi liberado aquele filme do Reinaldo Farias que chamava ‘Pra Frente, Brasil’, e aí eu fui sozinha pro cinema ver esse filme (...) Aí eu saí revoltada, eu não saí revoltada pelo que eu vi da repressão, da tortura, eu fiquei mais revoltada de saber que em 1974 eu já tinha... eu era adolescente, não era mais criança e eu tinha vivido aquela fase sem informação daquilo. Quando eu saí do filme, eu fiquei com uma raiva tão grande, eu já tava começando a participar do PT e tudo o mais, e saber que aquele pedaço da vida foi uma coisa muito nebulosa, pra mim a maior revolta foi essa. E aí, comparando aquele antes e hoje, foram duas fases bem importantes pra mim, ter essa noção, uma visão crítica. Tem um monte de coisa que falta entender ainda, mas foi super importante” (Aninha)

A superação da alienação política a partir do início de sua inserção no PT e no MS é apontada por Aninha como a superação de um período nebuloso em sua trajetória de vida. Comparando o antes (alienação) e o agora (visão crítica), aponta para o futuro (“falta ainda”). Começar a participar impeliu-a a uma revisão de sua própria vida e a uma transformação.

*“Ah! Eu acho que mudou bastante, porque quando você não participa, você também não interessa saber o que está acontecendo, quem é quem, o que fulano fez, o que fulano deixou de fazer, e quando você participa, você fica conhecendo, e quando você conhece, você fala com certeza, você não fala assim ‘eu acho que era desse jeito, eu acho que não era’, você fala que não era...
Então, assim, eu tive um conhecimento muito grande, porque a gente teve até aula de política no nosso movimento, porque a gente ia fazer um trabalho e tinha que esclarecer pro pessoal quem era quem, o que o fulano faz, o que deixou de fazer né? Então tudo isso é um aprendizado, né, você vai aprendendo, muda com certeza. Eu não sabia que existia senador, eu não sabia nada, era uma bobinha mesmo quando entrei no movimento...”*

(.....)

“Olha, antes do movimento, eu tinha uma imagem assim: ‘ah, eu vou junto né, mas o que será que a gente vai resolver, será que a gente vai conseguir? Ah, mas se todo mundo vai, eu vou também, eu quero conhecer, eu quero ver’. Hoje eu fico pensando como eu era boba, como eu era ingênua, mas tudo o que eu aprendi, eu agradeço a Deus por eu ter sido curiosa, e querer participar, querer tá junto, eu agradeço e eu gosto do que eu fiz, e eu me sinto assim realizada, porque todos os lugares que eu fui, eu tenho certeza que eu tinha mais gente que gostava que eu tava presente do que alguém que gostaria que eu não estivesse” (Orlanda)

Orlanda associa o conhecimento adquirido (como ter noções da estrutura política do país, saber quem é quem no jogo do poder) à sua participação social (“querer estar junto”) e também à sua curiosidade e interesse nas coisas (“eu quero conhecer, eu quero ver”). Também vê aí um processo acontecendo (“tudo é um aprendizado, você vai aprendendo”).

“Eu fiquei mais aguçada, observar mais... por exemplo: primeiro você me contava seus fatos e eu ouvia seus fatos, hoje eu vou além, eu vou nas entrelinhas do assunto, quero saber mais daquilo que você tá me falando. Isso mudou muito em mim, eu parei de participar do movimento, mas isso é uma coisa que ficou em mim. A gente faz um tipo de trabalho, a gente aprende, não é à toa que a gente aprende sozinha, a gente no movimento... ele era muito preparado para essas coisas, libertar as pessoas... deixar a gente mais astuta, não é muito bom não, às vezes incomoda as pessoas que a gente convive, sabe? Mas é uma coisa que a gente aprende e nunca mais esquece, às vezes a gente não quer fazer aquilo, mas a pessoa tá conversando e você tá observando a pessoa...” (Graça)

Astúcia e agudez dos sentidos são vistos por Graça como qualidades desenvolvidas no MS e que permitem ver as coisas com mais profundidade, fazer uma leitura da realidade nas “entrelinhas”, deixar as pessoas mais libertas. Esse aprendizado é um legado do MS e às vezes incomoda na relação com os outros, porque questiona.

“Olha, eu acho que, assim, a importância é muito grande, eu acho que o que eu tenho hoje, o que eu conheço, eu devo ao Movimento de Saúde. Foi o que eu te falei, eu acho que é questão de interesse de cada um, né, e pra mim é assim, acho que foi a história da minha vida, né, eu acho que eu não consigo contar nada que não seja do Movimento de Saúde. É a história da minha vida” (Ivoneide)

A vida permeada pelo MS, intrincada nessa inserção no MS, pautada por ele. Tal inserção é vista como uma escolha sua, um interesse manifestado num determinado momento de sua história.

“Ah! Eu posso dizer que aprendi muito, tudo o que eu aprendi de movimento social, foi iniciado no movimento em 83, foi uma porta que se abriu, é como se eu tivesse numa casa sufocada com uma porta fechada e consegui enxergar esse lado, porque eu acho que muitas mulheres donas de casa se sentem assim como eu me sentia”

(.....)

“Eu aprendi muito a me valorizar, essa coisa de optar mesmo, de optar pela vida, isso eu aprendi na época de movimento de mulheres, porque a gente tinha que ter uma opção, quem trabalhava vendo as mulheres morrendo tanto, tinha que fazer uma opção de vida que era levantar a auto estima de alguma maneira, porque senão você ficava tão envolvida com os problemas das companheiras que morriam porque não conseguia fazer mamografia...”

(.....)

“Eu era uma pessoa que tinha medo de enfrentar, não sabia conversar determinadas coisas porque não conhecia, de fato, tanto as questões da política quanto da saúde, não tinha informação, então acho que isso mudou, eu era uma pessoa, não digo que sou outra, mas foi se transformando por conta dos conhecimentos que a gente vai adquirindo na vida, a gente perde o medo, e o medo também era porque estávamos no regime militar, então a gente tinha mais medo” (Fermina)

A participação no movimento social dando margem a um processo de crescimento da consciência (abrir a porta, enxergar o outro lado). A partir de um sentimento de sufoco, de opressão, a busca de informação e convívio social, a “opção pela vida”, a escolha do caminho. Os ganhos (superação do medo, da angústia) são obtidos no processo (“foi se transformando”, “a gente vai adquirindo”), sempre socialmente compartilhado.

“Ah! Eu cresci muito, cresci muito! Porque eu cheguei lá do norte, aí sabe como é, a gente vem do norte com aquela cabecinha, e então quando eu cheguei aqui junto com eles, o movimento, eles fizeram, não só a mim, mas a muita gente daqui do bairro, cresceu, abriu a visão, que nós éramos gente também e tínhamos direito”

(.....)

“Mudou (a minha cabeça) porque naquela época eu não entendia bem de política não, mas agora eu vejo onde tá a safadeza. Eu acompanho a política e o meu voto eu só dou pra quem merece. Eu passei a me valorizar mais” (Zuleide)

As noções políticas de cidadania, de direitos, de voto consciente saltam da fala de Zuleide e são associadas à participação no movimento. A idéia de um crescer na consciência é vista como um processo social (dela e de muitos) que ocorre no bairro todo a partir do MS.

Em todos os relatos percebemos a idéia de um antes e um depois tomando como base, senão a participação propriamente no MS, ao menos alguma forma de envolvimento social em suas vidas. Essa divisão temporal produzida pela memória no processo de contar reflete a percepção de uma mudança real em suas vidas a partir desse processo vivido. No entanto, é bom ressaltar que essa percepção elaborada pela memória e com a consciência do presente projetada no passado é abrupta demais, pois desconsidera os processos vivenciados até então, como se a consciência tivesse surgido somente a partir dali. Essa sensação, essa percepção pode ser explicada pelo forte impacto que provoca, racional e emocionalmente, a participação de indivíduos num processo social de ampla mobilização. Ao viver intensamente esse processo, nossas mulheres experimentaram um fazer-se da consciência também intenso que marcaram profundamente esse momento de suas vidas.

Por isso não estamos utilizando aqui o Movimento de Saúde como único local de atuação política dessas mulheres, mas sim como um mediador que nos permite observar as mulheres na construção de si mesmas como sujeitos históricos. Queremos crer que os movimentos sociais urbanos, definição na qual incluímos o Movimento de Saúde, têm desempenhado um papel importante num processo amplo e intenso de experiências socializadas que têm contribuído, inclusive, para a redemocratização do país e o estabelecimento de um estado de cidadania e de direitos. No entanto, acreditamos também que tais movimentos não se constituem como entes autônomos, mas são compostos e formados por sujeitos históricos que num determinado momento optaram por formar um movimento de luta social e que podem, a todo o momento, continuar fazendo escolhas, dentro ou fora dele. Dessa forma, o movimento não existe em si, mas enquanto criação social numa determinada conjuntura histórica.

Assim que, privilegiar o MS aqui tem o papel de ver através dele, a constituição de sujeitos históricos num processo onde ele mesmo é construído socialmente, mas não independente do contexto social e cultural de seus vários articuladores (as mulheres donas de casa, os padres, seminaristas, freiras, médicos sanitaristas etc) e, muito menos, sob qualquer forma determinista.

Além do mais, muitas outras mulheres e homens entraram para o Movimento de Saúde (ou outros movimentos) e, nem por isso, tiveram suas consciências despertadas para uma atuação política e social e para transformações profundas no seu modo de viver. Alguns freqüentaram o movimento até conseguir o posto de saúde para o seu bairro, ou o Hospital para a sua região. Não foram chacoalhados por grandes indagações, conflitos ou contradições. Sobre essa questão, Fernando Altemeyer comenta.

“(...)... por exemplo, a D. Tereza, que tinha experiência e compromisso social dez anos antes com igreja... então algumas mulheres como essa que não tinham grandes experiências políticas e, no entanto, tinham essas experiências no interior ou no Nordeste, tinham esse empenho de enfrentar, sempre tem a marca de alguém. E há também aquelas que, como a Orlanda do São Rafael, ela tava dormindo e aí ela acordou. Houve mulheres que acordaram. Por que acordou? Você sempre se faz essa pergunta, eu também fiz na minha tese, por que um cara acorda e assume a sua cidadania e por que outro continua bêbado etc? Por que há esses despertares e a pessoa vai assumir o papel de sujeito etc? Por que há favorecimentos e outros continuam trabalhando durante 15, 30 anos e fica pedinte e alienado etc? Bom, aí eu não sei. Acho que tem a ver com história, tem a ver com dores, tem a ver com suporte, acho que tem a ver com estalo, uma luz que acende lá dentro... Algumas mulheres acordaram. Aí, você com seus depoimentos saiba dizer porque. Foi uma pessoa, foi um

lugar, foi um momento? Essa D. Tereza disse assim: ‘quando eu vi vocês todos parados pra bloquear os caminhões de lixo, ah! Eu vou voltar a fazer aquilo que fazia quando jovem’. E ela tinha dormido uns cinqüenta anos” (Fernando Altemeyer)

Esse acordar como sujeito histórico de que fala Fernando, a forma como se dá o crescer da consciência, o fazer-se enquanto sujeito histórico é, em suma, a grande questão que permeia este trabalho, nossa grande indagação. Concordamos com Fernando em que tem a ver com a história, com as dores, com os sonhos e suportes de cada um na sua trajetória de vida. Não temos a pretensão de saber a resposta, mas apontamos pistas para essa compreensão,

Relendo as narrativas inicialmente descritas de como se sentem transformadas e mais conscientes de seu mundo, não devemos supor que tal sentimento tenha sido obtido de golpe. Seus depoimentos expostos ao longo da pesquisa vão deixando entrever os dilemas vividos no decorrer das experiências lembradas e retrabalhadas.

Essas lembranças também deixam ver que o crescimento de cada uma se dá em diversos momentos de suas vidas e em diversos lugares, ainda que reforcem o MS como o lugar e o tempo privilegiados desse crescimento.

Para Orlanda, por exemplo, ter ido trabalhar na Rodhia quando se mudou para São Paulo representou para ela a superação em parte de sua timidez, e um grau maior de sociabilidade.

“Então, quando eu entrei lá trabalhar eu era... eu era, assim, muito vergonhosa, eu era tímida, assim que, nossa, eu nem comia na frente de ninguém porque eu tinha muita vergonha. E depois fui fazendo amizade com o pessoal, conversando, e aí parece que eu fui me soltando um pouco, mas mesmo assim, quando eu saí de lá, eu bem assim... bem caipira mesmo” (Orlanda)

A Igreja também representou um espaço de aprendizagem muito importante. Em passagem anteriormente já citada, Orlanda afirma que foi na Igreja que aprendeu realmente a ler, por insistência de um padre. Fazer as leituras na missa, além de vencer a timidez, fazia-a reforçar sua capacidade de ler, mesmo não tendo ela continuado seus estudos.

Outras, porém, acabaram por se empenhar nos estudos, como é o caso da Fermina.

“(...) as meninas (minhas filhas) cresceram, se formaram, as duas se formaram e eu sempre pensei: ‘quem sabe um dia eu vou fazer uma faculdade’. Porque eu consegui

fazer o fundamental e o médio quando eu já era mãe, e aí ‘quem sabe um dia eu consigo fazer uma faculdade de psicologia’. Eu sempre tive uma queda por psicologia, talvez por conta da militância, essa coisa de ajudar o outro, mas não tinha muita esperança, eu pensava ‘um dia quem sabe’, e aí no ano da gestão Marta surgiram aquelas benditas bolsas da prefeitura e me ofereceram uma e eu com muito medo disse não, porque eu tinha muito medo quando falavam em faculdade. Já viu, né, eu não estudei nada, eu vou repetir, vou sofrer o tempo inteiro, chega lá eu não sei falar, aquela coisa, e a pessoa (?) me encorajou muito e eu fui praticamente escondida, só a minha filha mais velha que sabia. Aí eu fui, prestei e passei, o meu marido tava até na Bahia, ele não sabia, quando ele chegou eu já tinha começado a estudar. Mas eu fui assim, com um pé atrás, não sabia muito, eu costumo dizer que o primeiro semestre foi pra que eu conhecesse a realidade” (Fermina)

Muitos medos e inseguranças permearam a decisão de Fermina. A primeira oportunidade é dispensada, recusada. A faculdade era amedrontadora, significava um campo de atuação novo, acadêmico, onde novos códigos de comunicação se processam e a “norma culta” significava um impedimento (“chega lá eu não sei falar”). E, enfim, a opção de ir.

Hoje, já no final do seu curso, a reflexão é retomada num outro nível, numa avaliação de ganhos e perdas e do significado que a faculdade acabou tendo na sua vida.

“Hoje eu estou no último semestre³⁸. E aí não aprendi grandes coisas porque tenho muitas dificuldades ainda, mas o pouco que eu aprendi foi pra minha auto-estima algo que não tem preço. E agora se eu arrumar uma bolsa, vou fazer pós. E as pessoas falam assim: ‘mas pra que? Você vai dar aula?’, eu não sei, não pretendo, mas isso foi bom pra mim, pra que eu visse que qualquer um é capaz. E lá tem pessoas de setenta anos ou mais, qualquer um é capaz, é só querer. Eu acho que descobrir formas diferenciadas de viver, isso não há dinheiro que pague, muito bom. Eu acho que a gente passa pela vida e leva muitas experiências, e as pessoas falam ‘e aí, você vai dar aula?’, não sei, mas não foi com essa visão... eu fui pra lá com a visão de descobrir coisas novas e é muito rico”. (Fermina)

Depois da experiência já vivida e refletindo sobre ela, os ganhos obtidos (auto-estima, auto confiança, ‘descobrir formas diferenciadas de viver’) superam, em muito, as dificuldades sofridas no processo. De posse dessa avaliação, Fermina já pensa em seguir os estudos, agora já com uma expectativa de buscar a riqueza do processo vivenciado, mais do que as conseqüências acadêmicas de uma pós-graduação.

³⁸ Isso foi na época da entrevista. Hoje, Fermina já concluiu seu curso de História e não de Psicologia como ela queria porque a bolsa de estudo que ela ganhou não lhe deu direito ao curso desejado, levando-a a uma segunda opção.

Justelita também voltou a estudar. No dia em que a entrevistamos, encontramos-a em sua casa com um livro de História da 7ª série prestes a fazer um trabalho de escola. Todas as noites, Justelita frequenta o supletivo perto de sua casa para concluir o Ensino Fundamental. Quando chegou a São Paulo, Justelita havia cursado até a 2ª série do Ensino Fundamental. Hoje diz.

“Tô fazendo o supletivo, tô na sétima série. (Voltei a estudar) por causa da minha necessidade e do meu trabalho todo no geral. O meu trabalho necessita de estudo, porque eu trabalho mais com diretoria, eu sou da autarquia do Tatuapé, eu sou do conselho da autarquia, sou do conselho do Hospital Zaio (Hospital Dr. Alexandre Zaio), eu sou do conselho pela supervisão geral da saúde, o meu trabalho é saúde pública. Então a gente tem que aprender muitas palavras, e você sabe que o nosso português aqui no Brasil já é ruim, você já sabendo ler e escrever já é ruim, imagina não sabendo. Então eu me vi na necessidade de voltar a escola, pretendo fazer até pelo menos... até o primeiro ou segundo colegial. (...) Eu tinha um sonho, e pensava em ser um dia uma professora de história e tenho até hoje. Se eu me formar, eu vou ser professora de História. Eu falei pra minha professora de História: ‘ah, professora Lenice, se eu me formar, quero ser professora de História’. Por isso que eu gosto da História, a vida toda nossa é uma história, você pode fazer uma faculdade disso e daquilo, mas dentro disso tudo tem uma história, dentro do seu diploma (falando para mim) tem uma história, é o que está acontecendo aqui agora. Então, por isso que eu gosto” (Justelita)

Justelita voltou a estudar em função do seu envolvimento nas instâncias de participação criadas pelo MS. Ela é conselheira em duas instâncias, além de trabalhar, no momento da entrevista, na coordenação da campanha eleitoral do deputado estadual Adriano Diogo. Como conselheira e defensora da saúde pública, sente a responsabilidade de aprimorar seu vocabulário para uma melhor comunicação no trato com outras pessoas.

Ao ser perguntada se tinha algum sonho desde criança, diz que queria ser professora de História. Possivelmente este é um sonho de agora, a partir do momento em que voltou a estudar e passou a ter aulas de história, mas é muito interessante sua reflexão sobre a importância da história que ela entende como algo que envolve tudo, inclusive sua experiência e também a minha que, como pesquisadora, vou atrás da história dela para cumprir um trabalho acadêmico.

Graça também chegou em São Paulo com apenas a 2ª série do Ensino Fundamental. Com o passar dos anos, fez supletivo e completou até a 8ª série. Mesmo não continuando, sempre se interessou pela leitura.

“Eu sempre gostei muito de ler, eu lia muito sabe, então eu me interessava muito pelo português, porque eu gostava de escrever, né, então eu lia demais, eu devorava os livros de escola das minhas crianças, tudo o que eu podia ler... (...) O meu sonho de menina? Ah! Eu pensava em publicar um livro, ser poetisa, escrever... esse era o meu sonho. Também pensava de estudar, mas aquele tempo era difícil, por isso que eu lia muito. Era difícil porque você completava o primário, já tava bom, aí tinha que ir trabalhar” (Graça)

Excelente poetisa, apesar das dificuldades, Graça publicou, depois dos cinquenta anos, dois livros de poesia³⁹. Alguns de seus poemas brindam este trabalho, mostrando um pouco da sensibilidade simples e cotidiana com que Graça reveste sua vida, seus amores, o movimento, as lutas, enfim, as experiências vividas.

“Tenho muita coisa escrita, mas eu parei porque... é desgastante demais... porque mexe com o sentimento. Quando você escreve comercialmente para vender, é uma coisa. Quando você escreve por necessidade de expor suas coisas, seus sentimentos, ou de alguém, desgasta um pouco. E eu escrevo, mas na hora de publicar é complicado... (...) É difícil publicar, não é tanto por questão do gasto, mas pela responsabilidade de jogar para o público coisas que se tem que ter muita responsabilidade, muita consciência do que você vai expor. É uma exposição minha, do meu íntimo, ou de qualquer pessoa, e quando é de outra pessoa você pergunta... todas as pessoas que eu conheço sempre tem alguma coisa escrita sobre a pessoa, quando eu era criança, pessoa que eu conheci, para não perder aquilo, aquela personalidade da pessoa, aquele jeito da pessoa.... Então eu escrevo, escrevo sobre a pessoa, e eu às vezes até penso em publicar, mas é muita responsabilidade. Agora, poesia é mais fácil, mesmo assim..., até porque você não vai escrever batatinha quando nasce... Essa coisa boba... Você sempre coloca alguma coisa que sirva para alguém... Alguma coisa sobre a sociedade, sobre um povo, sobre alguma dificuldade, sobre alguma reivindicação. Ou coisa que sirva para o ser humano, então você tem que ser responsável....” (Graça)

Os poemas de Graça, tanto podem tratar de crítica social aos “donos do poder” que não se sensibilizam com as dores do povo...

Raça Ruim

*Vejo avançar a noite assim sem sono
Num divagar sem fim eu questiono
o porquê de coisas tão confusas.
Palpites de pessoas tão intrusas
que vêm atrapalhar, fazer enredo.
Num sarcasmo feroz de causar medo.*

³⁹ Villela, Graça - Essa vida da gente - João Scortecci Editora - São Paulo, 1992
- Moeda Antiga - João Scortecci Editora - São Paulo, 1994

*Tenho razão de assim perder o sono.
Que meio sórdido esse que eu vivo!
São asnos tentando em tom altivo
o poder supremo, a fama, o trono.*

*E rastejam na lama que criaram
em seu próprio redor.
São profetas dos danos que inventaram,
bebendo do oprimido o suor.*

*Cães danados, famintos de poder.
Vão arrasando tudo, e o que é pior:
julgam-se doutores no saber!⁴⁰*

... como podem também exprimir as angústias comuns que nos assolam a todos, no decorrer de nossas vidas....

O Espelho e Eu

*Deparei comigo retratada
num momento qualquer frente ao espelho,
de cabelos grisalhos e assustada
com o que a vida fez ao meu semblante.*

*Toquei de leve o rosto num instante
e não acreditei no que encontrei.
Marca profunda das lutas que ficou,
tão perdedora fui, balbuciei.*

*Aos meus adversários a vitória;
amor, riquezas, grandes recompensas.
Para mim, lembranças de uma história
que eu procurando alguém para contar
e ninguém querendo me escutar.*

*Pois todo mundo já viveu a sua
e não tem tempo de me ouvir falar.
Em cada face que eu vejo se acentua
a mesma marca profunda que achei
quando frente ao espelho me encontrei.*

*Joguei então meus ombros para trás,
num gesto feroz, mas consciente
de que fracassarei uma vez mais
se não envelhecer dignamente.
Quem sabe envelhecer não envelhece,
o coração de amor não se esvazia.*

⁴⁰ Villela, Graça - Essa vida da gente - João Scortecci Editora - São Paulo, 1992.

*E a chama interior não nos perece
se soubermos viver os nossos dias*⁴¹.

Ivoneide também estudou aqui em São Paulo, completando ('quase', segundo ela, pois faltam duas matérias) o Ensino Fundamental. Mas sente a necessidade de continuar.

"(...) eu tenho ainda que saber que, assim, eu preciso de voltar a estudar, eu preciso de.... não é assim 'vai se formar, vai ser doutora em alguma coisa', mas eu acho que essa parte falta, né, e que eu sou igual um adolescente, né, (...) só pareço adulta, mas é difícil, viu, eu tenho vontade de fazer e quero fazer, só sei que não pode ficar demorando" (Ivoneide)

Associa essa necessidade à sua participação no MS.

"(...) com certeza se num... se ficasse só em casa, a vida vai passando, cê cuida de filho só e você num... Eu percebia isso, né. Eu acho que hoje, com o que eu conheço do movimento, é... ir estudar vai me ajudar, claro que vai, eu tenho esse conhecimento que a universidade não pode ensinar, que é o que eu sei, mas, com certeza, pra mim, se eu fizesse uma Universidade, uma faculdade, nossa, ia ser uma bagagem muito grande, um acúmulo muito grande que a universidade não tem" (Ivoneide)

A experiência no MS propiciou a muitas mulheres do movimento questionar-se sobre os estudos e tomar a decisão de voltar a estudar depois de uma certa idade e com filhos já criados (ou quase). Essa nova experiência vem no sentido de agregar novos valores e novos questionamentos, de repensar as práticas de aprendizagem e relacionar os conhecimentos adquiridos numa prática e noutra. Ivoneide, por exemplo, num trecho de sua narrativa, comenta que o saber adquirido no movimento ajudou-a a realizar um trabalho de escola.

"No movimento, a gente aprendeu a fazer muito boletim. Hoje não, hoje já tem computador, né, é só digitar tudo. Mas antes, a gente aprendeu a montar, a montar um monte de coisa, né, o que para gente foi muito legal, né. Eu lembro, quando eu tava terminando o supletivo, teve uma... um trabalho que era... um trabalho de história que era pra fazer... recorte de jornal, montagem, revistas, e eu tirei dez nesse trabalho, porque isso foi tudo o que a gente aprendeu" (Ivoneide)

⁴¹ Idem, Ibidem.

Além da necessidade de voltar a estudar, Ivoneide faz uma reflexão acerca do saber adquirido no movimento, na experiência concreta de vida, um saber não acadêmico, mas de extremo valor. Fazer um curso superior não significa adquirir um título, mas sim ampliar uma bagagem de conhecimento já adquirida na militância. A demora comentada em tomar a decisão reflete as mesmas indagações vividas por Fermina.

Aninha também se deparou com a questão dos estudos, lamentando, de certa forma, o fato de ter priorizado tanto a militância e não ter estudado.

“(...) eu acomodei com essa história na minha vida. Assim, eu tô com 45 anos...(à época da entrevista) Ter pensado na minha profissionalização, ter me formado, ter pensado em alguma coisa que eu poderia ter aproveitado e com 45 anos fica mais difícil. Talvez se, naquela época tivesse combinado essas duas coisas... mas, em primeiro lugar, era a militância, militância, militância... (...) Quando eu penso em fazer serviço social, eu penso em me tornar profissional da saúde, mas não lidar com doença, tratar as pessoas, eu não tenho assim esse dom, não tenho essa estrutura. Mas quando eu penso que eu posso ser profissional da saúde, eu penso nessa área (...) desdobrar o serviço social nessa área de educação e saúde pública, dar aulas, informar pessoas, capacitação da humanização da saúde... A minha contribuição nessa vida ainda vai ser aí, como profissional de saúde” (Aninha)

A reflexão de Aninha vai por outro caminho. Sua trajetória de vida não a levou para um casamento nos moldes tradicionais, ela não se tornou uma dona de casa no sentido estrito do termo. Ao contrário disso, a vivência na cidade grande desde a infância e os estímulos para a continuidade dos estudos a colocava com uma expectativa “normal” de continuar estudando. Tal expectativa foi rompida, segundo ela, pela militância, por uma escolha sua de priorizar as lutas e pela incapacidade de harmonizar esses dois aspectos de sua vida. Em função disso, hoje ela vê com certo pesar a interrupção dos estudos. Muito diferente de Ivoneide e Fermina, que viram, através da militância, uma porta que se abria para a possibilidade do estudo, não contemplada pela experiência de vida anterior.

Na fala de Aninha, vemos também a valorização do saber adquirido na prática das lutas sociais.

“(...) algumas vezes eu fui dar aula em universidades de saúde pública, falar sobre o MS. Eu via algumas coisas assim... Nas primeiras (vezes) eu cagava de medo... Antes da faculdade de saúde pública, uma vez a Maristela, assistente social que fazia parte lá da Sudeste, me convidou pra uma aula dela na faculdade de Serviço Social e eu fui e... puta merda! Eu vou dar aula pra esse pessoal, numa faculdade, aí eu descobri que, assim, que

o conhecimento que eu tinha, esse negócio de preconceito mesmo, eu mal tenho o segundo grau, o primeiro colegial mal terminado, eu me sentia incapaz em relação às pessoas que tinham... porque as que eu convivia, eu me sentia igual, porque a gente falava a mesma língua, e ir para um espaço de faculdade falar pra pessoas, eu achava que era uma coisa impossível. E aí eu descobri nesses cursos que eu ia dar... me sentia professora, né, que eu sabia mais que muita gente que tinha diploma de enfermagem, daqui do pedaço mesmo, que era uma negação, que não sabia porcaria nenhuma. Então, eu não troco o meu diploma feito no braço, batalhadora, por um diploma feito, comprado... Porque essa militância toda, desde lá do começo de 82, quando eu entrei no PT, essa trajetória toda, essa informação toda, eu não troco. Então, ter participado, além, claro de ter ganhado princípios de justiça, de solidariedade, isso eu acho que é o maior patrimônio” (Aninha)

Essas experiências vivenciadas no meio acadêmico através de aulas, palestras ou troca de experiências acerca do movimento, foram muito importante porque permitiram a essas mulheres enfrentar uma situação nova (e amedrontadora, diga-se de passagem) como mais um desafio; além disso, permitiu-lhes também a compreensão de que o saber é relativo, ele está em muitos lugares e se apresenta de forma diferente de acordo com a experiência de cada um. Serem valorizadas no seu saber e experiência a ponto de serem convidadas pra expor esse conhecimento no meio acadêmico, além do reforço positivo sobre suas capacidades fê-las perceber também que o saber acadêmico, super valorizado em nossa sociedade e temido por elas, é relativo e, inclusive, questionável.

Com a experiência no MS, aprendem a valorizar o saber adquirido com a prática e até compará-lo com o outro saber, o da Universidade, questionando a partir disso uma idéia que tinham do conhecimento como algo difícil de se obter. Nas palavras de Ecléa BOSI (2004: 157).

“Se a promoção das classes pobres depende da instrução, na cidade ou no campo, se é preciso reivindicar o direito à ciência e à arte, essa luta é já, em si, uma fonte de cultura. O mais importante, talvez, nessas preocupações é que as necessidades a que o aprendizado responde sejam algo ainda desconhecido: algo a descobrir, algo a decidir depois. Como se o conhecimento fosse uma negação daquilo que se é e uma contínua descoberta do que se poderia ser. Um “poderia ser” que conservasse dentro de si os mesmos traços da vida experimentada no bairro, na família, na oficina, na roça. É bom poder escolher, mudar de rumo; as representações da cultura estão sempre ligadas às de liberdade”

Num exercício de reflexão sobre qual era a visão que os dirigentes de saúde tinham delas, nossas mulheres recompõem um quadro contraditório de antipatia, aproximação, respeito, desprezo, dependendo das situações narradas.

Zuleide comenta:

“Eu acho que eles tinham muita raiva da gente, porque a gente chegava lá pra perturbar eles, eles tavam no canto deles sossegados e a gente ia lá cutucar (...) eles fechavam os elevadores, não deixavam a gente subir., só com muita gritaria” (Zuleide)

Perguntada se essa visão havia mudado com o tempo, responde:

“Eu acho que não, porque o Adib (Jatene) sempre... Eu acho até que eles achavam graça, eu brigava com eles com aquele meu jeito nortista” (Zuleide)

No decorrer da conversa, Zuleide diz que o ex-secretário de saúde Adib Jatene até hoje se lembra e pergunta por ela toda vez que encontra os parlamentares do PT envolvidos com o MS. Diz, inclusive, que ele troca o seu nome por Zuleica, às vezes. Fala isso com orgulho e, ao relembrar o processo vivido, mostra que, apesar de dizer que não, houve sim uma mudança na forma de as autoridades tratarem essas mulheres do MS no decorrer do tempo. E, embora possa haver exageros na formulação das imagens lembradas e construídas, é muito provável que todos os secretários de saúde que enfrentaram o MS tenham fortes lembranças destas mulheres. Fernando Altemeyer, relembra um fato interessante sobre esse aspecto:

“(...) Nos anos 80, houve um encontro em cima de um caminhão em São Mateus ou Itaquera, o local eu não me lembro, e depois o Secretário da Saúde, que era o Adib Jatene, um homem muito bom, de direita, mas um homem bom. Tinha uma mulher, a Zulmira, acho que era esse o nome dela, uma mulher grande, forte... Ele (o secretário) tava falando: ‘Não, porque tá garantido nos postos de saúde o leite das crianças’. Ela pegou na bochecha dele e disse: ‘Pra você está, porque você está gordinho, pra nós não está’. Então, era uma atitude que eu nunca tinha visto de uma mulher forte, que não respeitava as “autoridades”, no respeito tolo das autoridades, ela se aproximou do corpo do secretário, da bochecha do secretário, fez uma coisa como se fosse uma mãe dizendo: ‘Cala a boca, você está dizendo uma imensa bobagem, porque a realidade não condiz com o seu discurso’. Essa cena era emblemática da força do movimento. E ele era um homem competente; malufista, mas que ele percebeu que tinha falado um disparate, ele se afastou e disse: ‘Então, vamos verificar etc’. Mas a cena da minha memória é isso: essa mulher, esse movimento tinha tanta força que podia passar um pito no secretário, puxando a bochecha ou a orelha do secretário de saúde, que era um dos maiores médicos daqui de São Paulo” (Fernando Altemeyer)

A manifestação física de aproximar-se do corpo do secretário estadual de saúde de São Paulo e tocar-lhe a bochecha era acompanhada do tom de voz em forma de repreensão com que se dirigiam às autoridades de saúde. Tal postura revela a quebra do sentido geral de *autoridade* e de *respeito* que permeia nossa sociedade. Quem parece ter mais autoridade nesse momento? O

secretário, médico renomado, que desconhece (ou parece desconhecer) a situação de saúde da periferia da cidade, ou a dona de casa que escancara a realidade, repreendendo-o pela incompetência? A autoridade aqui mudou de lugar e de patamares conceituais. Essa desconstrução de um conceito e sua reformulação em outras bases passa menos pela racionalização do que pela experiência vivida e sentida e que aponta a todo o momento caminhos alternativos de práticas sociais.

Sobre a imagem que ficou destas mulheres para as autoridades da saúde, nossas protagonistas fazem algumas conjecturas. Vejamos o que diz Graça.

“A princípio eles tinham uma imagem de que a gente não era nada, que era um grupo de mulher que ia lá... Depois a gente começou a incomodar, eles perceberam que a gente não era só um grupo de donas de casa que ia lá falar besteira, fazer coisinhas só para sair de casa. Aí eles perceberam que a gente tava levando a sério... Aí continuou incomodando cada vez mais, né. Incomodava muito e aí eles tinham que tomar alguma providência. Às vezes a providência era aquelas que você sabe muito bem, momentânea, depois ficava na mesa e você tinha que ir atrás, mas já se preocupava com alguma coisa” (Graça)

E Aninha:

“(...) mas os secretários tinham uma raiva grande da gente, eles toleravam, eu arrisco dizer que eles vêem as mulheres do MS como manipuladas do PT principalmente, de mandatos... Eles engolem porque são obrigados por conta da lei. Isso em governo desfavorável. Em governo favorável, eles vêem como aliados” (Aninha)

Aninha chama, obviamente, de governos favoráveis às prefeituras de gestão petista que São Paulo vivenciou (de Luiza Erundina e de Marta Suplicy) e com quem o MS teve maior interlocução. E de governos desfavoráveis aos governos não petistas, tanto no âmbito municipal como no estadual. Em depoimento colhido junto ao Dr Aristodemo Pinotti⁴², vemos confirmada, em parte, a conjectura de Aninha.

“Quando eu era secretário, eu recebi várias vezes o MS, principalmente as mulheres que participavam do MS. Naquele tempo o movimento era bastante ligado ao PT, bastante

⁴² José Aristodemo Pinotti, médico, foi secretário estadual de saúde de São Paulo durante os anos de 1987 a 1991 e foi convidado a fazer um depoimento sobre as mulheres de MS para essa pesquisa.

ativo também. (...) (Tenho uma imagem) muito positiva do MS, eu realmente nunca tive conflito, pelo contrário, eu tive alguns atritos com alguns trabalhadores de saúde que se irritavam com o MS. O que eu penso é que o MS deveria se universalizar, que todos os usuários do sistema público de saúde deve ter essa capacidade de cobrança, de controle social, pra que haja um acesso mais fácil, um acolhimento melhor, mais eficiente na qualidade do sistema. Por isso é que eu sempre, desde estudante e quando secretário, tentei introduzir a classe média no serviço público. Porque quando a classe média entra, ela tem um conceito de direito quanto ao sistema público de saúde... porque as classes menos favorecidas, principalmente em nosso país, ainda entendem a saúde como um favor e não como um direito. E quando você entende como um favor e não como um direito, você agradece quando tem acesso e não reclama quando não tem acesso (..) então a minha visão sobre o MS é muito positiva, eu só acho que o movimento não pode ser contaminado por partido, tem divisão de luta de classes, mas não ser invadido por políticos. Mas mesmo que no começo tenha havido uma manipulação muito forte ligada aos partidos políticos, isso não invalida o papel do MS”

(.....)

“As reivindicações do MS são todas legítimas mesmo que freqüentemente tenham vieses partidários ou desinformações. Às vezes o que eu sentia era que eles deixavam de reivindicar muitas coisas que eles tinham direito, pra reivindicar coisas que o partido político influenciava” (José Aristodemo Pinotti)

Aninha também faz em outro trecho, outras considerações sobre o mesmo tema.

“Aí são formas e formas. Na época das assembléias, das coisas que aconteciam na leste, no começo em 78, você tinha alguns grupos, aí Adib Jatene, João Iunes, Pinotti, você tem que fazer algumas separações. Você tinha pessoas tipo Adib Jatene, enfim, um tanto de pessoas que tavam vinculados a projetos que, entendia que tinha que expandir a rede porque a dificuldade era muito grande e até reconheciam o movimento como pressão pra que essas coisas acontecessem. Mas tinha o Guedes, outras pessoas, o Pinotti e tudo mais, que entendia que essa pressão era necessária pra que as coisas acontecessem. Mas, desde que a gente ficasse na pressão, reivindicava postos de saúde, reivindicava hospital, ‘se vocês tiverem força, quem pode mais, leva’, e o Adib pensa bastante assim, algumas atitudes em audiências que a gente teve com ele, quando ele era ministro do FHC e recebia a gente... Agora... desde que não seja pra discutir o controle: ‘vocês querem o posto de saúde, eu dou o posto, mas não vem discutir o funcionamento, porque quem tem que discutir o funcionamento é a gente, o papel de gestor é a gente’. Não é à toa que a gente tem aí um projeto que é a criação dos conselhos gestores em todo o Estado de São Paulo engavetado, porque eles não querem o controle e não querem porque... Não é porque o controle incomoda, é porque eles não vão dividir, então, se puder acabar com o capítulo da Constituição da participação popular, eles são os primeiros a desmontar, porque isso divide o poder deles, porque pra eles é isso mesmo, ‘gerenciar é a gente, conquistou o posto, o hospital, podem voltar pra suas casas’. Porque o método, o modelo são outros, os parceiros são outros” (Aninha)

Na avaliação de Aninha, a postura aparentemente progressista de alguns desses secretários no sentido de atender as reivindicações do MS se dá até certo ponto. A construção de

postos e hospitais é vista como legítima diante da real e extrema precariedade na qual se encontrava a zona leste em termos de serviços de saúde. A pressão do MS é vista, inclusive, como elemento importante para o secretário ter força de atuação junto ao governo estadual, o qual ele representa, que, em geral não prioriza investimentos na área da saúde. Além disso, serviria como poder de barganha junto a outras instâncias governamentais como o governo federal, por exemplo, no sentido de obter financiamento para a solução dos problemas de saúde de São Paulo.

Efetivamente, desde 1980, quando o montante de reivindicações e a pressão do movimento exigem soluções mais efetivas do governo ao invés de operações de emergência como foi o caso da autorização para o alugar casas e montar provisoriamente alguns centros de atendimento médico, o Estado se reestrutura. É nesse momento que se organiza um planejamento mais racional de implantação de centros de saúde na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que receberá a denominação de Programa Metropolitano de Saúde (já mencionado anteriormente), dimensionado na gestão de Adib Jatene.

No entanto, a obtenção de verbas para a realização desse projeto não era fácil e Adib Jatene, em suas visitas à periferia e em audiências com o MS, afirma a necessidade de o movimento continuar exercendo pressão, incentivando, assim, a continuidade da mobilização (JACOBI, 1989: 59).

Se, por um lado houve uma relação utilitária entre MS e Secretaria Estadual de Saúde, que beneficiava a ambos, por outro, como afirma Aninha, as demais reivindicações do movimento, sobretudo no que se refere à participação nas instâncias de decisão de políticas públicas, não eram bem vindas e só foram cedidas pela enorme pressão do movimento para que isso acontecesse.

Vejamos o que Orlanda comenta sobre a relação entre MS e Secretários de Saúde.

“Ah! Eu acho que eles achavam que a gente era umas desocupadas que não tinha o que fazer. (...) Quando eles viram que a gente tava ali mesmo pra brigar pelo que a gente tinha direito, eles falaram ‘não, acho que a coisa aqui é diferente do que a gente pensa’, porque no início dava a impressão assim, não sei se era mais pra mim, eu achava assim: ‘o que essas desocupadas vem fazer aqui, porque não fica em casa?’ Mas, depois, a gente conversando, eu lembro que quando a gente foi fazer o Estatuto do Conselho, Estatuto do MS, a gente ia conversar com o Guedes, ia na secretaria de saúde, a gente ia com o Carlos (Neder). E eles explicavam, eles falavam e a gente não entendia nada, mas como eu queria aprender eu ia... eu queria aprender, eu queria ver aquilo. Eu era muito puxa-saco da Zulmira, assim, eu gostava muito dela, então, todo lugar que ela me

chamava, eu ia. Então ‘Ah! Vamo, Orlanda, vamo!’; então eu ia, mesmo que não fosse fazer nada, mas eu queria tomar conhecimento... Então, dava pra gente sentir assim, ‘essas daí não sabem nada, essas daí estão por estar...’” (Orlanda)

Perguntada se isso mudou com o tempo, responde.

“Ah! Mudou, porque quando eu participei do Conselho Municipal, porque o Conselho Municipal tinha uma parte de pessoal do movimento e do conselho de lá. Então a gente já tinha outra visão do que era o trabalho do movimento, e a gente, quando eles falavam alguma coisa, a gente tinha nossa opinião. E aí deu pra mim perceber que eles tavam vendo que a gente sabia o que tava querendo, que a gente também tava ali” (Orlanda)

Orlanda fala de uma mudança nessa relação. No início não crê que tivessem muita credibilidade perante os técnicos e políticos da secretaria, mas na medida em que elas vão acumulando conhecimento e experiência no movimento, Orlanda sente que cresceu o respeito por elas. Reflete, provavelmente, a sua própria visão de si mesma. Sabe que não sabia muito no início, que não tinha muita clareza dos objetivos que o movimento queria alcançar e que depois, foi tendo confiança em si mesma, foi aprendendo e conseguia se impor de maneira mais forte. O que vemos nesse relato é a Orlanda crescendo em consciência e se constituindo como sujeito histórico e, provavelmente, transformando também os seus oponentes que personificam o Estado.

Nesse processo todo, quando insistimos na transformação de nossas mulheres se constituindo como sujeitos históricos e sociais, não podemos deixar de ressaltar que os interlocutores delas sofrem o mesmo processo. Assim, consideramos que o Estado, na figura de seus secretários de saúde nesse caso, também se transforma e se atualiza com as demandas trazidas pelo movimento, que o obrigam a uma inter-relação com a população (JACOBI, 1989: 18).

Fermina também comenta.

“(...) (a gente) era taxada como desocupadas. Eu lembro que uma vez no governo Maluf teve uma pessoa que falou no microfone que era um bando de desocupadas, que não tinha nada o que fazer em casa, que eram mal amadas, até teve jato de água que jogou no movimento. Eles viam o movimento como pessoas que não tinham nada pra fazer, ‘vão pra casa!’. Acho que na gestão do Fleury, que não faz tanto tempo, teve uma pessoa que falou no microfone, ‘vão pra casa! Vocês não têm nada o que fazer?’, então era mal visto. (...) (Depois) mudou, eu acho que mudou. Com o passar do tempo o movimento

criou força e foi sendo respeitado também, e veio a lei do SUS que favoreceu o movimento. Hoje tem as leis, eles foram vendo a gente com outros olhos porque são obrigados a receber por conta da lei, foram ficando com medo do movimento, porque a gente poderia denunciar e ficaria mal pra eles” (Fermina)

Merece uma reflexão essa denegrição da mulher pautada sempre pelo espaço e pelos afazeres da casa. Não somente no MS, mas também em outros movimentos cuja participação das mulheres é significativa, as expressões “desocupadas” e “vai para casa” sempre aparecem, numa clara alusão à idéia de que o lugar da mulher é em casa realizando trabalhos domésticos. A sua presença no espaço público denota que ela está faltando com a sua obrigação de cuidar da casa.

Recorrendo à contribuição de Roberto DAMATA (1985: 12), apontamos aqui duas categorias sociológicas que nos parecem pertinentes para a compreensão desse fenômeno: a *casa* e a *rua*. Lembrando que o que se entende por categoria sociológica aqui é a idéia daquilo que uma sociedade pensa e institui como código de valores, aquilo que a sociedade vive e faz concretamente, num sistema de ação encharcado de valores. Para uma melhor compreensão, vejamos as palavras do autor.

“Quando, então, digo que “casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas” (DAMATA, 1985: 12)

Por essas considerações, com as quais concordamos, entende-se o universo da casa e da rua como espaços predefinidos de atuação social, cabendo à mulher o uso da casa e ao homem o domínio da rua. É por esses padrões que nossas mulheres serão julgadas em sua atuação no MS ao ocuparem a rua, o espaço social que, de acordo com essa visão, não lhe pertence, não lhe é legítimo. Por isso são mandadas de volta pra casa.

E também Ivoneide:

“(...) eu não saberia falar o que eles pensavam, porque eu também não estava preocupada, né” (Ivoneide)

Laconicamente, Ivoneide despeja nessa frase um monte de conteúdos, devolvendo para essa pesquisadora a inutilidade da pergunta feita. O que pensavam delas os dirigentes da saúde, para Ivoneide era o que menos importava. Consciente de sua atuação no movimento, importava o que ela estava fazendo, o que ela pensava, os valores que ela estava construindo nesse processo de contraposição e de renovação de valores.

A relação com os filhos e maridos nesse processo todo foi também um grande conflito enfrentado pelas mulheres do MS. Em seus depoimentos, muitas refletem sobre como encararam a situação e quase “comemoram” uma mudança obtida na postura do marido que, no processo da experiência, passou a apoiar as escolhas da mulher. No dizer de Orlanda.

“Olha! (A minha relação) com os meus filhos melhorou, porque eles sentia que eu estava feliz, mas com o meu marido, não Ele nunca gostou da minha participação. Eu falava que tava fazendo o que eu gostava e que já tinha trabalhado bastante e que eu também tinha direito de viver. (Mas gerou muito problema), muito, muito, muito! Eu não desistia porque era uma coisa que eu gostava e eu era responsável pelo que eu fazia. Ele falava que era serviço de pessoas que não tinham o que fazer, que imagina que isso ia mudar alguma coisa, que isso daí não era serviço de mulher que tinha família, que tinha que ficar em casa, que tinha que cuidar dos filhos, eu ficava assim até meio revoltada, porque toda a vida eu trabalhei fora. E meus filhos falavam ‘Ah! Se a senhora gosta, mãe, eu acho que a senhora deve ir, nós dá todo o apoio que a senhora quer’ e aí, pelos meus filhos... E eu sabia que eu tava aprendendo, que eu tava fazendo era coisa que eu gostava de fazer, que eu me sentia bem...” (Orlanda)

Apesar dos problemas com o seu marido, Orlanda acredita que sua vida melhorou desde sua entrada no MS.

“Mesmo criando problemas melhorou porque não adianta também você ficar obedecendo e não dar um passo pra frente. O importante é você falar ‘não, eu também sou gente, eu tenho o direito de viver, isso eu quero e isso eu não quero, eu não vou porque eu não quero e não fico porque eu não me sinto bem e eu vou porque eu gosto de ir e eu vou. Ache ruim ou ache bom, não vai mudar eu ficando e não vai mudar eu indo, mas indo eu gosto, então eu vou’.”(Orlanda)

É absolutamente rica a reflexão de Orlanda. Reflete todas as contradições, conflitos e indagações vivenciadas por ela no processo de militar no MS. Hoje, com a consciência de hoje, ela resume em afirmações aquilo que foram perguntas no passado e constrói uma argumentação lógica para justificar a sua saída de casa. Deixa transparecer que a sua vontade permeia a reflexão e define a decisão. Já que ela não pode mudar a atitude do outro, resolve arriscar mudando a sua. E vai.

Ivoneide, falando sobre o que sentem seus filhos e marido sobre sua participação, diz:

“Eu acho que eles não sabem muito o que tá falando, não, mas acho que eles se sentem muito orgulhosos. Eu lembro que a gente tava num ato lá na Paulista, em 91 mais ou menos, e o Luis trabalhava num prédio do lado da Fiesp, né, e eles foram pra janela e aí ele falava com a turma lá: ‘A maluca da minha mulher é a que tá falando ((pelo microfone) aí’ (risos). Agora, por que ele fala ‘a maluca’, vive falando desse jeito, né, porque ele gostava, né, senão nem falava (risos). Uma coisa que eu senti muito, né, (...) no dia... quando foi o ano passado que eu recebi o prêmio dos direitos humanos⁴³, que aí eu senti assim ‘nossa, pra eles foi muito legal’, e eles viram quanta gente que vem, né, e quanta gente que vê a minha importância no movimento, que foi um dos anos que a gente mais lutou, lá na Nossa Senhora de Fátima” (Ivoneide)

Num dia, um marido ouve de sua mulher dona de casa que ela está pensando em participar de forma mais atuante do MS, mas está em dúvida sobre isso. Afinal tem as crianças, o cuidado com a casa etc. Ele diz que é ela quem decide se quer ir ou não.

Alguns anos mais tarde, em plena Av. Paulista, o mesmo marido trabalhando num prédio ao lado da FIESP, percebe os ruídos de uma passeata e ouve a voz de sua mulher no microfone, gritando palavras de ordem e exigindo soluções das autoridades para as questões de saúde. Há alguns anos atrás, ele não pensava que isso pudesse acontecer. Agora, dá risada e a chama de maluca, comentando com os colegas sobre a situação.

Outros anos a mais e esse mesmo marido, juntamente com os filhos, assiste à homenagem que sua mulher recebe de um Centro de Direitos Humanos por sua luta em prol da saúde. Quantas mudanças ocorreram no cotidiano dessa casa? Quantas questões foram digeridas entre brigas e indecisões? E quanto se transformaram as pessoas envolvidas nesse processo, entre marido, mulher, filhos, parentes e vizinhos?

Às vezes, os maridos começavam a participar também de algum espaço de discussão como o sindicato, e o diálogo entre os dois contribuía para um aprofundamento das razões da participação no movimento. Fermina diz:

“O meu marido achava estranho essa coisa de eu participar, de levar a minha filha no colo pra participar, ele achava estranho, mas não era muito de questionar. E eu era muito certa, já deixava tudo certinho e pronto em casa. Mas aí o meu marido logo

⁴³ Trata-se de um prêmio concedido anualmente pela entidade Centro dos Direitos Humanos do Sapopemba (CDHS) Pablo Olalla, na Zona Leste.

começou a militar no sindicato dos condutores e foi tendo uma outra visão. Nunca tivemos grandes problemas, algumas coisas ele achava estranho, mas nunca me questionou. Mas também eu tomava muito cuidado, eu não dava muita satisfação, sempre dava um jeitinho de ir. Ele acostumou e hoje vou aonde quer que seja”

(.....)

“Eu aprendi que é possível mudar uma sociedade, uma comunidade, é só você querer. Eu aprendi que lutar é muito importante. No início o meu marido falava assim: ‘Ah! É bobagem, você não tá precisando disso’. Então eu aprendi no movimento que a luta não é pra mim pessoalmente, quando a gente almeja uma mudança na sociedade, a gente tem que contribuir de alguma forma pra essa mudança, eu acho que eu fiz e continuo fazendo até hoje. Se todo ser humano conseguisse de alguma forma contribuir, fosse com o quê na sociedade, esse mundo era mais feliz, as pessoas seriam mais felizes, teriam a sua autonomia, auto valorização, principalmente das mulheres.” (Fermina)

Na fala de Fermina, uma das estratégias criadas pelas mulheres para poder participar sem gerar muito conflito em casa: não dar muita satisfação e deixar todos os serviços da casa encaminhado para não ser cobrada nesse aspecto. O fato de o marido iniciar uma participação no sindicato estabelece um diálogo em outros patamares e a participação dela vai sendo cada vez mais aceita ou, pelo menos, não tão estranha aos olhos do marido.

Justelita conta sua experiência nesse sentido.

“Tive muito, muito problema com ele (seu marido). Ele brigava e gritava comigo pra não ir pro trabalho (?), porque você sabe, no movimento a gente acarreta muitos amigos e colegas e tudo, enfim, e ele é daqueles bem xucros, e ele falava que mulher não tem que conversar com homem, a mulher que fica com homem é safada. Só que ele viu que não é nada disso... (Hoje) ele mudou completamente, tem vezes que ele tá em casa e eu também e ele pergunta: ‘Hoje você não tem reunião não, menina?’, eu falo não. Às vezes eu chego e ele fala: ‘Nega, ligaram aí, acho que é da saúde’, aí ele esquece o nome, porque ele não escreve, né, ‘Ah! Quem foi?’, ‘Ah! Não sei não!’. Então ele mudou completamente, eu mudei ele, eu me mudei eu mesma, que achava que era aquilo ali e me mudei. Depois que eu me mudei, eu mudei ele.” (Justelita)

A argumentação de Justelita é muito elucidativa da situação vivida por muitas mulheres do MS. Elas iniciaram um processo de mudança e acabaram influenciando o comportamento de seus maridos.

Com relação aos filhos, Justelita diz:

“Não tive nenhum problema com os meus filhos, pelo contrário, hoje em dia todos eles nasceram dentro desse partido, hoje todo mundo é Partido dos Trabalhadores, o Carlos (Neder) que era médico, hoje ele não pode mais exercer, né, ele que cuidava dos meus

filhos, meu menino tinha um problema com pintura de casa e ficava ruim, ele que descobriu. Os meus menino são maravilhosos, todos me apóiam no trabalho” (Justelita)

As estratégias inventadas pelas mulheres para acalmar a insegurança dos maridos foram muitas. Fermina nos fala de uma particularmente interessante.

“Teve uma senhora em São Mateus, ela contou no movimento de moradia, né, porque eu fui fazer uma oficina de auto estima pra elas, ela contou um fato interessante. Ela disse que de repente ela descobriu que estava na menopausa e quando a gente tá na menopausa, os homens não entendem e a gente se dá ao luxo de falar o que pensa. E ela se aproveitou da menopausa, aí ele ia jogar dominó e quando ele chegava, ela tinha ido pra casa da vizinha, lá elas tinham batido papo e ela chegava oito, nove horas, ‘mulher, onde você tava, você não pára em casa!’, ‘Ah! Meu véio, é a tal da menopausa, eu esqueço as coisas’. E ela se aproveitou disso. Depois ela foi pra luta e o marido se acostumou. Quer dizer, nessa parte a mulher é criativa, sábia” (Fermina)

O cotidiano é imensamente rico desses detalhes. Dentro de um contexto desfavorável, sob a autoridade do marido, essa senhora busca um subterfúgio criativo e até divertido para escapar à pressão do lar. Esses mecanismos subterrâneos de contrapoder, invisíveis num primeiro momento, a nós se agigantam vistos num processo de crescimento da consciência do sujeito se fazendo, se constituindo, inventando novas formas de viver no dia a dia.

Graça, por ser separada do marido desde o início de sua militância, não enfrentou os mesmos problemas que suas companheiras. No entanto, com relação a filhos e netos, teve seus momentos de sentimento de culpa pela ausência prolongada das festas e encontros da família. Ela diz:

“A princípio implicância nunca houve, houve sempre um respeito maior por mim (...), porque eu fazia alguma coisa e isso era importante desde os (filhos) pequenininhos até os mais velhos... (...) Eu percebia neles que era muito importante que eu havia saído de dentro de casa, tava fazendo alguma coisa importante que eu gostava de fazer e que era para o bem de muita gente. Eles tinham muito orgulho de mim por isso, todos eles e até hoje quando eles falam nisso, eles falam com muito respeito. Agora tinha outra parte que eu ficava muito em falta com eles, muitas vezes meu primeiro café era na rua, não tinha hora, não tinha dia, não tinha domingo, né? Então às vezes, muito aniversário de neto eu não ia, ou quando ia, eles corriam pra partir o bolo porque eu tinha que ir pra tal lugar daqui a pouco, ou, às vezes, nem chamava as crianças pra participar, ‘não, a vó tem que sair’, então aquilo me deixava muito em falta com eles. E muitas vezes eu nem ia, quando ia, ia com pressa. Então eu me sentia muito em falta com eles, meus filhos, meus netos, meus amigos, ficava muito tempo sem visitar meus amigos, ficava muito sem visitar minha irmã, minha família, ficava muito tempo... ficava anos sem visitar as pessoas, e aquilo me incomodava muito” (Graça)

Na mesma linha de reflexão, Aninha também faz um “mea culpa” sobre as relações familiares, sua vida pessoal e a militância. Refletindo sobre se mudou alguma coisa com relação a marido e filhos, Aninha diz:

“Ah! Mudou, eu abri mão de tudo isso, é o sentimento que eu tenho, eu abri mão de tudo isso, eu não tinha preocupação com a família. (Isso não foi bom) porque a família tava sempre no último plano, marido também, assim, não era prioridade, é isso, eu não tinha prioridade. Isso eu também tava falando com a Zulmira, quando ela parou de militar, ela entrou em depressão, ao contrário de mim, ela entrou em depressão. Ela falou ‘vou descer o pé no freio e vou parar’. Ela achava que tinha que surgir novas pessoas, que o movimento tava envelhecendo junto com as pessoas. O fato da Zulmira é simbólico, porque ela representa o nascimento do movimento, então quando ela decidiu em 94/95 parar de militar (...) pra ela foi ruim, porque ela se sentiu culpada de ter abandonado tudo isso, mas tinha necessidade física, ela foi até uma idade, 70 anos, e depois ela foi descobrir que podia, que a fase dela era outra, ela teve contato com o movimento da terceira idade quando ela foi pra Ubatuba, ela descobriu que o corpo dela pedia isso, a cabeça... E ela fala ‘ai, Aninha, é tão bom ter descoberto isso depois que eu passei a fase da depressão, porque eu consegui entender isso, a minha contribuição é desse jeito, no meu ritmo, no meu tempo, eu namoro o Ademar mais, eu tenho mais tempo com a minha família’. Eu fui entendendo isso, eu saí da assessoria do Roberto, fiz uma opção totalmente ao contrário, mas entendo que eu precisava era ter um tempo com a minha filha, a minha família é a minha filha, a Marina, ir embora e tudo o mais, e eu me sinto super satisfeita, tenho saudade (do movimento), claro né (...) mas eu não quero perder esse tempo da minha vida, estou com 45 anos, não quero perder esse tempo, quero recuperar isso, ter abandonado a família, abandonado projeto de casamento em função da militância” (Aninha)

Dá para perceber no relato de Aninha as tensões vividas durante todo o processo de militância. Apesar de toda uma avaliação positiva sobre sua experiência pensada hoje, o lembrar traz à tona as contradições sentidas enquanto as opções eram feitas no cotidiano. Nem sempre é suportável o ônus que se paga pelas escolhas. Aninha reflete sobre seus conflitos citando o caso de outra companheira do MS que também sofreu grandes contradições ao deixar a militância. E continua.

“Teve um período, há uns quatro anos atrás, que eu pensei: ‘acho que tá na hora, não de pendurar a chuteira, continuo acreditando na organização, na necessidade, mas eu resolvi fazer uma opção ao avesso da que eu fiz há 24 anos, quando eu comecei a participar’. Eu descobri que, assim, pensar em salvar o mundo não tem resolvido uma série de coisas. Comecei a pensar em responsabilidades mais familiares, tenho tentado me dedicar a esta tarefa, mas está difícil. Tanto sair de São Paulo, mudar da cidade de São Paulo, morar em Sumaré, teve muita importância nessa decisão, porque eu não conseguia fazer isso morando em São Paulo, então foi isso... (...) eu achava que a gente

reunia, reunia, reunia, reunia e reunia, toda hora, sábado, domingo, semana à noite, em casa quando a gente chegava, continuava amarrada nessas reuniões, porque sempre tinha tarefas particulares, contatos, enfim... (tinha) poucos momentos na minha vida particular, era sempre assim, amarrada em militância, trabalho político, eu nunca sentia que a gente dava conta de ampliar esse movimento, o sentimento que eu sempre vinha pra casa, final de semana depois de uma reunião grande, era sempre de que a gente era sempre as mesmas pessoas. Quando eu decidi ir embora, aconteceu um negócio superlegal, que eu acho que foi o maior presente que eu pude ter nesses anos todos, foi me dar conta de que essa tarefa a gente fez. A gente em 2002 começou a eleger conselhos gestores nas unidades básicas de saúde (...) só que só eleger também não valia a pena, a gente conseguiu garantir um curso de capacitação dos conselheiros de saúde que aconteceu em 2003 (...) o encerramento do curso terminava com uma aula do MS, com a história do MS. (...) aí a Ivoneide me liga (...) ela não teria condições de ir, eu teria que ir no lugar dela. (...) Foi super legal, eu fiz uma retrospectiva de tudo eu falei um pouco, aí eu fui contando, contando e no final eu falei dos desafios do movimento, aí eu comecei a olhar para as pessoas... (...) tinha 60 pessoas (...) e comecei a me dar conta que eu tava falando com um tanto de gente nova, gente que chegou naquele momento, boa parte deles com a mesma paixão, com a mesma vontade que a gente, aí me deu uma emoção na hora, aí eu me toquei 'caramba, daqui a uma semana eu to indo embora, eu vou pendurar a minha chuteira, vou cuidar da minha vida, mas eu to vendo que a gente cumpriu uma etapa legal de renovar o movimento, eu tenho certeza que daqui há 10, 20 anos vai ta fazendo a mesma avaliação, porque o movimento é esse movimento mesmo, ele se renova. Enfim, essa parte foi um presente super legal na minha despedida" (Aninha)

Entre a decepção de considerar as reuniões do MS repetitivas, ineficazes e não renovadoras ("a gente era as mesmas pessoas") e a alegria de ver só gente nova no curso de capacitação para conselheiros gestores, Aninha deixa entrever as dificuldades inerentes à própria dinâmica do movimento social: crescimento, estagnação, renovação, retrocessos, avanços

Ivoneide também fala de suas indagações sobre o bom e o ruim do movimento, mas termina com uma avaliação positiva ao lembrar de um momento muito delicado de sua vida, quando recentemente teve um câncer de mama.

"Olha, eu sempre fui muito otimista com relação ao movimento, né, eu acho que ia ser uma coisa gradativamente, pra mim foi sempre uma coisa muito gratificante, acho que não tem um... uma coisa assim... um momento que fala assim 'esse foi um...', não, eu acho que até hoje eu não me decepciono de estar no movimento. Tem dia que a gente fala 'aah, será?', aí você vai ver que vale a pena, né. Agora o que eu acho que me ajudou muito a tá na luta do movimento e pra vencer foi num momento quando eu fiz a cirurgia, né, eu tive um câncer no seio, e com certeza esse conhecimento me ajudou, esse conhecimento de saber que, assim, eu tenho direito... Por outro lado você tem a família, que pra mim é fundamental, mas você tem um objetivo na sua vida de falar 'olha, eu tenho que vencer, eu tenho que vencer porque eu quero continuar a minha vida, né, não é porque tirou que eu vou... não, eu quero continuar a minha vida" (Ivoneide)

Num dos momentos mais importantes e frágeis de sua vida, Ivoneide busca força na família e na própria experiência acumulada no MS, não só porque adquiriu conhecimento para saber que tem direitos de ser atendida pelo SUS, e muito bem atendida, mas também porque o movimento representa uma luta da qual ela não quer desistir.

Um outro aspecto muito importante refletido pelas mulheres do MS é a questão do trabalho. O fato de muitas delas não trabalharem de forma remunerada na época do início da militância adquiriu extrema importância na medida em que significou a dependência econômica em relação ao marido, agravando mais ainda os conflitos em função da participação no movimento. Vendo o caso de Fermina, notamos que o fato de ela costurar a época de sua entrada no movimento, resultou-lhe numa certa tranquilidade para convencer o marido de sua participação.

“Eu sempre trabalhei em casa, trabalho informal, sempre fui costureira, trabalhava pra fábrica, trabalhava sob medida, nunca parei de trabalhar, sempre tive o meu dinheiro, até por isso eu não brigava com o meu marido pra sair pra militar, tinha o meu dinheiro pra comer o lanche, pra pegar o ônibus. Era mais difícil na época porque eu tinha que conciliar o trabalho com a militância, mas, ao mesmo tempo em que era difícil, facilitava a minha situação financeira, porque era dali que eu tirava a ida ao cinema, sorvete com as amigas, as crianças, desse meu trabalho, porque eu não precisava gastar o meu dinheiro de casa. Então, isso me ajudou e eu sempre consegui conciliar as coisas, então foi bom” (Fermina)

Hoje Fermina trabalha como assessora de um deputado estadual.

“(...) esse trabalho que eu tenho hoje, foi devido à militância, porque eu conheci a política, comecei a discutir politicamente as questões, tanto de saúde como de tudo, né, e foi isso que me levou a estar trabalhando numa coisa completamente diferente” (Fermina)

Algumas das mulheres entrevistadas tiveram no MS uma possibilidade de remuneração, devido a projetos que liberavam algumas de suas integrantes para se dedicarem à organização do movimento. É o caso de Graça e Ivoneide.

“Eu trabalhei no MS remunerada, lá na coordenação do movimento. A gente era um grupo de mulher que fomos as primeiras a ser remuneradas no MS, tinha aqueles grupos que se formavam depois, mas a gente, como era lá da coordenação, a gente sempre foi remunerada. E depois de terminarem os projetos, eu vim pra casa, fiquei dois anos em casa, aí eu fiquei cuidando das crianças (netos)” (Graça)

Sobre esse trabalho comenta:

“Não foi novidade trabalhar, não, já trabalhava antes aqui no bairro. A participação, mudança de pensamento, liberdade de expressão... essas coisas sim” (Graça)

Ivoneide, em trechos anteriores, nos contou de suas experiências de trabalho quando era solteira, ainda em SBC. Mas depois de casada, nunca mais tinha trabalhado fora de casa e, a partir do MS, essa questão volta a se colocar.

“Eu acho que é assim, o movimento ensina a tomar algumas decisões, né, que, às vezes, você só dentro de casa não conseguiria fazer... Eu acho assim, tomar uma atitude pra ir trabalhar fora, eu acho que... com certeza o movimento te ajuda a não aceitar mesmo, não aceitar ficar com o esposo as vezes que o casamento impõe, ficar só naquela vida dentro de casa, ela vai... (...) eu já tinha tido até chance de trabalhar fora, mas assim, aí eu priorizei o movimento, que eu tinha as crianças pequenas, né, (...) e hoje, ser assessora parlamentar, né, é exatamente por eu ser do movimento. Não vim pro movimento a partir de estar no PT, ou de ser assessoria, né, pelo contrário...” (Ivoneide)

Ivoneide trabalha hoje na assessoria do vereador Carlos Neder do PT, desde o início de sua carreira política. Assim como ela, outras quatro das entrevistadas (Fermina, Aninha, Cláudia, Justelita) desempenham hoje, ou já desempenharam, a mesma função para diferentes mandatos parlamentares, sempre dentro do Partido dos Trabalhadores. Isso reflete uma realidade razoavelmente comum no MS, a partir da década de 80, ou seja, o fato de várias mulheres do movimento terem se tornado assessoras de instituições parlamentares ou mesmo de secretarias de participação das gestões municipais petistas da cidade de São Paulo. Essa prática tem sido refletida, questionada e, quando não, condenada por muitos, dentro e fora do movimento que vêm com preocupação e apreensão esse vínculo entre movimento e instituições parlamentares, prevendo ou denunciando uma possível cooptação do movimento pelos mandatos em questão.

Ao ser questionada sobre essa situação, Aninha diz:

“(O trabalho de assessoria) não interferiu (na autonomia do movimento), porque assim, depois de muitos anos, algumas pessoas do movimento, lideranças do movimento se tornaram assessoras, foram trabalhar em assessorias de alguns parlamentares, Adriano Diogo, Neder, eu mesma desde 86 eu fui trabalhar na assessoria do Roberto Gouveia, tinha acabado de se eleger deputado estadual, fui convidada (...) porque achavam que eu tinha um perfil pra assumir uma tarefa de ajudar no trabalho burocrático dentro do gabinete, e no final de semana, ia fazer a minha militância, não interferia em nada. Algumas pessoas depois de um tempo eram assessoras parlamentares com tempo liberado para terem atuação também dentro do movimento, que é o caso da Ivoneide, que é o caso da Celina, que é o caso de um tanto de gente do MS. (...) Eu via, eu assim,

dentro do gabinete, um papel de facilitador das informações, um elo de informações, é claro que isso é privilégio, falo privilégio do ponto de vista político, porque a pessoa convive 24 horas do seu tempo respirando política, principalmente se for um mandato, que é o caso do Neder, que é o caso do Eduardo (Jorge), do Roberto (Gouveia), em relação a esses três mandatos, essa questão da saúde é o máximo. Pro movimento isso sempre foi uma coisa muito grande, era como se fosse outra assessoria” (Aninha)

A fala da Aninha mostra que havia, no início, um grupo de pessoas que acabaram participando de forma mais burocrática dentro desses gabinetes e, mais tarde, surgiu a idéia de ter assessores trabalhando com algum parlamentar e que tivesse, dentro de suas atribuições, o papel também de assessorar o movimento, inclusive com tempo liberado para isso. Era como uma ponte entre o mandato em questão e o movimento. Vale lembrar que este mecanismo funciona até hoje dentro do MS.

A avaliação positiva da Aninha sobre isso é compartilhada com Cláudia em seu depoimento.

“(...) Tem no meio do caminho aparecido muitas coisas, por exemplo de muitas lideranças acabam ser pessoas que tinham alguma relação com o mandato, tem que tomar um cuidado enorme para não interferir na autonomia do movimento. Eu me policio o tempo inteiro com relação a isso, agora, já tem outros que não, já tem outros que vêm pra dentro do movimento exatamente para isso, e essas coisas vão barrando, porque aí você tem pessoas com condições desiguais, né. Uma pessoa que é remunerada para militar, que pode militar, usa parte do seu tempo pra isso (...) com pessoas que sequer têm dinheiro para pegar o ônibus para ir na reunião. Não tenho essa visão, acho que é coisa de ingenuidade, não, então não pode ter pessoas do movimento? Pelo contrário, ainda é o que assegura criar algumas condições” (Cláudia)

Mais do que legítimo, Cláudia vê nesse mecanismo uma possibilidade de, inclusive, assegurar as condições de existência mesma do movimento atualmente. No entanto, esta questão não foi sempre vista de forma tão otimista assim e, hoje, inclusive, representa um dos pontos de maior questionamento dentro do próprio movimento.

Em pesquisa recente feita pelo MS, cujos resultados são ainda preliminares e estão em fase de uma melhor sistematização, um dos problemas apontados pelos entrevistados foi o das assessorias parlamentares, vistas por muitos como um dos responsáveis pelas disputas e formação de grupos dentro do movimento, além de cooptações e perda da autonomia do movimento. Sobre isso, comentaremos mais adiante.

Sobre as tensões vividas a partir dessas questões, Aninha reflete sobre um episódio.

“Uma coisa que o movimento da leste tinha, que eu lembro na época do governo da Luiza Erundina, eles faziam distinção, quem tava em assessoria do governo da Erundina e quem estava na assessoria parlamentar. Teve uma vez que as pessoas me discriminaram por isso e eu enfrentei, foi apontar a gente como técnico, ‘ah, vocês não são do movimento, vocês são técnicos’, técnico porra nenhuma, eu continuo no movimento da mesma forma, e as pessoas tinham isso. Teve uma época que no movimento da Sudeste (...) que o movimento falava assim ‘vocês, se forem técnicos, não são do movimento’. Isso foi muito ruim, perdeu um tanto de gente legal que reconhecia na gente uma fonte de energia pro trabalho deles e tudo mais, algumas pessoas se afastaram, a Regiane foi uma das que se afastou, alguns a gente teve que recuperar depois de um tempo, tudo por achar que o movimento poderia ser cooptado” (Aninha)

Muitos assessores de gabinetes, ainda que inicialmente podendo ser considerados técnicos, ao conhecerem o MS, quiseram participar dele e contribuir além da sua função enquanto profissional na área técnica. Com essas pessoas o movimento, por vezes, acabou criando um certo distanciamento ao nomearem os que são ou não do movimento. Era, talvez, uma forma de auto-defesa; o caso é que havia os que concordavam com esta postura e os que discordavam, como é o caso da Aninha, por ver aí uma limitação para o próprio movimento que, ao tentar se preservar perde muitas pessoas que poderiam contribuir.

Por outro lado, aqueles que, sendo do movimento e, exatamente por isso tendo sido chamados a participar de alguma assessoria, também, segundo Aninha, acabaram sendo chamados de “técnicos”, provocando aí um conflito que mostra as dificuldades e tensões vividas no processo de crescimento do movimento.

Carlos Neder em seu depoimento analisa esse processo.

“Na medida em que nós (Eduardo Jorge, Roberto Gouveia, Carlos Neder) começamos a conquistar mandatos parlamentares, abriu-se espaço para que lideranças populares viessem a se transformar em assessorias destes mandatos parlamentares, novamente gerando conflitos de opinião e mais adiante se abriu espaço pra que elementos populares disputassem elas próprias mandatos eletivos, com ou sem sucesso. Então, esse foi um assunto que nunca foi bem trabalhado no movimento, no movimento como um todo, até hoje há controvérsias em relação a isso. Eu tenho um entendimento de que esses espaços são resultados da luta, é legítimo que essas mulheres, essas lideranças ocupem estes espaços, mas também nós não queríamos que os movimentos populares ficassem subordinados, atrelados ao aparelho do Estado. Nós também não podemos permitir que o movimento fique subordinado ao parlamento ou a determinado mandato, isso gerou uma série de problemas na medida em que diferentes mandatos passaram a ter influência dentro do movimento e não tiveram a compreensão da importância de representar estes movimentos. (Carlos Neder)

A reflexão de Ivoneide sobre esta situação nos ajuda a pensar em alguns aspectos.

“(...) o movimento, acho que a gente pega muito... muita disputa que eu acho que uns anos atrás não tinha, né, (...) eu fui na Unifesp fazer uma aula, a gente tava dando um curso pra médico, enfermeira, dentista do PSF (Programa de Saúde da Família), e eu fui lá falar do MS, né, e aí, assim, eu ouvi gente falar ‘olha, ela vem do conselho gestor porque ela é assessora de parlamentar do PT, e tá lá simplesmente porque o parlamentar mandou ir’, e eu falava pras pessoas ‘isso vai acontecer e cabe à gestão da unidade não deixar acontecer’, porque, assim, oportunismo vai ter em tudo que é lugar, agora, é duro a gente ouvir isso, né. E essas mesmas pessoas que com certeza entraram no conselho quando o PT estava na administração, que foi mandado pelo parlamentar, com certeza não está mais lá, né. Então, eu acho que essa coisa de ... disputa, elas vão se dando que é uma coisa ruim, né, porque eu não acho que a disputa é uma coisa ruim, mas quando é disputa pela disputa, de não crescer e não deixar as pessoas crescer, é muito ruim, porque com certeza essas pessoas às vezes não tão mais... nem no PT. Agora, que nem eu falei pra você, ela enquanto usuária, ela tem direito, pode ser assessora ou não, ela tem direito. Agora, eu acho que as pessoas também percebem que tem gente que não consegue ajudar o movimento porque nunca participou, né” (Ivoneide)

Essas questões todas foram se complexando conforme o MS crescia e fazia interlocução com outros sujeitos sociais como o Partido dos Trabalhadores. As tensões sempre existiram, mas vão se tornando cada vez mais complexas, na medida em que a atuação do movimento também se intensifica e se agiganta. Os problemas relacionados às assessorias parlamentares dentro do movimento não existiam quando Justelita viu no nascimento do PT um instrumento do qual o movimento poderia se servir para ter representatividade no aparelho do Estado, mas eles surgiram com o tempo, desafiando a capacidade do movimento em lidar com as tensões e dificuldades inerentes ao processo. Há perdas e ganhos nesse caminho; muitos se afastaram, outros chegaram. Aquilo que parecia o mais natural possível, que era as lideranças do movimento ocuparem alguns cargos de assessoria no intuito até de fortalecer o movimento, num determinado momento se inverteu e, agora, alguns representantes do partido vêm para o movimento, não para somar forças, mas para disputar poder.

Ivoneide em sua fala denota que há sempre uma disputa de poder, que ela considera legítima sempre que não seja a luta pura e simples pelo poder. O que ela quer dizer, e que se apreende inclusive de outras falas dela, é que, ainda que todos os que integram algum gabinete parlamentar na categoria de assessoria sejam pessoas que vieram através do movimento, e esteja aí pelo bem e crescimento do movimento, ainda assim existe aí uma disputa, só que sadia na medida em que representa a luta entre várias visões e entendimentos sobre como encaminhar as questões da saúde.

Essa teia de relações complexas que hoje permeia o MS atesta a complexidade, a multiplicidade e a diversidade com as quais nos deparamos sempre nas relações sociais. Toda essa complexidade é construída pelos sujeitos históricos que compõem o emaranhado social e é rica em significados. Nossas mulheres, quando iniciaram o MS, foram tecendo fios entre si e com outros, estabelecendo relações que, de tão entrecruzadas se fortaleceram, mas ao mesmo tempo criaram alguns nós difíceis de serem desatados. Hoje refletem sobre esse emaranhado e pensam em novos caminhos. Novamente.

Este e tantos outros assuntos têm representado até hoje questões importantes e não resolvidas para o MS. Problemas como a divisão do movimento em grupos políticos, a dificuldade de mobilização, a falta de apoio da Igreja Católica, tudo isso contrasta com as memórias relatadas dos “tempos áureos” do movimento, grandes passeatas e grandes caravanas às Secretarias da Saúde. Nas palavras de nossas mulheres, as frustrações, os medos e as esperanças no fluir desse processo atual.

Fermina aponta para algumas questões.

“(Com a dificuldade de fazer projetos de tempos pra cá) aí, por isso o movimento... aí as pessoas precisaram... o custo de vida ficou mais caro, as pessoas precisaram ir trabalhar, muitas pessoas que militavam no MS foram para o mercado de trabalho, algumas foram trabalhar como domésticas, outras foram olhar os netos pros filhos trabalhar, muita gente se afastou por conta disso e outros se aposentaram e mudaram da leste (...) Por isso eu digo que o movimento perdeu muito quando houve essa mudança da visão, que aí se misturou política com o movimento, eu me incluo, nós não soubemos trabalhar essa questão, nós nos dividimos, porque eu não acho que é culpa de um ou dois grupos, a culpa é do coletivo, porque assim como a gente começou há 30 anos atrás com essas pessoas que nos vieram ajudar (ela se refere aos sanitaristas) e hoje eles estão no poder, que ótimo que eles estão no poder, não teria que haver divisão, eles estando no poder é que deveria haver a junção pra continuar a luta. Nós nos dividimos e isso o movimento perdeu muito, e não sei se um dia a gente vai recuperar”(Fermina)

Orlanda faz duras crítica ao movimento atual neste aspecto.

“Hoje o movimento não funciona. Até porque a maioria do povo que hoje atua no movimento é ligado a algum partido, é funcionário. Na época que eu participava era mais um movimento autônomo, não tinha essa de partido, de pessoas que está aí no poder comandando. A gente era um povo que reivindicava com o secretário, hoje os secretários vêm fazer movimento? É complicado, né? Não é isso? Então eu não sei... vejo hoje bem sem sentido quase, porque os próprios funcionários fazendo movimento para melhorar?” (Orlanda)

Orlanda, em passagens anteriores, comentou positivamente sobre sua participação no PT e a ligação entre os integrantes do movimento e o PT, inclusive participando de campanhas eleitorais. No entanto, nesta sua fala, não vê com bons olhos a vinculação existente hoje, porque a vê como funcional, uma vinculação que compromete a autonomia do movimento e sua própria identificação. Ela desacredita da legitimidade do movimento atual e enaltece uma pretensa autonomia do movimento no passado.

O fato é que no início do movimento, antes mesmo do surgimento do PT, era mais fácil identificar, na luta, quem era quem. Havia um *Nós* (MS) e um *Outros* (políticos, governo, ricos, patrões etc) e por mais que fosse difícil organizar o movimento, havia clareza sobre os inimigos e os aliados. Agora não. Alguns dentre nós viraram governo, alguns dos outros vieram para o movimento e o trânsito entre esses espaços delimitados de poder e medição de forças tornou-se confuso, a ponto de Orlanda identificar hoje no movimento um grupo de funcionários do governo que fingem fazer movimento.

Graça faz uma avaliação muito semelhante.

“Hoje eu to fora, a questão do movimento eu acho que não existe mais aquele movimento que eu participei, as pessoas que fazem o trabalho que eu fazia de estar no posto, hoje eles são funcionários, são agentes de saúde, eles recebem da secretaria, então eles não estão ali pra brigar por alguma coisa que eles dependem, e nós tínhamos uma independência financeira que não dependia das autoridades e nosso jeito de agir era outro, tinha liberdade porque não dependia deles para sobreviver. A minha nora ela sofre muito, porque ela vê coisas que queria mudar, mas eles são funcionários, eles recebem de lá, então como eu vou beliscar a mão que tá me pagando? A gente não, quando a gente ia lá, não ficava devendo nada pra eles, nem dependendo de nada, a gente tinha consciência disso” (Graça)

Provavelmente Graça se refere aos agentes comunitários de saúde, criados com a intenção de se estabelecer entre a comunidade e a UBS um modelo de atuação de saúde que pudesse ser uma ponte entre um e outro. Os agentes comunitários, selecionados num processo a partir da própria UBS, por conhecerem a realidade do bairro, fariam um trabalho de visitas e acompanhamento às famílias atendidas, criando um elo mais humano e direto do posto com a população. No entanto, a atuação desses agentes de saúde permaneceu no âmbito estritamente profissional quase sempre e não representaram um aliado do MS, como se pretendia, devido principalmente ao seu caráter de vínculo empregatício que limita a ação reivindicatória pelo medo da dispensa.

Zuleide, laconicamente, assim se refere ao MS hoje:

“Não, hoje o povo não participa. Eu vejo tudo parado” (Zuleide)

Justelita, ao contrário, solta o verbo:

“Pra ser bem sincera, de vista, quando a gente começou e como está hoje, tá péssimo! Em primeiro lugar, quando a gente começou o movimento, nós... o pensamento era um, o meu continua o mesmo até hoje, só que a coisa vai crescendo, outros vão entrando pro movimento e vai tendo pensamento diferente e nesse pensamento é aonde vai quebrando a força, tá quebrando a força, a do movimento. Primeiro lugar, a gente pra ser do conselho de saúde tem que ter um parceiro, nós usuários com a diretoria ou do hospital ou do posto, parceiro de discutir coisa técnica, como está funcionando e como vai funcionar. Não se aliar como amigo, porque o conselho de saúde se aliando como amigo com a diretoria, o conselho quebra. Eu vou te explicar porque, um exemplo: você é a diretora do hospital, um conselheiro se alia a você, mesmo que ele veja que você tá fazendo alguma coisa errada, ele se omite na hora de te cobrar, pela amizade que ele tem com você, e é por isso que o conselho de saúde tá quebrado... Tem muita gente sendo cooptada por causa da amizade (...) porque se a gente é eleita pelo povão, a gente tá sendo eleita pra defender o povo e não o funcionário público (...) eu não tenho rabo preso com ninguém, nem com político, nem com doutor, nem com ninguém, eu tenho rabo preso sim com o povo como eu, eu fui eleita pra defender eles”. (Justelita)

Justelita fala também da divisão do movimento e atribui tal fato às amizades que vão se formando entre conselheiros e diretorias de unidades de saúde. No seu entender, o conselho tem que agir em parceria com as direções técnicas, em busca da superação dos problemas e as responsabilidades devem ser cobradas e as denúncias devem ser feitas. A amizade não pode atrapalhar o verdadeiro papel do conselheiro que é o de defender os direitos do povo usuário.

A amizade tem sido hoje, realmente, uma forma de cooptação por parte de algumas direções, sobretudo com relação à formação dos Conselhos Gestores de Saúde. Sendo previstos por lei, as direções são obrigadas a implementá-los e, para sua garantia, acabam convidando pessoas “amigas” dentro do bairro para comporem o conselho. Talvez a troca de privilégios, ou apenas através da amizade, conseguem criar um conselho inócuo no que tange à representatividade popular, que não representa efetivamente a população e não tem poder de decisão. O mesmo muitas vezes acontece na representação dos trabalhadores no Conselho Gestor.

Cláudia também faz uma longa reflexão sobre os impasses do MS hoje.

“(...) e foi vendo depois com o tempo que, assim, durante um período ele se torna muito presente, muito forte, o movimento, e depois começa a ter sua decadência, como o próprio nome diz, né, movimento, você tem seus altos e baixos... Um momento que você tá conquistando ‘eu fico no movimento’, quando tem um momento que você não tá conquistando alguma coisa, tá lá embaixo, sobram poucas pessoas que abandonam o barco (...) Hoje eu digo que de 1999 pra cá, como movimento para se manter, ele não basta ter as bandeiras de luta, tem que ter condições para as pessoas poderem atuar. Em São Paulo é meio cruel nesse sentido, porque as pessoas para poderem participar de uma reunião, elas gastam quatro reais. Numa cidade pequena, talvez você possa participar de tudo, mas em São Paulo, você pra lutar você já paga. Você já tem que pagar para poder participar, e isso já vai dificultando. E aí o movimento tem que ter uma organização muito forte pra conseguir fazer atividades que tenha grana para conseguir, pelo menos, bancar os passes das pessoas para ir e voltar. Então, no bairro dela, na vila dela é fácil, porque ela vai no posto, vai nisso, naquilo, mas isso é restrito, você não pode ficar só no local, você precisa ver o regional, você precisa entender a cidade, e da cidade você precisa entender a política de saúde, isso te remete, então... Na hora em que a pessoa tá crescendo, ela é obrigada a voltar pro ninho. (...) e aí, em cada lugar a compreensão é de um jeito, de ter condições de manter vivo aquele movimento, ter recurso pra garantir, então precisa... Tem a reunião da região, alguém tem que ir, ou várias pessoas, então, como é que a gente tem um fundo para garantir pelo menos? Aí vai para uma reunião na cidade que é importante, tem que ir lá lutar, ou você tem uma caravana e todo mundo ajuda a pagar, pra todos entrarem ali, pra poder demonstrar força, falar ‘olha, não é a luta de um ou dois’, isso tem um custo. Ou se a pessoa vai sozinha representar aquele grupo dela, já não é mais dois reais, porque se pegar um ônibus e um metrô... Então passa a ter custo lutar pelas coisas, então não pode dizer que é só consciência, não é. A pessoa sabe exatamente o que ela quer, o porquê que ela luta e, às vezes, não tem as condições para lutar por aquilo” (Cláudia)

Na avaliação da Cláudia, há uma dinâmica própria do movimento que inspira um fluir e um refluir dependendo do contexto histórico, dependendo das circunstâncias. Essa inconstância se reflete, sobretudo na participação das pessoas dentro do movimento e faz com que algumas saiam quando já viram algumas conquistas, enquanto que outras permaneçam, na medida em que vão ampliando sua consciência. Chama a atenção para o fato de que só bandeiras de luta e consciência não dão conta de manter o movimento vivo. Há que se ter uma organização forte, estrutural, para dar condições às pessoas de participarem.

Outro ponto levantado por Cláudia que vem no sentido de justificar a desmobilização do movimento é também um certo comodismo das pessoas em participar do movimento devido ao fato de já possuírem uma infraestrutura de saúde “pronta”, ainda que insuficiente.

“(...) (tem também) muitas pessoas de extrema pobreza que também não entendem seu papel de ir lá lutar por aquilo, quer encontrar pronto. E a gente brinca que, vamos

supor, ‘e aquelas mulheres? E os filhos delas?’ Talvez aí se encontre o comodismo, porque todas essas mulheres e essas lideranças, quantos filhos de algumas delas se envolveu com o movimento? Pode ter vários motivos, talvez um é: ‘Eu não quero de jeito nenhum porque minha mãe me largava, abandonava os filhos pra poder lutar’. E outro, assim, encontrou tudo pronto, esses filhos e esses netos hoje já encontraram a rua asfaltada, já encontraram o posto, a educação, o telefone, a iluminação, já encontraram tudo pronto. Talvez a gente tenha hoje que perceber que o remédio que fará as pessoas se envolverem é lutar, não só pela saúde, pela educação, por tudo, né” (Cláudia)

O apoio da Igreja tão fortemente sentido nas décadas de 70 e 80, hoje, onde existe, já não é mais nos mesmos moldes, dificultando com isso a atuação dos movimentos. Assim diz Fermina:

“Na época (no início do movimento) todas as pessoas do movimento vieram da base eclesial. (...) No início, essa relação (entre Igreja e movimento) era boa, todo mundo partilhava das mesmas idéias, depois é que entrou as questões políticas e... as pessoas mudam, né. A Igreja também praticamente fechou as portas lá pelos anos 80/90, as pessoas não se reuniam mais na Igreja, com a mudança das políticas, os padres não aceitavam mais. Assim, a Igreja teve lá suas mudanças, as pessoas também e começaram a se reunir em suas casas, nas amigas, nas associações...” (Fermina)

E também Orlanda.

“(...) porque hoje os padres que a gente tem aí eles acham que tem que ter a pastoral do enfermo, para levar cesta básica, para levar uma palavra, para leva comunhão para o doente e o movimento de saúde não via desse jeito, o movimento de saúde achava que aquela família tinha que estar junto de nós para reivindicar melhorias para ele. E o padre que tava ali ele também falava isso, a gente tem que ir sim visitar o doente, porque primeiro foi a pastoral do enfermo, primeiro de tudo, depois que veio o movimento, a gente tem que ir visitar, mas tem a família também que participar...” (Orlanda)

A consciência adquirida na prática do MS fez essas mulheres apontarem para soluções mais políticas com relação aos problemas de saúde vivenciados na comunidade. Com a chegada de padres com outra orientação, propondo a volta para uma prática assistencialista apenas, a população mais consciente vai se afastar. Isso resulta num enfraquecimento para o movimento também.

Ivoneide também se ressentiu do fato de a Igreja não ser mais tão atuante quanto antes, mas reconhece que, pelo menos em sua região, ainda há uma ligação importante entre igreja e movimento o que permite, ainda, a utilização de espaços religiosos para a realização das reuniões do movimento.

“(...) eu não vejo a Igreja hoje tão participativa como ela era antes, né, mas, de qualquer maneira, assim, a gente tem o espaço aberto, né, tanto que as nossas reuniões são na Igreja, né. Só que, há uns anos atrás, (a Igreja) falava mais de MS, tanto que a gente sempre tá relembrando isso, né, que a Igreja deveria falar mais da Pastoral da Saúde, do MS. Aqui a gente vê que se o padre chega e começa a fazer esse trabalho, né, com certeza as pessoas que é da Pastoral vêm, né, aí tem um vínculo... Porque a Igreja é um espaço importante para o movimento, mas assim, antes foi mais, né, acho que era muito mais. Eu acho que assim, em geral, né, se o movimento de hoje tem essa liberdade, no momento da ditadura que foi no que mais contribuiu e ajudou, né, a Igreja... Então hoje você tem essa liberdade de expressão, ela te ajuda, né, você não precisa.... E acho que, não sei se é porque eu sou ativista e tenho mais participação, mas eu vejo que hoje é menos que no passado, eu acho que teve momento que muito mais, mas, assim, na questão da gente ter um espaço pra se reunir, pelo menos aqui na região não tem nenhum problema, nunca teve problema nenhum em usar o espaço da Igreja, tanto pra ajudar nas questões do bairro, quanto o espaço pra gente se reunir. A gente, inclusive, se reúne na Igreja, tem reunião do MS aqui da região do Sapopemba e Vila Prudente que a gente faz a cada mês na Igreja Nossa Senhora de Fátima, no Sapopemba”(Ivoneide)

De fato, a chamada Igreja do Povo, cuja teologia se baseava na visão politizada de Cristo como libertador, começou a ficar ameaçada desde 1980, com a eleição do Papa João Paulo II. A partir de então, se inicia um longo processo de desarticulação dos preceitos lançados em Medellín (1968) e um retorno da Igreja ao conservadorismo e à sacristia. No Brasil, a visita do Papa fazia parte de uma estratégia para minar as forças da igreja progressista (CAVA, 1986: 28, 29).

Nas palavras de Fernando Altemeyer.

“A Igreja segue a sístole e a diástole, vai, abre, depois de 15 anos mais recuo, mais centralismo; então depois abre novamente. Isso é parte da instituição, também porque não é possível manter... Acho que São Mateus foi um dos poucos (lugares) que conseguiu manter durante mais de trinta, quarenta anos, desde o Vaticano II, quando chegaram nos anos 70 os primeiros padres italianos. Franco Toreli, por exemplo, que depois se tornou administrador regional, subprefeito, um grande personagem, muito importante. E também naquela data, muito importante, o padre Antonio Meroti, que morreu atropelado... Eu não sei precisar uma data, não sei se acabou esse movimento em São Mateus, acho que não, tem o padre Emir, um grupo importante lá no J. Colorado, que mantém essas opções mais claras etc. Mas agora a Igreja vem sofrendo um refluxo, desde o Papa João Paulo II e aí, claro, tem as repercussões, a saída do D. Cláudio, por causa da sua aposentadoria, também revelou que uma fase tinha passado. E entrou uma nova maneira de ver, onde o mais importante é o espiritual no sentido clássico do termo, assim, carismático. Por conta do crescimento pentecostal, (a Igreja) ficou com medo da concorrência, deu ênfase menos aos movimentos e maior nas comunidades de base religiosa. Foram acontecendo mudanças, algumas comunidades resistiram, mantiveram, outras sucumbiram, outras fizeram híbrido, que é a coisa mais inteligente, porque bater

de frente com a instituição pra essas mulheres é muito difícil, elas não têm autoridade, não têm ministério. E algumas delas, pra também não ficar perdendo e desgastando, porque elas tinham muita coisa pra fazer, elas começaram a fazer o trabalho mais na linha das ONGs, de grupos à parte, e não ficar tão preocupadas e prestar contas à Igreja. Também porque a Igreja mudou seu papel, ela não era mais necessária como nos anos 70 em São Mateus quando foram prender o Zico e a sua família. Agora tem outras coisas, tem um grupo de moradores mais articulado, tem os núcleos do PT firmes, algumas associações de moradores saíram do peleguismo e se tornaram mais ágeis... Então, as mulheres puderam ter mais autonomia, e mesmo se a Igreja não apoiasse, ou sei lá quem, padre, paróquia, no entanto tinha a região elas poderiam fazer encontros entre si “ (Fernando Altemeyer)

Embora se concentre mais numa análise da região de São Mateus, Fernando nos aponta para algumas questões importantes. Em primeiro lugar, que faz parte da Igreja esses processos de abertura e fechamento, pelo próprio caráter da instituição. Em segundo lugar, que o contexto histórico mudou e que, de certa forma, o fechamento da Igreja possibilitou uma certa autonomia do movimento que vai se organizar no bairro, fazendo alianças com outros sujeitos históricos. Em que pese o fato de que algumas comunidades ainda mantenham uma postura progressista, o fato é que, de forma geral, a Igreja não representa mais o espaço que representava antes na articulação dos movimentos populares, fator que concorreu também para o seu enfraquecimento.

Por outro lado, Fermina levanta outro fator desse enfraquecimento.

“Com a vinda da SOF pra Zona Leste (e sua ligação com o MS), foi uma época inesquecível, a gente tinha pessoas que de alguma forma ajudava o movimento a encaminhar as propostas, e isso se perdeu” (Fermina)

A SOF, ao menos na visão de Fermina, desempenhou um papel muito importante no assessoramento do movimento. Quando isso deixou de acontecer, o movimento se ressentiu.

Ao ser questionada sobre a situação em que se encontra o MS hoje, Ivoneide responde assim:

“Talvez a gente seja um pouco saudosista, né, eu não sei se é porque dependendo do momento você ia mais pra rua, né. Por outro lado, eu acho que o que a gente tinha que pensar é: ‘se a gente não vai tanto pra rua hoje, é porque alguma coisa se conseguiu, né. Mas eu já tenho medo que a gente não vá mais pra rua, porque muita gente você não consiga mobilizar, muita gente não acredite, né. Eu acho que a gente teve muitas conquistas, mas eu acho que a gente tem que ir pra rua pra conquistar mais alguma coisa, inclusive não perdendo o que conquistou” (Ivoneide)

Percebem-se contradições não resolvidas na fala de Ivoneide. Hoje o movimento não mobiliza tanto quanto antes porque já conseguiu muitas coisas ou por inabilidade de mobilização do próprio movimento e pela descrença das pessoas? É muito provável que seja um pouco de cada e algo mais. Questionando o saudosismo em relação ao que se foi e sentindo medos em relação ao que se tem, decide ainda hoje que é preciso continuar.

Os dilemas do MS hoje são muitos, tanto quanto as visões que se tem deles e as expectativas de soluções. Dos mais descrentes aos mais otimistas, um universo de possibilidades em cujo campo as atuações dos sujeitos envolvidos vão definindo os caminhos.

Nossas mulheres vivenciam essas possibilidades, amparadas por um passado que rememoram, ao mesmo tempo em que compõem com ele um mosaico de valores e juízos, avaliando o momento presente e apontando para o futuro.

Por ter vivenciado um processo muito rico de participação no movimento, Ivoneide aponta para o resgate dessa história e para um processo de formação que consiga sensibilizar pessoas novas no movimento para o seu fortalecimento. Vejamos sua fala:

“(...) eu peguei um momento da história (do movimento) que ele teve um momento muito rico, de muita informação, de muitas plenárias, de pegar abaixo-assinado, de saber o que que é. Eu acho que eu peguei um momento muito importante, né. Mesmo hoje sem isso, tá cheio de gente entrando nova no movimento e que nunca participou, né, que não conhece nada, que não conhece nem sequer o seu direito, que é de usuário. ‘O que o Sistema Único de Saúde cobre?’ Ele (o usuário) sabe que ele tem o direito de ser atendido, mas se alguém chegar assim e falar: ‘olha, o SUS não cobre determinado exame’, a pessoa vira as costas e acredita, né. Nós fizemos uma história que ela eu acho que não se repete mais, isso daí também é individual, de cada pessoa, né, porque formação... essa coisa não serve para outra pessoa, é uma coisa individual, né, quem tem interesse de ir atrás, que... interesse... eu até falo de... Mesmo o fato de ter saído da escola cedo, mas isso não me impediu de fazer formação, de... tenho até... facilidade... de assimilar, eu tenho muita facilidade, né. Então hoje, em reunião, eu sempre falo assim... a primeira coisa quando entra gente nova que tá começando a participar, eu falo: ‘olha, é importante vocês fazer a formação’, e quando a gente faz a formação, a gente sempre toma o cuidado de contar a história, e aqui na região sou eu, né (que dou a formação)... dois ou três cursos, eu lá contando a história, né” (Ivoneide)

O processo de formação existente hoje no MS está muito mais institucionalizado e voltado para a formação dos Conselhos Gestores. Assim como a existência dos Conselhos Gestores hoje é obrigatória, prevista por lei, também ficou instituído que ao Estado cabe dar curso de formação para futuros conselheiros, esclarecendo papéis e fornecendo informações

técnicas necessárias ao bom desempenho do Gestor. Nesse curso, há uma aula que é do MS, justamente para contar a história do movimento.

Assim, a formação que antes era dada exclusivamente pelo MS, hoje não existe mais. Hoje o movimento tem discutido a necessidade de voltar a promover uma formação mais específica, não voltada apenas para os conselheiros gestores, mas que recupere a essência dos antigos cursos e promova o envolvimento de mais pessoas no processo.

Cláudia também lembra os processos de formação vivenciados dentro do MS como uma abertura para o despertar da consciência de novas pessoas.

“(...) algumas vezes, nesse processo, se investiu em formação e aí essa formação em sentido amplo. (A pessoa) começou a lutar pelo posto, mas foi entendendo que não bastava posto, então, tudo isso do serviço, da qualidade e de que saúde é muito mais do que ter posto, ou de ter hospital, isso aí é só cuidar da doença, nós estamos falando de saúde, então a gente luta por uma outra sociedade, numa outra relação, com outras condições de vida, que aí é aquilo que lá no começo do movimento se fazia com as pessoas. O que é saúde para você? É saneamento? Saúde é salário digno?”. Era uma série de coisas, então você vai conquistando e é por isso que tá apontando que a sua luta não vai terminar nunca, você pode conquistar outros projetos, mas ainda tem muito pra conquistar” (Cláudia)

Numa outra parte de sua narrativa, Cláudia lembra que em alguns momentos o MS serviu, com sua formação, para despertar a consciência de mulheres que, justamente por isso, não ficaram no movimento, porque foram viver suas vidas.

“(...) outras lideranças vieram, então nesses cursos de formação. O que aconteceu muito? Muitas mulheres despertaram para descobrir que eram mulheres que não tinham que viver dependente do marido em casa. Ao passar pelo curso, ao invés de ser mais uma no MS, serviu pra elas se despertarem enquanto mulheres que não tinham nenhum valor. Ótimo que tenha acontecido essa coisa, não era o objetivo final e alcançou. E foram trabalhar fora, têm uma dívida com o movimento, têm uma relação, mas não têm tempo mais pra se dedicar ao movimento, não têm” (Cláudia)

Das mulheres entrevistadas, Orlanda, Graça e Zuleide alegam que não pertencem mais ao MS e apontam suas razões para essa saída.

Orlanda fala:

“Eu comecei em 1979, antes eu já conhecia, antes eu já tinha algum conhecimento, mas que eu comecei mais foi em 1979, 1980. Em 1981 foi o Conselho e aí eu fiquei até 1995 ou 1996, daí eu me afastei. Ah!, eu me afastei porque... é... aqui o nosso conselho, o pessoal só via eu, então eles achavam que tudo era eu que tinha que fazer... Então, quando você tá na frente e os outros só esperam que você faça... você tem que afastar para outras pessoas chegar, num é assim? É isso que eu queria que acontecesse e foi numa eleição, eu falei assim: ‘Eu não vou participar, eu não vou ajudar porque é sempre eu que tenho que estar correndo atrás de tudo, agora a gente tem que deixar também outras pessoas tomarem a frente’. E aí, mesmo assim eu ajudava porque eu não conseguia ficar parada. Mas aconteceu, daí também eu já tava cansada, e também por causa da prefeitura, que entrou o Maluf com o PAS, depois o Pitta, isso daí me deixou muito revoltada, eu achei que isso daí não valia nada a gente trabalhar, lutar tanto, porque eles também iam lá e cortavam, podavam tudo... Também por causa da idade, a gente também, né... O mundo cansa...” (Orlanda)

E Zuleide:

“(...) eu sei que levei uns vinte anos nesse movimento. Agora eu já fui ficando de idade, já foi me cansando. Hoje eu tô doente, amanhã mesmo vou fazer uns exames, eu fiz tanto exame já... Agora eu fiz um plano de saúde pra pessoa da Terceira Idade, que é mais barato, dá pra pagar, né. Aí agora eu ainda não tô com carência, alguns exames vou fazer por ele e tem um lá, o ultra-som, que parece que eu vou ter que pagar, porque é uma dor que eu sinto aqui. Eu sei que eu já perdi trinta quilos, eu tô uma caveira, tô tão magrinha e, assim, tenho uma tontura na cabeça que não consigo sair sozinha...” (Zuleide)

Desilusões, cansaço da luta interminável, velhice, doenças etc, são alguns dos fatores apontados para a saída do movimento. O curioso na fala de Zuleide é que, tendo lutado durante tanto tempo pela saúde pública, hoje, doente, recorre a um plano de saúde particular e se sujeita a pagar alguns exames do próprio bolso. Questionada do porque não vai ao serviço público, responde.

“É muito demorado, e aí eu tenho pressa porque eu não tô nada boa. Resolvi fazer esse plano de saúde porque eu penso assim: ‘que eu já tô com essa idade e se precisa de alguma internação, aí já tem’”(Zuleide)

Uma mulher, uma das mais idosas e antigas do movimento, que despendeu suas forças para conseguir atendimento público de qualidade para o seu bairro, para a sua região e para a sua cidade, aos 83 anos, tem que pagar um plano de saúde particular para cuidar de sua saúde. Quando nos deparamos com esse fato, nos resta perguntar o que deu errado. As conquistas do

movimento não foram suficientes para cobrir as necessidades de saúde na zona leste e na cidade de São Paulo, ou a mentalidade das pessoas ainda não mudou o suficiente para prescindir do arraigado hábito de recorrer a esses planos privados que de forma falseada passam a idéia de segurança e de pronto atendimento?

Tanto um como o outro. Num primeiro olhar para a zona leste, por exemplo, já dá para notar que as carências na área da saúde persistem. Porém, também, é verdade que há ainda, mesmo entre os militantes do movimento, muita desinformação sobre os benefícios assegurados pelo SUS a todos os cidadãos. As pessoas não sabem bem quais são os seus direitos e, pensando não ter opção, fazem um plano de saúde para estar seguras. Essa desinformação sobre seus direitos é comentada por Ivoneide que mais uma vez defende a idéia de formação.

“A gente fez formação dos agentes comunitários de saúde e depois uma menina veio comentar comigo que tinha se lembrado de mim, porque ela foi levar uma pessoa doente lá em Santo André, município vizinho, e eles falavam: ‘Aqui não pode atender porque mora em São Paulo’ e ela, lembrando do que eu tinha falado, perguntou: ‘Mas como? É o SUS, o SUS tem que atender onde estiver’. Ela falou que não quis nem saber e conseguiu o atendimento. Mas o que fez ela lembrar foi a gente contar a história e aí é que a gente tá vendo o quanto que a gente tá certa em contar o movimento, de ir contando essas histórias e as pessoas saber que elas têm o direito, né, não importa onde ela tiver, o SUS tem que atender”

(.....)

“Mas precisa falar pras pessoas ‘Olha, se você chegar no posto de saúde e eles falar assim que determinado exame o SUS não cobre, a primeira coisa que você tem que falar é que não é verdade, não é verdade, porque o SUS cobre tudo. Cobre, inclusive transplante, né, enquanto os EUA é o país que mais faz transplante, mas é pago, né, o Brasil faz, parece que é o segundo, ou uma coisa assim, só que é o SUS que cobre, que os EUA não cobre, né” (Ivoneide)

Vejamos o que diz Graça sobre a sua saída do MS:

“O que fez eu sair do movimento? É porque eu trabalhava lá na zona leste (no MS) , tem uma coisa que é assim, você começa aqui, você começa com uma comissão de saúde, você passa a ser conselheira, depois você passa a participar lá, você chega num grau de conhecimento que não dá pra você retornar aqui. A começar na comissão ou como conselheiro, você adquire uma consciência grande, então quando você sai de lá, você quer fazer alguma outra coisa que seja maior. Aqui você já criou, já deu o que tinha que dar, já fez o que podia. Então, o movimento era mantido por projetos, e era renovável esses membros. Nós ficamos muitos anos, algumas pessoas entravam, algumas pessoas eram remuneradas por aqui, mas aquela comissão ficou anos e chegou um tempo que tinha que mudar. Aí entrou pessoas, fizeram todo esse processo que a gente fez, com a gente mesmo elas cresceram também, tinha gente dali do Ipiranga, pessoas que chegaram e também ficaram capazes de ocupar... e tinha que mudar, não podia ficar

toda a vida Graça, Zulmira, fulano, que ficava muito ruim aqui pra nós. Então, essas pessoas... teve uma votação, elas foram votadas e ocuparam o lugar de pessoas que já estavam ali há muito tempo. Era uma coisa mais do que justa mudar, aí, as pessoas que vieram para o bairro, aqui tinha os conselheiros que nós mesmos tínhamos formado eles. Da minha parte eu ainda fiquei um pouco, ia lá na coordenação... Mas depois, com o tempo, já que as pessoas estão lá ocupando o meu lugar, você já não acha mais necessário estar indo. Tinha umas meninas do Ipiranga, outras da Vila Prudente, outras lá de Itaquera, São Miguel Paulista, essas mulheres medrosas que entraram, que tinham medo, elas cresceram e elas estavam aptas a ficar. E começou a ficar desconcertante com o movimento manter as mesmas pessoas ali, porque aplicou cursos para elas, porque elas tiveram o conhecimento do bairro, elas iriam fazer as mesmas coisas que a gente fez, Então a gente, devagarzinho, a gente vai se afastando, ficando longe, perdendo o contato... Isso aconteceu com a maioria. Mas é normal na vida e é só por isso, eu não tenho nenhuma queixa do movimento” (Graça)

E Orlanda:

“(...) quando eu deixei de participar eu achei que a minha parte eu já tinha feito. Também você não vai ficar a vida inteira fazendo uma coisa que outros também podem chegar e fazer, né. Eu não sei... mas eu tomei uma posição assim: ‘vou deixar, não quero mais, minha parte eu já fiz.’” (Orlanda)

Todas elas que saíram do movimento (Graça, Zuleide, Orlanda) têm um sentimento de dever cumprido e da necessidade de dar espaço para outras mulheres, outras lideranças. O fator idade, o cansaço, as doenças também contribuíram, mas essa sensação de ter já desempenhado o seu papel na sociedade é curioso. Deixaram o movimento e foram fazer outras coisas, Orlanda aprendeu a dirigir e Graça aprendeu a nadar. Foram ajudar os filhos, cuidar de netos, de bisnetos ou da própria saúde.

Cláudia faz uma reflexão sobre isso também.

“(...) A gente tem que entender que de 70 pra cá são quantos anos? As pessoas envelhecem, aquelas mulheres que já não eram nenhuma adolescente, são mulheres donas de casa, aquele primeiro grupo também vai tendo outros projetos de vida, falam: ‘Opa, eu já vim até aqui’. O que eu também não acho correto cobrar dessas pessoas, porque eu acho que elas já cumpriram o papel que tinham que cumprir. Pode não ser tantas, mas várias delas permanecem”

(.....)

“(...) e mesmo depois de conquistar o serviço a gente vê muitas vezes, dependendo de qual governo, aquilo que conquistou ser totalmente destruído, não se investir praquilo sobreviver pelo menos com o mínimo, então o que vira? A luta macabra... Então, às vezes, as pessoas se cansam e olham pra frente e ainda tem muito por que lutar”
(Cláudia)

Um comentário de Fernando Altemeyer sobre a permanência dessas mulheres no MS. Referindo-se ao fato de que, apesar de muitos ajudarem no processo da organização do MS, a grande responsabilidade era delas mesmo.

“(...) No fundo quem ia ter aqui segurar o rojão eram elas, porque depois o padre, o deputado seguia na sua institucionalidade, no seu caminho. No fundo a camiseta era delas, quem ia sair, apanhar, ser valorizada ou não... quer dizer, o deputado tem o salário, tem o emblema parlamentar, o padre tem a instituição e a vida religiosa... Eu nunca descobri porque essas loucas ficaram todos esses anos nisso, pra mim é incógnita até hoje. Quer dizer, é cansativo, demanda muita motivação interior e isso tem que ser cultivado. Depois é estressante, não ganha nada, não ganha medalha, não ganha reconhecimento público, é só uma tarefa de bem coletivo, mas é extremamente diluído. Então algumas são heroínas. Outras se cansaram, abandonaram, e também muitos desses líderes, como toda realidade migratória de periferia, vão embora”(Fernando Altemeyer)

Quanto a Aninha, ao ser perguntada se ainda pertence ao MS, responde que há uns quatro anos resolveu “dar um tempo” para se dedicar à família e à vida pessoal, mas que se sente ainda integrante deste movimento

“Hoje, pra sobreviver, eu faço serviço de tele-mensagem. Desde que eu fui embora de São Paulo, eu resolvi dar um tempo dessa militância mais louca. Aí, tenho o serviço de tele-mensagem e de cesta de café da manhã, eu tento sobreviver. E atualmente eu estou contribuindo com um projeto de pesquisa do MS.”

(.....)

“Ainda hoje quando eu chego lá na plenária estadual de saúde, de pessoas que participam do MS de outros Estados, né, quando eu chego a pauta tá diferente, tem uma porção de coisas novas, mas rapidinho você se sente parte daquilo, você é acolhida, porque tem muita coisa pra fazer do SUS... É diferente quando a gente pára de fazer um negócio e não quer mais fazer. Eu tenho esse sentimento ainda, de muita coisa pra fazer” (Aninha)

Aninha não quer dizer que saiu do movimento. Afirma várias vezes que estava cansada e necessitava de um tempo para dedicar-se a si própria e a sua filha. Mas não quer sair totalmente do movimento. Quer continuar contribuindo com o movimento em ocasiões esporádicas, sente que ainda tem que contribuir.

Continuar no MS significa continuar se deparando com problemas e dificuldades que permanecem ou que surgem a partir da nova realidade. Sobre sua permanência no movimento e sobre como ele está hoje. Fermina afirma:

“Ainda pertencço ao movimento, mas hoje o movimento tem outra forma de trabalho. O Movimento era forte lá pelos anos 80/90, era bem mais forte. Quando eu entrei na luta, já tinha pessoas mais antigas na luta, eu conheci a luta em oitenta e pouco, né. (...) Hoje eu participo da coordenação do MS, só que assim, a luta mudou, ampliou, se tem outras coisas, era recrutando na comunidade, hoje tem os conselhos, o conselho popular, o conselho gestor, conselho distrital... A luta hoje é diferenciada, antes a gente lutava por unidade básica, aí, quando a gente conseguiu de uma vez só as unidades básicas, a gente conseguiu dezoito unidades básicas na leste, acho que foi no tempo do Jânio Quadros, 88, 89, não sei, por aí. Eu sei que foi uma grande vitória e, assim, as unidades que hoje estão aí, (...) a gente luta até hoje pra equipar as unidades, olha que crueldade! Porque não tem recursos humanos, muitas vezes não tem aparelhos pra ultra-som, coisas básicas que não tem nas unidades, pra gente fazer mamografia é uma dificuldade, tem que ir pra ambulatórios especializados que não dão conta... Então, a luta existe, mas de outra forma, uma luta em prol de outras coisas que necessitam” (Fermina)

Interessante a reflexão de Fermina, porque aponta para a necessidade de uma forma de movimento diferente, já que hoje as necessidades são diferentes. Vê na conquista de muitos equipamentos de saúde uma vitória de um determinado tempo e preconiza agora, seu efetivo funcionamento.

Na mesma linha de raciocínio de Fermina, Ivoneide vê os progressos obtidos no bairro, na região da Zona Leste, mas sente que agora é preciso ter uma articulação entre os vários serviços instalados.

“A gente teve muitos serviços, né, eu acho que hoje, assim, o que falta muito é a organização do serviço, né. A gente tem muito posto de saúde, tem, né, escolas... Agora, eu acho que ainda falta muita organização de serviço, quando você vê, por exemplo, uma escola que a gente ouve falar: ‘Olha, vai fechar tal e tal escola’, né, enquanto tem escola superlotada, né, e que a população não consegue nem perceber isso, né. Porque eu acho que se a gente tivesse Conselho de Escola com o mesmo grau de conhecimento, né, que o Conselho de Saúde, tantos problemas que tem eu acho que a gente, assim, dava um salto de qualidade, né.. Eu sempre falo pras pessoas que é difícil porque, assim, quando você diz que o MS tem uma diferença muito grande, mas por outro lado, você pega as mães que têm medo de fazer reclamação na escola, né, por que? Porque ela deixa a criança lá, né, e na cabeça dela ‘ah! Se eu for reclamar, eu deixo meu filho lá, vão judiar dele’, né. (...) Então, pega as direções que não ajudam o povo a pensar, deixa de lado tudo e pronto, né. Mas se a gente fpr ver, os anos atrás o que a gente tinha e o que tem hoje, né, a gente tem muita coisa e precisa da população que se junte a nós e que a gente tem que fazer com que o serviço funcione, e que funcione bem” (Ivoneide)

As mudanças sentidas na Zona Leste são também retratadas por nossas depoentes.

Aninha:

“A conquista que veio com essa luta toda nas unidades, o atendimento à saúde, a prevenção, o saneamento básico, o asfalto, a infraestrutura mínima, ela aconteceu por causa dessa pressão, porque a gente pensou assim: ‘Ter saúde não é só ter hospital, as condições de vida têm que vir junto’. Muita coisa foi mudada, canalização... Sempre que o movimento conversa com as pessoas, elas lembram disso... Sabe? Saneamento básico, asfalto, creche, transporte... (...) enfim, essa infraestrutura, ela aconteceu, transformou, foi mudando. É legal perceber isso, você ficar fora de São Paulo, sem circular pela Zona Leste, rodando os parques de São Miguel, eu tenho descoberto umas avenidas novas, umas coisas que aconteceram em função dessa organização, e que melhorou, mudou, ficou mais fácil. Não sei (se não tivesse o MS) se não teria acontecido tudo isso, mas a origem, a organização nasceu um pouco ali. (...) com mais força, com menos força, a gente passou por ali” (Aninha)

E Zuleide:

“Ah! Mudou, porque quando eu vim morar pra cá, não tinha tanta casa, tanta moradia, tinha mais mato, né. Mas agora tá bem, né... Bom... puseram um banco aqui e não deu certo... Hoje tem mercado, tem farmácia... Acho que melhorou porque foi tendo mais... como o atendimento médico no posto de saúde, aí o povo se animava em vir morar, né” (Zuleide)

As mudanças ocorridas foram muitas. A pobreza ainda grassa a zona leste, mas a sua fisionomia mudou. A infra-estrutura se transformou, se ampliou, fazendo a região perder aquele aspecto de fim de mundo que possuía quando nossas mulheres ali chegaram. E como diz Aninha, se a responsabilidade dessas mudanças não é apenas do MS, pelo menos, ele passou por lá. Para ficarmos apenas na questão da saúde que o que mais nos interessa aqui, vejamos uma relação das unidades de saúde da zona leste nos dias de hoje.

Unidades da Secretaria Municipal da Saúde da Cidade de São Paulo

- AE – Ambulatório de Especialidades
- AESM – Ambulatório de Especialidades de Saúde Mental
- AMA – Assistência Médica Ambulatorial
- CAPS ADULTO – Centro de Atenção Psicossocial Adulto
- CAPS ad – Centro de Atenção Psicossocial álcool e drogas
- CAPS Infantil/Adolescência/Juventude – Centro de Atenção Psicossocial Infantil
- CRIA – Centro de Referência para Infância e Adolescência
- CR – Centro de Referência
- CR INFANTIL – Centro de Referência Infantil
- CASA SER – Centro de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva
- CECCO – Centro de Convivência e Cooperativa
- CEO – Centro de Especialidades Odontológicas

COE – Clínica Odontológica de Especialidades
CPA DST/AIDS – Centro de Prevenção e Assistência em DST/AIDS
CR DST/AIDS – Centro de Referência em DST/AIDS
CTA DST/AIDS – Centro de Testagem e Aconselhamento em DST/AIDS
SAE DST/AIDS – Serviço de Atendimento Especializado em DST/AIDS
CRST – Centro de Referência Saúde do Trabalhador
HM – Hospital Municipal
PA – Pronto Atendimento
PSM – Pronto Socorro Municipal
UBS – Unidade Básica de Saúde
UARS – Unidade de Apoio e Retaguarda à Saúde

ZONA LESTE

ÁGUA RASA

CEO MOOCA
- ALTO DA MOOCA

UBS ÁGUA RASA
- ÁGUA RASA

UBS VILA BERTIOGA - PROF. DOMINGOS DELASCIO / CEO
- ALTO DA MOOCA

UBS/AMA VILA ORATÓRIO - DR. TITO PEDRO MASCELANI
- V. DIVA

ARICANDUVA

UBS JARDIM IVA
R. MIGUEL BASTOS SOARES, 55 - JD. IVA

UBS VILA ANTONIETA
- V. ANTONIETA

UBS VILA NOVA YORK
- V. NOVA YORK

ARTUR ALVIM

AE PADRE MANOEL DA NÓBREGA
- ARTHUR ALVIM

CECCO PADRE MANOEL DA NÓBREGA
- ARTHUR ALVIM

UBS AE CARVALHO
- CIDADE AE CARVALHO

UBS ANTONIO PIRES F VILLA LOBO
- V. NHOCUNÉ

UBS JARDIM NORDESTE
- JD. COIMBRA

UBS PADRE JOSE DE ANCHIETA
- ARTHUR ALVIM

UBS PARQUE ARTHUR ALVIM
- ARTHUR ALVIM

BELÉM

UBS BELENZINHO - MARCUS WOLOSKER
- BELENZINHO

BRÁS

UBS BRAS - DR. MANOEL SALDIVA NETO
- BRÁS

CANGAÍBA

UBS CANGAÍBA - DR. CARLOS GENTILE DE MELLO
- CANGAÍBA

UBS ENGENHEIRO GOULART - DR. JOSÉ PIRES
- ENG. GOULART

UBS JARDIM SÃO FRANCISCO
- CANGAÍBA

CARRÃO

UBS VILA CARRÃO
, - V. CARRÃO

UBS VILA NOVA MANCHESTER - DR. ARLINDO GENNARI
- V. NOVA MANCHESTER

CIDADE LÍDER

SAE DST/AIDS CIDADE LIDER II
- CIDADE LIDER

UBS CIDADE LIDER I
- CIDADE LIDER

UBS JARDIM BRASILIA
- JD. BRASILIA

UBS JARDIM ITAPEMA
- JD. ARISI

UBS JARDIM MARÍLIA
- JD. BRASILIA

UBS JARDIM SANTA MARIA
- JD. SANTA MARIA

UBS JARDIM SANTA TEREZINHA
- JD. SANTA TEREZINHA

CIDADE TIRADENTES

CASA SER - MARIA A LARA BARCELOS
- CIDADE TIRADENTES

CTA DST/AIDS CIDADE TIRADENTES
- CIDADE TIRADENTES

PA GLÓRIA RODRIGUES SANTOS BONFIM
- CIDADE TIRADENTES

UBS BARRO BRANCO
- COHAB BARRO BRANCO II

UBS CARLOS GENTILE DE MELO
- CIDADE TIRADENTES

UBS CIDADE TIRADENTES I
- CIDADE TIRADENTES

UBS DOM ANGELICO
- CIDADE TIRADENTES

UBS FERROVIÁRIOS
- CIDADE TIRADENTES

UBS GRÁFICOS
- CIDADE TIRADENTES

UBS INÁCIO MONTEIRO
- CIDADE TIRADENTES

UBS JARDIM VITÓRIA
- CIDADE TIRADENTES

UBS PREFEITO PRESTES MAIA
- CIDADE TIRADENTES

UBS PROFETA JEREMIAS
- CIDADE TIRADENTES

UBS/AMA CASTRO ALVES
- COHAB CASTRO

UBS/AMA FAZENDA DO CARMO
- CIDADE TIRADENTES

ERMELINO MATARAZZO

AE VILA PARANAGUÁ
- V. PARANAGUÁ

CAPS ad ERMELINO MATARAZZO
- VL. PARANAGUÁ

UBS/AMA JARDIM DAS OLIVEIRAS
- ITAIM PAULISTA

UBS/AMA JARDIM NELIA
- ITAIM PAULISTA

ITAQUERA

CAPS ADULTO ITAQUERA
- ITAQUERA

HM PROF. DR. WALDOMIRO DE PAULA - ITAQUERA/PLANALTO
- ITAQUERA

UBS ITAQUERA
- ITAQUERA

UBS PARADA XV DE NOVEMBRO
- PARADA XI DE NOVEMBRO

UBS VILA CARMOSINA
- ITAQUERA

UBS VILA NOSSA SENHORA APARECIDA
- ITAQUERA
- LIMOEIRO

UBS VILA REGINA
- ITAQUERA

UBS VILA SANTANA
- V. SANTANA

JARDIM HELENA

UBS JARDIM MAIA

- JD. MAIA

UBS JARDIM ROMANO
- ITAIM PAULISTA

UBS/AMA JARDIM HELENA
- JD. HELENA

JOSÉ BONIFÁCIO

AE JOSÉ BONIFACIO IV
- ITAQUERA

AE/AMA GUAIANASES
- JD. HELENA

CAPS INFANTIL - CRIA ITAQUERA
- ITAQUERA

CECCO PARQUE RAUL SEIXAS
- ITAQUERA

UBS JARDIM SÃO PEDRO - FRANCISCO ANTONIO CESARONI
- JD. SÃO PEDRO

UBS JOSE BONIFACIO II
- COHAB JOSE BONIFÁCIO

UBS JOSE BONIFACIO III - DRA. LUCY MAYUMI UDAKIRI
- ITAQUERA

LAJEADO

CTA DST/AIDS VILA CHABILÂNDIA
- LAJEADO

PSM JULIO TUPY
- PQ. GUAIANASES

UBS GUAIANAZES I
- GUAIANASES

UBS JARDIM AURORA
- GUAIANASES

UBS JARDIM BANDEIRANTES
- GUAIANASES

UBS JARDIM FANGANIELLO
- LAJEADO

UBS JARDIM ROBRU - GUAIANASES
- LAJEADO

UBS PRIMEIRO DE OUTUBRO
- JD. LAJEADO

UBS SANTA LUZIA
- JD. MIRIAM

UBS VILA CHABILÂNDIA
- LAJEADO

UBS/AMA JARDIM ETELVINA
- GUAIANASES

MOOCA

AE MOOCA - DR. ÍTALO DOMINGOS LE VOCCI
- MOOCA

CAPS ad MOOCA
- MOOCA

CAPS INFANTIL MOOCA
- MOOCA

CECCO MOOCA
- MOOCA

CRST MOOCA
- MOOCA

HM DR. IGNÁCIO PROENÇA DE GOUVEA
- MOOCA

UBS MOOCA I
- MOOCA

PARI

UBS PARI
- CANINDÉ

PARQUE DO CARMO

UBS GLEBA DO PÊSSEGO - VICENTE FIUZA DA COSTA
- PQ. DO CARMO

UBS JARDIM COPA
- ITAQUERA

UBS JARDIM HELIAN
- JD. HELIAN

UBS NOSSA SENHORA DO CARMO
- JD. NOSSA SRA.DO CARMO

UBS SANTO ESTEVÃO - CARMOSINA
- ITAQUERA

PENHA

AE PENHA - DR. MAURICE PATE
- PENHA

CAPS ad PENHA
- PENHA

CR DST/AIDS PENHA
- PENHA

UBS ENGENHEIRO TRINDADE
- ENG. TRINDADE

UBS VILA ESPERANÇA - DR. CASSIO BITENCOURT FILHO
- V. ESPERANÇA

UBS VILA ESPERANÇA - DR. EMILIO SANTIAGO DE OLIVEIRA
- V. MARIETA

UBS VILA GRANADA - DR ALFREDO FERREIRA PAULINO FILHO
- V. GRANADA

UBS/AMA CHÁCARA CRUZEIRO DO SUL

– CHÁCARA CRUZEIRO DO SUL

PONTE RASA

SAE DST/AIDS FIDELIS RIBEIRO

- PONTE RASA

UBS BURGO PAULISTA

- BURGO PAULISTA

UBS COSTA MELO

- V. MONTEVIDEO

UBS JARDIM PENHA

- PONTE RASA

UBS JARDIM POPULAR - DR. MATHEUS SANTAMARIA

- JD. POPULAR

UBS JARDIM TRÊS MARIAS - DR. MAURICIO ZAMIJOVSKY

- V. SÃO FRANCISCO

UBS PONTE RASA - DR. CARLOS OLIVALDO DE SOUZA LOPES MUNIZ

- ALTO DA PONTE RASA

SÃO LUCAS

CASA DO PARTO DE SAPOPEMBA

- PQ. PEREIRA

UBS IGUAÇU

- V. INDUSTRIAL

UBS JARDIM GUAIRACA

- JD. GUAIRACÁ

UBS PARQUE SÃO LUCAS

- PQ. SÃO LUCAS

UBS REUNIDAS I

- V. INDUSTRIAL

UBS REUNIDAS II

- V. UNIÃO

UBS VILA HELOÍSA (UBS Sapopemba)

- V. HELOISA

UBS/AMA JARDIM INDEPENDÊNCIA - HERMENEGILDO MORBIN JUNIOR

- JD. INDEPENDÊNCIA

SÃO MATEUS

CAPS ad SÃO MATEUS

- SÃO MATEUS

CAPS ADULTO SÃO MATEUS

- JD. TIETÊ

CAPS INFANTIL SÃO MATEUS

- SÃO MATEUS

CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM SÃO MATEUS

- SÃO MATEUS

CR PLANTAS MEDICINAIS PRÁTICAS NATURAIS EM SAÚDE – SÃO MATEUS

– CIDADE SÃO MATEUS

CTA DST/AIDS SÃO MATEUS

- SÃO MATEUS

PA SÃO MATEUS II
- CIDADE SÃO MATEUS

UBS CIDADE SATELITE SANTA BARBARA
- CIDADE SATÉLITE STA. BARBARA

UBS JARDIM COLONIAL
- JD. COLONIAL

UBS JARDIM IV CENTENÁRIO
- JD. IMPERADOR

UBS JARDIM PARAGUAÇU - DR. GONÇALO FELICIANO ALVES
- JD. PARAGUACU

UBS JARDIM TIETE II
- JD. TIETÊ

UBS NOVE DE JULHO
- JD. CINCO DE JULHO

UBS SÃO MATEUS I
- SÃO MATEUS

UBS/AMA JARDIM TIETE I
- JD. TIETÊ

SÃO MIGUEL

AE TITO LOPES DA SILVA
- V. AMERICANA

CAPS ADULTO SÃO MIGUEL
- SÃO MIGUEL

CTA DST/AIDS SÃO MIGUEL
- SÃO MIGUEL PAULISTA

HM TIDE SETUBAL - SÃO MIGUEL
- SÃO MIGUEL PAULISTA

UBS CIDADE NOVA SÃO MIGUEL
- SÃO MIGUEL PAULISTA

UBS NITRO OPERÁRIA - PAULO FELDMAN
- SÃO MIGUEL PAULISTA

UBS VILA PROGRESSO
- V. PROGRESSO

SÃO RAFAEL

UBS JARDIM CARRÃOZINHO
- JD. VILA CARRÃO
CEP: 08340-320 - FONE: 6754-0622

UBS JARDIM COLORADO - DR. JOSÉ PIRES
- JD. RODOLFO PIRANI

UBS JARDIM SANTO ANDRÉ
- JD. SANTO ANDRÉ

UBS PARQUE SÃO RAFAEL - DRA. ORA ROSEN
- PQ. SÃO RAFAEL

UBS RIO CLARO

- JD. RIO CLARO

UBS/AMA JARDIM SÃO FRANCISCO II
- JD. RODOLFO PIRANI

SAPOPEMBA

AE SAPOPEMBA / CEO
- JD. SAPOPEMBA

CAPS ADULTO SAPOPEMBA
R. JOÃO LOPES DE LIMA, 1151 - JD. SAPOPEMBA

CEO VILA PRUDENTE/SAPOPEMBA
- JD. SAPOPEMBA

HM DR. BENEDITO MONTENEGRO - JARDIM IVA
- JD. IVA

SAE DST/AIDS HERBERT DE SOUZA - BETINHO
- JD. SAPOPEMBA

UBS IAÇAPE - JD. PLANALTO
- PQ. SANTA MADALENA

UBS FAZENDA DA JUTA I
- FAZENDA DA JUTA

UBS FAZENDA DA JUTA II
- FAZENDA DA JUTA

UBS JARDIM DOS EUCALÍPTOS - HELIO MOREIRA SALLES
- JD. DOS EUCALIPTOS

UBS JARDIM ELBA - HUMBERTO GASTÃO BODRA
- V. CARDOSO FRANCO

UBS JARDIM GRIMALDI
- VL. BANCÁRIA

UBS JARDIM SAPOPEMBA
- JD. SAPOPEMBA

UBS JARDIM SINHA
- JD. SINHA

UBS MASCARENHAS DE MORAES
- CJ MAL. MASCARENHAS DE

UBS PARQUE SANTA MADALENA (UBS Sta Madalena)
- PQ. SANTA MADALENA

UBS PASTORAL
- PQ. SANTA MADALENA

UBS TEOTONIO VILELA
- JD. SAPOPEMBA

UBS VILA RENATO
- V. RENATO

TATUAPÉ

CR INFANTIL TATUAPÉ
- TATUAPÉ

HM DR. CARMINO CARICCHIO - TATUAPÉ
- TATUAPÉ

UBS VILA SANTO ESTEVÃO
- V. GOMES CARDIM

VILA CURUÇÁ

CECCO PARQUE ECOLÓGICO CHICO MENDES
- V. CURUÇÁ

UBS DOM JOÃO NERY
- JD. NAZARE

UBS JARAGUÁ
- V. CURUÇÁ

UBS JARDIM CAMPOS
- ITAIM PAULISTA

UBS JARDIM ROBRU - SÃO MIGUEL
- JD. ROBRU

UBS JARDIM SILVA TELLES
- ITAIM PAULISTA

UBS PARQUE SANTA RITA
- PQ. SANTA RITA

UBS VILA CURUÇÁ
- V. CURUÇÁ

UBS VILA NOVA CURUÇÁ
- SÃO MIGUEL PAULISTA

VILA FORMOSA

CAPS ADULTO ARICANDUVA/FORMOSA
- V. FORMOSA

UBS VILA FORMOSA
- V. FORMOSA

UBS VILA FORMOSA - COMENDADOR JOSÉ GONZALES
- V. FORMOSA

UBS VILA FORMOSA - DR. ANTONIO DA SILVEIRA E OLIVEIRA
- V. FORMOSA

UBS/AMA VILA GUARANI
- JD. MARINGÁ

VILA JACUÍ

UBS ADÃO MANOEL DA SILVA - UNIÃO VILA NOVA
- SÃO MIGUEL PAULISTA

AESM SÃO MIGUEL
- V. JACUÍ

UBS CIDADE PEDRO JOSÉ NUNES
- JD. PEDRO JOSE NUNES

UBS DR. THÉRSIO VENTURA
- CIDADE PEDRO J NUNES

UBS JARDIM DAS CAMÉLIAS
- SÃO MIGUEL PAULISTA

UBS SANTA INÊS - SANTA MARCELINA

- PQ. CRUZEIRO DO SUL

UBS SÍTIO DA CASA PINTADA
- SÃO MIGUEL PAULISTA

UBS UNIÃO VILA NOVA I
- SÃO MIGUEL PAULISTA

UBS VILA JACUÍ
- V. JACUÍ

VILA MATILDE

CAPS ADULTO VILA MATILDE
- V. MATILDE

CEO PENHA
- V. MATILDE

HM DR. ALEXANDRE ZAIO - VILA NHOCUNÉ
- JD. SÃO JOÃO

UBS CIDADE PATRIARCA - DR. HERMENEGILDO MORBIN JUNIOR
- CIDADE PATRIARCA

UBS JARDIM SÃO NICOLAU
- JD. SÃO NICOLAU

UBS VILA ARICANDUVA
- V. ARICANDUVA

UBS VILA GUILHERMINA
- V. GUILHERMINA

UBS VILA MATILDE
- V. MATILDE

VILA PRUDENTE

AE VILA PRUDENTE
- V. PRUDENTE

CAPS ADOLESCENTE VILA PRUDENTE
- V. PRUDENTE

CAPS ADULTO VILA PRUDENTE
- V. PRUDENTE

CECCO VILA PRUDENTE
- JD. AVELINO

UBS VILA ALPINA - DR. HERMINIO MOREIRA
- V. ALPINA

UBS VILA PRUDENTE
- V. PRUDENTE

UBS/AMA VILA CALIFORNIA - ZEILIVAL BRUSCAGIN
- V. CALIFORNIA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
COORDENAÇÃO DE EPIDEMIOLOGIA E INFORMAÇÃO

Em cada uma dessas unidades construídas, há uma história de luta, há pessoas que se empenharam na sua construção, há vidas envolvidas, há sujeitos históricos que se constituíram enquanto constituíam seu espaço, seu bairro.

Em todo o processo vivido por estas mulheres, se percebe a construção do MS, a construção do bairro e a construção de si mesmas como sujeitos históricos, a partir da consciência também construída.

Essas mulheres se tornaram pessoas públicas, lideranças, referências dentro de seus bairros, sua região, sua cidade. Umas mais, outras menos. Tornaram-se conhecidas e reconhecidas, tanto por seus pares, como por seus opositores, os representantes do Estado que tiveram que responder às demandas populares que elas traziam.

Na vizinhança, na Igreja, no Partido Político, nas instâncias de participação, elas se fizeram notar. No relato de Justelita:

“ (...) hoje em dia eu sou uma pessoa que vou em tudo o que é lugar e sou querida, eu vou à Brasília, conversar com os presidentes, à subprefeitura, lá dentro eu chego, ‘é a Justelita’, então o meu nome está em tudo o que é canto, graças a Deus, eu sou muito bem conhecida e querida” (Justelita)

E Ivoneide:

“(...) eu peguei situação de trabalhador vir conversar comigo e falar: ‘Pô, Ivoneide, eu tinha uma outra opinião com relação a você, com relação ao movimento, e vejo que vocês têm mesmo um movimento importante’. Tanto que na época do Maluf e Pitta, os trabalhadores (nos) procuravam, né... E com relação aos moradores (do bairro), eu, assim... eu comecei a participar do movimento e eu fui cada vez mais entrando, tendo influência e tendo aquela participação importante. Eu sempre vejo as pessoas é... me, assim, avaliar muito no sentido de falar: ‘Olha, que é importante, fulano sabe fulano conhece e vai atrás’, né, nunca senti essa coisa de falar das pessoas não acreditarem” (Ivoneide)

O relato deixa entrever a construção de um processo cheio de conflitos, através do qual a confiança e a credibilidade dos outros com relação ao movimento e às lideranças do movimento, foram quesitos conquistados aos poucos no próprio processo.

Ao se perguntada se ela se vê como pessoa pública, Ivoneide responde:

“Não tem mais como não me ver assim (risos). Tem gente que até já brinca: ‘Cuidado com o que fala, porque você hoje é pública’, e é mesmo, né. Eu cheguei numa reunião, aí chegou a pessoa que ia lá na Subprefeitura e falou: ‘Ah! Ivoneide, aonde a gente vai, a gente escuta falar de você, você podia ser candidata’ (risos)” (Ivoneide)

Orlanda, comentando sobre sua popularidade entre os vizinhos, diz:

“Ah! No início os moradores (do bairro) achavam que era bobeira, que isso daí não ia resolver nada, só que depois a gente fez eleição, o conselho tava lá, conversava e, às vezes chegava lá e as pessoas não queriam atender ou não tinha médico, não dava as respostas que eles queriam e o conselho tava ali, ajudava a resolver, (então) eles foram acreditando, né, que através do conselho poderia melhorar o atendimento ou, pelo menos, ter uma resposta. Foi bastante aceito depois, mas no início eles não gostavam não”

(.....)

“(...) Naquela época (inauguração do primeiro posto do Parque São Rafael, em 1981, o povo, nossa! Ficaram muito contentes, muito gratos da gente ter feito, e até hoje, né. Hoje o posto não dá aquele suporte necessário porque é muita gente que tem aqui, tem muita gente que fala mal ainda, mas, você sabe, nem tudo agrada todo mundo, por mais que você faz, você não agrada todo mundo..” (Orlanda)

E Graça:

“(Os moradores do bairro) apoiavam sim, a gente lotava muito ônibus, gente que era do conselho, gente que era morador, tem os interesses deles também, né, principalmente em ter o posto de saúde, asfalto na rua, eles iam sim. A gente morava aqui também, a gente convidava, a gente explicava, fazia reuniões nas casas, não era assim de graça não, tinha que trabalhar... Até hoje eles falam, lembram da gente...” (Graça)

E Aninha:

“(...) eu fiquei afastada quase três anos da cidade de São Paulo, mas toda vez que eu chego numa reunião, as pessoas se referem com alegria... Essa trajetória de quase 24 anos, ela não trouxe uma... Sabe, você olhar, apontar par uma pessoa, ‘olha, essa pessoa, não que ela é bacana’ (não só isso), pelo contrário, eu deixei uma marca, a maioria das pessoas conhece a Aninha do movimento, essa coisa é um ganho, além de

experiência de vida, então o MS trás essa condição pra gente, de conhecimento, de experiência de vida, é revolucionar um tanto de coisa que a gente pensava” (Aninha)

Ao vivenciarem essas experiências, nossas mulheres passam a ser vistas como lideranças e referências dentro do MS. Vejamos a reflexão de Ivoneide sobre este processo.

“Então, logo que eu entrei e passei a participar do movimento, a gente teve muita informação das lideranças e aí a gente acaba... começa a participar muito e é considerada liderança, aí fica esse nó na cabeça da gente... acho que até melhorou (hoje), mas a gente sempre pensa na liderança, no que os outros... Será que os outros vão concordar, né? Aí, depois você vai chegando a uma conclusão que, realmente se você não tiver uma liderança que discuta tudo, o movimento morre, né” (Ivoneide)

As lideranças surgidas no MS foram forjadas na prática na medida em que as pessoas do bairro começam a ver nestas mulheres alguém com quem contar nas dificuldades relacionadas à saúde, alguém que sabe das coisas porque participa, alguém que é do lado do povo. Mas esse processo não se dá sem conflitos, desconfianças e descrédito iniciais.

“(...) é lógico que, enquanto representante do movimento Popular, a gente tem mais é que saber mesmo das coisas, né. Mas, assim, você ainda pega muita população, muito usuário que não conhece, né, e que eu, na hora de fazer a apresentação, né (numa plenária na Supervisão de saúde da Vila Prudente), eu perguntei quem queria fazer e o pessoal já me delegou, né, pra fazer a apresentação, e é lógico que o pessoal falou: ‘olha, eu quero que seja você porque você vai falar e nós vamos entender, e você conhece, né’” (Ivoneide)

Ainda assim, aceitar o nome de liderança e a responsabilidade que ele representa não foi tão fácil para Ivoneide. Há, na sua fala, uma constante preocupação com a legitimidade, em saber se os outros a aceitam como líder.

As narrativas aqui recortadas em frases e trechos expõem um pouco das experiências de nossas oito protagonistas. Suas falas se misturam e se entrelaçam pelas mãos da historiadora que vai compondo com elas uma rede de significados, numa tentativa de ler os códigos dessas vidas no seu fazer-se, assim como suas vidas estiveram entrelaçadas e transformadas pela experiência compartilhada, dentro e fora do MS.

Transformadas! Talvez seja esta a palavra síntese do processo vivido. Essas mulheres não se sentem as mesmas, numa Zona Leste e numa cidade que também não são as mesmas.

Na experiência de vida, aqui esboçada apenas, toda a trajetória da formação da consciência e do sujeito histórico, fazendo-se com a prática do dia a dia, com os sentimentos e valores adquiridos, com o enfrentamento do novo, com as reflexões do já vivido.

Auto-estima, auto confiança, vaidade, espírito de liderança, espírito de convivência e solidariedade, ousadia, discernimento, são alguns frutos desta experiência.

Ivoneide:

“Hoje, o lugar que for, é uma decisão minha, não tem mais aquela barreira. (...) Eu fiz uma viagem que foi muito importante, né, em 2000, que eu viajei, peguei férias... Não trabalhava fora, mas férias que é bom não tinha. Então eu falei, vou tirar férias e viajar. Aí eu acho que foi um outro desafio que o Luis falou: ‘É louca mesmo, não adianta, eu casei com ela, vou ter que agüentar’ (risos). Aí eu fiquei um mês fora, né, fui eu e umas colegas, a gente foi pra São Luiz, pra Aracaju, pro Piauí, pra Bahia... Então, assim, foi... Fui sem os filhos... Eu falava pra eles: ‘eu vou sair de férias e vou viajar’, e eles não acreditavam. Eu queria estar sozinha, porque se fosse junto... Eu adoro estar com os meus filhos, né, mas naquele momento eu tinha necessidade de ter um descanso sozinha, sem ter que ficar preocupada, sem ter que fazer as coisas pros filhos. Eles iam ter que se virar por aqui. (Então), se eu não tivesse participado do MS, se eu não tivesse essa trajetória, eu acho que não faria isso, não tomaria essa decisão” (Ivoneide)

E Justelita:

“Tem uma coisa que mudou sim, porque antes de eu entrar no MS, o que eu fazia? Ia lavar roupa, passar roupa, fazer arroz, fazer costura, almoçar, dar comida pras crianças e fazer janta pra noite; então, quer dizer que eu mudei tudo, agora pra mim é assim, eu saio de manhã, não quero saber de fazer comida na hora. Tomo um suco, como um lanche e fico trabalhando, fazendo a minha atividade. Hoje mesmo eu tô aqui, saí de manhã com a turma (equipe de apoio à reeleição do deputado Adriano Diogo, que ela coordenava à época da entrevista, em seu bairro), fomos fazer feira, levar o material na feira, dali a pouco eu recebi uma ligação, lá de São Mateus, que era pra eu ir buscar material do governo com o Adriano Diogo, de lá mesmo eu dei lanche pro pessoal, peguei a perua com o motorista e fui pra lá” (Justelita)

E Graça:

“Foi muito bom, com referência ao que a gente conseguiu, que todo mundo conseguiu junto... Pessoalmente, foi meu relacionamento com as pessoas, as mulheres... Eu era uma pessoa bem tímida, eu fiquei uma pessoa mais solta, mais independente, pensando um pouco em mim, eu aprendi muita coisa com elas, com referência a minha vida, a mim, pensar um pouco mais em mim, eu aprendi muitas coisas com elas, mesmo que muitas tinham uma vida muito sofrida também, mas eram pessoas vividas que me ensinaram muita coisa, não de chegar para mim e falar, mas de ver o jeito delas de viver. E foram

muitas experiências boas que eu tive, amizades que eu fiz, conheci muito o Brasil através do movimento, viajei muito...”

(.....)

“A maioria das mulheres era dona de casa que ficava ali, e aí elas se arrumavam para ir lá (na reunião do MS). Muitas... eu percebia muito isso nelas... tinha gente que só ficava dentro de casa ali, não fazia nada, não falava nada, chegava, estranhava... Tinha até... quando começava a descobrir a consciência das coisas da situação política, entrava até em conflito com elas próprias, queria sair (do movimento), ‘Eu não quero saber isso, que vida!’, entrava em desespero mesmo. Queria sair e esquecer aquilo que aprendeu... (...) A consciência doía, saber da injustiça que a gente vive, que a coisa é assim, que nós temos o mínimo do que a gente tem o direito de ter, isso tudo, elas ficavam muito nervosas, choravam...”

(.....)

“Eu me sentia mais valorizada, me sentia melhor comigo mesma. Pra mim, ao invés de sentir que eu não deveria saber das coisas, eu fiquei muito contente de despertar em mim essa consciência, porque eu vinha já do meu irmão que tinha aquela briga a favor do operário, meu irmão foi preso político, então a gente já tinha aquela coisa, uma espécie de alerta dentro da gente, né. Eu era tímida de outra forma, mas essa consciência minha despertou naturalmente, no viver, no crescer junto de uma pessoa tipo ele que tinha isso muito aguçado. Meu irmão era comunista no sentido mesmo da palavra, era daquele que achava que colocar tudo em comum era realmente dividir, ele tinha essa consciência, ou essa inocência, não sei...” (Graça)

Ao ser perguntada sobre o que aprendeu no MS, Orlanda responde:

“Olha! A primeira coisa eu aprendi a ser gente, porque às vezes você faz um trabalho e você não sabe nem porque está fazendo e no movimento, eu pelo menos, aprendi muito, assim, o que você quer você consegue, se você sair e ir pra luta. Então você aprende a lutar, a reivindicar, aprende a conversar com os outros, aprende seu direito, porque até então, a gente nem sabia se a gente tinha direito ou não. Eu aprendi isso, aprendi muita coisa, até sabendo mesmo, assim claro, que a gente tem direito” (Orlanda)

Mas também nos aspectos mais corriqueiros do dia a dia, a mudança se faz sentir:

“Acho que assim... eu era muito... eu não ligava pra roupa, não tinha muito, assim, vaidade, sabe. Mas aí, quando você vai se apresentar no meio de gente, quando você vai conversar com outras pessoas... eu não sei... eu achava que tinha que ir mais bem arrumada, uma roupa melhor, nossa! Muita coisa... Eu tinha um cabelo, meu Deus! Aí eu comecei a pintar meu cabelo. Sei lá... eu acho que mudei bastante sobre isso. E foi ótimo! Nossa! E aí eu nunca mais larguei”

(.....)

“Eu acho que todas as mulheres passaram por essa mudança, porque a gente tinha a Zulmira como uma pessoa assim, como um espelho do movimento e se você ia com um vestido novo, com uma roupa, assim, mais boa, você entrava lá: ‘Nossa! Como ela tá bonita! Nossa! Ela cortou o cabelo! Nossa! Ela pintou o cabelo!’. Então aí parece que levanta o ego da gente, aí... é muito bom”(Orlanda)

Justelita:

“Antes, pra mim, tanto fazia, eu tava com uma roupa lavada, tudo bem, o sapato tava meio velho, eu ia, o cabelo não tava arrumado, tudo bem, eu ia. Mas só depois que eu comecei aqui (no MS), eu tive que mudar e mudar tudo. É tanto que o meu nome é ‘neguinha doce’, o pessoal me chama. Eu não acerto andar com sapato baixo, até dentro de casa eu compro sandalhinha pra andar, entendeu? Aí vou em cabeleireiro, em manicure, então eu vou dizer que mudou e mudou em muito” (Justelita)

Fermina:

“Nem digo tanto as mulheres do MS, mas as da coordenação da saúde da mulher sim, são diferenciadas. Elas se vestem colorido, optaram pela cor lilás, usam batom, que na época ninguém usava. Isso na época foi muito engraçado, eu acho que sim, as que participavam mais ativas do movimento de mulher, sim, são mais vaidosas. A gente até fazia oficina pra falar da importância de se usar o creme, as pessoas que não pudessem o creme, que comprassem a babosa, essas coisinhas assim, né, na pele, pra tirar as manchas. A gente sempre teve essa preocupação, e a gente costumava dizer que muitas vezes os namorados (ou maridos) chegavam e a pessoa tava de qualquer jeito. Então, esse lado da vaidade é mais do movimento de mulher” (Fermina)

O MS cresceu e manteve uma estrutura de organização. Ainda que as décadas de 90 e de 2000 tenham evidenciado dificuldades no movimento como a pouca capacidade de mobilização para as lutas e a perda (ou sensível diminuição) de algumas instâncias de participação como as Comissões de Saúde iniciais e os Conselhos Populares de Saúde, ainda assim vemos algumas manifestações do movimento acontecendo.

Uma delas é a criação em 1997 da União dos Movimentos Populares de Saúde da Cidade de São Paulo (UMPS)⁴⁴ que realiza desde então encontros anuais. Segundo a pesquisa de Neder, quando de sua elaboração, 26 bairros ou regiões da cidade possuíam alguma forma de organização, ainda que em estágios diferentes, vinculada ao MS.

Eduardo Jorge faz uma avaliação sobre isso.

“Hoje você pode ouvir algumas pessoas dizendo que esse movimento popular e outros enfraqueceram muito em relação ao que eram trinta anos atrás. Eu tenho uma avaliação um pouco diferente, porque há trinta anos atrás eles também eram muito poucos, era um grupo unido, nós chegamos a fazer manifestações aqui no centro com 3 mil pessoas, mas eram muito pequenos e aguerridos se for analisar o conjunto da sociedade e haviam poucos aguerridos. E eram focalizados em poucos movimentos: era o movimento

⁴⁴ Neder, Carlos – Participação e Gestão Pública: a experiência dos Movimentos Populares de Saúde no Município de São Paulo – Dissertação de Mestrado, Campinas, 2001

sindical, era o movimento da saúde, era o movimento de favela, uma grande repercussão, uma grande visibilidade, porque numa época de ditadura, de silêncio social, ter poucas pessoas que se arriscavam era notícia, mas eram poucos e eram poucos também os espaços que eles podiam participar. Hoje com a democracia, com o avanço da democracia no Brasil, as possibilidades de participação se espalharam por toda a sociedade, nos mais variados espaços sociais, políticos. Então não existe mais aquela visibilidade, aquele foco, por causa disso, né, porque nós estamos numa cultura completamente diferente, desde a participação política, até as ações sociais, culturais e as pessoas se dividem. Então eu acho que às vezes se tem uma avaliação nostálgica, sem medir, sem colocar na balança todos os pesos” (Eduardo Jorge)

Algumas pessoas dentro do movimento também pensam dessa forma, apesar do sentimento da maioria de que de fato há um enfraquecimento.

A questão da participação é uma das questões mais pertinentes na atualidade do movimento. Entre a chamada Participação Popular, completamente autônoma, e a Participação Social (ou Controle Social, como querem alguns), através dos Conselhos Gestores que se vinculam ao Estado, o MS revê os seus conceitos e tenta se orientar para o futuro⁴⁵.

Preocupados com estas questões, integrantes do MS da zona leste elaboraram uma pesquisa, realizada recentemente (2º semestre de 2006) com o MS, com cerca de 900 pessoas, entre militantes e ex-militantes do movimento.

A pesquisa foi financiada pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participação do Ministério da Saúde, através de um projeto envolvendo a Organização Pan-Americana de Saúde, Escritório Regional da Organização das Nações Unidas (OPAS/OMS) e o Centro de Direitos Humanos de Sapopemba Pablo Gonzáles Olalla (CDHS) na sua execução. O projeto denominou-se Avaliação do Direito à Saúde na Zona Leste da Cidade de São Paulo. Tinha por objetivo promover um processo participativo sobre o direito à saúde, além, é claro, de ouvir as pessoas sobre os problemas relacionados ao movimento e buscar pistas para uma melhor atuação dentro dele.

Os dados colhidos por essa pesquisa sofreram uma esquematização preliminar, mas seus resultados serão mais bem trabalhados na continuidade do projeto que se espera, seja para maio de 2007.

⁴⁵ Para um aprofundamento sobre essas formas de participação no nível da cidade, ver obra de Carlos Neder citada acima.

De qualquer forma, os dados preliminares aos quais tive acesso nos dão mostras da grandeza e do potencial desse movimento. O número de entrevistas (mais precisamente 914), por si só, indica o poder da abrangência do MS.

Alguns dados nos parecem importantes para ver o perfil de seus integrantes. Dos 914:

1. 80,3% são mulheres contra 19,7 de homens.
2. A idade se concentra na faixa dos 50 aos 60 anos (quase 60%).
3. A maior parte (quase 70%) migrou do interior de São Paulo para a cidade.
4. A escolaridade se concentra no Ensino Fundamental, completo ou incompleto (50% aproximadamente).
5. A religião é amplamente a católica (82%).
6. Apenas 29% têm acesso e utilizam a internet.
7. Quase 60% entrou no MS quando tinha entre 30 e 50 anos.
8. 58% já participaram dos Conselhos Populares de Saúde e 49% já participaram dos Conselhos Gestores.

Esses dados ainda preliminares e outros não demonstrados aqui de caráter mais subjetivo, como os motivos que levaram a entrar ou a sair do movimento, as conquistas, problemas e dificuldades do movimento etc estão ainda sendo trabalhados pela equipe do projeto. Os coloco aqui apenas para uma percepção geral do MS.

Mais importante que esses dados, foi a pesquisa em si e a forma como ela foi feita. Além da equipe coordenadora, 28 pesquisadores integrantes do MS foram selecionados para realizar as entrevistas. O método utilizado foi o amostral não probabilístico, de tipo acidental, usando a técnica de “rede” ou “bola de neve”, onde os primeiros entrevistados indicavam os próximos. Assim, não houve seleção prévia do universo a ser pesquisado; este foi se montando a partir das referências dos próprios entrevistados.

As entrevistas constavam de 26 questões objetivas e 15 questões subjetivas. Elas foram realizadas na casa do entrevistado e duravam de uma a três horas. Isso porque na maioria das vezes, entrevistado e entrevistador se conheciam ou simplesmente porque a pessoa entrevistada se sentia bem à vontade e tinha necessidade e prazer em poder falar sobre sua atuação no movimento, sentindo-se valorizada.

Ao final da pesquisa, em dezembro de 2006, o MS organizou um seminário para uma primeira devolutiva dos resultados da pesquisa, chamando todos os 914 entrevistados. Nesse dia foi lançado também um filme dirigido pelo cineasta Renato Tapajós, sobre as políticas públicas no Brasil, vistas sob a perspectiva das classes populares. O evento contou com cerca de 400 pessoas.

Enfim, o que queremos dizer com tudo isso é que, em que pese o refluxo sentido no MS nos últimos 10 ou 15 anos, manifestada nas narrativas de nossas mulheres e também sentida na pesquisa participativa do MS em 2006, o movimento continua, vive, sobrevive ainda.

Lúcio Kowarick afirma que nós, pesquisadores sociais, estamos treinados para captar o que é estanque e parcializado nos movimentos sociais. Ele está analisando as relações entre movimentos sindicais e movimentos urbanos ao fazer essa afirmação, constatando que há mais ligação entre os dois do que possa perceber um pesquisador desavisado, mesmo quando essa ligação não é muito visível.

Retomo o pensamento de Kowarick para dizer o mesmo em relação não às relações entre estes movimentos, mas para analisar apenas um movimento. Também vemos nele o que há de estanque: ou ele está mobilizado, então existe; ou ele não mobiliza, portanto, não existe. É-nos difícil perceber, às vezes, a maneira pouco perceptível que indica a continuidade de um movimento, dentro de um período de calma ou retrocesso.

Toda a reflexão de Vera da Silva Telles também vai por essa linha ao analisar que o que parecia um “vazio” antes da explosão dos movimentos sociais em 78, era uma forma diferente de manifestações que permaneciam apesar de 1964. Essas manifestações diferentes, seja em função da repressão ou de outros fatores, exigem uma leitura da realidade também diferente. E talvez seja esse o treino maior que devemos fazer para uma melhor compreensão desses movimentos.

É possível que os integrantes dos movimentos sociais saibam ler melhor que nós essas formas diferenciadas de manifestação contestadora e, por isso, nunca perdem totalmente as esperanças.

Ivoneide, no discurso que fez no seminário de dezembro, chamou a atenção para esse fato, dizendo que aquele seminário talvez convencesse àqueles que não conseguiam ver o que ela e outras pessoas do MS já sabiam: que o movimento de saúde estava vivo.

Considerações Finais

“Viver é isso. Mas quando se narra a vida, tudo muda; simplesmente é uma mudança que ninguém nota: a prova é que se fala de histórias verdadeiras. Como se pudesse haver histórias verdadeiras; os acontecimentos ocorrem num sentido e nós os narramos em sentido inverso. Parecemos começar do início: “Era numa bela noite de outono de 1922. Eu era escrevente em Marommes”. E na verdade foi pelo fim que começamos. Ele está ali, invisível e presente, é ele que confere a essas poucas palavras a pompa e o valor de um começo. “Eu estava passeando, saíra do vilarejo sem perceber, pensava em meus problemas de dinheiro”. Essas frases, tomadas simplesmente pelo que são, significam que o sujeito estava abortado, deprimido, a cem léguas de uma aventura, exatamente nesse tipo de estado de espírito em que se deixam passar os acontecimentos sem vê-los. Mas o fim, que transforma tudo, já está presente. Para nós o sujeito já é o herói da história. Sua depressão, seus problemas de dinheiro são bem mais preciosos do que os nossos: doura-os a luz das paixões futuras.

E o relato prossegue às avessas: os instantes deixaram de se empilhar uns sobre os outros ao acaso, foram abocanhados pelo fim da história que os atrai, e cada um deles atrai por sua vez o instante que o precede: “Era noite, a rua estava deserta”. As frases são lançadas negligentemente, parecem supérfluas; mas não caímos no logro e as deixamos de lado: é uma informação cujo valor compreenderemos depois. E temos a impressão de que o herói viveu todos os detalhes dessa noite como anunciações, como promessas, ou até mesmo de que vivia somente aqueles que eram promessas, cego e surdo para tudo que não anunciava a aventura. Esquecemos que o futuro ainda não estava ali; o sujeito passeava numa noite sem presságios, que lhe proporcionava de cambalhada suas riquezas monótonas, e ele não escolhia.

Quis que os momentos de minha vida tivessem uma seqüência e uma ordem como o de uma vida que recordamos. O mesmo, ou quase, que tentar capturar o tempo. (Sartre, 1986)

Parafraseando SARTRE (1986) quis que meu texto pudesse falar por algumas pessoas, geralmente não ouvidas, tanto na academia como nos diversos espaços sociais tidos como fazedores ou reprodutores do saber. Muito tem se falado sobre dar a voz aos oprimidos da sociedade, mas é possível que a surdez a qual estamos habituados necessite de um tom mais alto

do que a fala mansa. Quase um grito, para lembrar a Zuleide que em sua narrativa disse que para serem recebidas e ouvidas na Secretaria da Saúde, “só com muita gritaria”.

Muito tem se falado sobre dar a voz aos oprimidos. Pouco tem se falado em como ouvi-la. E como, ouvindo-a, se constrói um texto que calcado nas múltiplas vozes que o suscitam, não seja apenas uma somatória de informações, mas um diálogo que expresse a dinâmica social vivida (KHOURY, 2004: 123).

Quis escrever um texto cuja leitura permitisse o vislumbre de uma história ao contrário, uma vista do panorama da saúde no Brasil dos últimos tempos captados por sujeitos, se não invisíveis, ao menos escamoteados pelo estabelecimento de uma visão totalizante que coroa quase todas as análises.

Invertendo um caminho, não quis saber do SUS enquanto um sistema regulamentado pelas leis 8080/90 e 8142/90; quis buscá-lo enquanto ele ainda não era SUS (e muito menos lei), e sua construção era algo que não se sabia ao certo onde é que ia dar (como, aliás, tampouco se sabe agora). Quantas pessoas estão por trás de uma lei, de um sistema? Quantas vidas, desejos, escolhas estão invisíveis nos conceitos cristalizados de uma época? Quantas possibilidades não se cumpriram por trás de projetos que se tornaram hegemônicos?

Quis capturar um tempo que se desfaz em temporalidades, um sujeito que se desfaz em vidas e um espaço que se desfaz em lugares.

E ao fazê-lo, refiz também meus próprios passos, realizando uma tarefa árdua e dupla: a de rever, através das narrativas, meu próprio caminho percorrido, enquanto sujeito no processo da minha consciência, e a de colher, refletir e registrar, enquanto historiadora, um processo histórico (nesse caso, o fenômeno do MS da zona leste), necessariamente confuso, contraditório, entre afirmações veementes e subjetividades ocultas, tentado atingir, ainda que de forma resvalada apenas, o próprio formar-se da consciência e do sujeito histórico.

Tarefa árdua e delicada porque impõe ao historiador o recorte de narrativas alheias segundo seu critério, dividindo o indivisível, tomando partes de um todo, cometendo, por assim dizer, quase um crime, quase um esquitejamento.

É grande o risco de se perder o sentido, de se esmigalhar tanto o discurso a ponto dele não se recompor novamente ao final. Mas se se deseja arriscar por esse terreno pantanoso da oralidade, se se quer mexer nesse caldeirão cultural de valores, tradições e crenças, há que se pagar o risco. Digo isso já me retratando diante de meus “sujeitos” de pesquisa (me recuso a chamá-las de objeto, as mulheres do MS que por esse texto falam), pelas suas narrativas aqui por mim omitidas, despedaçadas e rejuntadas ao recompô-las numa bricolagem possível e legível.

Não tenho certeza de ter resgatado ao final o que se pretendia no início: a visibilidade dessas mulheres do MS no processo de sua própria construção como sujeitos históricos, como seres sociais que, dentro da concretude de suas experiências compartilhadas, geram transformações no seu cotidiano (e no dos outros) e cujos ecos repercutem concomitantemente nas estruturas do bairro, da cidade, do país. Tudo isso regado de dilemas, paixões, angústias, alegrias, hesitações, certezas, inseguranças e toda a sorte de sentimentos humanos, os quais não podemos (e nem queremos) desvincular do processo histórico vivido, como uma assepsia da Ciência. A nós nos interessa mais uma história contaminada de humanidades, que nos capacite a enxergar nas escolhas, a hesitação; no caminho percorrido, os atalhos e retrocessos; nas palavras ditas, o que se cala; nas certezas estabelecidas, dúvidas; na totalização, o processo; na conceitualização, a construção; nas leis e sistemas existentes, as mulheres e homens que os fizeram.

A experiência de cada um é habitada por outros e permeada pela experiência que esses outros trazem consigo, também habitada por outros. Por isso é difícil falar em indivíduo ou sociedade. Por isso é necessário que a captura de uma historicidade transite pelas dimensões do pessoal e do social, porque um só existe no outro. Por isso as narrativas aqui se entrelaçam, uma fala da outra, que fala da outra, que fala da outra.

As mulheres que por aqui falam, não quis que falassem em nome de todas as mulheres do MS, mas que, ao falarem de si, trouxessem também o que existe nelas das outras (e dos outros). Outras mulheres, outros homens, outras experiências, outros movimentos. Porque assim é a vida humana, um transitar contínuo uns pelas vidas dos outros.

Falar... Eis aqui um aspecto interessante desse texto. É através da fala que essas mulheres se transformaram. A conversa de tantas reuniões, a fala dirigida à autoridade de saúde, a fala

através de boletins distribuídos à população, as trocas de elogios e de receitas entre si, a conversa despreocupada enquanto vendem bolinhos na quermesse da igreja, a troca de confidências quando os problemas em casa pesavam, o contar sua história tantas vezes para tantos pesquisadores sociais...

Hanna ARENDT (2004) diz que a liberdade exige um espaço próprio, o espaço público da palavra e da ação. Acreditamos que as mulheres do MS, ao exprimirem em palavras não apenas a solução de problemas de infraestrutura (o que caracterizaria apenas assegurar a sobrevivência do animal laborans), mas também suas aspirações políticas e seu desejo de ação na comunidade política, estão recuperando o que Arendt chama de experiência humana, perdida a partir do advento nas sociedades industriais do *comportamento* (social, no sentido massificante de termo) ao invés da *ação* (no sentido de uma manifestação do indivíduo, de sua singularidade, agindo em conjunto com outros homens).

Quis que esse texto, que é também uma narrativa, permitisse a percepção do espaço por onde circularam essas mulheres. Quis que pudéssemos acompanhá-las no bairro, lutando contra o lixão ou procurando um terreno para a construção do posto de saúde; na Igreja, cantando com elas as músicas da missa, ou colhendo votos na saída para o Conselho Popular de Saúde; nos gabinetes dos secretários, pisando em tapetes, escadarias e elevadores, recapitulando o que se vai falar e quem fala primeiro; no Parque do Carmo fazendo piquenique; em cima da carroceria de um caminhão, tentando sensibilizar o bairro sobre os problemas da região.

Todos esses lugares, bairro, posto, Igreja, secretarias, parques, se constituem em espaços não dados como tal, mas feitos e significados por elas (ROLNIK), na medida em que deles se apropriam e os contaminam com a experiência vivida. Uma prática do espaço (CERTEAU, 1982)?

Quis que fosse possível pelas narrativas perceber nesses espaços urbanos, as práticas sub-reptícias que se ocultam, os procedimentos minúsculos de subversão, o pulular de atitudes pequenas e contestadoras de uma ordem estabelecida, na tentativa de ver, na linha inversa da análise de Foucault, o contrapoder se impondo de baixo para cima, a indisciplina em astúcias minúsculas se redistribuindo em rede e minando as forças da hegemonia reinante.

Finalmente, tomando de empréstimo a imagem de cidade infernal de Ítalo CALVINO (1991), através de seu personagem Marco Polo, em sua obra *As Cidades Invisíveis*, quando ele diz:

“O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.”

...quis que juntamente com essas mulheres que por aqui desvendaram suas vidas, rejeitássemos o inferno e optássemos por ajudar a abrir esse espaço por elas apenas entreaberto.

BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Antonio Augusto. Paisagens Paulistanas, transformações do espaço público, Campinas: UNICAMP/ São Paulo: IMESP, 2000.

ARENDRT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

BAVA, S. C.(Org.). Que História é essa? Conselhos Populares. São Paulo: Grupo de Educação Popular/PUC – GEP-URPLAN, 1984, n. 1

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Famintos do Ceará. Entre fotografias e histórias: um Ceará no final do século XIX e início do XX, PUC-SP: Doutorado em História, 2004.

BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOFF, Leonardo. Saber cuidar. Ética do humano – Compaixão pela terra. Petrópolis: Editora Vozes, 2003

BOGUS, Cláudia Maria. Participação Popular em Saúde. Formação Política e Desenvolvimento. São Paulo: Annablume, 1998.

BOSI, Ecléa. O Tempo Vivo da Memória. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. Lembranças de velhos. São Paulo: Editora Schwarcz, 1994.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (Orgs). Passados Recompuestos. Campos e Canteiros da História, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV. 1998.

BRESCIANI, Stella. NAXARA, Márcia. Memória e (Res)Sentimento. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp; 2004

BURKE, Peter (Org.). A Escrita da História. Novas Perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, Fundunesp, 1991.

CALVINO, Ítalo. As Cidades Invisíveis, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CARMO, Paulo Sérgio do. Merleau-Ponty. Uma introdução. São Paulo: Educ, 2004.

CAVA, Ralph Della. “A Igreja e a abertura, 1974-1985” In KRISCHKE, Paulo J. , MAINWARING, Scott (orgs). A Igreja nas Bases em tempo de Transição. Porto Alegre: Cedec, 1986, pp 13-39.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982

CEVASCO, Maria Elisa. Dez lições sobre estudos culturais. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

COSTA, Albertina O. e BRUSCHINI, Cristina(orgs). Uma Questão de Gênero, São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

D’ALESSIO, Marcia Mansor. “Fragmentos e Contexto: uma forma de pensar a história” In PROJETO HISTÓRIA, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: Educ, n. 17, nov/1998, Trabalhos da Memória, pp 471-474.

DAMATTA, Roberto. A casa e a Rua. Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DIAS, Maria Odila Silva. “Hermenêutica do Cotidiano na historiografia contemporânea”, In PROJETO HISTÓRIA, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: Educ, n. 17, nov/1998, Trabalhos da Memória, pp 223-259.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano” in UMA QUESTÃO DE GÊNERO, Editora Rosa dos Ventos, 1992.

_____. Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX, São Paulo: Brasiliense, 1984.

DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular – Movimentos Sociais e a participação política no Brasil pós-70, Rio de Janeiro: Relume-dumará: ANPOCS, 1995, PUC/SP: Mestrado em História, 1997.

FENELON, Déa Ribeiro et alii (orgs). Muitas Memórias, Outras Histórias – São Paulo: Olho D’Água, 2000.

FORTES, Paulo. “O Estado, a Sociedade e o Indivíduo. Uma reflexão bioética sobre noções divergentes de controle social e a saúde pública” In Revista Brasileira de Bioética, 2005; 1 (4): 350-362.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder, Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. História e Narração em Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva, 1994.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, A Força da Periferia. A luta das mulheres por creches em São Paulo, Petrópolis: Vozes, 1985.

GOUVEIA, Roberto. Saúde Pública, Suprema Lei – A nova legislação para a conquista da saúde. São Paulo: Edições Mandacaru, 2000.

HABERMAS, Jurgen. Mudança Estrutural na Esfera Pública, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. “Raça, Cultura e Comunicações: olhando para trás e para a frente nos estudos culturais”, In *What is Cultural Studies?* London: Arnold, 1996, pp 336-343. Tradução: Helen Hughes e Yara Khoury.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

JACOBI, Pedro Roberto. *Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Demandas por saneamento básico e saúde*. São Paulo 1974-84. São Paulo: Cortez, 1989.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações Sociais e Esfera Pública. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

KHOURY, Yara Aun. *Narrativas Orais na Investigação da História Social*, In PROJETO HISTÓRIA, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: Educ, n. 22, junho/2001, pp 79-103.

_____. “Recordando...” In PROJETO HISTÓRIA, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, *Trabalhos da Memória*, São Paulo: Educ, n. 17, nov/1998 pp 453-466.

KOWARICK, L e BONDUKI, N. *As Lutas Sociais e a Cidade*. São Paulo: passado e presente, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MACHADO, Leda Maria Vieira. *Atores Sociais. Movimentos Urbanos, Continuidade e Gênero*. São Paulo: Annablume, 1995.

MATOS, Maria Izilda Santos e SANTOS, Dulce Amarante dos. “O ofício do historiador na perspectiva de gênero” In PROJETO HISTÓRIA, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, *Mulher e Educação*, São Paulo: Educ, n. 11, nov/1994 pp 179-181.

MATOS, Maria Izilda Santos. “Na trama urbana: do público e do íntimo” In PROJETO HISTÓRIA, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, Cultura e Cidade, São Paulo: Educ, n. 13, jun/1996 pp 129-149.

MORAES, Mirtes. “Criar a o Peito - Permanências e Mudanças no Ato de Amamentar. São Paulo, 1899-1930” In PROJETO HISTÓRIA, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, Corpo e Cultura, São Paulo: Educ, n. 25, dez/2002 pp 441-445.

NEDER, Carlos Alberto P. Participação e Gestão Pública: A Experiência dos Movimentos Populares de Saúde no Município de São Paulo. Campinas:2001 p 276 Mestrado. Uicamp.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In PROJETO HISTÓRIA, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: Educ, n. 10, dez/1993, pp 7-28. Tradução: Yara Khoury.

PASSERINI, Luiza. “Mitobiografia em História Oral”, In PROJETO HISTÓRIA, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: Educ, n. 10, dez/1993 pp 29-40.

PERROT, Michelle. “A força da memória e da pesquisa histórica”. In PROJETO HISTÓRIA, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: Educ, n. 17, nov/1998, Trabalhos da Memória, pp 351-360.

PERROT, Michelle. Os Excluídos da História, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

PORTELLI, Alessandro. “Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade”. In PROJETO HISTÓRIA, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: Educ, n. 14, fev/1997. pp 7-24.

_____. “A Filosofia e os fatos, narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”, em TEMPO, Revista do Departamento de História da UFF, Rio de Janeiro, vol.1, n. 2, 1996, pp 59-72.

_____. “História Oral como Gênero”, In PROJETO HISTÓRIA, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: Educ, n. 22, junho/2001, pp 9-36.

_____. “O Massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): Mito e Política, Luto e Senso Comum”, In FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs). USOS E ABUSOS DA HISTÓRIA ORAL, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp 103-130.

_____. “O que faz a História Oral diferente”, In PROJETO HISTÓRIA, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: Educ, n. 14, abril/1997, pp 25-39.

_____. “Sonhos Ucrônicos, memórias e possíveis mundos dos trabalhadores”, In PROJETO HISTÓRIA, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: Educ, n. 10, DEZ/1993, pp 41-58.

_____. “Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral” In PROJETO HISTÓRIA, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: Educ, n. 15, abril/1997, Ética e História Oral, pp 13-49.

_____. “Forma e significado da História Oral. A pesquisa como um experimento de igualdade”, In PROJETO HISTÓRIA, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: Educ, n. 14, abril/1997, Ética e História Oral, Cultura e Representação, pp 7-24.

_____. “Dividindo o mundo: som e espaço na transição cultural”, tradução de Yara Khoury, In PROJETO HISTÓRIA, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: Educ, n. 26, jun/2003, pp 47-64.

_____. “O momento da minha vida: funções do tempo em História Oral”, In FENELON, Déa Ribeiro et alii, MUITAS MEMÓRIAS. OUTRAS HISTÓRIAS, São Paulo: Olho D’Água, 2004, pp 296-313. Tradução de Helen Hughes e Yara Khoury.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva – SP, Ceru e FFLCH/USP, 1983.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. 1970 -1980. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SALES, Telma Lessa. Experiências de João Ferrador em tempos de reestruturação produtiva; VW Anchieta- SBC, Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC/SP, 2000.

SALVATICI, Sílvia. “Relatando a memória. Identidades individuais e coletivas na Kosovo de pós-guerra. Os Arquivos da Memória”, em PROJETO-HISTÓRIA, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: Educ, n. 27, 2003, pp 9-47.

_____. “Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres” In HISTÓRIA ORAL, Revista da Associação Brasileira de História Oral, volume 8, nº 1, jan/jun/2005, São Paulo: Associação Brasileira de História Oral.

SARTRE, J. P., A Náusea. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SENNET, Richard. O Declínio do Homem Público. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. Varadouros da Liberdade: empates no modo de vida dos seringueiros de Brasília. Acre, tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC/SP, 1996.

SOUZA, João Carlos de. Na luta por Habitação. A construção de novos valores, São Paulo: Educ, 1996.

TELLES, Vera Silva. “Anos 70: Experiências e Práticas Cotidianas” In KRISCHKE, Paulo J., MAINWARING, Scott (orgs). A Igreja nas Bases em tempo de Transição. Porto Alegre: Cedec, 1986, pp 47-69.

THOMPSON, Edward P. A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. Costumes em Comum, Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMSON, Alistair. “Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as Memórias”, In

WENDHAUSEN, Águeda. O duplo sentido do controle social. (Des) Caminhos da participação em saúde. Itajaí: Editora da Universidade de Itajaí, 2002.

FONTES

1. Fontes Orais: Depoentes

Francisca Ivaneide de Carvalho, de 47 anos, nascida em 05/02/1959, em Tataíra, Ceará. Veio para Diadema em 1972 com apenas a 2ª série do Ensino Fundamental, casou-se em 1978 e foi morar em Sapopemba, zona leste de São Paulo. Começou a participar do Movimento de Saúde em 1988 e milita até hoje. Ivoneide, como é mais conhecida no Movimento de Saúde, tem dois filhos e um neto, é casada e completou seus estudos até a 8ª série do Ensino Fundamental. Trabalha atualmente como assessora de um vereador e faz planos de seguir seus estudos. Foi conselheira popular da UBS Gastão Bodra (J. Elba), conselheira gestora pela mesma unidade e pertenceu ao Conselho Municipal de São Paulo por duas gestões. Hoje é conselheira gestora da Supervisão de Saúde da Região de Vila Prudente e Sapopemba. Entrevista realizada em julho de 2005 em sua residência, São Paulo/SP.

Orlanda da Conceição de Paula Maíra, de 69 anos, nascida em 24/06/1937, em Bariri, interior de São Paulo onde cursou até a 2ª série do Ensino Fundamental. Viveu no Paraná entre 1959 e 1969, quando veio morar em Santo André com o marido e três filhos. Em 1971, mudou-se para São Paulo, no bairro de Parque São Rafael (São Mateus), zona leste da cidade, onde vive até hoje. Começou a militar no Movimento de Saúde em 1979 e parou em 1996. Orlanda tem quatro filhos e cinco netos. Foi conselheira popular por quatro vezes do Centro de Saúde do Parque São Rafael, conselheira gestora do Hospital São Mateus e integrou o Conselho Municipal de São Paulo à época da prefeita Luiza Erundina. Entrevista realizada em janeiro de 2006, em sua residência, São Paulo/SP.

Maria das Graças da Silva, ou Graça, como é mais conhecida, de 71 anos, nascida em 28/09/1935, em Três Corações, Minas Gerais. Em 1950 veio para Santo André, depois para São Caetano, casou-se em 1955, vindo morar em São Paulo a seguir, na região de Sapopemba. Graça, como é mais conhecida, iniciou sua participação no Movimento de Saúde em 1975 e militou até 1990. Tinha feito até a 4ª série do Ensino Fundamental e quando começou a participar da comunidade, fez o Supletivo e completou os estudos até a 8ª série. É poetisa e publicou dois livros de poesia, um em 1992 e outro em 1994. Quando começou a militar já estava separada do marido. Graça hoje é viúva, tem três filhos, seis netos e quatro bisnetos. Entrevista realizada em março de 2006, em sua residência, São Paulo/SP.

Cláudia Maria Fontes Castro, de 47 anos, nascida em 01/10/1959, em Araxá, Minas Gerais. Viveu em Uberlândia dos oito aos 23 anos, onde cursou a faculdade de Psicologia e veio para São Paulo (São Miguel Paulista, zona leste da cidade) em 1983, para fazer pós-graduação. Começou sua militância no movimento em 1983, inicialmente como diretora de uma creche que apoiava o movimento e depois como integrante mesma e assessora do Movimento de Saúde pelo SOF (Serviço de Orientação à Família naquela época e hoje Sempre Viva Organização Feminista). Atualmente trabalha como assessora de um deputado federal, é casada e tem três filhos. É participante ainda do Movimento de Saúde. Foi conselheira popular da UBS do J. das Camélias, foi conselheira gestora do Hospital Municipal Tide Setúbal, da Supervisão de Saúde da Região de São Miguel e da UBS J. das Camélias. Hoje é conselheira popular do Distrito de V. Jacuí. Entrevista realizada em fevereiro de 2006, em São Paulo/SP.

Justelita dos Santos, de 67 anos, nascida em 08/08/1939, em Salvador, Bahia. Casou-se aos 13 anos de idade, veio para São Paulo em 1968, indo morar na Aclimação de aluguel até

comprar um lote na Cidade A E Carvalho (zona leste da cidade), onde construiu sua casa e vive até hoje com sua família. Iniciou sua militância no Movimento de Saúde em 1976 e está até hoje. Cursa atualmente a 8ª série do Ensino Fundamental num curso supletivo, pretende seguir os estudos, tem cinco filhos, 12 netos e 2 bisnetos. Trabalha como assessora de um deputado estadual. Já foi conselheira popular diversas vezes da unidade básica de seu bairro, Cidade AE Carvalho, foi conselheira gestora da Supervisão de Saúde da Região da Penha e atualmente é conselheira gestora do Hospital Dr. Alexandre Zaio, ligado à Autarquia do Tatuapé. Entrevista realizada em março de 2006, em sua residência, São Paulo/SP.

Fermina Silva Lopes, de 55 anos, nascida em 12/10/1951, em Euclides da Cunha, Bahia. Veio para São Paulo (Itaim Paulista, zona leste) em 1970 para passear na casa de uma irmã que já morava aqui e acabou ficando. Praticamente analfabeta quando chegou, desenvolveu seus estudos já depois de casada e hoje concluiu o curso de História na Unicid. Entrou para o movimento em 1983 e está até hoje. Fermina é casada, tem duas filhas e trabalha atualmente como assessora de um deputado estadual. Foi conselheira Popular do Antigo CS 1 de São Miguel e conselheira gestora do Hospital Municipal Tide Setúbal, da UBS de V. Jacuí e do Ambulatório de Especialidade Tito Lopes. Hoje é conselheira gestora da Supervisão de Saúde da Região de São Miguel e do Condef, da Autarquia de Ermelino Matarazzo. Entrevista realizada em julho de 2006, em sua residência, São Paulo/SP.

Zuleide Angélica Sotto, de 83 anos, nascida em 11/01/1924, viúva há 50 anos, tem sete filhos, 17 netos e 11 bisnetos. Nasceu em Camaragibe, Pernambuco e veio para São Paulo em 1957, indo morar na Cidade Patriarca, zona leste da cidade. Atualmente mora em Itaquera com uma de suas filhas. Zuleide foi uma das fundadoras do Movimento de Saúde, tendo participado das primeiras discussões e da primeira comissão de saúde, juntamente com a Justelita, em 1976. Ficou nessa luta durante uns vinte anos, até que a idade e o cansaço a obrigaram a parar. Foi várias vezes conselheira popular da USS do J. Nordeste. Entrevista realizada em julho de 2006, em sua residência, São Paulo/SP.

Ana Maria Oliveira Campos, de 45 anos, nasceu a 16/04/1961, é solteira e tem uma filha. Nasceu na Grande São Paulo, em São Caetano do Sul, dentro de uma família batista, religião à qual esteve ligada até os quinze anos, tendo rompido com ela nessa idade. Entrou para o Partido dos Trabalhadores como militante em 1982 e, através dele, conheceu o Movimento de Saúde ao qual se ligou em 1983/1984. Atualmente vive em Sumaré, não exerce mais a mesma militância

que antes no movimento, embora participe ainda como colaboradora num projeto atual do Movimento de Saúde. Hoje sobrevive de forma autônoma, fazendo tele-mensagem e cestas de café da manhã. Tem uma filha, já foi conselheira popular do Centro de Saúde V. Reunidas, na Vila Industrial e integrou também o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo e o Conselho Estadual de Saúde de São Paulo. Também já foi conselheira gestora do antigo Distrito de Sapopemba. Entrevista realizada em setembro de 2006, em minha residência, São Paulo/SP.

Carlos Alberto Pletz Neder, médico sanitарista, atualmente vereador pela cidade de São Paulo, ex-secretário de Saúde de São Paulo, ex-chefe de gabinete da Prefeita Luiza Erundina, já exerceu mandatos parlamentares pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de vereador (SP) e deputado estadual (SP). Foi um dos médicos sanitарistas que na década de 70 iniciou um trabalho na região do J. Nordeste, periferia leste da cidade, auxiliando na formação do movimento de saúde da região. Entrevista realizada em seu gabinete, na Assembléia Legislativa de São Paulo, quando ainda exercia o mandato de deputado estadual, em novembro de 2006, São Paulo/SP.

Roberto Gouveia, médico sanitарista, atualmente lecionando na Faculdade de Saúde pública da USP, já exerceu mandatos parlamentares pelo PT de deputado estadual (SP) e deputado federal. Gouveia também integrou o grupo de sanitарistas que em meados de 1970 se dirigiu à zona leste da cidade para desenvolver um trabalho crítico de medicina sanitária. Contribuiu para a formação do movimento de saúde. Entrevista realizada em seu escritório político de São Paulo, quando ainda exercia o mandato de deputado federal, em novembro de 2006, São Paulo/SP.

Eduardo Jorge, médico sanitарista, atualmente Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo, foi deputado federal pelo PT e teve sua experiência pautada também pela vivência na zona leste como um dos facilitadores do movimento de saúde na década de 1970. Entrevista realizada na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da cidade de São Paulo, em dezembro de 2006, São Paulo/SP.

José Aristodemo Pinotti, médico ginecologista, foi Secretário Estadual de Saúde em São Paulo no período de 1987 1991, quando teve contato com o movimento de saúde e com ele teve que manter uma interlocução respondendo pelo governo estadual às demandas trazidas pelo movimento. Entrevista realizada em seu consultório médico em novembro de 2006, São Paulo/SP.

Fernando Altemeyer, 50 anos, teólogo e filósofo, doutor em Ciências Sociais pela PUC, mestre em ciência da religião pela Faculdade Católica da Bélgica, atualmente ouvidor da PUC/SP, foi padre atuante na periferia leste da cidade de São Paulo durante as décadas de 1980 e 1990 em parte, período em que se relacionou e integrou o movimento de saúde da região. Como representante da igreja popular, contribuiu de várias formas com o movimento, celebrando missas e atos litúrgicos de protesto contra as autoridades e pela defesa dos direitos da população. Entrevista realizada na Ouvidoria da PUC/SP, em janeiro de 2007, São Paulo/SP.

2. Fontes do Movimento de Saúde

- Cartilhas de formação para cursos de política de saúde – 1987.
- Boletins de divulgação de eleições para Conselhos Populares de Saúde – agosto/1984; janeiro/1981.
- Boletins de divulgação de eleições para Conselhos Gestores de Saúde década de 1990.
- Panfletos vários de divulgação de atividades, manifestações, atos de protesto, passeatas, caravanas etc ao longo dos últimos 40 anos.
- Relatório parcial da Pesquisa de Avaliação Participativa do Direito à Saúde na Zona Leste da Cidade de São Paulo. Realização: Movimento de Saúde da Zona Leste (MSZL) e Centro de Direitos Humanos de Sapopemba Pablo Gonzáles Olalla (CDHS); Patrocínio: Organização Pan americana da Saúde (OPAS) e Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde. (Informações Preliminares).

3. Fontes pessoais

- Anotações de agendas de Orlanda da Conceição de Paula Maíra;
- Anotações diversas e escritos literários de Maria das Graças da Silva;
- Fotos de Orlanda da Conceição de Paula da Silva.